



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**A PRESENÇA E A RELEVÂNCIA DO NOTICIÁRIO DE  
CORRUPÇÃO EM 30 ANOS DE COBERTURA DOS  
JORNAIS *FOLHA DE SÃO PAULO*, *O GLOBO* E *O ESTADO  
DE SÃO PAULO***

**Diana Fernandes Silva Antonelli**

– Fevereiro 2017 –



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**A PRESENÇA E A RELEVÂNCIA DO NOTICIÁRIO DE  
CORRUPÇÃO EM 30 ANOS DE COBERTURA DOS  
JORNAIS *FOLHA DE SÃO PAULO, O GLOBO E O ESTADO  
DE SÃO PAULO***

**Diana Fernandes Silva Antonelli**

Trabalho apresentado à banca examinadora de avaliação de Dissertação, como requisito para obtenção do grau de mestre em Comunicação, na linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade.

**Orientador: Prof. Dr. Solano Nascimento**

– Fevereiro 2017 –



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**A PRESENÇA E A RELEVÂNCIA DO NOTICIÁRIO DE  
CORRUPÇÃO EM 30 ANOS DE COBERTURA DOS  
JORNAIS *FOLHA DE SÃO PAULO, O GLOBO E O ESTADO  
DE SÃO PAULO***

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Solano Nascimento  
Presidente – FAC/Unb

Profa. Dra. Liziane Guazina  
Avaliadora – FAC/UnB

Profa. Dra. Denise Mantovani  
Avaliadora – IPOL-UnB

Profa. Dra. Thaís de Mendonça Jorge  
Avaliadora – FAC-UnB

**Dedico este trabalho ao Nilton,  
Rodrigo e Luiza, pela paciência.**

**Aos meus irmãos, pelo incentivo.**

**Aos meus pais (*In memoriam*), por  
tudo.**

*Agradeço aos professores da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília que acolheram esta proposta, e também aos colegas de Mestrado, pelo estímulo.*

*Um agradecimento especial ao meu orientador, Solano Nascimento, que se interessou desde o princípio pelo tema e manteve-se firme na defesa do projeto e no apoio em tudo que precisei.*

*Às professoras Liziane Guazina, Denise Mantovani e Thaís de Mendonça Jorge que aceitaram o convite para compor esta banca, muito obrigada.*

*Especialmente agradeço ao meu marido Nilton e aos nossos filhos Rodrigo e Luiza, que contribuíram enormemente, com apoio emocional, técnico e tecnológico.*

*Aos amigos e familiares que cansaram de me ouvir dissertando por dois anos sobre o assunto. E continuaram me ouvindo. Muito obrigada!*

*Brasília, fevereiro de 2017*

## Resumo

Esta pesquisa se propôs a verificar a presença e a relevância do noticiário publicado nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* sobre atos de corrupção praticados por servidores públicos, autoridades e políticos entre os anos de 1985 e 2014. Com o objetivo de analisar o tratamento dispensado pelos jornais às denúncias ao longo do período de 30 anos, a pesquisa identificou que houve uma clara transformação na forma como os jornais apresentam essas notícias. Os dados quantitativos e a análise qualitativa do conteúdo permitem concluir que, embora os primeiros sinais de um novo modelo de cobertura da corrupção tenham aparecido no início dos anos 1990, essa transformação surge como expectativa de nova tendência do jornalismo em meados dos anos 2000. O principal elemento de mudança verificado foi a maior relevância dada ao tema, medida pela quantidade de manchetes principais sobre corrupção, que aumentou mais de cinco vezes no período.

**Palavras-chave:** jornal impresso; corrupção; escândalo político midiático; noticiário de denúncias.

## Abstract

This research aimed to verify the presence and relevance of the news published in the newspapers *Folha de S. Paulo*, *O Globo* and *O Estado de S. Paulo* on acts of corruption practiced by public officials, authorities and politicians between 1985 and 2014. With the purpose of analyzing the treatment that the newspapers gave to the corruption allegations over the period of 30 years, the research identified that there was a clear transformation in the way the newspapers present this kind of news. Quantitative data and the qualitative analysis of the content allow to conclude that, although the first signs of a new model of corruption coverage appeared in the early 1990s, this transformation emerges as an expectation of a new trend in journalism in the mid-2000s. The major element of change was the greater relevance given to the topic, measured by the number of main headlines on corruption, which increased more than five times in the period.

**Key words:** newspaper; corruption; political scandal; news report on corruption allegations

## **Sumário**

<b>Capítulo 1. Apresentação</b>	<b>01</b>
1.1. A Pesquisa	05
1.2. Justificativa, objetivos, hipóteses e perguntas	07
<b>Capítulo 2. Referencial teórico</b>	<b>10</b>
2.1. Política e corrupção	13
2.2. Jornalismo político e democracia	17
2.3. Jornalismo e ideologia	26
2.4. Escândalos políticos e jornalismo guardião	29
2.5. Casos Collor, compra de votos/reeleição e mensalão	37
2.6. Noticiabilidade e valores-notícia	44
<b>Capítulo 3. Pressupostos metodológicos</b>	<b>50</b>
3.1. Análise de conteúdo e suas ferramentas	51
3.2. Delimitação do corpus e das unidades de análise	53
3.3. Categorias e indicadores	56
<b>Capítulo 4. Análise de Dados</b>	<b>60</b>
4.1. Governo Sarney	62
4.2. Governo Collor	70
4.3. Governo Itamar	78
4.4. Governo FHC-1	84
4.5. Governo FHC-2	95
4.6. Governo Lula-1	106
4.7. Governo Lula-2	124

4.8. Governo Dilma-1	137
4.9. O que dizem os números em 30 anos	150
<b>Capítulo 5. Os governos e os jornais – uma relação de poder</b>	<b>155</b>
5.1. Comparativo entre períodos de governo	156
5.1.1. Chamadas de capas para notícias sobre corrupção	157
5.1.2. Manchetes principais para notícias sobre corrupção	163
5.1.3. O noticiário de corrupção em anos de eleição presidencial	169
5.2. Comparativo três jornais – chamadas e manchetes	174
<b>Considerações finais</b>	<b>182</b>
<b>Referências</b>	<b>185</b>
<b>Anexo</b>	

## Capítulo 1

### Apresentação

Os crimes praticados por agentes públicos ganharam visibilidade e maior potencial de repercussão a partir da popularização dos meios de comunicação ainda na primeira metade do século passado e, mais recentemente, com a midiaticização da política, como se vê em Thompson (2002) e outros autores. Buscar, esmiuçar e tornar públicos os atos de corrupção que envolvem políticos, autoridades e servidores públicos em geral também passaram a ser atividades inerentes ao jornalismo nas sociedades modernas (WAISBORD, 2000; KOVACH E ROSENSTIEL, 2003). Uma pesquisa com a intenção de verificar nos jornais impressos brasileiros o crescimento da presença e da relevância desse tipo de notícia pode soar, portanto, como uma proposta óbvia, sem novidade, pois parece muito evidente que esse crescimento ocorreu.

De fato, sim. E ainda que outros estudos e pesquisas já tenham abordado o tema, permaneceu o interesse e a curiosidade em tentar entender, como e quando esse crescimento ocorreu, quanto cresceu, em que situações e o que significou para o jornalismo e para a sociedade o aumento do noticiário sobre corrupção no Brasil. Esta é a proposta deste estudo: mensurar nas capas dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, por meio de números e análises de textos, a presença e a relevância das notícias sobre atos ilícitos, ilegais e antiéticos que envolveram pessoas e dinheiro públicos desde o início do atual processo de redemocratização do Brasil.

A pesquisa foi realizada nos jornais do período compreendido entre 15 de março de 1985, dia da posse do primeiro presidente civil depois de 20 anos de ditadura militar, José Sarney (PMDB), e 31 de dezembro de 2014, último dia do último mandato presidencial concluído até o início deste trabalho de campo, exercido por Dilma Rousseff (PT). O estudo abrangeu, portanto, os períodos de governos dos presidentes José Sarney (1985-1990); Fernando Collor (1990-1992); Itamar Franco (1993-1994); Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002); Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010); e Dilma Rousseff (2011-2014). Trata-se do mais longo período de normalidade democrática

vivido na história recente do Brasil, o que significa que os meios de comunicação estavam oficialmente livres da censura imposta por regimes autoritários.

A escolha de um período de 30 anos, ambiciosa e ao mesmo tempo ingênua – traços comuns em pesquisadores principiantes –, impôs algumas limitações e exigiu mudanças em relação à proposta original. A principal delas foi sobre as unidades de análise: no lugar de pesquisar o noticiário de corrupção dentro da cobertura política feita pelos três jornais, fazer o estudo sobre as capas. Embora possa parecer restritiva, a análise das primeiras páginas dos jornais atende o objetivo da pesquisa, pois entende-se que, aquilo que está nas capas é bastante representativo, principalmente para o aspecto relativo à relevância, que é o principal foco deste estudo.

Como suporte metodológico para o estudo empírico, optou-se pela utilização dos conceitos e ferramentas da análise de conteúdo (AC), com as abordagens quantitativas e qualitativas desenvolvidas por Bardin (1977) e referendadas por diversos estudiosos da área de comunicação. A definição de um período tão longo exigiu ainda a adoção do método de pesquisa por amostragem, com aplicação da técnica conhecida como semana construída ou semana artificial (BAUER, 2000).

A partir da escolha dos métodos e técnicas, chegou-se a uma amostra de 4.015 capas dos três jornais, que foram analisadas nos próprios endereços eletrônicos de cada publicação na internet, uma vez que as respectivas empresas já disponibilizaram para os assinantes todos seus arquivos digitalizados. A análise de conteúdo em produtos dispostos em plataformas digitais, com possibilidade de inúmeras checagens (JORGE, 2015), ajuda a confirmar a visão inicial do pesquisador. Ferramenta importante, no caso desta pesquisadora, em seu processo de distanciamento do produto pesquisado.

Cabe aqui um parêntese sobre as questões pessoais que motivaram a realização desta pesquisa. Essencialmente, a prática e a convivência diária por quase três décadas nas redações de dois dos três jornais do *corpus* deste trabalho, na capital federal. Após exercer a profissão de jornalista nas funções de repórter, colunista e subeditora, a maior parte do tempo na editoria de política, ficou a percepção, ao final dessa jornada, que o noticiário político feito em Brasília havia mudado o seu foco.

Antes voltado predominantemente para as notícias sobre política partidária e atividades do governo e do Parlamento, o noticiário de política começou a incorporar, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, as denúncias contra agentes públicos como um dos seus principais elementos. Sem a intenção de entrar no mérito da propriedade ou não desta mudança, era essa percepção que clamava por um estudo que pudesse provar, por A mais B, a prevalência do noticiário sobre corrupção, a partir de quando isso exatamente se deu e em que circunstâncias. Ou não provar nada disso.

É neste contexto de experiência profissional, quando se acredita por vezes ser detentores de algumas verdades, que se destaca a importância da análise do conteúdo em plataformas digitais – ao seu alcance 24 horas por dia –, para ver uma vez, checar outra e confirmar de novo, se necessário, enriquecendo o entendimento e a interpretação do conteúdo, e distanciando o pesquisador cada vez mais de sua visão pessoal. Ainda assim, não se está livre de falhas e equívocos. Como dizem os marxistas, “o conhecimento começa com a experiência, tem nela o ponto de partida. Mas apenas o ponto de partida” (NETTO, 2011). Sem dúvida, o ineditismo desta pesquisa é um estímulo, mas traz junto desafios enormes e uma maior probabilidade de deixar lacunas, que poderão ser reavaliadas por novas pesquisas e novos pesquisadores.

De volta ao mérito deste trabalho, vale antecipar que dentro do objetivo de identificar quantas notícias sobre corrupção estavam nas capas e que destaque elas mereceram, estabeleceu-se que todas as chamadas de capa relativas ao tema, incluindo a manchete principal, seriam consideradas o indicador da presença do noticiário de denúncias nas edições. Para avaliar a relevância dada pelo jornal ao assunto seriam consideradas unicamente as denúncias publicadas como manchete principal da edição. No capítulo 3 estão detalhados os indicadores, a classificação dos agentes públicos envolvidos nas denúncias, as categorias de crimes considerados e outros aspectos metodológicos.

No campo teórico, esta pesquisa foi orientada pelos conceitos e análises sobre escândalos políticos midiáticos desenvolvidos principalmente por Thompson (2002), com o complemento de estudos sobre o jornalismo como guardião do poder público nas modernas sociedades midiáticas explorados por Waisbord (2000), Traquina (2005) e outros. Amparada ainda pelos conceitos clássicos e modernos de política e corrupção, dois dos elementos centrais deste estudo, desenvolvidos por Bobbio e Pasquino (1983).

Para auxiliar na análise do conteúdo publicado sobre corrupção foram considerados as teorias sobre valores-notícia, especialmente aquelas relativas à negatividade, proeminência, infração e escândalo, e os critérios de noticiabilidade listados por Silva (2005), Traquina (2002) e Sousa (2012). Os acontecimentos que envolvem casos de corrupção entre autoridades, políticos e toda sorte de servidor público se apresentam, ou são apresentados pela imprensa, como interessantes, significativos e relevantes, e, por isso, são transformados em notícia. Esta é a regra, nem sempre, porém, verificada, como se verá em exemplos citados ao longo do estudo sobre denúncias ausentes ou de curta sobrevivência.

Escândalos midiáticos e *watchdog journalism* (jornalismo guardião) constituem uma espécie de fio condutor deste estudo. Andam juntos, se complementam e, ao final, disputam o lugar de protagonista do noticiário sobre corrupção. Apelando para o uso de uma linguagem popular: o jornalismo guardião foi reativado a partir do aumento dos escândalos de corrupção ou os escândalos de corrupção se tornaram mais visíveis a partir de uma atuação mais eficaz do jornalismo guardião?

No Brasil, esse questionamento aparece com frequência nas redações dos meios de comunicação e em estudos acadêmicos, sem respostas claras, e permeou este trabalho. Os resultados desta pesquisa, seja pela análise do conteúdo publicado ou pelos números totais e parciais, embora bastante significativos, também não apresentam respostas assertivas, claro. Trata-se de uma questão que demanda outros estudos e pesquisas.

No entanto, os resultados desta pesquisa sugerem, como poderá ser melhor compreendido no capítulo da Análise de Dados, que os jornais que mudaram a forma de divulgar o noticiário sobre corrupção, amplificando e valorizando o que antes não tinha tanta visibilidade.

Essa transformação foi influenciada, por óbvio, pelas mudanças ocorridas na rotina da produção jornalística mundo afora e no Brasil ainda na primeira metade do Século XX. As contribuições do mestre Pompeu de Souza no início da década de 1950, especialmente a introdução do *lead* (lide) no texto jornalístico, ajudam a contar essa história de mudança.

Há que se considerar ainda, como salienta Thompson (2002, p. 22), a contribuição da cultura questionadora e crítica dos anos 1960, que ajudou a criar um clima que

encorajou o jornalismo investigativo e de denúncias. Embora tenha demorado a ser colocado em prática no Brasil, por causa da censura imposta pela ditadura militar, essa nova perspectiva do jornalismo e o desenvolvimento dos meios de comunicação estabeleceram, aos poucos, uma situação em que os políticos e outras figuras públicas se tornaram muito mais visíveis hoje do que no passado.

Como se verá em breve perspectiva histórica no capítulo seguinte, a imprensa brasileira viveu no último século, em relação à política e aos malfeitos dos políticos, momentos de grande euforia e também de grandes silêncios. O atual período de redemocratização começou, pelo que se depreende dos dados desta pesquisa, com promessas de um jornalismo mais combativo e fiscalizador, mas essa trajetória não foi linear nem perene.

Ao longo dos 30 anos pesquisados foram muitos os recuos, as dúvidas e as intermitências no que diz respeito ao noticiário de corrupção. Ele era facilmente suplantado, por exemplo, pelas notícias sobre a economia do País, assunto frequente na agenda dos jornais, dos governos e da sociedade. Ou pelo noticiário político nos anos de eleições presidenciais, o que mereceu uma análise detalhada no capítulo 5.

Também estão no capítulo 5 as análises comparativas que mostram, por exemplo, que se estabeleceu nos três jornais um padrão de cobertura dos escândalos políticos, com pequenas variações influenciadas pelas circunstâncias políticas e conjunturas econômicas, e também pelos governos e presidentes de plantão.

Os dados quantitativos e qualitativos da pesquisa permitem afirmar que no período estudado os jornais passaram por uma transformação de procedimentos e práticas jornalísticas que impactou, principalmente, a forma de publicação das notícias sobre atos de corrupção cometidos por agentes públicos, dando a elas maiores visibilidade e relevância. É o que se verá ao longo deste estudo.

## **1.1 – A pesquisa**

Como já exposto, o *corpus* deste trabalho é constituído pelas edições impressas dos três principais jornais brasileiros considerados de referência nacional: *Folha de S.*

*Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo*. Neste caso, o conceito de referência nacional se aplica a publicações com tradição no mercado nacional e cujo teor tem repercussão em boa parte do País e em outros meios de comunicação. Além disso, são os jornais impressos diários com maior tradição na cobertura da política nacional e de escândalos políticos, e figuram, ou figuraram, como publicações de maior circulação.

A escolha das capas como unidades de análise produziu uma amostra de 4.015 páginas de jornais referentes ao mesmo número de edições e de dias. Uma média de 130 edições por ano. Elas foram analisadas, uma a uma. A análise implicou em: leitura de todas as chamadas de capas, da manchete principal ao menor destaque merecido na primeira página; anotação da manchete principal e da segunda chamada mais importante, cujos conteúdos auxiliaram na contextualização histórica e de conjuntura e na fundamentação dos argumentos; e, por último e mais importante para o objeto de estudo, a contabilização do número de chamadas sobre corrupção em cada página, destacando em separado o número de manchetes para o tema. Vale repetir, como se verá em detalhes nos pressupostos metodológicos, que esta pesquisa computou apenas os casos de corrupção que envolveram agentes públicos.

O trabalho de campo – o campo, no caso, é um computador com todas suas ferramentas de busca, arquivo e tabulações – exigiu cinco meses ininterruptos de pesquisa diária e terminou com a produção de 30 quadros, um para cada ano, com todos os dados acima citados. Dados tabulados em quase uma dezena de tabelas e mais de 20 gráficos.

A conta principal do estudo gerou um total de 3.165 denúncias de capa (chamadas e manchetes) concentradas em 2.094 edições, sendo que 670 das denúncias estavam na manchete principal – o que significa menos de um quinto de todas as notícias sobre corrupção publicadas no período. Mas como se verá adiante, embora em percentual reduzido, é a evolução das manchetes que sustenta a ideia de transformação do noticiário sobre corrupção publicado pelos jornais.

O resultado por jornal não deixou de ser surpreendente: cada um publicou cerca de um terço do total de denúncias, com pequenas variações nominais. No caso dos resultados por períodos de governos, a tabulação dos dados mostra uma configuração que confirma o crescimento da presença e da relevância do noticiário de corrupção na virada

dos anos 1990 para 2000, quando as ações do Ministério Público começaram a ser mais intensas, influenciando a rotina das redações, como já detectado por Nascimento (2007).

Antes desse período, dois grandes escândalos políticos – o impeachment de Collor e a CPI dos Anões do Orçamento durante o governo Itamar – inauguraram um novo modelo de cobertura feita pela imprensa. Pode-se considerar, no entanto, que ele foi episódico, não tendo sequência ao longo dos anos 1990.

Um dado curioso diz respeito à queda dos indicadores nos anos de eleição presidencial. À exceção de 2014, nas outras seis eleições presidenciais ocorridas no período da pesquisa os jornais reduziram a publicação de notícias sobre corrupção e outras irregularidades praticadas por políticos, autoridades e demais agentes públicos. Reduções significativas. Todos esses dados estão detalhados no capítulo 4.

Além das limitações desta pesquisadora no campo teórico da comunicação, outras dificuldades enfrentadas no percurso foram de ordem técnica, ou tecnológica. Na busca pelos arquivos das capas nos respectivos sites dos jornais, nas datas previamente estabelecidas pelos métodos de pesquisa por amostragem, algumas vezes a pesquisadora se deparou, por exemplo, com edições inexistentes ou não digitalizadas. O que exigia novas buscas, na tentativa de verificar se elas existiram ou não.

Ao final, somaram-se 20 capas da amostra não localizadas nos arquivos digitais das três publicações. Foi providenciada, então, a busca dessas capas em arquivos físicos e digitais nas bibliotecas da Câmara dos Deputados e do Senado, duas das mais completas de Brasília, onde 14 delas foram recuperadas e contabilizadas no estudo.

## **1.2 – Justificativa, objetivos, hipóteses e perguntas**

O presente estudo se ampara na ideia de que na história recente do jornalismo impresso diário o noticiário sobre atos de corrupção praticados por agentes públicos passou por uma transformação substancial nas últimas três décadas. Ideia essa sustentada pela experiência própria da pesquisadora na produção e edição de notícias relacionadas à classe política, autoridades e governos. Mas, principalmente, pela visibilidade que o tema

corrupção ganhou em todas as mídias no Brasil nos últimos anos, quando passou a ser apresentado ao grande público como fruto de uma nova forma de fazer jornalismo.

A partir dessa justificativa, o objetivo principal desta pesquisa foi:

☐ Verificar se era uma prática rotineira nos jornais desde o início da redemocratização do País dar visibilidade e relevância ao noticiário de atos de corrupção cometidos por políticos, autoridades e servidores públicos

Para complementar, objetivos secundários foram listados:

1) estabelecer uma forma de identificar a presença e a relevância deste tipo de noticiário nas capas dos jornais;

2) mensurar, então, a presença e a relevância dessas notícias;

3) verificar a partir de quando, como e em quais circunstâncias o noticiário de denúncias teve maiores presença e relevância;

4) analisar e compreender a trajetória do noticiário de corrupção nos jornais ao longo do período e tentar identificar suas contribuições para o jornalismo e para a sociedade.

Entre as hipóteses consideradas na elaboração do projeto de pesquisa, destaca-se a possibilidade de que os jornais brasileiros demoraram, após o fim da ditadura, a engrenar uma cobertura com viés fiscalizador sobre os atos ilegais e criminosos dos políticos e autoridades, a exemplo do que já acontecia em países da região que igualmente saíram de regimes ditatoriais, segundo estudos de Waisbord (2000).

Esta hipótese sugere outra, comumente lançada nos meios acadêmicos e até mesmo em redações da grande imprensa: a de que o noticiário sobre os desmandos e desvios da classe política ganhou importância nos jornais a partir dos grandes escândalos dos governos do PT, nos anos 2000.

Na tentativa de esclarecer os objetivos e hipóteses aventadas, a pergunta da pesquisa foi:

*Com qual frequência o noticiário sobre corrupção praticada por agentes públicos aparece no noticiário dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, e qual a relevância dada a essas notícias?*

Perguntas secundárias complementam a primeira:

*Quando, como e de que forma o noticiário sobre corrupção ganhou maiores espaço e visibilidade no corpus desta pesquisa?*

*Houve, de fato, uma transformação na forma de publicar as denúncias corrupção?*

*Se sim, quais as contribuições dessa mudança para o jornalismo e para a sociedade.*

Este trabalho está organizado da seguinte forma: o próximo capítulo, o 2, expõe o referencial teórico que guiou o estudo; no capítulo 3 estão expostos os pressupostos metodológicos; a Análise de Dados, com tabulações, gráficos e tabelas, está no capítulo 4; no capítulo 5 estão as análises comparativas, de períodos e de jornais, baseada nos dados; no capítulo 6, as considerações finais; e, por fim, as referências bibliográficas.

## Capítulo 2

### Referencial teórico

Política, corrupção, escândalos políticos, imprensa e democracia. Ou, corrupção na política; escândalos políticos na democracia; e jornalismo político em tempos de corrupção. Todos esses elementos, sozinhos ou combinados, constituem a base deste trabalho que se propôs a mensurar a presença e importância do noticiário de denúncias sobre corrupção praticada por agentes públicos e publicado pelos três principais jornais brasileiros de referência nacional. São inúmeros os qualificados estudos, análises e projetos de pesquisas que abordam a questão da corrupção no Brasil, em especial os desvios éticos e financeiros praticados por representantes de governos e da classe política. O que surge nos dias de hoje aos olhos dos leigos como algo inédito, nunca antes visto no Brasil, certamente já foi estudado e historiado.

Está nos livros de História do século passado e em *best-sellers* modernos que a corrupção aportou por aqui logo nos primeiros contatos dos europeus com os nativos, ganhou corpo com a chegada da família real portuguesa no ano 1800, perdurou por todo Império, atravessou a Independência, entrou na República e se consolidou nos novos sistemas políticos do Século XX (BAHIA, 1999; GOMES, 2007, 2010; SODRÉ, 1977). O assalto aos cofres públicos foi praticado até pelo rei d. João VI que, antes de voltar para Portugal, em 1821, “mandara raspar os cofres do Banco do Brasil e encaixotar às pressas o ouro, o diamante e outras pedras preciosas estocadas no Tesouro” (GOMES, 2010, p. 57).

Estão também nos registros da imprensa brasileira casos de corrupção que, na maioria absoluta das vezes, andam de mão dadas com a política. Na imprensa de hoje e na imprensa do século passado. No início dos anos 1900, os jornais já incomodavam os donos do poder com a publicação de denúncias de abusos e irregularidades praticados pelos políticos, como revela este trecho de um discurso do senador Epitácio Pessoa (1912-1920), no qual as acusações publicadas nos jornais contra os políticos:

[...], a tal ponto que ainda o ano passado, em Paris, um deputado francês me disse que, a julgar pelos jornais do Rio de Janeiro, o Governo do Brasil devia ter sido assaltado por uma quadrilha de bandidos evadidos de um presídio. (SODRÉ, 1977, p. 380).

Nas décadas seguintes, a corrupção teve lugar de destaque em todos os governos, democráticos ou ditatoriais, como demonstram historiadores e pesquisadores que atravessaram o século. Na história mais recente, no período pós-ditadura militar, que compõe o período de pesquisa do presente estudo, a corrupção ganhou novas formas e uma amplitude maior, e se tornou assunto popular e corriqueiro.

Filgueiras (2009), em estudo no qual refuta a tese de que a prática da corrupção está relacionada a aspectos do caráter do brasileiro – está, segundo o autor, relacionada à constituição de normas que institucionalizam práticas tidas como moralmente degradantes, mas cotidianamente toleradas – retrata o quadro de normalidade dado ao tema nos tempos recentes.

Quando se abre o jornal, no Brasil, é raro não nos defrontarmos com escândalos no mundo político. Casos de malversação de recursos públicos, uso indevido da máquina administrativa, redes de clientelas e tantas outras mazelas configuram uma sensação de mal-estar coletivo. [...] contudo, apesar dessa sucessão de escândalos no Brasil, existe uma sensação de impotência por parte da sociedade; a corrupção é tolerada e os cidadãos ficam apenas aguardando qual será o próximo escândalo que circulará nos jornais. (FILGUEIRAS, 2009, p. 387).

Essa popularização da corrupção, entre muitos outros fatores, reforça a impressão instalada atualmente na sociedade brasileira de que nunca se roubou tanto do dinheiro público no Brasil. Não são poucos os pesquisadores, teóricos e estudiosos brasileiros que concordam com essa leitura. E também não são poucos os que a rejeitam. Por isso vale também o registro de um olhar mais distanciado, especializado, contudo.

Estudiosos estrangeiros que pesquisam os sistemas político e econômico do Brasil reforçam a percepção de que a corrupção do poder público, mesmo nas proporções em que foram reveladas nos anos recentes, não pode ser considerada um fato novo no País. Um dos brasilianistas da chamada nova geração, o professor de Ciência Política da

Universidade Pittsburgh (EUA), Barry Ames, publicou em 2003 o livro “Os entraves da democracia no Brasil”, no qual aborda as relações entre os poderes Legislativo e Executivo e aponta que as decisões tomadas em votações no Parlamento culminam em negociações, que levam a concessões e benefícios à classe política.

No início de 2016, em entrevista ao site de notícias BBC Brasil, Ames disse que a corrupção revelada no Brasil nos anos 2010 pode ser maior do que a que veio a público nos anos 2000, mas acredita que a quantidade roubada hoje no País é bem menor do que a ocorrida durante a ditadura militar, entre os anos 1970 e 1980. A corrupção pós-ditadura, segundo ele, está baseada no modelo dos sistemas político e econômico:

Precisamos voltar ao argumento que fiz no meu livro há 12 anos, sobre as instituições eleitorais, o voto em lista aberta, com distritos eleitorais grandes e a facilidade para a entrada de partidos. Essas instituições facilitam a corrupção. Outro fator é a importância de empreiteiros e o oligopólio no setor de construção civil. Em 1992, no escândalo dos Anões do Orçamento, as mesmas empreiteiras (de hoje) estavam envolvidas na compra de votos de deputados para aprovar emendas que lhes dariam contratos (AMES, B. Política brasileira precisa de corrupção para funcionar, diz pesquisador. [28 de maio, 2016]. Washington [EUA]: *BBC Brasil*. Entrevista concedida a João Fellet).

Outro estudioso do Brasil, o sociólogo italiano Domenico De Masi (2016) também reforçou, de forma irônica, a tradição da corrupção no sistema político brasileiro:

É interessante, porque o Brasil descobriu pela primeira vez em sua história a corrupção. Que maravilhoso, porque o mundo conhece a corrupção desde sempre. Desde as obras de Shakespeare, Ésquilo, Sófocles. E o Brasil descobriu em 2014, com Dilma. Acredito que há corruptos aqui desde o início. (DE MASI, D. Destruir Lula é roubar a voz dos pobres, diz sociólogo Domenico de Masi. [27 de nov, 2016]. São Paulo: *Folha de S. Paulo*. Entrevista concedida a Joelmir Tavares).

A frequente ocorrência de casos de corrupção, e casos de grande impacto no cenário político e econômico do País, consolidou no Brasil nas duas últimas décadas o escândalo político midiático, um conceito desenvolvido por Thompson (2002) fortemente presente nesta pesquisa, como se verá adiante. Mais recentemente, novos estudos ampliaram a discussão sobre o tema e, segundo Prior (2015), é possível falar que existe

hoje em grande parte dos países democráticos uma cultura do escândalo político, ou de uma política de escândalo, na esfera pública contemporânea.

A explosão dos escândalos políticos no Brasil, seja pelo fortalecimento e ampliação dos meios de fiscalização e de investigação ou pela maior visibilidade que passou a ter na imprensa, provocou, ainda que de forma lenta e até questionável, a reação da sociedade. Os famosos protestos de rua de junho de 2013 iniciaram um novo período de participação popular na vida política do País. Este movimento representa o que os teóricos chamam de ativação da cidadania. Aliada aos avanços verificados na política de transparência da máquina pública, uma sociedade mais ativa e atenta contribui para que o combate e controle da corrupção não fiquem emperrados em meio a uma cultura política tolerante às delinquências do homem público (FILGUEIRAS, 2009).

## **2.1. Política e corrupção**

Política, segundo uma das definições do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), é “a arte de guiar ou influenciar o modo de governo pela organização de um partido político, pela influência da opinião pública, pela aliciação de eleitores, etc. Prática ou profissão de conduzir negócios políticos” (p. 1519). No Dicionário Unesp de Português Contemporâneo (2004), política aparece em primeira definição como “a prática ou profissão de gerir negócios públicos; arte ou ciência de governar; atividade que abrange disputa de cargos de governo e proselitismo partidário” (p. 1090). Do Novíssimo Aulete – Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa (2011, p. 1082) destaca-se: política é a “habilidade de conduzir ou influenciar o governo pela organização partidária, opinião pública, conquista do eleitorado, etc; atuação na disputa de cargos de governo ou nas relações partidárias”.

Nas democracias, a política é a atividade pública (visível) relativa às coisas públicas (do Estado), ou seja, pode ser entendida como atividade eminentemente pública e visível (LIMA, 2004). São inúmeras as definições menos formais e contemporâneas como essas, que dialogam com o presente, e se distanciam do conceito original de *pólis*, no sentido da política como um adjetivo, daquilo que é próprio das cidades.

Entre as definições clássicas dos tempos modernos, o conceito de política como atividade humana estreitamente ligada ao conceito de poder, como desenvolvido por Norberto Bobbio, é o que mais se aproxima do objeto de estudo desta pesquisa. O autor considera que são várias as formas de poder do homem sobre o homem, e o poder político é apenas uma delas (BOBBIO, 1983). Ao abordar a conceituação clássica de poder, ele remete às formas definidas por Aristóteles, nas quais se vê uma prática corriqueira do mundo moderno: o desvirtuamento do exercício do poder político, em benefício próprio, nas estruturas viciadas de governo.

Na tradição clássica que remonta especificamente a Aristóteles, eram consideradas três formas principais de poder: o poder paterno, o poder despótico e o poder político. [...] O poder paterno se exerce pelo interesse dos filhos; o despótico, pelo interesse do senhor; o político, pelo interesse de quem governa e de quem é governado, o que ocorre apenas nas formas corretas de Governo, pois, nas viciadas, o característico é que o poder seja exercido em benefício dos governantes. (BOBBIO, 1983, p. 955).

Ou seja, a tipologia clássica das formas de poder – “consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem”; ou como o “conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados” (BOBBIO, 1983, p. 954) – se relaciona com a moderna definição de poder ligado à ideia de posse dos meios para se obter vantagem ou para fazer prevalecer a vontade de uns sobre outros. Em suma, a política como ela é praticada nos sistemas políticos viciados das sociedades modernas.

Na tipologia moderna de poder, Bobbio destaca três grandes classes: o poder econômico, o poder ideológico e o poder político. E, mais uma vez, surge o conceito de poder político baseado na força dos que detêm os meios: “o poder político se baseia na posse dos instrumentos mediante os quais se exerce a força física (as armas de toda a espécie e potência): é o poder coator no sentido mais estrito da palavra” (BOBBIO, 1983, p. 955). As três formas de poder, nessa conceituação moderna, mantêm uma sociedade de desiguais, na visão do autor, dividida em pobres e ricos, no caso do poder econômico; sábios e ignorantes, no poder ideológico; e fortes e fracos, no poder político. Genericamente, conclui, “em superiores e inferiores”.

Ao identificar o poder como elemento específico da política, Bobbio desconsidera as definições tradicionais da política pelos fins que ela persegue, por sua finalidade. Para

ele, os objetivos da política são aqueles considerados prioritários, em cada situação, para o grupo dominante de uma determinada estrutura de poder:

Isto quer dizer que a Política não tem fins perpetuamente estabelecidos, e muito menos um fim que os compreenda a todos e que possa ser considerado como seu verdadeiro fim: os fins da Política são tantos quantas metas que um grupo organizado se propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias (BOBBIO, 1983, p. 957).

O que se viu, em resumo, é que os objetivos prioritários da política, nas formas corretas de governo, envolvem as ações de interesses legais do Estado, de atendimento aos direitos civis, sociais e econômicos. Mas nas formas viciadas de governo, como conceituado acima, as prioridades envolvem também os desvios que vão atender diretamente os interesses particulares dos que detêm o poder.

A esses desvios dá-se também o nome de corrupção, que, segundo Pasquino (1983, p. 291), “designa o fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa”. Ou seja, um comportamento ilegal por parte daquele que detém os meios e o poder na estrutura legal do Estado.

Pasquino destaca três tipos de corrupção, comumente praticado no Brasil e mundo afora: o uso de recompensa para obter favor de um funcionário público, mais conhecido como suborno; o nepotismo, ou concessão de empregos ou contratos públicos que privilegia as relações de parentesco, e não o mérito; o peculato por desvio ou apropriação e destinação de fundos públicos ao uso privado.

Corrupção significa transação ou troca entre quem corrompe e quem se deixa corromper. Trata-se normalmente de uma promessa de recompensa em troca de um comportamento que favoreça os interesses do corruptor. [...] A corrupção é uma forma particular de exercer influência: influência ilícita, ilegal e ilegítima. Amolda-se ao funcionamento de um sistema, em particular ao modo como se tomam as decisões (PASQUINO, 1983, p. 292).

O autor descreve as formas mais comuns de corrupção. Quando o objetivo é influenciar as decisões públicas, ela já ocorre na fase de elaboração dessas decisões a partir

de ações de grupos de pressão, o conhecido *lobby*. Uma outra forma, a busca de um acesso privilegiado, tem como objetivo, na maioria das vezes, obter uma isenção ou a aplicação favorável de uma norma ou regra por parte da administração pública. E a corrupção ocorre também quando se tenta fugir às sanções legalmente previstas.

São objeto dos atos desses três tipos de corrupção, segundo Pasquino, os parlamentares, o governo, a burocracia e a magistratura, como se vê com frequência no Brasil. Para ele, o fenômeno da corrupção acentua-se com a existência de um sistema representativo imperfeito, que, a cada ato de ilegalidade, fragiliza sua legitimidade:

De um modo geral, portanto, a Corrupção é fator de desagregação do sistema. [...] A Corrupção, ora surja em um sistema em expansão e não institucionalizado, ora atue em um sistema estável e institucionalizado, é um modo de influir nas decisões públicas que fere no íntimo o próprio sistema. De fato, este tipo privilegiado de influência reservado àqueles que possuem meios, muitas vezes só financeiros, de exercê-la, conduz ao desgaste do mais importante dos recursos do sistema, sua legitimidade (PASQUINO, 1983, p. 293-294).

No Brasil, a conceituação e definição teóricas sobre os tipos de corrupção se tornaram mais frequentes nas últimas décadas. Filgueiras (2009, p. 386-421), um estudioso da área de Comunicação, afirma que “**não há uma teoria da corrupção No Brasil, no plano dos pensamentos social e político brasileiros**”. A dificuldade de se ter um conceito preciso sobre corrupção é compartilhada por estudiosos de outras áreas, como o historiador José Murilo de Carvalho, que acredita que o sentido da expressão corrupção varia de acordo com períodos da história e com as circunstâncias políticas. E que os tipos de corrupção mudam a partir de medidas que tentam inibi-la.

Elas (corrupção e transgressão) são fenômenos históricos que, como todos os outros, estão em perpétua mutação. Medidas tópicas podem reduzi-las. O processo de votação já foi uma grande fraude, hoje é confiável. (...) imagine-se o efeito que teria entre os criminosos de colarinho branco o fim do foro privilegiado e da prisão especial para portadores de diplomas universitários (CARVALHO, 2009, in *Revista de História.com.br*).

Na área de Ciências Sociais, incluindo a Comunicação, proliferaram nos últimos anos os estudos e pesquisas sobre a popularização da corrupção. Com destaque para a

relação entre corrupção política e meios de comunicação, como estudado por um grupo de pesquisadores portugueses, brasileiros e moçambicanos que analisaram os mais recentes e emblemáticos casos de corrupção nos seus respectivos países. Cunha (2015), um dos coordenadores e autores do projeto, afirma que a corrupção política em países democráticos tem a capacidade de revelar muito sobre a sociedade em que ela ocorre.

Sendo uma patologia da democracia, (a corrupção política) tende a clarificar determinadas características sociais, na medida em que a partir da desocultação desses fenômenos ficam mais evidentes as particularidades políticas e econômicas da sociedade onde ocorre, assim como dos seus atores (públicos e privados) e instituições (públicas e privadas). (CUNHA, 2015, p. 22).

As práticas de corrupção, quando desvendadas, têm a “capacidade” de tornar visíveis as fragilidades da democracia e da justiça e também, na visão de Cunha (2015), o *modus operandi* dos meios de comunicação. Em outro estudo (CUNHA; SERRANO; FIGUEIRA, 2015) foi realizada uma série de entrevistas com jornalistas portugueses que cobriram quatro grandes casos recentes de corrupção no país, com o objetivo, entre outros, de tentar decifrar se a maior midiática dos casos corresponde a um aumento real da corrupção ou, pelo contrário, se foi a capacidade para investigar que aumentou; e de que forma o jornalismo tem contribuído para a descoberta da verdade (p. 16).

Não foi possível, segundo Figueira (2015, p. 42), encontrar “respostas unívocas e, menos ainda descortinar uma qualquer unanimidade sobre cada uma das perguntas. O que revela, desde logo, a complexidade de que este universo em torno da corrupção está revestido”. Uma realidade que pode facilmente ser aplicada ao Brasil, onde novas pesquisas e análises teóricas em curso, e futuras, poderão clarear esse entendimento.

## **2.2 - Jornalismo político e democracia**

Na atual democracia brasileira, com pouco mais de 30 anos, a liberdade de imprensa surge como óbvia no noticiário do dia-a-dia, principalmente no noticiário sobre corrupção praticada por agentes públicos. No geral, não há o que se contestar sobre isso, considerando que a imprensa está livre da censura imposta pelos regimes ditatoriais. O comprometimento hoje da imprensa, no Brasil e nas democracias mais avançadas, entre

outros fatores, está ligado, conforme o entendimento de Kovach e Rosenstiel (2003), aos interesses comerciais dos grandes grupos de comunicação. Interesses com alto potencial de comprometer a proclamada liberdade de imprensa.

A conglomeração de negócios informativos ameaça a sobrevivência da imprensa como instituição independente, à medida que o jornalismo se converte em um setor subsidiário dentro das grandes corporações essencialmente voltadas para os negócios (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 53).

O jornalismo político e a cobertura de escândalos políticos não escapam, evidentemente, da prevalência dos interesses comerciais dos grandes grupos de comunicação. Além disso, o componente partidário e/ou ideológico marca presença na produção e publicação deste tipo de noticiário, como será possível identificar ao longo deste texto e nos dados desta pesquisa sobre a postura dos principais jornais brasileiros no período de 30 anos.

No Brasil, a trajetória da imprensa, a exemplo de todo o mundo, se confundiu desde o seu princípio com os movimentos políticos mais importantes do País, com o viés partidário e ideológico refletido nas publicações. Antes, no entanto, de abordar as questões ideológicas da imprensa, vale resgatar alguns estudos teóricos sobre jornalismo, política e democracia. Para começar, uma contribuição de Traquina (2005).

O que é o jornalismo numa democracia? A democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura. Os pais fundadores da teoria democrática têm insistido, desde o filósofo Milton, na liberdade como sendo essencial para a troca de ideias e opiniões, e reservaram ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também, num quadro de *checks and balances* (a divisão do poder entre os poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*) do governo (TRAQUINA, 2005, p. 23).

A liberdade de expressão exercida pela imprensa nas democracias é o que permite aos jornais informar sobre as ações dos governos e de seus opositores, e que dá aos cidadãos a possibilidade de cobrar dos políticos competência, ética e diligência (HERRMANN, 2015). E é neste cenário de liberdade democrática que o noticiário político

e de denúncias contra os políticos se sustenta e se define. Sodré (1977) escreveu que a política teve presença forte e constante no noticiário produzido pelos jornais brasileiros desde o início do século passado, embora de formas distintas do modelo atual. Para Fausto Neto (2002), mais do que uma forte relação com a política, o jornalismo é uma espécie de ventríloquo da política. Cook (2011) avança um pouco mais: a relação entre jornalismo e política é intrínseca.

A interação entre mídia e política é analisada de diferentes formas pelos estudiosos. Para Miguel e Biroli (2010), são duas esferas que se guiam por lógicas diferentes, que interferem uma na outra, mas **não se subordinam**: “Mídia e política formam dois campos diferentes, guardam certo grau de autonomia e a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências; na verdade, trata-se de um processo de **mão dupla**”. Serrano (1999), por sua vez, considera o noticiário político fruto “de um processo de negociação entre fontes e jornalistas baseado em relações de confiança e, muitas vezes, de **cumplicidade**” (p. 12).

Em estudo sobre o comportamento da imprensa brasileira na cobertura de política, Porto (1999) ressalta que não duvida da existência da corrupção entre os políticos, mas destaca como principal característica dessa cobertura a negatividade – a propósito, o mais importante valor-notícia considerado no presente estudo sobre o noticiário de denúncias feito pelos jornais impressos.

A cobertura jornalística do Parlamento tem um caráter enviesado que determina a ênfase negativa, não separando o desempenho medíocre de alguns parlamentares da essência mesma do Legislativo enquanto instituição. Além disso, é óbvio que corrupção e atos antiéticos não são privilégios do Congresso. Entretanto, os meios de comunicação apresentam a classe política de modo *homogeneizado* (PORTO, 1999, p. 59, grifo do autor).

Entre os estudiosos do jornalismo político há uma outra percepção comum: a de que existe uma preferência da imprensa pelos embates entre os representantes dos poderes, entre o presidente da República e os dirigentes do Parlamento, por exemplo. Schudson (2007) afirma que os partidos e suas atividades rotineiras, que, teoricamente, constituem uma das essências da política, são quase invisíveis para a imprensa, pois o interesse maior

é reforçar a fraqueza dos partidos na mente do público. De fato, é uma prática comum em muitos países, no Brasil inclusive, mesmo porque os próprios partidos alimentam o noticiário negativo ao protagonizar desvios éticos e todo tipo de corrupção.

A despeito dessa prática, que corresponde ao legítimo exercício da função vigilante da imprensa, a classe política não se intimida, como se vê diariamente no noticiário nacional, mais notadamente nos últimos anos, quando escândalos políticos ocorreram em série. É inegável que a democracia no Brasil possibilitou melhorias no sistema político. Da simples retomada das eleições diretas para todos os cargos com mandatos ao aperfeiçoamento de mecanismos de fiscalização e controle eleitoral – a urna eletrônica é um exemplo de segurança e transparência reconhecido internacionalmente – e a aprovação de uma legislação mais rigorosa, como a chamada Lei da Ficha Limpa, que restringe candidaturas de pessoas condenadas ou com processos mais avançados. Entre outras medidas.

Já o impacto direto da democracia na melhoria das condições sociais e políticas ainda é considerada restrita, e isso se dá porque a percepção mais comum no Brasil é que a corrupção faz parte do Estado e da política como regra, e não como exceção, o que limita os efeitos positivos dos regimes democráticos (FILGUEIRAS, 2013). O autor relaciona a forte presença da corrupção, mesmo em tempos de democracia e liberdades garantidas, às injustiças sociais e políticas.

O fato é que o Brasil, desde 1988, passou por mudanças institucionais importantes no contexto da democracia, associada a uma cultura política mais crítica e cidadã. Todavia, passamos por um paradoxo: o aprimoramento institucional da democracia não foi seguido da diminuição da corrupção percebida no sistema político e na gestão pública no Brasil. Apesar dos ganhos obtidos com a institucionalização da democracia, a corrupção no Brasil permanece como altamente percebida em função da manutenção de injustiças sociais e políticas. (FILGUEIRAS, 2013, p. 59).

Em tempos de jornalismo político impregnado de denúncias de corrupção e de disputa por poder, a credibilidade e a seriedade da narrativa jornalística se impõem cada vez mais necessária, não apenas como notícia do presente, mas como relatos para o futuro. São alguns dos elementos que dão ao jornalista a característica de um historiador do

presente, como defende Silva (2011) em sua tese de doutorado “Jornalismo e História – O jornalista como historiador do presente”.

Em sua detalhada análise, o autor contesta um dos mais alegados ‘impedimentos’ para o jornalista ser um historiador – a inexistência do distanciamento no tempo entre o acontecimento e a narrativa –, com célebres exemplos: “Se assim o fosse, Tucídides não teria escrito *A História da Guerra de Peloponeso*, nem Júlio Cesar *As Guerras da Gália*, ambas narradas no momento em que elas ocorriam” (p. 162). No Brasil, um dos exemplos mais clássicos de como se faz História com jornalismo de credibilidade é o relato jornalístico de Euclides da Cunha sobre a guerra de Canudos para o jornal O Estado de S. Paulo, no final dos anos 1890. O histórico livro *Os Sertões* foi lançado em 1902.

Não vemos, portanto, razão suficientemente convincente para desqualificar o trabalho do jornalista como historiador do presente em função do não distanciamento do tempo entre o fato e o seu relato. Pelo contrário, acreditamos na possibilidade de análise histórica do relato social da atualidade por atores e testemunhas que ‘vivem’ e ‘narram’ o fato ou acontecimento. [...] nossa conclusão é que o jornalismo, mesmo utilizando personagens como categorias estruturantes, além de outros elementos da literatura ficcional, pode ser considerado historiador do presente; e que sua narrativa, embora às vezes tragam as técnicas de redação de ficção, não são ficção (SILVA, 2011, p. 164-173).

Retomando a análise sobre jornalismo e política, pode-se afirmar que a partidarização, ou ideologização, é outra marca sobejamente relacionada aos meios de comunicação no Brasil, principalmente aos jornais impressos. E não é de hoje, como se diz popularmente, que imprensa e jornalismo andam junto. Como não o é a ocorrência dos casos de corrupção. Um breve resgate da história do jornalismo brasileiro joga um pouco mais de luz sobre esse tema.

A imprensa estreou no Brasil em 1808, com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial criado por D. João VI sem qualquer compromisso com a informação jornalística nem com um noticiário político crítico. Naquele mesmo ano foi criado, aí sim como fruto de uma iniciativa política, o *Correio Braziliense*, que a história registra como o primeiro jornal não oficial do país. Foi fundado, dirigido e redigido por Hipólito da Costa, de Londres, durante toda sua existência (1808-1822), com o objetivo claro de fazer oposição

política à corte portuguesa no Brasil. Ou seja, movido por uma ideologia, ou preferência política.

Foram muitos os jornais criados com o objetivo de fazer política, contra ou a favor dos donos do poder, mas nem todos se apresentavam claramente desta forma. Segundo Sodré (1977), um dos principais exemplos de imprensa áulica foi o *Aurora Pernambucana*, que publicou durante seis meses, em 1821, edições com o objetivo declarado de defender junto ao público “a causa do rei D. João VI e da nação”. Do outro lado, o *Diário Constitucional*, também criado em 1821 na Bahia, tinha a intenção declarada de travar a luta política em favor da independência do Brasil, e assim o fez, protagonizando a primeira campanha política pela imprensa.

Neste período, estava começando a ser repetido no Brasil o modelo do jornalismo dos Estados Unidos, que, na década que antecedeu a Revolução Americana (1776), teve uma atuação marcadamente politizada. Na época, conforme Schudson (2007), os jornais eram subsidiados ou patrocinados por partidos ou facções políticas, e seus editores, mesmo pregando a independência que interessava ao povo, “acabavam por mostrar partidarismo” (p. 116). O autor registra que em meados do século XIX, a imprensa das grandes cidades americanas “era praticamente uma subdivisão dos partidos políticos” e que os “editores estavam intimamente envolvidos em patronato político” (p. 117).

Um pouco mais adiante, no final dos anos 1880, a imprensa brasileira dá um salto (SODRÉ, 1977) e com a monarquia perto do fim foram criados outros jornais relevantes, como *O Estado de S. Paulo*. Primeiro como *Província de São Paulo*, em 1885, e a partir de 1890 com o nome atual. Em 1910, já circulavam, além de *O Estado de S. Paulo* e outras publicações regionais, o *Jornal do Brasil*, *O País*, o *Jornal do Comércio e Correio da Manhã*, entre outros. Em 1911, Irineu Marinho lançou *A Noite*, um jornal moderno para a época e que é considerado o embrião de *O Globo*, que seria criado em 1925. Foi quando a imprensa brasileira começou a ganhar a estrutura empresarial que redefiniria a relação dos jornais com a política (AZEVEDO, 2006).

De fato, no início do Século XX, conforme pesquisas exploratórias em alguns arquivos disponíveis, era possível identificar facilmente as preferências políticas e partidárias desses jornais corriqueiramente publicadas nas capas. Foi nesta época que

começou a ganhar forma no Brasil o jornal de grandes tiragens, focado mais na informação do que na opinião (MELO, 1985; PHILIBERT, 2015). A opinião da imprensa, no entanto, não se tornou irrelevante, à exceção dos períodos de ditadura e censura. Por ser uma forma eficiente de influenciar, a opinião esteve presente em momentos importantes da história brasileira e permanece nos dias de hoje, convivendo com a tendência atual do jornalismo informativo:

Com uma circulação dirigida para os leitores das classes AB (os chamados "formadores de opinião"), os grandes jornais, além da linguagem sóbria e culta, priorizam a cobertura política e econômica e praticam um jornalismo opinativo que coexiste com a tendência mais recente de se fazer um jornalismo de informação. Orientados para a elite e os formadores de opinião, estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos [...]. (AZEVEDO, 2006, p. 5)

Voltando um pouco ao início do século passado, registros históricos indicam que a campanha presidencial de 1910 foi a primeira a mobilizar grupos sociais e econômicos em torno da política. Mas a representação desse movimento nos jornais ocorreu de forma periférica, pelo que se pode depreender de leituras feitas em arquivos da época. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, não deu qualquer destaque ao assunto nas capas do dia da eleição presidencial daquele ano nem nos dias anteriores e subsequentes. Essas leituras exploratórias complementam entendimento de outros estudos de que o fato político e mais ainda a cobertura política focada na cobrança e vigilância da classe política só ganharam notoriedade na imprensa brasileira a partir da eleição presidencial de 1930. Ainda assim de forma parcial.

Na edição vespertina de primeiro de março de 1930, dia da eleição presidencial que elegeu Júlio Prestes – não empossado por causa da Revolução de 30 –, o jornal *O Globo* dedicou toda sua capa ao pleito, inclusive com pequenas notícias sobre ofertas de dinheiro vivo, em envelopes, como tentativas de compra de votos. Já *O Estado de S. Paulo* continuou dando prioridade, neste mesmo dia, às notícias do exterior, uma tradição desde sua criação.

Foi nesta década de 1930 que a imprensa brasileira começou a viver a sua fase moderna (BAHIA, 1999), com o noticiário político crescendo em importância a cada novo movimento das forças políticas que disputavam poder. Essa nova tendência foi estimulada pelas notícias sobre a chamada Revolução de 30, comandada por Getúlio Vargas. Com a consolidação do que hoje é conhecido como a grande imprensa, após a Segunda Guerra Mundial, em meados dos anos 1940, os principais jornais brasileiros (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*) começaram a expandir a cobertura política, com repórteres e articulistas próprios destacados para produzir o noticiário da área.

A esta altura, mais do que opinião, o noticiário político da grande imprensa do Brasil se fortalecia amparado em um jornalismo engajado em causas políticas e partidárias. Uma postura que prevaleceu fortemente entre os anos de 1940 e 1960, quando as notícias políticas eram alimentadas pela rivalidade entre os líderes da União Democrática Nacional-UDN e do Partido Social Democrata-PSD (SEABRA e SOUSA, 2006). Ainda frágil do ponto de vista comercial, a imprensa escrita dependia de recursos e favores públicos, mas, paradoxalmente, como indicam os registros históricos, se envolveu de forma pública na disputa política entre PSD e UDN, e entre varguistas e não varguistas.

Em São Paulo, “*O Estado de S. Paulo*, da família Mesquita, cerrava fileiras contra Vargas desde os anos 1930. No Rio de Janeiro, a *Tribuna da Imprensa*, ligada a Carlos Lacerda, e *O Globo*, da família Marinho, também faziam oposição a Vargas e apoiavam a UDN, enquanto que o hoje extinto *Última Hora*, fundado por Samuel Wainer, endossava Vargas e seu governo. [...] Todos os jornais citados [...] podem ser definidos como órgãos conservadores, ideologicamente liberais tanto do ponto de vista do ideário econômico quanto das crenças políticas. Contudo, como se sabe, os autoproclamados princípios do liberalismo político não impediram que estes jornais participassem ativamente do movimento pela deposição do governo Goulart e apoiassem a instalação do governo militar em 1964. (AZEVEDO, 2006), p. 13).

Em meio ao partidarismo dos jornais, nos anos 1950, ventos de modernidade para a imprensa foram trazidos pelo jornalista Pompeu de Sousa, com a introdução no *Diário Carioca* da técnica do *lead* e com a criação do primeiro Manual de Redação dos jornais brasileiros. Mendez (2005) apresenta as contribuições de Sousa naquele período, e depois, como fundamentais para a transformação do jornalismo brasileiro.

Nesse período, os jornais brasileiros passaram por verdadeiras transformações, primeiro na estrutura administrativa para a organização da empresa comercial, momento crucial para a consolidação da indústria cultural. Em segundo lugar, foram introduzidas inovações técnicas, gráficas e editoriais para uma nova formatação do jornal, em sua aparência gráfica e em seu conteúdo editorial. Uma ebulição que envolveu jornalistas preocupados com a linguagem panfletária, apaixonada, utilizada pela maioria dos que escreviam nos jornais brasileiros, formados na prática da redação diária, mas sem o conhecimento específico, especializado e aprimorado que o mercado editorial passaria a exigir com a indústria de comunicação de massa. (MENDEZ, 2005, p. 02).

A instalação da ditadura militar no Brasil, em 1964, impossibilitou, no entanto, que esses avanços se prolongassem, incorporando, por exemplo, o novo modelo de jornalismo que se desenvolvia nos Estados Unidos e em outras democracias ocidentais. A profissionalização do jornalismo nos Estados Unidos atingiu seu ponto alto entre os anos 1950 e 1960 (SCHUDSON, 2007), mas foi a partir das crises institucionais produzidas pela Guerra do Vietnã, primeiro, e depois, pelo caso *Watergate* no início da década dos anos 1970, que se estabeleceu na imprensa a consciência tanto de suas possibilidades como dos seus perigos. Repórteres e editores assumiram maior autoridade em relação as suas próprias fontes, tornando-se mais independentes e, ao mesmo tempo, ampliando suas responsabilidades.

Sob uma ditadura que se estendeu até 1985, os jornais do Brasil fizeram uma cobertura política formal e burocrática, restrita às fontes oficiais, salvo raras exceções. As colunas assinadas por jornalistas de prestígio, com informações de bastidores, eram os espaços onde a notícia política se apresentava de forma diferenciada, tentando driblar os censores. Mesmo sob a ditadura, o Brasil entrou na fase do jornalismo contemporâneo no final da década de 1970 (BAHIA, 1999), a partir da distensão lenta e gradual promovida pelo regime militar.

Começava a ser colocado em prática o que Traquina (2005) classifica como “liberdade negativa”, para vigiar o poder público e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes. Essa função vigilante da imprensa já vinha sendo praticada pelos principais jornais brasileiros no enfrentamento com os militares, mas só se tornou mais efetiva na reta final da ditadura, na primeira metade dos anos 1980.

A primeira grande campanha da imprensa livre no Brasil foi pela volta das eleições diretas para presidente da República, o movimento político, civil e popular conhecido como *Diretas Já!*, que tomou conta das ruas do País em 1984. O movimento ganhou destaque a partir do jornal *Folha de S. Paulo* e foi adotado posteriormente por outros importantes meios de comunicação, à exceção da *TV Globo*, que resistiu em divulgar a amplitude e relevância da manifestação popular. Como é sabido, a maior rede de televisão do País só se rendeu ao fato político, transformando-o em notícia, quando um dos protestos reuniu mais de um milhão de pessoas no famoso comício da Candelária, no Rio de Janeiro.

Os brasileiros só voltaram às urnas para escolher o presidente da República em 1989, mas durante o governo Sarney (1985-1990) puderam conviver novamente com o jornalismo livre das amarras da censura. Os desmandos e abusos do poder público eram expostos e cobrados nos jornais, e o jornalismo político começava a estabelecer um novo padrão, com ênfase para o noticiário de denúncias contra autoridades e integrantes da classe política.

### **2.3 - Jornalismo e ideologia**

No caso específico do *corpus* analisado nesta pesquisa, os jornais impressos de referência nacional, parece mais adequado falar em partidarização ou preferência política, do que em ideologização dos meios de comunicação. A audiência restrita dos jornais se apresenta, a princípio, como um impeditivo à eventual tentativa de direcionar ou moldar a opinião do receptor, como sugerido nos estudos sobre a influência dos meios de comunicação de massa realizados pelos pensadores da Escola de Frankfurt, na primeira metade do Século XX.

A Escola de Frankfurt (FREITAG, 2004) refere-se a um conjunto de intelectuais e a uma teoria social. O instituto de pesquisa, criado em 1923 e vinculado à Universidade de Frankfurt, iniciou-se voltado para a história do socialismo e do movimento operário, obedecendo a teoria marxista. A partir dos anos 1930 passou a fazer a fazer uma análise crítica dos problemas do capitalismo moderno que privilegiava a superestrutura. É neste contexto que surge em 1947 uma das obras que deram origem à Teoria Crítica: “[...] *A Dialética do Esclarecimento* reflete a atitude crítica de Adorno e Horkheimer em relação à

evolução da cultura nas modernas sociedades de massa, da qual os Estados Unidos seriam a versão capitalista mais avançada” (FREITAG, 2004).

Ao presente estudo não se impõe uma análise aprofundada das pesquisas da Escola de Frankfurt. No entanto, é uma referência que auxilia no entendimento de que os principais jornais brasileiros e sua limitada audiência direta – não considerando aqui os conglomerados de comunicação dos quais fazem parte – não se enquadram no conceito de comunicação de massa. Seus efeitos sobre a audiência estariam mais próximos dos estudos sobre os limites da relação emissor/receptor do que da Teoria Crítica desenvolvida pelos pensadores de Frankfurt.

Para apontar o perfil ideológico da imprensa moderna, Genro Filho (1987), em uma revisão das abordagens teóricas e práticas do jornalismo, lança mão dos conceitos de um dos seguidores da Escola de Frankfurt, Jürgen Habermas. Uma conceituação que, acredita-se, se aplica com propriedade à estrutura atual do jornalismo impresso.

Segundo Habermas, a contradição que se evidencia hoje ao nível da imprensa é aquela entre um “jornalismo crítico” e a “publicidade jornalística”, esta exercida com finalidades meramente manipulatórias. O “jornalismo crítico” ao qual ele se refere espelha-se (ou, pelo menos, é inspirado) naquela segunda fase, no chamado jornalismo “literário” ou “de opinião”. A forma moderna do jornalismo, cujo estilo e natureza foram cunhados pela estrutura empresarial mais desenvolvida, aparece na reflexão de Habermas indissolivelmente ligada ao aspecto publicitário-comercial ou ideológico-manipulatório (GENRO FILHO, 1987, pp. 91-136).

A concepção frankfurtiana de que os meios de comunicação de massa seriam capazes de manipular uma audiência submissa, passiva e acrítica foi exaustivamente estudada por gerações que se seguiram aos pensadores alemães e que exploraram novas teorias sobre os limites dos efeitos do emissor sobre o receptor da mensagem. Katz (1990), por exemplo, afirma, após analisar pesquisas a respeito dos efeitos da comunicação de massa sobre os indivíduos e a sociedade, que elas não confirmam nem justificam uma imagem frequente: a de que esses meios seriam capazes de transformar radicalmente suas audiências. Esses meios, afirma, têm um poder forte, são de fato poderosos, mas seus

efeitos são indiretos (sobre certas condições) e limitados (sobre certos segmentos de público).

Sousa (2000) vai na mesma linha, ao afirmar que todas as teorias e estudos sobre os efeitos da mídia mostram que a comunicação jornalística é um dos agentes que intervêm no processo de construção social da realidade – da forma como esse processo foi enunciado por Berger e Luckmann (1976) – e que a construção última do sentido (da informação) depende do receptor. Não são inexistentes, no entanto, os seus efeitos.

Os efeitos dos meios jornalísticos podem gerar-se numa tipologia individualizada, associada ou acumulada, mas dependem, em última instância, do receptor. Por outro lado, os conteúdos, e a forma como estes são veiculados por cada meio e por cada órgão de comunicação social, produzem determinado tipo de efeitos pessoais, sociais, ideológicos e culturais, que, por sua vez, se vão repercutir sobre o próprio sistema de meios, retroalimentando o processo (SOUSA, 2000, p. 205).

Muniz Sodré (1977), em estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação no Brasil, considera que a mídia não tem o poder de manipular a sociedade, mas sugere a pauta, inclusive a agenda política, e cabe, então, aos receptores aceitarem ou não a sugestão. Pesquisas e estudos mais recentes realizados no Brasil, principalmente sobre a relação entre comunicação e política em anos de eleição presidencial, sustentam a tese de que as mensagens dos meios de comunicação nem sempre são recebidas de forma automática e da mesma maneira por toda a audiência.

Neste caso, todavia, é preciso considerar o dado de que os principais jornais impressos do País – sejam os de referência nacional ou jornais estaduais – fazem parte de grandes conglomerados de comunicação, que incluem emissoras de rádio e de TV, agências de notícias, portais na internet e produtos específicos para assinantes em diferentes plataformas digitais, mídias com grande influência e presença em períodos de disputas eleitorais. Isso implica dizer que uma mesma mensagem reverbera por diferentes meios, não se limitando à reduzida audiência dos jornais impressos.

O poder de influência dessa mídia em grandes eventos políticos no Brasil, como as eleições presidenciais que aconteceram após o fim da ditadura militar, foram analisadas por Miguel e Biroli (2011). A primeira eleição, a de 1989, deu a vitória a um político jovem, de fora da elite política, que soube usar de forma competente e profissional os

meios de comunicação. Fernando Collor, afirmam os autores, construiu sua candidatura "a partir de golpes de marketing e da obtenção da simpatia dos grandes grupos de mídia" (2011, p. 78). A mesma mídia que, três anos depois, tirou o presidente do poder diante da avalanche de denúncias de corrupção.

A leitura de que a mídia tem capacidade de influenciar o eleitorado poderia, pelos resultados das urnas, ser aplicadas as três eleições presidenciais seguintes – 1994, 1998 e 2002 –, mas esse cenário mudou em 2006. A reeleição do presidente Lula foi a vitória de um candidato que “enfrentava a antipatia indisfarçada de todos os grandes conglomerados de comunicação do País” (MIGUEL E BIROLI, 2011, p. 78), após um ano e meio de cobertura negativa ininterrupta do governo, que começou com a publicação da denúncia do mensalão, em junho de 2005. Em 2010, mais uma vez, afirmam, a simpatia dos principais veículos de comunicação não foi suficiente para dar a vitória ao tucano José Serra na disputa com a petista Dilma Rousseff. Os autores ressaltam, no entanto:

Não é o caso de descartar esses meios como irrelevantes. A curto prazo, a mídia de massa continua sendo, de longe, a principal provedora de informações num mundo no qual nossas vidas são afetadas continuamente por fatos que ocorrem longe dos nossos olhos. (...) A longo prazo, é um dos “aparelhos ideológicos” capazes de influenciar na produção dos enquadramentos que presidem as formas de ver o mundo. Assim, não é possível ignorar seu impacto na formação das preferências políticas em geral e, em particular, das escolhas eleitorais (MIGUEL; BIROLI, 2011, p.79).

Essa influência é perceptível nos processos eleitorais e também nas disputas políticas que cercam grandes escândalos de corrupção, como mostram exemplos recentes no Brasil. Para Lima (2006), a mídia é capaz de minimizar ou potencializar a imagem de personalidades políticas, de governos ou de partidos, e alimentar crises políticas como a originada pelo escândalo do mensalão. Essa análise é amparada em uma de suas teses sobre mídia e política no Brasil (2004), que enfatiza que “as características históricas específicas do nosso sistema de mídia contribuem para potencializar o seu poder no processo político” (p. 50). É o que acontece, afirma o autor, quando se tem uma mídia concentrada e dominada por grupos familiares e políticos.

A ideologia dos meios de comunicação não se dá exclusivamente, como pode parecer em um primeiro momento, na área política. Ela é presente também no jornalismo econômico (KUCINSKI, 1996) e, seja na política ou na economia, “os padrões ideológicos do jornalismo surgem, normalmente, dos padrões ideológicos dominantes em cada momento, que são os padrões da elite dominante” (p. 184).

Na política, o jornalismo é condicionado pelas assimetrias que caracterizam as democracias liberais; e na ideologia do jornalismo econômico influem as teorias dominantes em cada período. Em qualquer área e em qualquer tempo, o jornalismo é majoritariamente exercido, como destaca Kucinski, por uma “elite intelectual, que tem papel decisivo na criação de expectativas e no jogo do poder”.

#### **2.4 – Escândalos políticos e jornalismo guardião**

Alguns dos casos recentes de corrupção desvendados no Brasil resultaram em grandes escândalos políticos, ou escândalos midiáticos, como definido por Thompson (2002). Vale citar as conhecidas denúncias que resultaram na perda do mandato presidencial de Fernando Collor de Mello, em 1992; na renúncia forçada de quase uma dezena de parlamentares envolvidos no chamado escândalo dos “anões do Orçamento”; na perda de mandato, renúncia e prisão de mais de 20 políticos envolvidos no “escândalo do mensalão”; e, por último, as denúncias, condenações e prisões da chamada Operação Lava Jato, com envolvimento de políticos, autoridades do governo e empresários.

São vários os aspectos, segundo Thompson, que sugerem que os escândalos políticos são mais comuns nas democracias liberais, entre eles, o fato de a imprensa ter autonomia, ainda que relativa, e o uso dos escândalos como arma para desacreditar opositores ser uma prática estimulada pelo próprio sistema político. Além do declínio moral de integrantes da classe política, Thompson aponta outras características das sociedades democráticas modernas que podem justificar a popularização dos escândalos: a crescente visibilidade dos líderes políticos; a mudança nas tecnologias de comunicação e de vigilância; mudança na cultura jornalística e na cultura política; e a crescente regulamentação da vida política (p. 142). Nesta era de grande visibilidade pública, afirma, o escândalo se converteu em forte característica da vida política das democracias liberais.

Thompson salienta que, embora a tradição do jornalismo investigativo tenha seu início no final do século XIX, ela recebeu um forte impulso durante os tumultuados processos políticos da década de 1960, nos Estados Unidos e em várias partes do mundo. A cultura questionadora e crítica dos anos 60 ajudou a criar um clima que encorajou o jornalismo investigativo e de denúncias. Essa nova perspectiva do jornalismo e o desenvolvimento dos meios de comunicação fizeram com que os políticos e outras figuras públicas se tornassem muito mais visíveis hoje do que no passado. É bem mais difícil para eles, nos dias de hoje, “colocar um véu sigiloso sobre atividades ou acontecimentos que eles prefeririam manter ocultos ao escrutínio público” (p. 22).

Os escândalos políticos estão relacionados frequentemente aos desvios éticos e financeiros e envolvem um líder ou uma figura política. Além dos desvios éticos e financeiros, Thompson define outros dois tipos de escândalos: tragédias pessoais e lutas sociais. No caso do escândalo político, o que ocorre mais frequentemente no Brasil e é objeto de interesse desta pesquisa, o autor afirma que é preciso considerar outros fatores e circunstâncias, como a questão do poder que se busca na política.

Se quisermos compreender a natureza do escândalo político, não podemos nos concentrar na figura, ou no líder político apenas. Devemos levar em consideração as relações e instituições sociais em virtude das quais é atribuído poder público a um indivíduo, ou com respeito às quais o indivíduo procura adquiri-lo (THOMPSON, 2002, p. 124).

Seguindo nesse raciocínio, Thompson parte da premissa de que o escândalo político tem estreita relação com a corrupção e revela muito sobre a natureza do poder e sua fragilidade, pois a publicidade dos escândalos no moderno mundo midiático afeta as fontes concretas de poder (p. 23). A grande visibilidade midiática das últimas décadas é um dos fatores que tornaram o escândalo uma característica proeminente da vida pública nas sociedades modernas. Daí o conceito de escândalo midiático, definido por Thompson.

Para que uma denúncia de corrupção se transforme em um grande escândalo midiático, seguindo a conceituação do autor, é preciso que ela promova uma sequência de ocorrências posteriores. O controle e a dinâmica de todo processo deslocam-se, então, dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e para a mídia (LIMA, 2006). Ou seja, é

a mídia que vai determinar se uma determinada denúncia ou um determinado escândalo político se transformará em um escândalo midiático.

Se, por um lado, os escândalos políticos-midiáticos revelam ao público o que os donos do poder desejam manter em segredo, por outro, eles arrasam reputações – às vezes, injustamente – e apresentam um fator negativo para a sociedade, na visão de Thompson: o aumento do grau de desconfiança em relação aos políticos e às instituições podem levar a um afastamento da população do processo político como um todo e, principalmente, resultar no desinteresse pelo voto (p. 307). Sem apresentar alternativas à forma de divulgação dos desvios dos governantes, o autor elenca vários problemas que podem ser produzidos pelos escândalos políticos e midiáticos, a maior parte deles relativos à perda de confiança das instituições, prejudiciais, portanto, à democracia.

Essa leitura de Thompson encontra respaldo em pesquisas feitas também no Brasil. Porto (1996) é um dos que sustentam que o descrédito da política e de suas instituições constitui “fortes obstáculos” à consolidação das democracias, com o argumento de que a estabilidade dos sistemas democráticos depende, em grande medida, da eficácia (o desempenho real) e da legitimidade (caráter avaliativo do sistema político) dos governos. Porto entende que o jornalismo de denúncias contribui com a crise de confiança do sistema político e acaba gerando elementos de conflito entre mídia e a legitimidade democrática. Embora rejeite qualquer tipo de censura ou controle por parte do governo sobre os meios de comunicação, considera que, no caso do Brasil, é preciso haver uma relação mais harmônica entre mídia e democracia para que sejam garantidas as bases de sustentação do sistema político.

Waisbord (2000) tem uma visão oposta. Em estudo sobre jornalismo investigativo na América do Sul ele sustenta que a divulgação de denúncias contra governantes e políticos tem implicações positivas para a democracia. No seu ponto de vista, não se pode argumentar que há entre os jornalistas uma cultura do escândalo, até porque nem toda denúncia resulta em um escândalo. Para o autor, a eclosão de um escândalo político não depende apenas da atuação da imprensa, mas de vários fatores, incluindo o número de pessoas envolvidas, o posto que elas ocupam na hierarquia do poder e o tipo de desvios cometidos.

Embora escândalos tenham sido definidos como 'revelação de corrupção', é necessário mais do que divulgar a corrupção para que um escândalo se materialize. Não é só porque a imprensa pega um membro do governo desviando fundos ou envolvido em esquemas de violação dos direitos humanos que essa história vira um escândalo. (WAISBORD, 2000, p. 216, tradução livre).

Além de todos esses elementos, uma denúncia de corrupção se transformará em um grande escândalo político, na visão de Prior (2015), a partir do momento em que a acusação sobre as supostas atividades ilícitas causarem na sociedade sentimentos generalizados de desaprovação e repulsa. Para o autor, se a corrupção permanecer latente e, mesmo que revelada, não despertar sentimento de indignação, o escândalo poderá não eclodir.

É neste ponto, conforme Prior, que se sobressai o papel dos meios de comunicação, que desenvolvem, no processo de revelação, divulgação e configuração de um acontecimento, uma narrativa midiática que alimenta o imaginário do leitor ou espectador. Para Prior – numa visão que se distancia do entendimento de Waisbord sobre o papel da imprensa nos escândalos –, a reconfiguração do escândalo político na esfera pública não é um processo aleatório, o acontecimento sofre a ação da mídia, isto é, desenvolve-se literalmente nos meios de comunicação e é moldado por eles.

No mundo moderno, como já dito, o marco dos escândalos políticos divulgados pela mídia é o caso *Watergate*, nos Estados Unidos, no início dos anos 1970, também considerado o marco do jornalismo investigativo nas sociedades democráticas. O caso foi revelado por Bob Woodward e Carl Bernstein, repórteres do *Washington Post*, em junho de 1972, quando os dois iniciaram uma série de reportagens denunciando as ligações do governo republicano de Richard Nixon com a invasão de um comitê de campanha do Partido Democrático. O escritório estava localizado em um edifício com o nome Watergate.

Com o aprofundamento das investigações dos jornalistas, foram colhidas provas sobre a participação de integrantes do governo no arrombamento do comitê e, no rastro, surgiram outras denúncias de irregularidades nos fundos de recursos para a campanha de Nixon e em outras áreas do governo. O escândalo resultou, em 1974, na renúncia forçada

de Nixon, que estava prestes a sofrer um processo de impeachment. Comportamento repetido quase 20 anos depois no Brasil por Fernando Collor de Mello, que, mesmo após a renúncia, não se livrou da aprovação do processo de impedimento no Congresso.

A partir do processo de Collor, os casos de corrupção no Brasil se tornaram mais visíveis e presentes na imprensa, como será detalhado mais à frente. Mas é curioso, destaca Waisbord, que um outro escândalo da política brasileira ocorrido um ano depois não tenha tido o mesmo impacto: a investigação do Congresso sobre desvios de recursos do Orçamento da União pelos parlamentares que integravam a comissão do Parlamento responsável pela aprovação da peça orçamentária.

O caso, que ficou conhecido como o “escândalo dos anões do orçamento”, pelo fato de a maioria dos envolvidos ter baixa estatura, resultou na renúncia de alguns parlamentares que, inevitavelmente, teriam seus mandatos cassados. A maioria foi absolvida pelo próprio Congresso. Não houve punição da Justiça a nenhum dos 18 envolvidos, a maioria deles, porém, não conseguiu votos suficientes para conquistar novos mandatos eletivos nas eleições subsequentes.

Reportagens sobre os desmandos da classe política não eram, nesta época, exclusivas do Brasil. Em levantamento que fez em outros países da América do Sul a partir da queda das ditaduras militares, Waisbord constatou que, como resultado das denúncias de uma imprensa livre e mais ativa, em toda região governos estavam afundados em escândalos políticos. Já constava como uma tendência regional o *watchdog journalism*, que, em tradução livre, significa o jornalismo cão de guarda, ou jornalismo guardião.

Trata-se de um tipo de jornalismo que implica, basicamente, a busca por irregularidades cometidas por políticos ou funcionários de governos. Uma definição que se relaciona com o jornalismo investigativo. Para Waisbord, mais do que os métodos de coleta de notícias ou a reação do público, o que caracteriza o jornalismo de investigação é que os repórteres desenterram informações sobre abusos de poder. E fazem isso não apenas porque a democracia dá garantias constitucionais de liberdade de expressão, mas porque há, de fato, interesse da imprensa em denunciar injustiças e em contribuir com a redução das desigualdades e índices de violência, por exemplo.

Certamente não é pura coincidência que revelações se proliferaram depois que o pêndulo político voltou para o lado da democracia nessas regiões. Democracia oferece condições mais benignas, mas a conexão com *o watchdog journalism* é mais intrínseca do que pode parecer. Primeiro, os direitos constitucionais básicos não são totalmente observados nas democracias da América do Sul. Depois, a persistência da violência e do abuso de direitos humanos, que são alvos de investigações jornalísticas repetidamente, não deixa dúvidas sobre a ideia de que esse possa ser um campo para a prática do jornalismo guardião. E nem a democracia, por si só, é suficiente para as organizações de notícias revelarem abusos de poder (WAISBORD, 2000, pp. 84-85, tradução livre).

Mas é fato também que há uma preferência da imprensa da América do Sul e de quase todo o mundo pelos escândalos políticos. Waisbord cita observação que ouviu de um repórter brasileiro: denúncias sobre corrupção no Congresso Nacional trazem mais prestígio para o profissional do que denúncias sobre injustiças sociais.

A exposição de problemas sociais é mais provável para trazer reconhecimento em meios específicos (universidades, ONGs), mas, gritar 'te peguei' para uma figura pública proeminente, catapultam um repórter para níveis mais altos de audiência e prestígio, principalmente entre fontes oficiais. Entre esses públicos, notícias sobre o racismo ou a pobreza ocupam posição mais baixa do que notícias de irregularidades do governo, na hierarquia de noticiabilidade. Jornalistas observam que leitores e audiência de classe média, os principais consumidores de jornais e outros meios que produzem materiais investigativos, raramente se interessam por reportagens sobre problemas que afetam pobreza e cidadãos marginalizados. (WAISBORD, 2000, p. 96, tradução livre).

Os escândalos políticos são vistos hoje pelos estudiosos da área como uma das principais matérias primas do jornalismo político moderno. Azevedo (2010) aponta duas questões que levam a mídia a explorar “com volúpia” os escândalos políticos: a teoria de cão de guarda de um lado; e de outro, a teoria do valor notícia, ou seja, porque vende mais jornal e dá mais audiência. A “volúpia” inicial da imprensa, um aspecto fortemente criticado no Brasil atual, dá lugar à dinâmica própria dos escândalos:

Como se sabe, para a teoria liberal do jornalismo um dos principais papéis da imprensa é fiscalizar o sistema político, o governo, partidos e políticos. Dentro dessa perspectiva, a imprensa assume a função de um cão de guarda sempre vigilante e pronto para farejar e denunciar atos e comportamentos abusivos ou lesivos aos interesses dos cidadãos e da

sociedade. (...) uma vez na agenda pública, o escândalo passa a ter uma dinâmica própria em que os principais protagonistas deste espetáculo midiático, os jornalistas, os políticos e membros do ministério público e do judiciário e eventualmente do aparelho policial desempenham os papéis centrais. (...) assim, o tempo que cada escândalo se mantém na atenção pública depende da sua visibilidade na mídia e os danos (e favorecimentos políticos) que produzem variam de acordo com a gravidade das acusações e do enquadramento dominante adotado na cobertura da mídia. (AZEVEDO, 2010, p. 14)

Waisbord considera ainda um outro aspecto do jornalismo guardião: a estreita ligação com a *accountability*, que é entendida como a responsabilidade política ou prestação de contas dos políticos. A *accountability* política, na definição de Miguel (2013), indica a obrigação que os poderes públicos têm de se responsabilizar por seus atos. Essa responsabilidade política se aplica de duas maneiras: se refere ao controle que os poderes estabelecidos exercem uns sobre os outros (*accountability* horizontal); e, sobretudo, à necessidade que os representantes têm de prestar contas e se submeter ao veredito da população (*accountability* vertical).

Há questionamentos nesta área de estudos sobre as consequências do jornalismo guardião para a melhoria do sistema político, para a *accountability* dos políticos. Uma das questões levantadas, inclusive por Waisbord, é sobre o fato de, na maioria das vezes, a imprensa só agir diante da indignação do público. Esses críticos afirmam que a indignação do público não pode ser uma característica definidora da prática do jornalismo guardião, a imprensa tem que tomar a iniciativa de farejar mal feitos e divulgá-los.

É preciso, por óbvio, reconhecer as limitações da imprensa quanto à capacidade de promover reformas políticas para corrigir a prática de desvios e corrupção. Waisbord aponta que nenhuma das maiores denúncias de corrupção na política publicadas pela imprensa da América Latina contemporânea cristalizou reformas substanciais. Reformas que dependem, em última instância, dos políticos. Exemplos no Brasil não faltam. Nem por isso, conclui o autor, pode-se afirmar que a ausência dessas reformas é um sinal de que o jornalismo fiscalizador tem sido politicamente infrutífero (2000. p. 242).

Miguel (2013), que tem uma leitura mais crítica sobre alguns aspectos do comportamento da imprensa, concorda que não se pode esperar da mídia esse papel de reformador do sistema político. Neste sentido, ele refuta estudos da própria área de Ciência

Política que apresentam um tipo adicional de *accountability*, denominado *accountability* social, que seria exercido pelas empresas de comunicação e organizações não governamentais (Ongs).

Julgo relevante entender o papel desempenhado pela mídia e pelas Ongs no funcionamento das democracias representativas contemporâneas, mas dar a elas o *status* de uma terceira dimensão da *accountability* é injustificado. São antes instrumentos de indução de *accountability*, cuja efetivação pode ou não ocorrer – funcionários públicos denunciados podem ou não ser condenados, podem ou não ser reeleitos. (MIGUEL, 2013, p. 173).

O tamanho do protagonismo da imprensa nas modernas sociedades midiáticas e as consequências desse novo formato de jornalismo ainda são objeto de estudos empíricos e análises teóricas em curso. Respostas novas surgirão, assim como outras dúvidas e questionamentos. Especialmente sobre a experimentação em curso no Brasil, que começou no início dos anos 1990, como será visto a seguir.

## **2.5 – Casos Collor, compra de votos da reeleição e mensalão**

No Brasil, os grandes escândalos políticos explorados pela imprensa foram provocados praticamente pelo mesmo rol de denúncias, que incluem a malversação e desvios de recursos públicos, compra de votos, financiamento de campanhas eleitorais com caixa 2 (recursos ilegais), favorecimentos em licitações e apadrinhamentos no serviço público, entre outras ações do tipo. Em suma, a corrupção e o suborno político, como resume Azevedo (2010), ao destacar a predominância desse gênero naqueles que classifica como os três maiores escândalos políticos da história republicana recente do Brasil: o suposto “mar de lama” do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), cujo desfecho trágico foi o suicídio do Presidente; o “Collorgate”, com desfecho dramático da renúncia de Fernando Collor de Mello (1990-1992); e o chamado “Caso do Mensalão” que atingiu em cheio o PT e o primeiro governo Lula (2003-2006).

Acrescenta-se a esta lista a denúncia da compra de votos de parlamentares para a aprovação pelo Congresso Nacional da emenda à Constituição estabelecendo a possibilidade de reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos, defendida em 1987 por Fernando Henrique Cardoso e seus aliados durante seu primeiro

mandato (1995-1998). Ainda que o caso não tenha agregado as características de escândalo político midiático, como se verá adiante, é um dos mais emblemáticos casos de corrupção do governo do tucano.

Embora esses e outros episódios de corrupção e desvios de dinheiro público tenham sido destacados pela imprensa e pela História, o caso de maior impacto na recente democracia brasileira foi o que resultou no impeachment de Collor, em 1992, dado que ele foi o primeiro presidente brasileiro afastado do cargo por crime de responsabilidade. Também primeiro presidente eleito diretamente pelo povo, após o fim da ditadura, Collor foi tirado do cargo menos de três anos depois de ter chegado ao Palácio do Planalto, após uma onda de denúncias de corrupção e irregularidades em suas contas de campanha, e também na gestão pública.

Já no primeiro ano de seu governo, em 1990, surgiram na imprensa as primeiras reportagens sobre suas relações impróprias e suspeitas com agências de publicidade que atuaram em sua campanha eleitoral e com empreiteiras que tinham contratos com o governo. Logo ganharam destaque denúncias de um grande esquema de corrupção, que tinha à frente o seu braço direito na campanha, Paulo Cesar Farias, que se tornou depois, no governo, um personagem sombrio. PC Farias, como ficou conhecido nacionalmente, evitava aparecer em público e em demonstrar poder publicamente, mas era tão ou mais poderoso que o presidente, como se dizia à época.

As denúncias ganharam maior consistência a partir de uma entrevista que Pedro Collor de Mello, irmão do presidente, deu à revista *Veja*, em maio de 1992, contando detalhes dos casos de corrupção no governo e acrescentando questões de cunho pessoal, como a suposta preferência do presidente pelo uso de drogas ilegais. Exatamente seis meses depois desta entrevista, o Congresso aprovou o afastamento provisório de Fernando Collor da Presidência. O impedimento definitivo ocorreu em 29 de dezembro de 1992.

E exatamente dez anos depois, Lula seria eleito para um mandato presidencial que começou com popularidade e entusiasmo nas alturas. Foi igualmente atingido por um escândalo político de raras proporções. A principal diferença entre os dois casos está no desfecho político. Lula, como se sabe, foi reeleito em 2006 no rastro do primeiro grande escândalo de seu governo, o mensalão.

Foi em princípio de junho de 2005 que um político aliado do governo Lula, o deputado Roberto Jefferson (RJ), presidente do PTB, decidiu revelar, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, a existência de um esquema de pagamento de propina a políticos parlamentares da base governista. Segundo o deputado, os aliados recebiam do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, uma mesada de R\$ 30 mil, que ele batizou de mensalão. Jefferson fez a denúncia após se sentir abandonado pelo governo no episódio, eclodido um mês antes, que envolveu um apadrinhado seu recebendo propina. O apadrinhado, Maurício Marinho, exercia função de confiança na Empresa de Correios e Telégrafos, como parte da cota do PTB na ocupação de cargos federais.

A entrevista do presidente do PTB e suas consequências promoveram o caso de corrupção nos Correios a um grande escândalo político, a partir da revelação de que o esquema envolvia cinco partidos políticos – PT, PMDB, PL (atual PR), PP e PTB – e dezenas de parlamentares e dirigentes partidários, que, de acordo com a denúncia, receberam pagamentos mensais nos anos de 2003 e 2004, para votar a favor das propostas de interesse do governo federal no Congresso Nacional.

O escândalo dominou o noticiário político por meses, contaminando a campanha presidencial de 2006 – sem evitar, como já dito, a vitória de Lula sobre o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin – e suas consequências se arrastaram por anos, até o ato final, que foi a prisão dos condenados em julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF). A denúncia do Ministério Público foi aceita pelo STF em 2007, mas o julgamento só foi concluído em novembro de 2013, quando foram condenados 24 dos 38 réus, incluindo os petistas históricos José Dirceu e José Genoíno, além de outros políticos, empresários e banqueiros, denunciados por vários crimes, que incluem corrupção, peculato, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta.

Nos dois escândalos – Collor e mensalão –, a imprensa foi protagonista, ainda que se questione a forma, o equilíbrio e o destaque do noticiário. Primeiro, com as respectivas entrevistas de Pedro Collor e Roberto Jefferson, e depois nos desdobramentos das crises.

No chamado “Collorgate”, a exemplo do que ocorreu no *Watergate*, a mídia seria um dos principais protagonistas da crise política. Como todos podem se recordar, o escândalo teve origem na entrevista concedida pelo irmão do Presidente, Pedro Collor, à revista *Veja*. A partir daí, com os desdobramentos do caso, que se transformaria rapidamente numa crise

político-institucional, a mídia, com destaque para os jornais de circulação nacional e revistas semanais, desempenharia um papel ativo na escalada do escândalo através da prática de um intenso jornalismo investigativo que terminou acuando politicamente o Presidente, que, na iminência de ser afastado pelo Congresso, optou pela renúncia. (AZEVEDO, 2010, p. 17).

Em 1992, no episódio da queda de Collor, a imprensa brasileira demonstrou fôlego e força para influir no desfecho da crise. Havia retomado poucos anos antes a liberdade para esmiuçar, investigar e publicar os desvios praticados por políticos e, assim, exerceu papel determinante para expor a crise e conduzi-la à responsabilização (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014).

Cinco anos depois, em 1997, esse mesmo vigor da mídia não se repetiu diante da acusação, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 13 de maio, de que o governo Fernando Henrique comprou por R\$ 200 mil votos de deputados para que votassem a favor da emenda da reeleição. O autor da reportagem foi o jornalista Fernando Rodrigues, que sustenta desde então que “eram cabais” as provas sobre a compra dos votos do deputado Ronivon Santiago (PFL-AC) e outros deputados do Acre para a votação da emenda na Câmara dos Deputados, onde ela foi aprovada no final de janeiro de 1997.

A denúncia repercutiu em outros jornais, mas sem grande destaque nas manchetes e sem a responsabilização dos culpados. Menos de um mês depois da denúncia da *Folha*, em 4 de junho, a emenda foi definitivamente aprovada no Senado.

[...] é de se notar o silêncio acerca do escândalo da compra de votos para a emenda da reeleição. [...] esse evento teve escassa cobertura midiática e foi logo esquecido. Contribuiu para esse fim também a mobilização do governo para abafar o caso, impedindo a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados e contando com a ajuda do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que arquivou o processo. Não houve sequer investigação por parte da Polícia Federal (FERES JR; SASSARA, 2016, p. 210).

Na tese de doutorado “Nunca foi tão fácil fazer uma cruz na cédula? A era FHC nas representações de mídia”, em que aborda o tratamento dispensado pela grande imprensa escrita ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, incluindo os casos de corrupção, Renault (2006) lista episódios em que os principais veículos da mídia impressa,

à exceção da *Folha de S. Paulo*, minimizaram a denúncia da compra de voto. Trataram a acusação ora como um “movimento político que tentava desestabilizar o governo FHC” (*O Estado de S. Paulo*), ora como um “um caso regional de corrupção”, pelo fato de envolver políticos do Acre (*O Globo*). O fato é que, como já visto, a denúncia sequer atrasou o cronograma de votação da emenda no Congresso.

A denúncia da compra de voto não chegou a tumultuar a votação da emenda no Senado. Até senadores que dias antes defendiam a criação de regras para desincompatibilização do presidente (que teria, assim, de deixar o cargo durante a campanha da reeleição) e ameaçavam eliminar o direito de reeleição de governadores e prefeitos não tiveram coragem de propor modificações no projeto aprovado na Câmara. [...] se dependesse dos editoriais e da retórica de alguns dos jornais brasileiros, a emenda da reeleição estaria aprovada sem qualquer problema e com méritos (SILVA, 2006. p. 211-212).

Em 2005, em contrapartida, o caso do mensalão evidenciou uma imprensa que, de um lado, contou com um suporte eficaz do Ministério Público e outras instituições de fiscalização e controle; e, do outro, se apresentou mais vigorosa, mais atenta, e também mais rigorosa no tratamento dispensado ao PT e ao governo de Lula, como mostram outros estudos acadêmicos.

Antes do mensalão, a relação entre a mídia e PT estava em uma fase que poderia ser classificada de amistosa. Essa relação ganhara esses contornos na campanha presidencial de 2002, quando, metamorfoseado em “partido da ordem”, o PT realizava sua integração ao capitalismo de mercado e às formas correntes do fazer político (BIROLI; MANTOVANI, 2013). Um namoro que teve idas e vindas entre 2002 e 2004 e seria interrompido em 2005, quando as tensões se acentuaram novamente.

O protagonismo do PT na política e na crise do “mensalão” foi acompanhado pelo protagonismo da própria imprensa na condução, seleção e amplo destaque dado às denúncias feitas pelo então deputado federal e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson. Desde o início, jornais e revistas que estão entre os principais veículos de informação no Brasil estiveram em cena - ou, se quisermos, fizeram parte da construção da cena que definiu o âmbito e os sentidos da crise (BIROLI; MANTOVANI, 2013, p 206).

A leitura mais comum que se fazia na época do mensalão nos meios acadêmicos e até mesmo nas redações era, em resumo, esta: a chamada grande imprensa estava fazendo uma cobertura mais intensa e mais partidária do que fizera em qualquer outro momento de crise política provocada por escândalos de corrupção. Tese parcialmente confirmada em análises teóricas e estudos empíricos realizados posteriormente. Uma dessas teorias, ao abordar a forma como os adversários políticos do governo alimentaram o noticiário do mensalão, usa o termo oportunismo midiático (ALDÉ; VASCONCELOS, 2008), conceituado como uma rede de ações e reações orientadas para a visibilidade, no contexto de eventos com grande potencial em termos de notícia, como é o caso dos escândalos midiáticos.

Será que a mídia conduz o escândalo ou é conduzida, instrumentalizada pelas estratégias de comunicação oportunistas dos políticos? Na verdade, o que percebemos é uma relação de cooperação entre esses dois campos. (...) A cobertura política do episódio que ficou conhecido como escândalo do “mensalão” nos pareceu um caso emblemático (...) A instalação das CPIs do “Mensalão”, dos Correios e dos Bingos colaborou para abastecer diariamente o noticiário. Lideranças políticas procuraram corresponder à demanda da *mídia*, convocando para depor personagens de alta noticiabilidade, divulgando, aberta ou clandestinamente, documentos para a imprensa, reforçando a denúncia de que o Executivo e o Partido dos Trabalhadores (PT) pagavam mesadas para deputados; e procurando participar do espaço midiático com falas e opiniões alinhadas com a moralidade exigida pelo discurso da imprensa (ALDÉ; VASCONCELOS, 2008, pp. 63-64).

Em uma cobertura tão extensa e longa – foram pelos menos seis meses consecutivos de exposição diária do tema na mídia –, o conflito entre as partes tornou-se outro elemento constante para alimentar o noticiário sobre o escândalo. O conflito como metacategoria jornalística está presente no noticiário político porque a política é uma atividade competitiva onde indivíduos, grupos e partidos estão envolvidos em tensas disputas verbais, parlamentares ou eleitorais (MOTTA; GUAZINA, 2010). Em estudo sobre a cobertura do mensalão pelo *Jornal Nacional*, principal telejornal brasileiro, os autores mostram como a mídia atiza os conflitos durante as crises políticas.

O relato dos conflitos torna o jornalismo político mais aquecido, mais atraente para a audiência. O conflito atrai a atenção, é facilmente compreendido, tanto pelo jornalista quanto pela audiência. Mas, a

cobertura da política pelo jornalismo não apenas representa os conflitos, ela amplifica, ativa, e demarca essas disputas. Na medida em que amplifica, coloca as partes em situações antagônicas, atiça tensões, gera novos enfrentamentos que vão preencher novas páginas e telas. E assim sucessivamente: o sentimento de exasperação com as declarações dos adversários torna a política ainda mais aquecida do que ela é ordinariamente, fazendo com que a mídia passe a ser não apenas o espelho da política, mas um agente acirrador de conflitos. (MOTTA; GUAZINA, 2010, p. 137).

Oportunismo, conflitos e revelações diárias sobre os desvios cometidos pelos agentes públicos e suas consequências renderam anos de atuação frenética da imprensa brasileira na cobertura do mensalão. Sete anos depois da entrevista bombástica de Roberto Jefferson, o caso entrou em outra fase de grande protagonismo da mídia: o julgamento dos acusados pelo Supremo Tribunal Federal, que teve como um de seus elementos mais diferenciadores, na visão de Araújo (2013), o envolvimento apaixonado dos principais meios de comunicação do País. Segundo o autor, o discurso da mídia criou um conjunto de sentidos, que foram associados ao evento e sobejamente mediatizados, sendo o principal desses sentidos o rótulo de “julgamento do século”, combinado com a tentativa de associá-lo a um momento de transformação simbólica do Brasil.

A despeito dos questionamentos sobre os alegados excessos cometidos pela mídia na cobertura dos casos de corrupção do governo petista, Azevedo (2010) – que não aborda os casos de corrupção do governo Fernando Henrique – considera que a grande imprensa brasileira tem assumido sua função de cão de guarda tanto em relação a governos de centro-esquerda quanto de centro-direita. Ainda que em contextos democráticos e jornalísticos distintos, pondera o autor, a mídia deu ampla visibilidade a escândalos que eclodiram em um governo populista (Vargas), em um governo de centro-direita (Collor) e em um governo de centro-esquerda (Lula).

Por outro lado, na tese em que estuda o papel da mídia na construção de representações de um ator político – no caso o presidente Fernando Henrique Cardoso –, Renault (2006), sem fazer paralelo com outros governos e políticos, reforça as suspeitas de um tratamento mais que amistoso dispensado pela imprensa ao tucano. Concluiu que a análise dos dados mostra um conjunto de representações favoráveis a FHC e à chamada Era FHC, e considera que o apoio e a fidelidade da mídia brasileira a Fernando Henrique

decorrem de um ‘pacto de elites’, que esses mesmos veículos representavam e representam ainda hoje no Brasil (RENAULT, 2006, p. 339).

De acordo com o autor, FHC e seu governo contaram, sim, com o apoio significativo da mídia em vários momentos. Também foram criticados e cobrados em outros, mas o noticiário, na maioria das vezes, preservou a imagem do presidente.

[...] de modo geral, os meios de comunicação impressos analisados nesta tese foram generosos com FHC, no sentido que preservaram a sua figura de político e intelectual, a imagem de honestidade. Inclusive em episódios bastante comprometedores para o governo, como os já citados escândalos do Sivam, a compra de votos na votação da emenda da reeleição e o próprio grampo do BNDES, que captou até uma conversa do presidente com o ex-ministro Mendonça de Barros (SILVA, 2006, p. 343).

Ou seja, a imprensa escrita publicava as denúncias durante o período FHC (1995-2002), mas, salvo raras exceções, tentava isentar o presidente de responsabilidade direta. Um cenário distinto das coberturas dos escândalos dos governos Vargas, Collor e Lula, citados anteriormente, que não pouparam a figura do presidente.

## **2.6 – Noticiabilidade e valores-notícia**

Para ser transformado em notícia, um acontecimento precisa ser suficientemente interessante, significativo e relevante, ensinam os teóricos da comunicação nos mais variados estudos sobre critérios de noticiabilidade. Compreende-se por noticiabilidade (TRAQUINA, 2002), um conjunto de critérios e operações que tornam um acontecimento apto a merecer um tratamento jornalístico, a possuir valor como notícia.

Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou um assunto, são suscetíveis de se tornar notícia, isto é, serem julgados como transformáveis em matéria noticiável, por isso, possuindo “valor-notícia” (TRAQUINA, 2002, p. 173).

No princípio da imprensa escrita, os principais critérios de noticiabilidade, segundo Traquina (1993), eram as tragédias, informações sobre pessoas conhecidas, situações insólitas, guerras e grandes fenômenos naturais. Critérios que ainda hoje prevalecem, acrescidos de outros fatores e componentes externos.

Silva (2005) entende noticiabilidade como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo de produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (p. 96).

É reducionista, portanto, definir noticiabilidade ou somente como conjunto de elementos por meio dos quais a empresa jornalística controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos ou apenas como o conjunto de elementos intrínsecos que demonstram a aptidão ou potencial de um evento para ser transformado em notícia. Noticiabilidade seria a soma desses dois conjuntos, acrescentada daquele terceiro que trata de questões ético-epistemológicas (SILVA, 2005, p. 97).

O conceito de noticiabilidade abarca (SILVA, 2005) os conceitos específicos de valores-notícia e seleção de notícias, que, por sua vez, reúnem uma série de critérios que atuam concomitantemente na produção da notícia. Além de elementos básicos de noticiabilidade, como interesse e relevância, pode-se enumerar dezenas de valores-notícias, que são os atributos que orientam principalmente a seleção primária dos fatos e que auxiliam o jornalismo a definir qual acontecimento será permitido ao público conhecer ou não. Para Silva (2005), valores-notícia devem ser definidos como as qualidades dos eventos, e não “da sua construção jornalística” (p. 99).

Na segunda metade do Século XX, Galtung e Ruge (1965, apud SILVA, 2005) estudavam como os acontecimentos se transformavam em notícias e chegaram a onze valores-notícia: frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo. Posteriormente, esses valores-notícias foram ampliados e desdobrados por diversos autores.

Em seus estudos, Traquina, por sua vez, dividiu os valores-notícia em dois (SOUSA; LIMA, 2012, pp. 30-31): de seleção e de seleção contextual. Os de seleção são

morte, notoriedade, proximidade, relevância ou impacto, novidade, atualidade, notabilidade, surpresa ou controvérsia, infração (de regras e normas) e escândalo. Entre os valores-notícia de seleção contextual estão a disponibilidade do acontecimento, ou seja, a facilidade com que é possível fazer a sua cobertura, o equilíbrio do noticiário, o potencial de cobertura em imagem e a concorrência. Traquina apresenta uma série de outros fatores que podem influenciar na definição do que é notícia e de como ela se apresenta ao leitor, entre eles a política editorial, os recursos da organização noticiosa, a necessidade de produtividade e o peso da direção, dos proprietários e dos anunciantes (Traquina, 2002: 201-202, apud LIMA; SILVA, 2012).

No que diz respeito ao objeto de estudo da presente pesquisa, as denúncias de corrupção no poder público, as notícias são guiadas por alguns dos critérios de noticiabilidade elencados por autores variados (GALTUNG E RUGE, 1965; WOLF, 1999; TRAQUINA, 1993, 2002, 2005; SILVA, 2005), principalmente aqueles relativos à proeminência ou hierarquia dos envolvidos no fato, relevância, conflito, disputa, interesse nacional, grandes quantias (em dinheiro) e negativismo. Tornaram-se cada vez mais comum nos jornais brasileiros, na última década em especial, manchetes com destaque para os nomes das pessoas envolvidas e para o montante de recursos públicos desviados.

O negativismo chegou à imprensa brasileira por influência, como na maior parte das vezes, do jornalismo praticado nos Estados Unidos. Segundo Serrano (2005), o aumento do negativismo foi identificado pelo acadêmico norte-americano Thomas Patterson (1993) desde as eleições presidenciais americanas de 1960. Posteriormente, outros autores reconheceram o crescimento do negativismo na cobertura da política nos EUA e também em países da Europa. São muitos os estudos sobre a cobertura negativa feita pela imprensa, mas são divergentes as explicações para esse comportamento dadas pelos autores, como observa Serrano:

Estudos sobre a cobertura jornalística do Congresso americano mostram, também, o crescimento da cobertura negativa, sendo o dado mais notório o fato de as mensagens apresentarem os candidatos como alguém em quem não se pode acreditar (Capella e Jamieson 1997). Por seu turno, Niven (2001) detectou mudanças na popularidade dos presidentes dos EUA no sentido do aumento do número de notícias negativas. As explicações para o negativismo das notícias diferem entre os investigadores. Nos EUA, Patterson (1994) atribui as maiores responsabilidades ao Watergate e à Guerra do Vietnã, Jamieson (1992) às campanhas eleitorais e à “política suja”, enquanto Wilke e Reinemann (2001) o atribuem a mudanças na ideologia dos jornalistas. Hallin (1992),

acrescenta a estes argumentos os desenvolvimentos tecnológicos dos media e a profissionalização das campanhas praticada pelos políticos e pelos peritos de relações públicas (SERRANO, 2005, p. 114).

O grau de negatividade de um fato pode ser considerado o valor-notícia mais forte do noticiário de denúncias de corrupção contra políticos e autoridades de governos produzido por jornais impressos no Brasil, principalmente nos tempos recentes de crises políticas provocadas por escândalos. É aquilo que, no cotidiano do jornalismo, está relacionado ao velho clichê de quanto pior, melhor, ou *bad news, good news*. Quanto mais negativo nas suas consequências é um acontecimento, mais probabilidade ele tem de se transformar em notícia (GALTUNG e RUGE, 1965, apud WOLF, 1999, p. 182). As grandes somas em dinheiro público desviado, a condenação e cassação de mandatos políticos, a prisão de autoridades públicas e privadas são os acontecimentos que têm garantido uma quase que permanente cobertura negativo da política brasileira.

Para concluir sobre o valor-notícia negativismo, Motta (2002) reforça que um fato negativo, que representa ruptura social, é mais fácil de ocorrer, é menos ambíguo e mais noticiável. Por outro lado, “acontecimentos positivos são por natureza mais lentos, mais banais, mais esperados, mais programáveis e, por conseguinte, menos noticiáveis” (p. 311). Ou seja, é mais fácil para o trabalho jornalístico captar mais os acontecimentos pontuais, que se caracterizam pela ruptura, do que os constantes, que representam permanência.

Outra contribuição importante para a produção do noticiário de denúncias que alimenta os grandes escândalos é a dos “promotores da notícia”, conceito apresentado por Molotch e Lester (1974, apud SOUSA, 2000) para caracterizar as fontes que tentam transformar, por interesse, um fato em um acontecimento público e/ou que tentam, por vezes simultaneamente, impedir que outros fatos atinjam idêntico estatuto (SOUSA, 2000, p. 69).

Para Molotch e Lester, segundo Sousa (2000), os escândalos são um tipo de acontecimento que é transformado em notícia pelos promotores (ou fontes da informação) que têm propósitos diferentes dos executores (do acontecimento), que, por sua vez, ficam surpreendidos com a revelação pública da informação. Uma prática que tenta alterar as

rotinas produtivas do jornalismo e que, quando bem-sucedida, reforça o poder do dono da informação e da imprensa de tornar público, ou não, o acontecimento:

As notícias seriam uma construção e o campo do jornalismo um espaço dinâmico em que interagiriam promotores de notícias e jornalistas (e o próprio público), que lutariam pela definição de sentidos para os fatos, havendo fatos que, nesse espaço negocial, seriam avaliados como acontecimentos e outros não (SOUSA, 2000, P. 69).

No estudo sobre a sistematização dos critérios de noticiabilidade, Silva (2005) propôs uma tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis, dividida em 12 blocos. Destaca-se a seguir aqueles mais presentes no noticiário de corrupção dos jornais impressos:

- . **Impacto**: número de pessoas envolvidas, número de pessoas afetadas e grandes quantias (em dinheiro desviado);
- . **Proeminência**: posição hierárquica, elite (indivíduo, instituição, país);
- . **Conflito**: disputa (política, de poder);
- . **Polêmica**: escândalo;
- . **Proximidade**: geográfica;
- . **Governo**: interesse nacional;
- . **Justiça**: julgamentos, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais e crimes.

No caso do noticiário de corrupção envolvendo atores políticos, o conflito que se segue em função das disputas políticas e por poder é mais do que um valor-notícia, na visão de Guazina e Motta (2010). Os autores, como já visto, trabalham a hipótese do conflito como categoria estruturante da retórica jornalística, uma metacategoria dramática estruturante do que virá a ser uma notícia sobre política, para além do conceito de Traquina sobre a bipolaridade da imprensa:

Concordamos com Traquina (2005, p. 47-8) quando diz que os jornalistas têm o hábito de ver o mundo de maneira bipolar, isto é, através de polos

opostos tipo o bem x o mal, o pró x o contra. A objetividade, a rapidez e a vontade de simplificar a realidade, diz o autor, contribuem para se ver o mundo de maneira bipolarizada. Essa visão leva os jornalistas a dramatizar naturalmente a percepção e o relato dos fatos e a desenvolver um gosto pela dramatização e a retórica do conflito, ou pela oposição entre ideias e fontes. Traquina desenvolve um argumento convincente, mas não o suficiente para compreender o conflito como pré-categoria estruturante da notícia. (GUAZINA E MOTTA, 2010, p. 134).

Quando o jornalismo não estabelece o conflito, a tendência é que a notícia não se propague, como foi visto no caso do escândalo da compra de votos para a reeleição. Para que um acontecimento relativo a denúncias se transforme em escândalo político, entendem Aldé e Vasconcelos (2008), a noticiabilidade e o valor-notícia das transgressões devem ser compartilhados pela imprensa e seus leitores, ingressando no circuito de notícias que pautam os outros veículos e o debate público. Essa hipótese foi verificada na cronologia do caso do mensalão pelos autores, que resgataram a primeira denúncia sobre o assunto publicada no *Jornal do Brasil*, em setembro de 2004. Na ocasião, no entanto, o assunto não ganhou relevância, não gerou repercussão em outros veículos da imprensa e nem mobilizou os políticos.

A reportagem do *Jornal do Brasil* informava que o deputado fluminense Miro Teixeira, que exercera até pouco antes o cargo de líder do governo na Câmara dos Deputados, havia dito que o governo comprava votos de parlamentares. “No dia seguinte, o próprio deputado desmentiu a informação, e nenhum outro órgão de imprensa ou ator político colaborou para manter o assunto em discussão”, afirmam Aldé e Vasconcelos (2008, p. 65), concluindo que essa primeira denúncia da compra de votos enfrentou resistência por parte dos outros órgãos de imprensa e dos atores políticos, que não cooperaram para ampliar a visibilidade do evento. Como se sabe, a denúncia se transformou em escândalo em 2005.

Um episódio que encontra respaldo nos estudos de Tuchman (2002), entre outros autores, sobre as rotinas produtivas da notícia, dos jornalistas e dos meios de comunicação, que “definem e moldam” o acontecimento de acordo com as atividades dos próprios jornalistas e das empresas durante o processo de produção da notícia. Sem o relato informativo que transforma fatos em notícias, afirma Tuchman, acontecimentos relevantes como o caso do assalto à sede do Partido Democrático (EUA) que resultou no escândalo *Watergate* ficariam mantidas nos subterrâneos do poder (p. 92).

Além dos critérios de noticiabilidade e dos valores-notícia, são vários os fatores determinantes no processo de seleção, construção e transformação de um fato em notícia. Vale destacar mais um deles, o autoproclamado papel de Quarto Poder da imprensa, que, dentro do modelo ocidental de jornalismo (SOUSA, 2000), é exercido cada vez mais por meio das reportagens de denúncias de corrupção e desmandos dos governos e da classe política. Para Traquina (2005), essa função de fiscalizar e denunciar o poder público, com uma leitura cada vez mais crítica do discurso das fontes de informação, não se trata apenas de exercer poder, está incorporado ao *ethos* jornalístico.

No Brasil, essa postura tem se tornado cada vez mais frequente na cobertura dos acontecimentos políticos, com prevalência do valor-notícia de negatividade, desde o impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992, passando nos anos 2000 pelo escândalo do mensalão. E, mais recentemente, pelas denúncias de corrupção reveladas pela Operação Lava Jato, que revelou um grande esquema de corrupção desbaratado por uma ação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público e Justiça Federal na maior empresa estatal do País, a Petrobras, tendo como consequências a acusação, prisão e condenação de políticos, integrantes do governo e proprietários e executivos de grandes empreiteiras, além de apreensão de grandes quantias em dinheiro público desviado.

## **Capítulo 3**

### **Pressupostos metodológicos**

Para guiar a pesquisa sobre os conteúdos publicados nas capas dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, escolhidos como *corpus* deste estudo, a opção considerada mais adequada foi a utilização dos conceitos e ferramentas da análise de conteúdo (AC), com as abordagens quantitativas e qualitativas desenvolvidas por diversos estudiosos. A definição de um período tão longo para o estudo empírico, 30 anos, exigiu a adoção de um outro método: a pesquisa por amostragem, com aplicação da técnica

conhecida como semana construída ou semana artificial. Os estudos sobre valores-notícia, como já visto, auxiliam na análise e entendimento dos dados pesquisados.

Estabeleceu-se para esta pesquisa que as chamadas de capa, incluindo a manchete principal, seriam consideradas como o indicador da presença do noticiário de denúncias nas edições. Para avaliar a relevância dada pelo jornal ao tema corrupção seriam consideradas unicamente as denúncias publicadas como manchete principal da edição.

Para apurar a presença e a relevância do noticiário de corrupção nas capas dos jornais foram utilizadas duas formas de contabilizar os dados: a primeira, com a quantificação das chamadas (presença) e das manchetes (relevância) e quanto elas representam, ano a ano e por períodos, do total de denúncias capturadas nas capas (3.165); a segunda, pela proporção de edições que publicaram chamadas e manchetes dentro do total analisado (4.015 capas) e dos totais parciais (por ano e por governo), o que apresenta um resultado mais representativo para períodos fechados, pois indica em quantos dias (ou edições) de um determinado período a denúncia teve presença e/ou relevância. No próximo capítulo, sobre a análise dos dados, essa contabilização será melhor compreendida em texto, gráficos e tabelas.

Os métodos, técnicas e o detalhamento do *corpus*, das unidades de análise e dos tipos de notícias consideradas como denúncias de corrupção envolvendo agentes públicos serão abordadas neste capítulo.

### **3.1 - Análise de Conteúdo e suas ferramentas**

A Análise de Conteúdo (AC) surgiu inicialmente nos Estados Unidos, no final dos anos 1940, nos estudos de Bernard Berelson e Paul Lazarsfeld, como uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da Comunicação. Nas palavras de Bardin (1977), trata-se de um “conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 40). Ou, como sugere Porto (2015) em um conceito

simplificado, “os analistas de conteúdo analisam as mensagens constantes das notícias de jornal/impressão” (p. 16).

Dentro do objetivo do presente estudo de verificar nas capas dos jornais a presença e a relevância do noticiário de corrupção e outros desvios cometidos por agentes públicos, aplica-se com propriedade a definição de Bardin, no sentido de que na análise quantitativa o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo; e na análise qualitativa é a presença ou ausência de uma dada característica de conteúdo que é tomada em consideração. Duas funções que se complementam e auxiliam na análise dos significados do conteúdo publicado.

Aceita-se mais favoravelmente a combinação da compreensão clínica com a contribuição estatística. [...] a análise de conteúdo já não é considerada exclusivamente com um alcance descritivo, pelo contrário, toma-se consciência de que a sua função ou o seu objetivo é a inferência. Que esta inferência se realize tendo por base indicadores de frequência, ou, cada vez mais assiduamente, com a ajuda de indicadores combinados, toma-se a consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações. (BARDIN, 1977, p. 23).

No entendimento de Bardin, as inferências ou deduções lógicas que o analista depreende do texto podem responder, entre outras questões, sobre as causas que levaram ao enunciado analisado, e também às consequências que ele provavelmente vai provocar. No caso específico das denúncias, com a Análise de Conteúdo será possível identificar pelo o que não foi dito ou pelo o que não está explícito, informações, por exemplo, a respeito do que originou a notícia e os interesses implícitos.

Em defesa do método, Herscovitz (2007) resgata o conceito de um dos fundadores dos estudos de comunicação nos Estados Unidos: “Para Lasswell (1927; 1936), a análise de conteúdo descrevia com objetividade e precisão o que era dito sobre um determinado tema, num determinado lugar e num determinado espaço” (2007, p. 124). Herscovitz entende que, pela aplicação efetiva das duas vertentes, análises quantitativas e qualitativas, pode-se observar tanto a frequência e a ocorrência como o contexto em que a informação foi produzida, além de significados que não estão explícitos.

A tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões, de forma que os conteúdos manifestos

(visível) e latentes (oculto, subentendido) sejam incluídos no mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente do texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual é dirigido. (HERSCOVITZ, 2007, p. 126).

Bardin destaca que a Análise de Conteúdo atende ainda dois objetivos: a superação da incerteza, que implica em confirmar que a visão percebida inicialmente pelo pesquisador está verdadeiramente lá no objeto analisado e pode ser compartilhada por outros; e o enriquecimento da leitura, ou seja, uma leitura mais atenta permite aumentar a produtividade e a pertinência da análise feita ao primeiro olhar. Conceitos que se aplicam ao objeto deste estudo, considerando todas as nuances e implicações políticas e de disputa de poder implícitas no noticiário de denúncia.

Nos estudos empíricos da área de comunicação, em qualquer meio, seja impresso ou digital, a Análise de Conteúdo “constitui-se num instrumental rico, versátil e multifacetado, que pode ser combinado com outras técnicas sem prejuízo de nenhuma delas” (JORGE, 2015). A autora salienta a sobrevivência e importância do método nos tempos modernos em que a tecnologia permite, por exemplo, o acesso aos arquivos digitalizados da imprensa escrita, instrumentos utilizados pela presente pesquisa e que, pela possibilidade de checagem a qualquer momento, dão mais confiabilidade e segurança ao pesquisador.

Do mapeamento de tendências ao exame de materiais efêmeros – como os próprios arquivos da internet, símbolos, mitos e imaginário sócio-político – a Análise de Conteúdo clássica agrega nos tempos atuais a vantagem da digitalização, possibilitando a realização de testes e a repetição de medidas para confirmação, e organizando o conteúdo. Permite ainda programar análises quantitativas e qualitativas num marco teórico mais amplo e diversificado, onde essas duas técnicas se complementam e geram inferências valiosas (JORGE, 2015, p. 273).

### **3.2 – Delimitação do *corpus* e das unidades de análise**

Foram escolhidos como *corpus* desta pesquisa os três jornais impressos brasileiros considerados de referência nacional – *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Esta é a ordem de apresentação dos jornais, nos textos e tabelas ao longo do estudo, e assim foi definida a partir dos dados sobre circulação média diária dos jornais impressos

registrados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC),<sup>1</sup> considerando os melhores resultados dos três jornais nos últimos dez anos.

Neste *corpus* foram analisadas as edições publicadas entre 15 de março de 1985, quando se iniciou o período de redemocratização do Brasil depois de mais de 20 anos de ditadura militar (1964-1985), e 31 de dezembro de 2014, último dia do último período completo de mandato presidencial até o início do trabalho de campo. O estudo abrangeu, portanto, os períodos de governos dos presidentes José Sarney (1985-1990); Fernando Collor (1990-1992); Itamar Franco (1992-1994); Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002); Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010); e Dilma Rousseff (2011-2014).

Com o intuito de facilitar a tabulação de dados em tabelas e gráficos na divisão dos períodos de governos, após inúmeras tentativas e checagens, optou-se por aplicar ao calendário duas adaptações. A primeira refere-se ao final do mandato de Sarney, que terminou em 15 de março de 1990, mas que, para a contabilidade dos dados, se encerrou em 31 de dezembro de 1989; esta decisão foi amparada pela verificação de que nos dois meses e meio de 1990 (janeiro, fevereiro e 15 dias de março) não foi capturada nas capas nenhuma notícia de corrupção relacionada ao governo Sarney, o que não mudava, portanto, os dados relativos ao período de seu mandato presidencial.

A segunda adaptação se deu nos períodos dos governos Collor e Itamar. Considerou-se como fim do período relativo ao mandato de Collor 30 de dezembro de 1992, data em que ele foi afastado definitivamente da Presidência da República; e não 29 de setembro de 1992, quando a Câmara dos Deputados aprovou seu afastamento temporário para dar início ao processo de impeachment. Desta forma, o período do governo Itamar inicia-se, portanto, em janeiro de 1993, e não em outubro de 1992, quando ele assumiu temporariamente o cargo de presidente.

---

<sup>1</sup> Os dados fechados de 2015 pelo IVC indicam que neste ano *O Globo* ultrapassou a *Folha de S. Paulo* em quase quatro mil exemplares, interrompendo a trajetória de líder do jornal paulista neste grupo de referência nacional por 10 anos. Ao longo dos 12 meses de 2015, *O Globo* teve circulação média de 193.079 exemplares impressos; a *Folha*, 189.254; e *O Estado de S. Paulo*, 157.761 exemplares. O jornal *Super Notícia*, de Belo Horizonte, registrou a maior circulação média em 2015, com 249.297 exemplares impressos. Sua distribuição é concentrada no estado de Minas Gerais, o que não lhe confere, portanto, a classificação de jornal de referência nacional, primeiro critério adotado para a definição do *corpus*.

Para a definição das unidades de análise, considerando que se trata de um estudo sobre jornais diários em um período de 30 anos, a escolha se deu, por óbvio, pela técnica da pesquisa por amostragem. Decisão amparada por conceitos teóricos, como os de Barbetta (2004, apud HERSCOVITZ, 2007), que sustenta que as técnicas de amostragem tradicionais são econômicas, poupam tempo, são confiáveis e facilmente obtidas. E também pelas técnicas desenvolvidas e sugeridas por Bauer (2000) com o objetivo de dar maior representatividade ao objeto nas pesquisas por amostragem.

A amostragem garante eficiência na pesquisa ao fornecer uma base lógica para um estudo de apenas partes de uma população sem que se percam as informações – seja esta população uma população de objetos, animais, seres humanos, acontecimentos, ações, situações, grupos ou organizações. Como pode o estudo de uma parte fornecer um referencial seguro ao todo? A chave para decifrar este enigma é a representatividade. A amostra representa a população se a distribuição de algum critério é idêntica tanto na população como na amostra (BAUER, 2000, p. 40-41).

A representatividade, no caso da análise dos jornais diários com publicações regulares – como se configura o *corpus* da pesquisa –, pode ser garantida pela aplicação da técnica conhecida como semana artificial, ou semana construída, sugerida por Bauer. Esse processo implica em selecionar uma data, por sorteio, da primeira semana do período inicial da pesquisa, no caso, a semana compreendida entre 15 e 22 de março. A partir da data sorteada, serão escolhidas as seguintes, a cada sete dias. Por exemplo, se a data sorteada for dia 17, um domingo, a próxima data a ser pesquisada será dia 25, segunda-feira. E, assim, sucessivamente, garantindo que todos os dias da semana sejam contemplados pela análise.

Bauer expõe seus argumentos em favor da formação de uma semana construída no lugar da escolha de datas aleatórias:

Uma estratégia comum de amostra para publicações regulares é a "semana artificial". As datas do calendário são um referencial de amostragem confiável, de onde se pode extrair uma amostra estritamente aleatória. Datas aleatórias, contudo, podem incluir domingos, quando alguns jornais não são publicados, ou os jornais podem fazer publicações em um ciclo, como por exemplo, a página sobre ciência ser publicada às quartas-feiras. Em tais casos, então, a fim de evitar distorções na amostragem de notícias sobre ciência, seria necessário garantir uma distribuição equitativa de quartas-feiras na amostra. Uma semana tem

sete dias, desse modo, escolhendo cada terceiro, quarto, sexto, oitavo ou nono, etc. dia, por um longo período, é criada uma amostra sem periodicidade. Para cada edição selecionada, todos os artigos relevantes são selecionados. (BAUER, 2000, p. 197-197).

Mais uma vez, o longo período estudado impôs outra definição: a escolha das capas como unidades de análise. Embora pareça restritiva, num primeiro momento, a análise das primeiras páginas dos três jornais atende aquilo que se pretende com esse estudo, que é mensurar a presença e a relevância das notícias relativas a corrupção. É fato que há notícias sobre corrupção que estão no corpo do jornal, em suas páginas internas, mas não estão na capa. No entanto, entende-se que aquilo que está nas capas é considerado bastante representativo, principalmente para o aspecto relativo à relevância, à importância dada pelas publicações ao noticiário de denúncias, que é o foco maior desse estudo.

Foi possível realizar a pesquisa dos jornais escolhidos nos próprios endereços eletrônicos de cada publicação na internet, uma vez que as respectivas empresas já disponibilizaram para os assinantes todos seus arquivos digitalizados. Como se verá em detalhes no próximo capítulo, sobre a Análise de Dados, foram analisadas na amostra definida 4.015 capas, distribuídas de forma praticamente igualitária entre os três jornais, com uma pequena diferença, a menor, para *O Estado de S. Paulo*, que, por opção editorial e empresarial, não publicou edições nas segundas-feiras por longos períodos de sua história. No caso da pesquisa, essa ausência se deu entre 1985 e 1991.

Além das 4.015 capas da amostra, foram analisadas ainda, de forma complementar, dezenas de outras capas, com o objetivo de compreender melhor o tratamento dado a determinado assunto. Para saber, por exemplo, por quantos dias seguidos uma determinada denúncia permaneceu como manchete dos jornais. Os resultados desta pesquisa complementar estão expostos em vários momentos no capítulo da Análise de Dados.

No entanto, essa busca extra só foi possível de se realizar – respeitando os limites e o tempo da pesquisadora – nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, que disponibilizaram na internet um arquivo em que é possível visualizar, de uma só vez, as capas de um mês inteiro, facilitando a contabilidade e análise. O arquivo digital de *O Estado de S. Paulo* demandaria um tempo muito maior para a pesquisa, o que, concluiu-se, não se justificaria, dado que é grande a semelhança entre as três publicações em períodos de grandes escândalos midiáticos, como se verá mais adiante.

### 3.3 – Categorias e indicadores

Antes de detalhar os tipos de notícias analisadas e quais crimes e desvios cometidos pela classe política foram considerados neste estudo, vale um breve resgate do contexto político em que se dá a pesquisa. Trata-se do mais longo período de normalidade democrática vivido pelo Brasil em sua História recente, o que implica dizer que, oficialmente, inexistem as amarras da censura imposta à imprensa pelos regimes autoritários.

Nas democracias, diz Thompson (2002), a busca de segredos ocultos e a revelação desses segredos se tornaram parte legítima da atividade jornalística na tarefa de denunciar e atacar a corrupção e o abuso de poder de integrantes dos governos e dos parlamentos. Sousa (2000) considera que o noticiário de denúncias contra a classe política deve ser independente do Estado e dos poderes e tem o direito de reportar, comentar, interpretar e criticar as atividades dos agentes públicos, sem qualquer ameaça de repressão. São atividades que, teórica e juridicamente, os jornais brasileiros estão aptos a exercer desde 1985.

Estabeleceu-se, então, em primeiro lugar, que a presente pesquisa buscava identificar nos jornais a importância dada à corrupção praticada por agentes públicos. Ou seja, as acusações e denúncias sobre desvios éticos e administrativos, e todo tipo de irregularidades cometidas por representantes do poder público – seja no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, e nos níveis federal, estaduais e municipais –, que resultaram em prejuízo financeiro e administrativo para os cofres públicos. Ou que resultaram em promoção e benefício aos autores do delito e/ou a terceiros.

Foram considerados agentes públicos todas as servidores do País e pessoas no exercício de funções no poder público. Ou seja, todas as pessoas contratadas, direta ou indiretamente pelo poder público, concursadas ou não, envolvidas em ações, gestões, projetos e contratos financiados com o dinheiro do contribuinte. A seguir, os principais exemplos de agentes públicos categorizados pela pesquisa:

. **Autoridades e servidores do Executivo (governos federal, estaduais e municipais):** presidente da República, governadores, prefeitos, ministros de Estado,

secretários estaduais e municipais, funcionários de alto escalão, servidores comissionados, dirigentes de empresas públicas e servidores em geral;

. **Políticos com mandatos eletivos:** presidente da República, governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores;

. **Políticos sem mandato eletivo, mas com funções públicas ou partidárias:** dirigentes de partidos políticos<sup>2</sup>, ex-autoridades (ex-governadores e ex-prefeitos, por exemplo) e políticos no exercício de funções públicas;

. **Autoridades e servidores do Legislativo:** dirigentes administrativos, servidores comissionados e funcionários em geral do Congresso Nacional, do Tribunal de Contas da União, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores;

. **Autoridades e servidores do Judiciário:** ministros de tribunais, desembargadores, juízes, dirigentes e funcionários em geral da Justiça;

. **Autoridades e servidores do Ministério Público da União (federal e estadual):** procurador-geral da República, procuradores, promotores e servidores em geral.

Na pesquisa foram, portanto, consideradas todas as notícias em que uma ou mais pessoas, ou empresas, classificadas como agentes públicos, aparecem como acusados e/ou suspeitos de crimes e outros desvios relativos à administração pública. Notícias que envolvem desde corrupção em seus variados tipos, crimes eleitorais e tráfico de influência a práticas consideradas indevidas e/ou imorais, como nepotismo<sup>3</sup> e usufruto de mordomias e privilégios financiados com dinheiro público. Irregularidades que abarcam, por exemplo, o uso da máquina e dos recursos públicos em benefício próprio ou de terceiros, incluindo a compra de votos e de apoio político, e outros desvios, como se verá na tabela adiante.

---

<sup>2</sup> Os partidos políticos no Brasil, embora sejam constituídos como organizações de direito privado, recebem financiamento público, por meio do Fundo Partidário, o que justifica a inclusão de seus dirigentes na categoria de agentes públicos.

<sup>3</sup> No Brasil, o nepotismo só passou a ser proibido por lei na administração pública na primeira década dos anos 2000. O primeiro dispositivo legal sobre o assunto é uma lei estadual, de Pernambuco, de 2007. Em seguida, em 2008, o Supremo Tribunal Federal aprovou uma medida proibindo o nepotismo nos três poderes, no âmbito da União, dos estados e dos municípios. E em 2010, um decreto presidencial veda a prática na administração pública federal.

Notícias sobre atos de corrupção praticados por empresas e entidades privadas, e seus representantes, mas que não contaram com o envolvimento de agentes públicos, não foram catalogadas pela pesquisa, ainda que essas irregularidades tenham sido desvendadas por órgãos públicos como o Ministério Público e a Polícia Federal. Desta forma, ficaram de fora, por exemplo, denúncias sobre esquemas de corrupção desenvolvidos em grandes corporações financeiras e empresariais ou em entidades civis privadas, como bancos, associações esportivas e templos religiosos, e cujos crimes foram praticados exclusivamente por representantes do setor privado.

De acordo com os objetivos e preceitos aqui expostos, foram estabelecidas as categorias de crimes, desvios e irregularidades praticados por agentes públicos. Sem comprometimento conceitual, técnico ou jurídico, o quadro a seguir mostra os atos ilegais e imorais mais comuns e frequentes no estudo empírico.

**Quadro 1:** Crimes e desvios mais frequentes cometidos por agentes públicos e capturados na pesquisa

<b>Irregularidades e crimes com desvios financeiros diretos</b>	<b>Irregularidades e crimes com desvios financeiros indiretos</b>
Superfaturamento de obras e contratos públicos, com desvio de recursos	Tráfico de influência e conflito de interesses
Outras fraudes em órgãos públicos, obras e contratos para favorecimento próprio ou de terceiros	Desvio ético e administrativo para obtenção de vantagens e benefícios pessoais
Uso da máquina e recursos públicos em benefício próprio ou de terceiros	Aprovação e pagamentos de supersalários públicos que ferem a lei
Aprovação e manutenção de mordomias e privilégios exclusivos e abusivos	Crimes eleitorais; compra de votos e de apoio político
Enriquecimento ilícito	Prática do nepotismo
Prática de suborno e cobrança de propina	Contratação de funcionários fantasmas
Empréstimos públicos fraudados em benefício próprio ou de terceiros	Gestão pública temerária

Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nas publicações pesquisadas

Notícias relativas aos crimes listados no Quadro 1 foram encontradas nas capas dos jornais, publicadas como manchete principal e/ou outras chamadas. Todas as chamadas publicadas nas capas foram lidas e analisadas, na busca das notícias sobre corrupção. E nesta busca foram considerados de interesse da pesquisa todos os registros – da manchete à mínima chamada de apenas uma linha – relativos a denúncias contra agentes públicos, à exceção das chamadas para os editoriais, que não se enquadram na categoria informativa definida por Melo (1985), que lista apenas três tipos de textos jornalísticos: notícia, reportagem e entrevista.

Ao longo do presente texto, a expressão “matéria” também é utilizada para representar uma notícia ou uma reportagem. Melo define a notícia como o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social, e a reportagem como o relato ampliado de um acontecimento que repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística (1985, p. 49). O noticiário de denúncias se enquadra normalmente nos dois casos: em um primeiro momento ele surge como notícia, e depois, muitas vezes, como reportagem que se estende por várias edições. Até se transformar em um escândalo político midiático. Ou não.

## **Capítulo 4**

### **Análise de dados**

A pesquisa nas 4.015 capas dos três jornais que compõem o *corpus* deste trabalho capturou 3.165 notícias relacionadas a corrupção e todo tipo de irregularidades praticadas por agentes públicos, sendo que 670 (22,13%) dessas notícias foram publicadas como manchete principal (relevância) das respectivas edições. As demais, 2.495 (78%), foram apresentadas em chamadas menores na capa (presença). Este é o principal resultado nominal do estudo, que indica ao mesmo tempo a presença e a relevância que o noticiário de denúncia teve nos jornais ao longo de 30 anos.

Na tentativa, porém, de aprimorar esses resultados nominais, fez-se a opção por considerar também os percentuais de edições (ou dias) em que as notícias relacionadas a corrupção tiveram chamadas e/ou manchetes publicadas na capa – foram encontradas em 2.094 das 4.015 edições pesquisadas. Entende-se que esta contabilidade proporcional permite identificar de forma mais clara o tamanho da presença e da importância que as denúncias tiveram em diferentes momentos. Principalmente, quão relevante o tema foi para os jornais.

Lembrando que foi estabelecido para esta pesquisa que as manchetes principais representariam a relevância dada ao tema, e as chamadas menores representariam a sua presença no noticiário. Convencionou-se usar o termo ‘denúncias na capa’ para se referir a chamadas e manchetes sobre corrupção. Vale lembrar que as manchetes capturadas pela pesquisa estão incluídas na contabilidade geral de chamadas, pois se trata também de uma chamada, a principal da capa. Ao longo do texto, as chamadas e manchetes aparecem ou numa mesma contabilidade (como denúncias) ou em contabilidades separadas, como se poderá ver nos gráficos e tabelas.

Ainda no intuito de esclarecer melhor, cabe repetir que a presença e a relevância do noticiário de corrupção nas capas foram medidas, do ponto de vista quantitativo, de duas formas: a primeira, com a contabilidade das chamadas (presença) e das manchetes (relevância) e quanto elas representam, ano a ano e por períodos, dentro do total de denúncias capturadas nas capas (3.165); a segunda, pela proporção de edições que publicaram chamadas e manchetes dentro do total analisado (4.015 capas), do total com denúncias (2.094 capas) e dos totais parciais (por ano e por períodos fechados). Esta

segunda forma de cálculo permite resultados mais representativos de períodos de governos, por exemplo, pois indica em quantos dias (ou edições) de um determinado período a denúncia teve presença e/ou relevância.

Essa contabilidade indicou que mais da metade (52%) das capas pesquisadas trataram do tema corrupção, em manchetes e em chamadas menores. Esse indicador significa, para esta pesquisa, o tamanho da presença do assunto nas primeiras páginas dos jornais. As manchetes principais para notícias de corrupção, que indicam a relevância dada ao tema, estiveram em menos de um quinto (16%) das 4.105 capas. Considerando as manchetes dentro no universo de capas com denúncias (2.094), chegou-se a médias que variaram de 31% a 39%.

Para melhor compreensão, vale destacar ainda que o número total de manchetes para corrupção (670) é igual, claro, ao número de edições (ou dias) que trataram do assunto na principal chamada da capa; mas o número geral de denúncias (3.165 chamadas e manchetes) capturadas é superior ao número de capas (ou dias) identificadas com o tema (2.094), pois é comum mais de uma chamada por capa.

São muitos os números e as interpretações possíveis de extrair dos dados que serão expostos neste capítulo, ano a ano, governo a governo. A análise mostrará, por exemplo, que o maior número de chamadas sobre corrupção ocorreu em 2005, ano em que estourou o chamado escândalo do mensalão. Foi também o ano com o maior número de manchetes, ou seja, quando a corrupção teve maior relevância em toda série. O primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) foi ainda o período de governo em que os jornais mais publicaram notícias sobre corrupção nas capas.

O segundo maior número anual de chamadas ocorrera 23 anos antes, em 1992, quando as revelações sobre o esquema de corrupção instalado no governo levaram ao impeachment de Fernando Collor de Mello. Por outro lado, ocorreu também no governo Collor o menor número anual de chamadas para denúncias em toda a série. Foi em 1990, quando pareceu nítido que o entusiasmo de amplos setores da sociedade e dos meios de comunicação (LATTMAN-WELTMAN; RAMOS; CARNEIRO, 1994) com a eleição direta de um presidente jovem e com discurso inovador estancou a função vigilante que a imprensa vinha exercitando no pós-ditadura.

Em termos proporcionais, foi no governo Dilma (2011-2014) que se registrou o maior percentual de capas com chamadas e manchetes para reportagens sobre corrupção. Na outra ponta, com a menor proporção, ficou o governo Sarney. No entanto, a evolução de todos os números, como será mostrado, não foi linear.

A proporção de edições com manchetes (16,6%) de corrupção em todo período pesquisado, embora não pareça considerável à primeira vista, é significativo pela evolução que apresentou ao longo da série. Começou com média de 5,4% no período relativo ao governo Sarney e terminou com média de 25,4% no período do governo Dilma. É um indicador que, entre outros fatores, sustenta o entendimento defendido neste estudo que, em 30 anos, os jornais modificaram substancialmente o tratamento dispensado às notícias sobre corrupção, dando a elas maior importância e visibilidade.

Além dos dados quantitativos e da análise qualitativa do conteúdo, serão expostos nas próximas páginas os casos de corrupção que mereceram os maiores destaques a cada ano e a cada governo, e os personagens envolvidos nos escândalos. Os relatos, quando julgado relevante, são acompanhados de uma breve contextualização da conjuntura política, social e econômica do País. Todos esses elementos, contidos neste capítulo, possibilitam uma melhor compreensão da conclusão do estudo, ainda que os dados e a própria conclusão estejam sujeitos a equívocos e falhas. Relembrando que a pesquisa cobriu oito governos e gestões de seis presidentes da República.

#### **4.1. Governo Sarney – 15/03/1985 a 15/03/1990**

Com os militares fora do governo e a censura oficial abolida, os jornais exercitaram sua função de vigilante do poder público já a partir do primeiro ano da redemocratização, com as denúncias aparecendo em mais de 60% das 104 edições analisadas em 1985. O Brasil estava apenas iniciando o novo período de liberdades democráticas e a temática do noticiário de denúncia começou restrita, mas foi se ampliando ao longo do governo Sarney.

Como indicado no capítulo anterior, estudiosos apontam que foi no período pós-ditadura que o jornalismo investigativo – referente aquele centrado em denúncias de

corrupção contra políticos e autoridades – teve início como tendência do jornalismo brasileiro.

Também já foi visto que as denúncias sempre existiram, em maior ou menor grau, mas foi a partir da segunda metade dos anos 1980 que essa prática surgiu como expectativa de uma nova tendência (CASTILHO, 2007; NASCIMENTO, 2007, 2013; WAISBORD, 2000).

Os números relativos ao período Sarney (Tabela 1) indicam ampla variação, ano a ano, no número de chamadas sobre corrupção publicadas nas capas. Já a presença nas manchetes permanece nos mesmos níveis na maior parte do tempo, o que reforça o entendimento de que o tema não tinha ainda relevância para a imprensa.

**Tabela 1:** dados capturados dos três jornais no período 1985-1989 – Governo Sarney

	<b>Denúncias (chamadas e manchetes)</b>	<b>Manchetes</b>	<b>Edições analisadas</b>
1985	70	05	104
1986	37	05	129
1987	72	07	131
1988	66	14	131
1989	50	03	124
Total	<b>295</b>	<b>34</b>	619

Fonte: Levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos dos jornais

No princípio deste período de retomada da democracia, uma questão ampla esteve permanentemente nas capas dos jornais: o combate às mordomias e privilégios de autoridades, políticos e servidores públicos, com destaque para as denúncias sobre altos salários do funcionalismo, que passaram a ser chamados de “marajás”, sobre funcionários ‘fantasmas’, além dos frequentes casos de nepotismo, uma prática considerada normal na ocasião.

As denúncias identificadas atingiam integrantes dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e dos três níveis da administração pública (governos federal, estaduais e municipais). Desvios e fraudes em obras públicas, compra de apoio ou voto e

favorecimento a políticos aliados em anos eleitorais passaram a compor o cardápio das irregularidades a partir do segundo ano da gestão Sarney.

Em relação ao governo federal, o primeiro e também mais emblemático escândalo de corrupção foi revelado em maio de 1987, pelo jornalista Jânio de Freitas em a *Folha de S. Paulo*: a descoberta da fraude na concorrência pública para a construção dos primeiros trechos da Ferrovia Norte-Sul, a obra prioritária de Sarney. O jornal revelou, com antecedência, o resultado da licitação que, fraudada, beneficiaria empreiteiros que fizeram um acordo prévio sobre a distribuição dos trechos da obra entre eles. Ou seja, estava claro o prejuízo para o Estado, pois não houve concorrência, de fato, com a oferta real de menores preços.

O assunto esteve presente na capa dos três jornais pesquisados por cerca de três meses, obrigando o governo a recuar da primeira licitação. Na edição de 4 de junho, a *Folha* dedica quase toda a capa ao assunto (Figura 1). A manchete principal estampava: “Para fazer Norte-Sul, governo inocenta todos e reabre concorrência”. Uma segunda chamada destacava que a sindicância interna do governo não encontrou ato ilícito no processo: “Ministério ignora provas publicadas pela *Folha*”. A capa ainda era composta por um editorial com o título “Escárnio”, que resumia a opinião do jornal.

Outras denúncias se destacaram em 1987, o único dos cinco anos do governo Sarney que não teve eleição – mas teve uma ação política intensa –, quando se registrou a produção do maior número de chamadas de capa sobre corrupção no mandato. É importante lembrar que a retomada da democracia no Brasil, naquela segunda metade dos anos 1980, exigiu a realização de quatro eleições em um período de cinco anos, para que se promovesse o acerto do calendário político do País.

Este ano de 1987 começou com a forte e resistente crise econômica predominando nas capas dos jornais, após o fracasso do Plano Cruzado e do Plano Cruzado II. No centro do governo federal, no entanto, o comportamento das autoridades demonstrava que a preocupação maior era outra: aprovar na Assembleia Constituinte em curso o mandato de cinco anos para Sarney, derrubando, assim, a proposta de quatro anos defendida por boa parte dos Constituintes. Embalado pela expressiva vitória de seu partido, o PMDB, na eleição de 1986, que elegeu governadores em 22 dos 23 estados e mais Distrito Federal –

garantida pelo suposto sucesso do plano econômico, que naufragou logo depois –, Sarney não mediu esforços, afagos, verbas e cargos públicos para conquistar o voto dos políticos.

Práticas que alimentaram outro grande caso de corrupção envolvendo a distribuição de recursos federais para políticos e prefeituras aliados. No centro do escândalo estava o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, que, mesmo sendo amigo pessoal do presidente da República, não resistiu após inúmeras denúncias de favorecimento e desvio de verbas públicas. Primeiro ministro do governo a perder o cargo por envolvimento em corrupção, Aníbal não negou as irregularidades, como registrado em manchete de *O Estado de S. Paulo* dia 14 de janeiro de 1988: “Aníbal confessa: há corrupção mesmo”. Ele caiu seis dias depois.

A esta altura já funcionava no Congresso Nacional a CPI da Corrupção, criada para investigar todas as suspeitas de irregularidades praticadas no governo federal, incluindo a compra de voto pelo mandato de cinco anos, o desvio de recursos em obras públicas e a controversa distribuição, pelo governo, de concessões públicas de rádio e TV a políticos aliados.

A corrupção, no entanto, não era exclusividade de Brasília e os jornais destacavam também casos de uso da máquina pública pelos governadores e prefeitos nos anos de eleição. Além das nomeações de apadrinhados de políticos para cargos públicos, “aos milhares”, como publicaram os jornais, as autoridades usavam recursos e instalações públicas para eventos eleitorais. Em 1985, por exemplo, *O Estado de S. Paulo* publicou: “Escândalo. Menos para o PMDB”. Era a chamada para uma matéria sobre a festa que o governador Franco Montoro (PMDB-SP) promovera dentro do Palácio dos Bandeirantes para os políticos em campanha.

No ano seguinte, a *Folha de S. Paulo*, em reportagem sobre o empreguismo no serviço público destacou em grande chamada no alto da capa uma frase do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães (PMDB-SP): “Para fazer política é preciso dar empregos”. Na mesma época, *O Globo* publicou que o prefeito do Rio, Saturnino Braga (PDT), havia contratado mais de 18 mil funcionários em seis meses. Como Ulysses, Saturnino também defendeu a prática, afirmando que continuaria contratando mais. Clientelismo é o nome que se dá a essa prática política tão comum no Brasil de ontem e de hoje, que envolve a

concessão de benefícios públicos na forma de empregos, benefícios e isenções fiscais em troca de apoio político e de votos, e que anda ao lado de outros conceitos como mandonismo e coronelismo (CARVALHO, 1997).

Estavam ainda na mira dos jornais casos regionais de corrupção, como os rombos financeiros provocados por gestões políticas no Banespa e no Banerj, os bancos públicos dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente. Os rotineiros episódios de desvios e irregularidades pelo País eram apresentados nos jornais como exemplos de que a corrupção no Brasil estava espalhada por toda administração pública.

A bandeira do combate às mordomias nos três poderes foi lançada pelo próprio governo federal no primeiro ano do mandato, 1985, e assumida como tema predileto dos jornais, que não só acompanharam e cobraram os desdobramentos da decisão como publicavam notícias que contrariavam o discurso oficial de redução de gastos e privilégios. Reportagem de *O Globo* no final de 1985, por exemplo, mostrou que servidores públicos circulavam em Brasília com mais de 1.300 carros com ‘chapas frias’, uma forma de burlar o decreto de corte de gastos e de mordomias.

Em busca de privilégios no funcionalismo, a *Folha* denunciou a existência de 57 ‘marajás’ na prefeitura de São Paulo, com destaque para a frase de um dos privilegiados na capa: “Os outros é que ganham pouco”; e *O Estado* revelou que até o ministro Reinaldo Tavares (Transportes) era ‘funcionário fantasma’ de uma empresa pública. Um dos famosos “trens da alegria” do Senado, que efetivaria de uma só vez mais de mil funcionários temporários e comissionados, também teve grande repercussão.

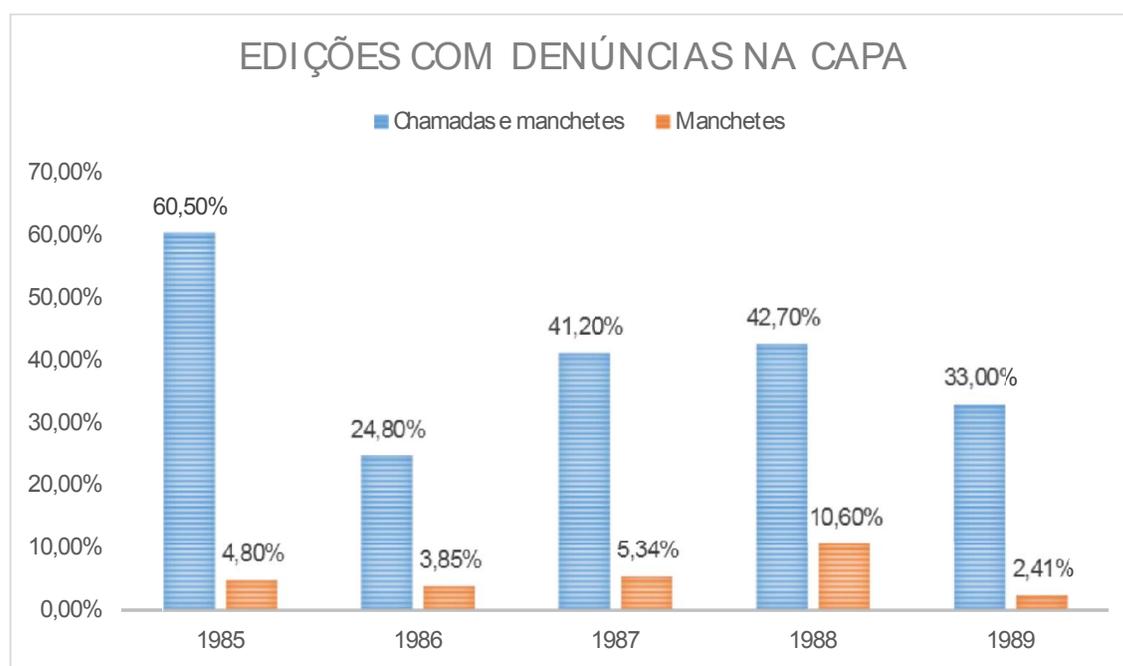
Três outros casos de corrupção com participação de agentes públicos do regime militar tiveram amplo destaque no início do governo Sarney: 1) o caso Baumgarten, que envolveu altas autoridades do último governo militar no sequestro e morte do jornalista Alexandre Von Baumgarten; 2) as fraudes no Inamps (atual INSS) investigadas em todo País, com envolvimento de funcionários públicos, médicos e fraudadores profissionais; 3) e o caso do contrabando de pedras preciosas para o exterior, que lançou suspeitas sobre Ibrahim Abi-Ackel, que foi ministro da Justiça no governo militar, e seu filho.

A presença de irregularidades nas capas dos jornais manteve-se até 1988, embora com a clara postura de não dar tratamento nobre às denúncias de corrupção que

publicavam. Só os casos mais escandalosos ganhavam as manchetes dos jornais. Mesmo quando investiam em reportagens investigativas próprias, os jornais não tinham ainda a tradição de levar o assunto para a manchete principal.

Nos cinco anos relativos ao governo Sarney, as manchetes relacionadas a corrupção foram identificadas em 5%, ou menos, das 619 edições analisadas, à exceção de 1988, quando esse índice chegou a 10% (Gráfico 1). Os dados mostram que durante todo o período as chamadas estiveram presentes em mais de 20% das edições.

**Gráfico 1:** proporção de edições dos três jornais com denúncias, ano a ano – Período Sarney



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Na virada de 1988 para o último ano completo do mandato de Sarney, a inflação chegava mais uma vez a níveis recordes, a popularidade do governo estava em queda irreversível e a sucessão presidencial já estava nas ruas. Cenário que favorecia uma cobertura mais crítica dos jornais. Não significou, porém, crescimento do noticiário de denúncias em 1989. Pelo contrário. A queda no número de manchetes, em relação ao ano anterior, foi de quase 80%.

As agendas econômica e eleitoral do País definiram a pauta dos jornais em 1989. Um levantamento comparativo mostra a polarização entre os dois assuntos, com

prevalência da economia: em 44 edições analisadas, a *Folha de S. Paulo* publicou 19 manchetes sobre economia, contra 16 manchetes para a política e a campanha eleitoral; *O Globo*, também em 44 edições analisadas e com iguais 19 manchetes para assuntos econômicos, publicou 11 manchetes sobre eleição e política; *O Estado de S. Paulo*, nas 36 edições analisadas deu 16 manchetes para questões econômicas e 10 para a política. Das três manchetes sobre corrupção capturadas nas 124 edições analisadas em 1989, duas foram de *O Estado* e uma da *Folha*.

Nesta primeira eleição presidencial pós-ditadura, os jornais tiveram comportamentos distintos, como verificado nas capas. *O Globo* começou o ano demonstrando ainda uma certa boa vontade com o governo Sarney, não demorou, porém, a expor que a candidatura de Fernando Collor de Mello (PRN-AL) era a melhor solução para o País. *O Estado de S. Paulo* também evidenciava no noticiário sua preferência por Collor. A *Folha de S. Paulo* adotou uma postura mais crítica, tendo publicado nas edições pesquisadas seis chamadas de capa para denúncias relacionadas ao ex-governador de Alagoas, contra apenas uma chamada em *O Estado* e nenhuma em *O Globo*.

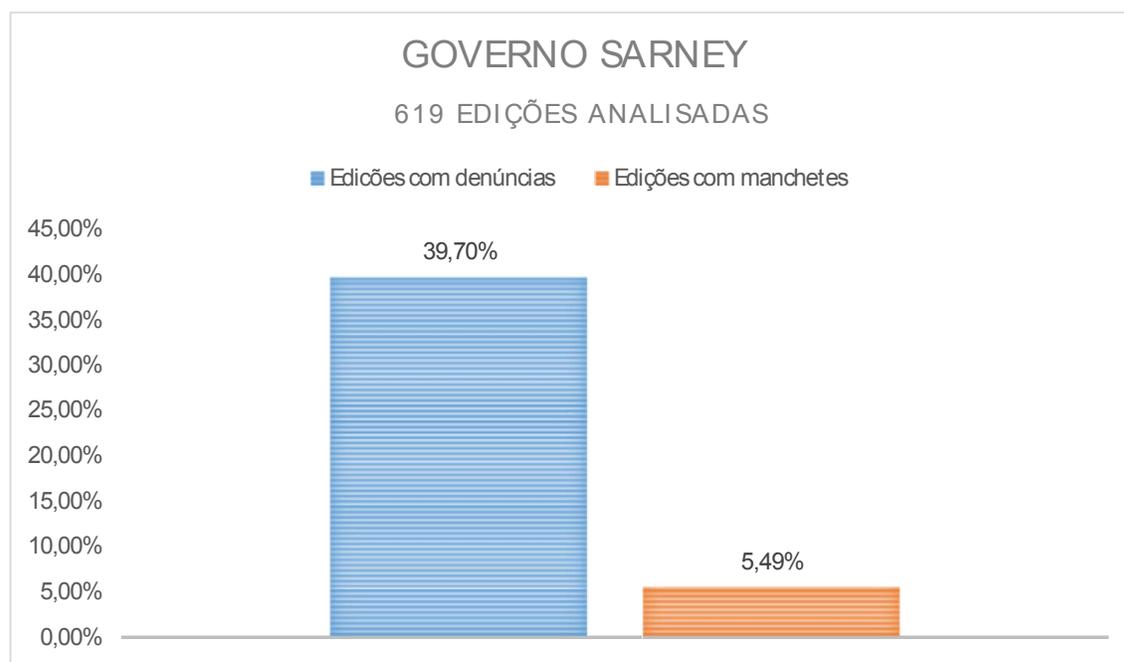
Um dos destaques do ano foi a ampla e crítica cobertura que o jornal *O Estado de S. Paulo* fez, em fevereiro, sobre abuso de poder e desperdício do dinheiro do contribuinte, estampando na manchete principal: “Paes de Andrade faz de Mombaça a capital do país” (Figura 2), sobre o grandioso esquema da viagem que o então recém-eleito presidente da Câmara montou para visitar sua cidade natal, no Ceará, como presidente da República em exercício. Para sua estreia no cargo de José Sarney, o deputado Paes de Andrade (PMDB-CE) requisitou três aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), para levar dezenas de funcionários, amigos, autoridades e políticos a Mombaça.

A notícia dada desta forma, como denúncia, só foi publicada em *O Estado*. *Folha de S. Paulo* e *O Globo* fizeram a mesma cobertura, com enviados especiais ao Ceará, mas optaram por outro enfoque sem grande destaque. *A Folha* deu uma pequena chamada na capa. *O Globo* apenas um registro na página 2, conforme verificado em pesquisa complementar. Uma evidência, para além dos números, de que a prática dos jornais em seu papel de vigilante do poder público estava ainda em processo de formação.

A avaliação do período do primeiro governo civil pós-ditadura é que a presença das denúncias de corrupção nas capas dos jornais foi significativa, considerando que a imprensa estava ainda reestruturando suas redações para o novo período de liberdades. Vale ressaltar que as irregularidades eram, em grande parte, descobertas pela própria imprensa, pois as instituições legais de fiscalização e controle não estavam ainda em pleno funcionamento.

Mesmo com os recuos em termos numéricos, verificados ao longo dos cinco anos, 40% das 619 edições analisadas estamparam chamadas de capa para notícias sobre corrupção. Por outro lado, os jornais não evoluíram a respeito da relevância do tema, já que menos de 5% das edições tiveram manchetes principais sobre corrupção ao longo dos cinco anos. Em suma, o noticiário de denúncia teve presença forte nos jornais no final dos anos 1980, mas os dados sugerem que não era ainda um tema tão importante para os jornais nem ocupava os espaços mais nobres da edição (Gráfico 2).

**Gráfico 2:** edições com denúncias sobre corrupção em cinco anos – 1985-1990



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Considerando o universo de edições com denúncias (246), o assunto corrupção mereceu manchete principal em 13,82% (ou 34) delas.

#### **4.2. Governo Collor - 15/03/1990 a 31/12/1992**

O governo que começou com um forte protagonismo do presidente da República na cena político-econômica do País teve praticamente um único grande escândalo político midiático. Um escândalo fatal, que tirou o presidente do cargo dois anos antes do fim do mandato. Estavam estampadas nas páginas dos jornais naquele ano de 1990 a esperança depositada pela maioria dos brasileiros no primeiro presidente eleito diretamente pelo povo, depois de mais de 20 anos de ditadura militar, e a euforia em torno de um político que se apresentava como diferente e inovador.

A leitura das capas permite afirmar que em 1990 a imprensa não investiu na apuração e revelação de irregularidades praticadas por agentes públicos. Os principais destaques dos jornais eram, predominantemente, sobre o próprio presidente Fernando Collor de Mello, incluindo suas ações pessoais com forte apelo de marketing, atos do governo e questões econômicas e sociais que desafiavam sua administração – assuntos que estiveram na manchete principal de 31 das 46 edições analisadas da *Folha de S. Paulo*; em 33 das 46 edições de *O Globo*; e em 27 das 39 de *O Estado de S. Paulo*.

No primeiro ano do governo Collor foram capturadas 27 chamadas de capa para notícias sobre corrupção. Das 131 edições analisadas em 1990, apenas três manchetes sobre o tema foram identificadas, e uma apenas era relacionada ao novo governo: tratava, em *O Estado de S. Paulo*, da preferência dada pelo governo aos “cofres aliados” na distribuição de verbas federais, em troca do apoio dos governadores e suas bancadas de deputados no Congresso Nacional. Os números mais que triplicaram no ano seguinte e chegaram no pico no ano do impeachment, 1992, como mostra a Tabela 2.

**Tabela 2:** dados capturados dos três jornais no período 1990-1992 – Governo Collor

	<b>Denúncias (chamadas e manchetes)</b>	<b>Manchetes</b>	<b>Edições analisadas</b>
1990	27	03	131
1991	99	24	131
1992	213	54	135

Total	<b>339</b>	<b>81</b>	387
-------	------------	-----------	-----

Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Como se vê, práticas de cooptação política combatidas por Collor durante a campanha eleitoral continuaram sendo usuais desde o início de seu governo. O que predominavam, no entanto, nas capas dos jornais era a luta pelo controle da inflação e a tentativa de pôr em prática um grande pacto social. Nem mesmo o famoso e controverso confisco da poupança, uma das principais medidas do Plano Collor, mereceu reprimenda da imprensa. Contribuía para esse comportamento dos jornais o fato de que as medidas econômicas contavam com amplo apoio popular, com aprovação de cerca de 80% da população. Mais que isso, havia naquele momento o comprometimento dos grandes grupos de comunicação com o governo do candidato que ajudaram a construir e a eleger, como mostram análises e estudos, incluindo o livro *A Imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do fenômeno Collor* (LATTMAN-WELTMAN; RAMOS; CARNEIRO, 1994).

Até outubro de 1990, nenhuma denúncia relevante atingiu Collor ou o seu governo. Surgiu no início de novembro o primeiro caso de corrupção envolvendo autoridades de sua equipe: o embaixador Marcos Coimbra, homem forte do Palácio do Planalto e que tinha relação de parentesco com o presidente, foi acusado da prática de tráfico de influência ao pressionar a Petrobras a conceder um empréstimo de US\$ 40 milhões à companhia aérea Vasp, cujo proprietário, Wagner Canhedo, um dos maiores apoiadores da candidatura de Collor – mais um exemplo de como as mesmas práticas viciadas do poder atravessam governos e gerações. No entanto, o caso não evoluiu na amostra, que capturou apenas uma chamada de capa nos três jornais até o fim do ano.

Dos três jornais, a *Folha de S. Paulo* teve um comportamento diferenciado em 1990 e, antes mesmo da posse de Collor, questionou na capa o alto custo de sua primeira oficial viagem como presidente eleito, que incluiu a famosa passagem pelas Ilhas Seychelles (Oceano Índico), para descanso. Só nos três primeiros dias da viagem, publicou a *Folha*, foram gastos pelo menos US\$ 164 mil, sem que sua assessoria informasse a fonte de recursos. A *Folha* também foi o único dos três jornais, na amostra deste ano, a levantar suspeitas sobre a relação do governo com agências de publicidade que trabalharam na campanha presidencial de Collor. Assunto que não repercutiu entre os concorrentes, e que

originou uma briga judicial, aberta e pública, entre o presidente da República e a *Folha de S. Paulo*.

O ano terminou bem para o governo nas páginas dos jornais, embora sua popularidade já estivesse em queda. Foi no início de 1991 que a mudança no humor da população, da classe política e dos empresários se acentuou diante da renitente crise econômica e do estilo Collor de governar, com pouco apreço ao diálogo com representantes do Congresso Nacional e do empresariado.

Um dos presidentes da história recente do País mais conectados com o marketing político, Collor, diante da perda de apoio de setores expressivos da sociedade, propôs, uma reforma na Constituição como única forma de o Brasil sair da crise. Não agradou. O que passou a predominar nas capas, além da crise econômica, foram os sinais de crise social manifestada nas greves e mobilizações radicais nos centros urbanos.

Ainda no primeiro trimestre de 1991 surgiram as primeiras denúncias consistentes de corrupção na LBA (Legião Brasileira de Assistência), comandada pela primeira-dama Rosane Collor, envolvendo parentes e amigos dela em Brasília, São Paulo e Alagoas. Denúncias que complicaram até mesmo o casamento presidencial, que viveu uma crise pública. Collor tentou se livrar do escândalo familiar, mas outros vieram na sequência, desgastando, mês a mês, sua popularidade. Ele tomou posse, em março de 1990, com apoio de 71% da população, e um ano depois esse índice estava em 23%, segundo pesquisas do Datafolha.

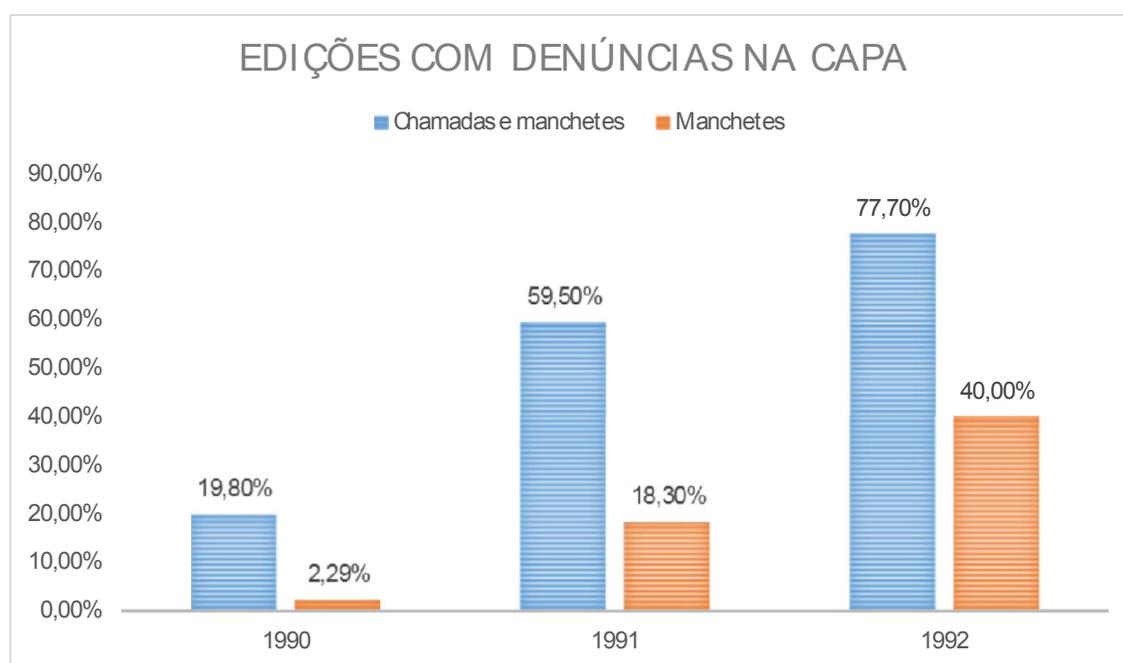
No campo político, os desgastantes e polêmicos debates entre governo e o Congresso Nacional sobre questões econômicas e sociais contribuíram para a rápida erosão da base parlamentar governista. Insatisfação política que ajudou a alimentar os sucessivos casos de corrupção. A análise do conteúdo publicado permitiu identificar que a fonte da denúncia ou das suspeitas lançadas era, em vários casos, um político descontente com o governo ou com o presidente.

Esse cenário elevou a publicação de matérias de denúncias contra o governo, mais que triplicando o volume de chamadas em relação ao ano anterior. O número de manchetes foi sete vezes maior. No primeiro ano do governo Collor, 19,8% das 131 edições

analisadas continham chamadas de capa para matérias relacionadas a corrupção e apenas 2,2% deram manchetes sobre o tema.

Em 1991, o percentual de edições com manchete acerca de corrupção mais que dobrou, e as manchetes aumentaram em mais de oito vezes, já evidenciando uma maior relevância ao tema. Uma tendência que se confirmou em 1992, como mostram os dados percentuais do Gráfico 3 sobre as 397 capas de jornais analisadas nos três anos do governo Collor de Mello.

**Gráfico 3:** proporção de edições dos três jornais com denúncias, ano a ano – Período Collor



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Foi em meados de 1991 que os jornais passaram a esmiuçar contratos e decisões do governo em busca de irregularidades. A *Folha de S. Paulo*, que entrou em guerra aberta com o presidente Collor, inclusive na Justiça, como já dito, publicou várias matérias sobre favorecimento e suspeitas de corrupção em contratos, sem concorrência, do governo federal com agências de publicidade que trabalharam na campanha presidencial de Collor. Um assunto que rendeu quase uma dezena de chamadas de capa na *Folha*, incluindo manchetes, na amostra de 1991.

*O Globo* e *O Estado de S. Paulo* também passaram a publicar mais notícias sobre corrupção no governo, mas ainda sem ataques diretos ao presidente. Uma das preferências

de *O Globo*, naquele momento, era por matérias sobre os desvios no Banerj durante a gestão de Leonel Brizola (PDT), político que contava com a oposição declarada do jornal. Da mesma forma que *O Estado de S. Paulo* não deu trégua às denúncias de corrupção e enriquecimento ilícito do ex-governador Orestes Quéricia. Continuava merecendo destaque nas capas um dos assuntos prediletos dos jornais, o combate às mordomias e privilégios do poder público.

Complementaram o cardápio de irregularidades, que respingavam no governo federal e na popularidade do presidente, os casos de abusos cometidos por pessoas próximas a Collor, as fraudes e superfaturamento em processos de licitação nos ministérios e as frequentes denúncias de desvio de recursos de obras públicas. Um dos escândalos mais ruidosos em 1991, que ficou conhecido como o “caso das bicicletas”, revelou superfaturamento em várias compras do Ministério da Saúde, incluindo a aquisição de bicicletas para agentes de saúde. O então ministro Alceni Guerra perdeu o cargo em seguida.

Vale ressaltar que em 1991 o combate à corrupção começava a ganhar novos fóruns de discussão, como o Tribunal de Contas da União (TCU), que divulgou ao longo do ano diversos relatórios sobre irregularidades cometidas por autoridades e servidores do governo federal. Uma fonte que alimentou parcela do noticiário de denúncias.

O ano de 1991 terminou indicando a deterioração da situação política do presidente Collor e apontando para uma nova avalanche de investigação e denúncias de corrupção. Este indicativo estava em uma discreta e pequena chamada no pé da primeira página de *O Estado de S. Paulo*, no dia 15 de dezembro (Figura 3): “Irmão de Collor pede que ‘PC’ explique como enriqueceu”. Tratava-se de uma entrevista do irmão do presidente Pedro Collor publicada na véspera pelo *Jornal da Tarde*, do mesmo grupo de comunicação, e que foi replicada, sem alarde, na edição do dia seguinte de *O Estado*.

Foi a primeira vez, na amostra pesquisada, que apareceram suspeitas sobre Paulo César Farias, conhecido como PC Farias. O empresário, amigo e tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor era homem forte e temido no governo, embora não ocupasse um cargo formal. *O Estado de S. Paulo* não retomou o assunto até o fim do ano, assim como não despertou atenção dos outros dois jornais e nem dos políticos. Não

ocorreu o chamado oportunismo midiático, como já visto no capítulo do referencial teórico (ALDÉ; VASCONCELOS, 2008).

O primeiro alerta de Pedro Collor, feito em dezembro sobre os milhões de dólares que Paulo César Farias movimentava no Brasil e no exterior, não ecoou também nos primeiros meses de 1992, que começou com um noticiário morno sobre corrupção e outros desmandos da administração pública. Trataram apenas do rescaldo das irregularidades do ano anterior que envolveram ex-ministros, em especial Alceni Guerra (Saúde), Antônio Rogério Magri (Trabalho e Previdência) e Pedro Paulo Leoni Ramos (Assuntos Estratégicos), este último um amigo pessoal de Collor e acusado de participação em suspeitos negócios bilionários da Petrobras.

A partir de maio, Pedro Collor, em disputa com a mãe e os irmãos pelo controle das empresas de comunicação da família em Alagoas, retomou o ataque a PC Farias, respingando forte no irmão presidente. Na primeira quinzena de maio, Pedro Collor divulgou um dossiê, no qual revelava que o ex-tesoureiro desviara US\$ 15 milhões do fundo da campanha presidencial; que ele enriquecera usando a influência que tinha junto a Collor; e prometia provas da extorsão de PC a empresas paulistas, que teriam depositado US\$ 23 milhões em suas contas no exterior, em troca de contratos com o governo federal.

A família Collor entrou em campo para tirar Pedro de cena, como registraram os jornais, e ele chegou a recuar em relação ao irmão. Recuo que não durou muito. Poucos dias depois Pedro Collor deu a bombástica entrevista à revista *Veja*, que estampou na capa: “Pedro Collor conta tudo”. A partir daí, de maio a setembro, as denúncias contra PC e Collor dominaram as primeiras páginas dos jornais.

Basicamente, a denúncia de Pedro era que o irmão, com a ajuda de um esquema montado por PC Farias, bancava suas milionárias despesas com recursos “achacados” de empresas, primeiro para a campanha presidencial, e depois em troca de contratos com o governo. Recursos que estavam em contas particulares do ex-tesoureiro, no Brasil e no exterior. A Procuradoria Geral da República, posteriormente, revelou que o esquema PC havia movimentado um total de US\$ 55 milhões, sendo que Fernando Collor teria se beneficiado diretamente de pelo menos US\$ 7 milhões.

Em abril, pouco antes das declarações de Pedro Collor, a situação política do presidente já era crítica, com sua popularidade despencando. No entanto, ele ainda contava com o apoio explícito do jornal *O Globo* – que entre março e abril, na amostra pesquisada, publicou na capa dois editoriais em defesa de ações do presidente –, do PFL e de parcela do PSDB. Foi nesta época que um grupo do PSDB liderado pelo então senador Fernando Henrique Cardoso chegou a negociar a participação no governo Collor. Prevaleceu, no entanto, o veto da ala liderada pelo senador Mário Covas. Não demorou e estavam todos, jornais e a maior parte dos políticos, combatendo o governo.

A cada dia surgiam novas descobertas dos investigadores, da CPI e da imprensa sobre contas milionárias no Brasil e no exterior movimentadas pelos “fantasmas do Esquema PC” ou “os homens de ouro de PC”, que apareciam nas manchetes principais das capas; superfaturamentos em obras; desvio de dinheiro público, tráfico de influência e outras mazelas. Collor contribuía com o noticiário negativo, com a prática explícita de compra de apoio e de voto, a partir de liberação de cargos, recursos e benesses de todo tipo.

Tentativas fracassadas, pois, ao final e ao cabo, a abertura do processo de impeachment foi aprovada na Câmara por 441 votos a 38, no dia 29 de setembro de 1992, sob forte pressão popular, apeando Collor do governo, como estamparam em letras garrafais as manchetes do dia seguinte (Figura 4). Os movimentos de rua pelo impeachment, que tinham como protagonistas os jovens “caras-pintadas”, não deram trégua nas grandes cidades brasileiras. A votação final no Senado se deu em 29 de dezembro, quando Itamar Franco foi definitivamente empossado como presidente da República para concluir o mandato que iria até dezembro de 1994.

Em 1992, foi registrado o maior volume de chamadas sobre denúncias capturadas no período pesquisado desde 1985: 210 nos três jornais, sendo 54 delas publicadas como manchete principal. Das 135 capas analisadas no ano, 78% tinham chamadas para notícias de corrupção e 40% tinham manchetes principais.

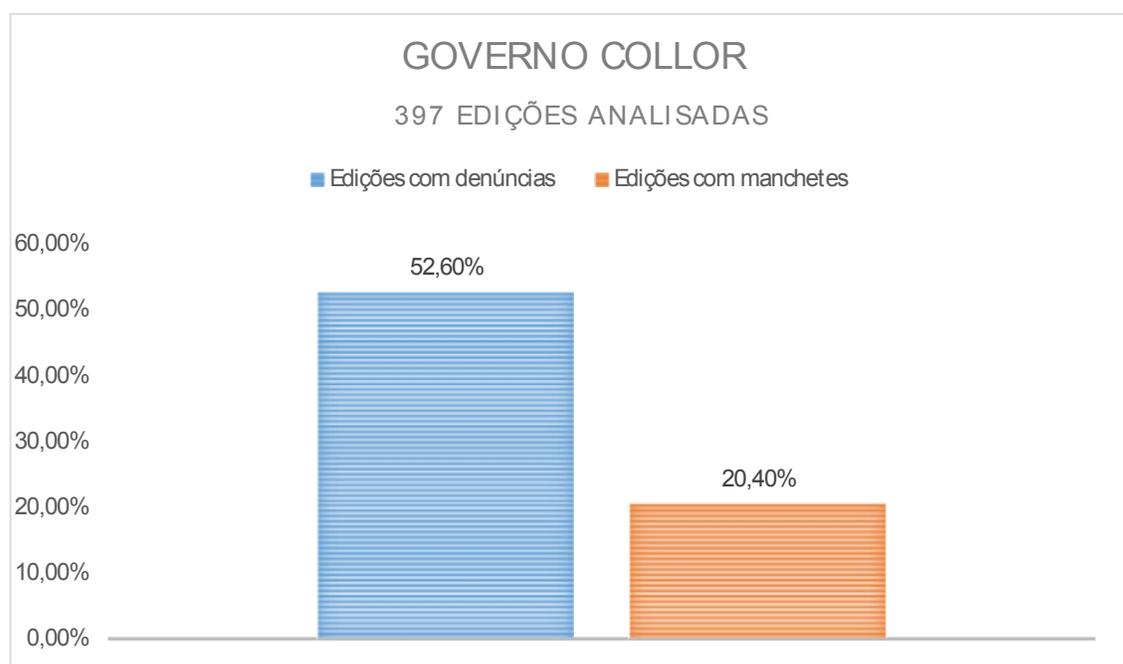
Na amostra, o escândalo que resultou no impeachment de Collor foi predominante entre maio e final de setembro. Das 18 edições de *O Estado de S. Paulo* analisadas nesses cinco meses, 14 tinham o caso como manchete principal. Na *Folha*, de 19 edições do

mesmo período, apenas duas manchetes foram para outros assuntos. Em *O Globo*, a proporção foi menor, mas também significativa: 12 de 19 edições analisadas deram manchete para o escândalo.

Pesquisa complementar, da forma possível como apresentada no capítulo sobre os pressupostos metodológicos para este estudo, analisou todas as capas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* entre maio e final de setembro, confirmando a predominância absoluta do escândalo. Ao longo de 137 dias, a *Folha* publicou 123 manchetes principais sobre o assunto e *O Globo*, 102 manchetes. Inegável, portanto, a relevância que o tema corrupção passou a ter na imprensa.

Na pesquisa por amostragem no período do governo Collor foram analisadas 397 capas, sendo que 52,6% delas continham denúncias nas capas, e 20% apresentaram essas denúncias como manchete principal (Gráfico 4). Levando em conta apenas as edições que apresentaram denúncias nas capas, 209, as manchetes apareceram em 81 delas, ou em 38,75%, quase vinte pontos percentuais a mais do que o registrado no período anterior de governo.

**Gráfico 4:** edições com denúncias sobre corrupção em três anos – 1990-1992



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Considerando apenas os resultados da amostra, é possível afirmar que no curto governo Collor houve significativo incremento do trabalho da chamada grande imprensa e dos organismos de fiscalização do poder público no combate à corrupção. Já havia também uma ação mais eficaz de instituições legais, como o já citado TCU, além da Polícia Federal, no entanto, há que se considerar que a inesperada avalanche de suspeitas de irregularidades e a ostensiva e permanente reação da sociedade aos abusos da classe política contribuíram fortemente para o protagonismo dos jornais naquela primeira metade dos anos 1990.

#### **4.3. Governo Itamar – 01/01/1993 a 31/12/1994**

Já empossado como presidente da República titular, depois da inócua renúncia e posterior cassação de Collor em 29 de dezembro, Itamar Franco iniciou o ano de 1993 com o noticiário voltado para as medidas econômicas em estudo para tentar debelar a inflação. A despeito das suspeitas de corrupção lançadas contra sua equipe pelo político baiano Antônio Carlos Magalhães (PFL, hoje DEM), que liderava a nova oposição, o governo Itamar não protagonizou nenhum grande escândalo político.

Com o País ainda vivendo uma espécie de ressaca política, os desacertos da economia e os arroubos do novo presidente na tomada de decisões eram os assuntos preferidos dos jornais. Logo nos primeiros meses do ano teve destaque, principalmente, o desgaste do então ministro da Fazenda, Eliseu Resende, muitas vezes desautorizados publicamente por Itamar. O humor dos jornais com o presidente e com a economia mudou a partir da nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, em maio. Entre maio e outubro, à exceção de algumas manchetes relativas à busca policial do fugitivo Paulo Cesar Farias, a economia marcou forte presença nas capas dos jornais, com pequenas e discretas chamadas para suspeitas de corrupção.

Esse cenário muda a partir de outubro, com a revelação do maior caso de corrupção do período de dois anos da gestão de Itamar Franco que ficou conhecido como o escândalo dos “anões do Orçamento”, envolvendo dezenas de parlamentares, ministros e governadores em um grande esquema de fraudes na confecção do Orçamento Geral da União. Depois do caso Collor, é considerado um dos grandes escândalos políticos

midiáticos da década de 1990. E impactou fortemente nos resultados da pesquisa no período, ampliando tanto a presença (chamadas) como a relevância (manchetes) do noticiário de denúncias nas capas dos jornais (Tabela 3).

**Tabela 3:** dados capturados dos três jornais no período 1993-1994 – Governo Itamar

	<b>Denúncias (chamadas e manchetes)</b>	<b>Manchetes</b>	<b>Edições analisadas</b>
1993	167	37	138
1994	107	20	137
Total	<b>274</b>	<b>57</b>	275

Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

O esquema de fraudes liderado por parlamentares atuava em pelo menos duas frentes importantes: primeiro, na inclusão de obras e projetos de prefeituras no Orçamento da União ou na liberação, junto aos ministérios, de recursos já aprovados para os municípios; segundo, no favorecimento de empresas que tinham, ou poderiam ter, contratos com governo, garantindo a elas no Orçamento da União recursos para obras superfaturadas.

Em troca, os parlamentares que cuidavam dos interesses das prefeituras e das empreiteiras durante a discussão e aprovação da peça orçamentária no Congresso Nacional recebiam gordas propinas que eram divididas também com ministros e outras autoridades do governo federal, além de governadores. O atendimento desses interesses era feito por meio de emendas ao projeto original do Orçamento enviado pelo governo federal ao Congresso. As emendas orçamentárias são uma prerrogativa que a Constituição de 1988 restituiu aos parlamentares. A partir dessa liberalidade, o número de emendas aumentou de 2.600 em 1989 para 76 mil em 1992, conforme levantamentos do próprio Congresso feitos à época.

O caso ficou conhecido como “escândalo dos anões do Orçamento” pelo fato de o grupo que liderava o esquema ser formado por parlamentares de baixa estatura, tendo à frente o então deputado baiano João Alves (então PFL), integrante da Comissão Mista de Orçamento desde o início dos anos 1970. Para legalizar, ou “lavar”, o dinheiro fruto de

suborno, João Alves alegou que jogava na loteria. E, segundo ele, ganhou o prêmio mais de 200 vezes. Logo a CPI descobriu o esquema de ‘fantasmas’ que faziam essas apostas (Figura 5). O esquema foi delatado pelo principal assessor da Comissão de Orçamento, o economista José Carlos Alves dos Santos, integrante da quadrilha, após a descoberta de que tinha tramado o assassinato da mulher.

A CPI do Orçamento, que não respingou diretamente no presidente da República, mas paralisou o Congresso naquele ano – foi a primeira vez que os parlamentares julgaram seus pares, por corrupção – investigou 37 deputados e senadores, e 18 deles foram acusados. Ao final, seis tiveram seus mandatos cassados, oito foram absolvidos e quatro renunciaram ao mandato para escapar da perda dos direitos políticos imposta pela cassação. Algumas empreiteiras, como a Odebrecht, foram citadas pela CPI do Orçamento. Os corruptores, no entanto, se livraram de acusações.

Foi este escândalo que praticamente sustentou o noticiário de denúncias no período do governo Itamar, garantindo mais uma vez uma atuação relevante da imprensa. Os jornais mantiveram o ritmo de 1992, com grande parte (cerca de 65%) das edições pesquisadas em 1993 destacando o tema corrupção. Neste ano, das 13 manchetes sobre corrupção identificadas na amostra da *Folha de S. Paulo*, oito foram sobre a CPI do Orçamento; em *O Globo*, seis das 11 manchetes; e em *O Estado de S. Paulo*, cinco das 13 manchetes.

Pesquisa complementar sobre todas as capas de a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* a partir de outubro reforça a importância dada pela imprensa ao escândalo: em outubro, os dois jornais publicaram 13 manchetes cada para o caso, a partir da segunda semana; em novembro, a *Folha* deu 22 manchetes, e *O Globo*, 16; e em dezembro, foram oito manchetes na *Folha* e nove em *O Globo*.

No último mês de 1993, a CPI ainda estava em funcionamento, com o número crescente tanto de envolvidos como de recursos públicos desviados, mas as atenções do poder e da imprensa em Brasília começaram a se voltar para outros assuntos que ganharam as manchetes: os projetos em estudo para a implantação do Plano Real; o início da fracassada revisão constitucional; a prisão de PC Farias, ocorrida na Tailândia no final de

novembro; e o julgamento de Fernando Collor no Supremo Tribunal Federal, que decidiu pela manutenção da cassação dos seus direitos políticos até o ano 2000.

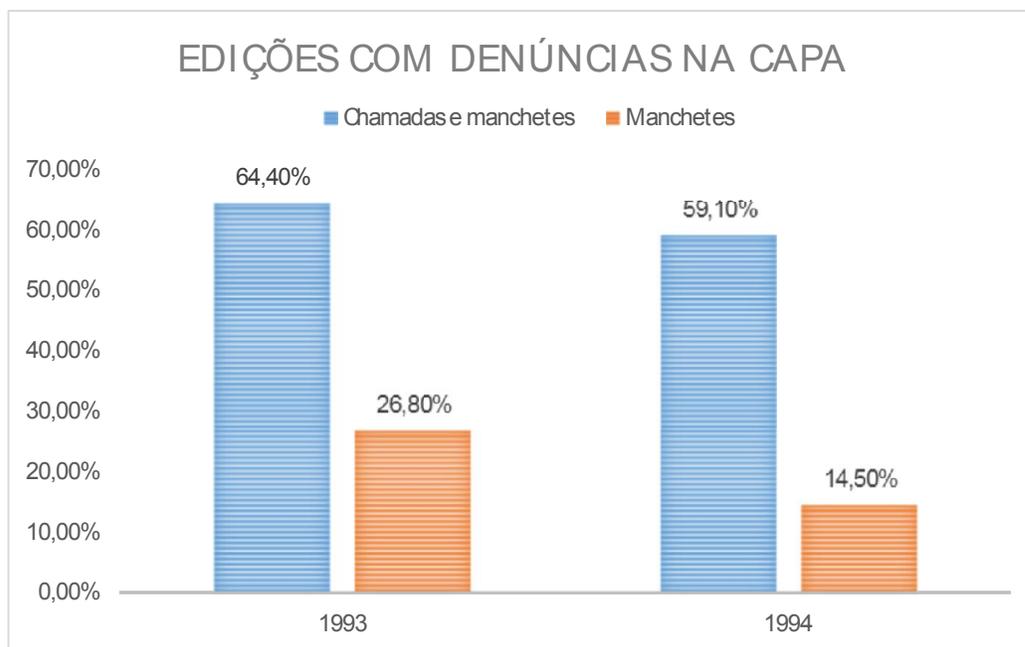
O escândalo dos anões do Orçamento não atingiu diretamente o presidente Itamar Franco, mas chegou a um subordinado próximo, Henrique Hargreaves, então chefe da Casa Civil, sobre o qual foram lançadas suspeitas de participação no esquema do Congresso. Ele deixou o cargo de imediato, evitando maiores desgastes para o governo. Antes disso, no primeiro semestre de 1993, mereceram destaque nas capas dos jornais as suspeitas de que o ministro Eliseu Resende (Fazenda) favorecera a empreiteira Odebrecht em contratos públicos; e supostas irregularidades na declaração de patrimônio do ministro Maurício Corrêa (Justiça).

Os jornais pareciam ‘contaminados’ pelo furor investigativo do período Collor. Vale registrar ainda que foi nesta primeira metade dos anos 1990 que o Ministério Público Federal, fortalecido pela Constituição de 1988, começou a se estruturar em todo País com a função essencial de fiscalizar os poderes da República. A regulamentação dos novos poderes da instituição foi feita pela Lei 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, de forma que a hierarquia da nova estrutura não interferisse na autonomia funcional.

Depois dessas mudanças (NASCIMENTO, 2011, pp. 80-81), promotores e procuradores começaram a atuar de forma sem precedentes no Ministério Público no controle da atividade de autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário. Ainda que o Ministério Público não tenha tido influência direta e decisiva no comportamento dos jornais em 1993, os ventos no País eram por mudanças, exigidas dos políticos e também da imprensa.

Em 1993, o ano de pico na gestão Itamar para o noticiário de denúncias, das 138 edições analisadas, 65% deram chamadas e quase 27% manchetes para notícias de corrupção. A CPI do Orçamento virou o ano e voltou a ganhar as manchetes nos primeiros dias de 1994 com o relatório final pedindo a cassação de 18 parlamentares. Logo, porém, o assunto perdeu relevância. Ainda assim, outros casos de corrupção alimentaram o noticiário, garantindo também em 1994 significativa presença e importância para as denúncias nas 137 capas analisadas na amostra (Gráfico 5).

**Gráfico 5:** proporção de edições dos três jornais com denúncias, ano a ano – Período Itamar



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Até março de 1994, as denúncias comuns aos três jornais referiam-se aos desdobramentos da CPI do Orçamento e ainda ao rescaldo dos escândalos envolvendo os negócios do empresário Paulo César Farias. Depois disso, nenhum novo escândalo nacional de corrupção mobilizou a grande imprensa em 1994. Casos regionais de irregularidades que mantiveram o tema nas capas.

*A Folha e O Estado de S. Paulo* deram destaque para as suspeitas lançadas contra o ex-governador Orestes Quércia e por seu sucessor Luiz Antônio Fleury, alvos principais dos dois jornais. *O Globo*, por sua vez, deu ampla cobertura às denúncias de envolvimento

de autoridades policiais e políticos locais com os contraventores do jogo do bicho e com o tráfico de drogas, que espalhavam o terror pelo Rio de Janeiro.

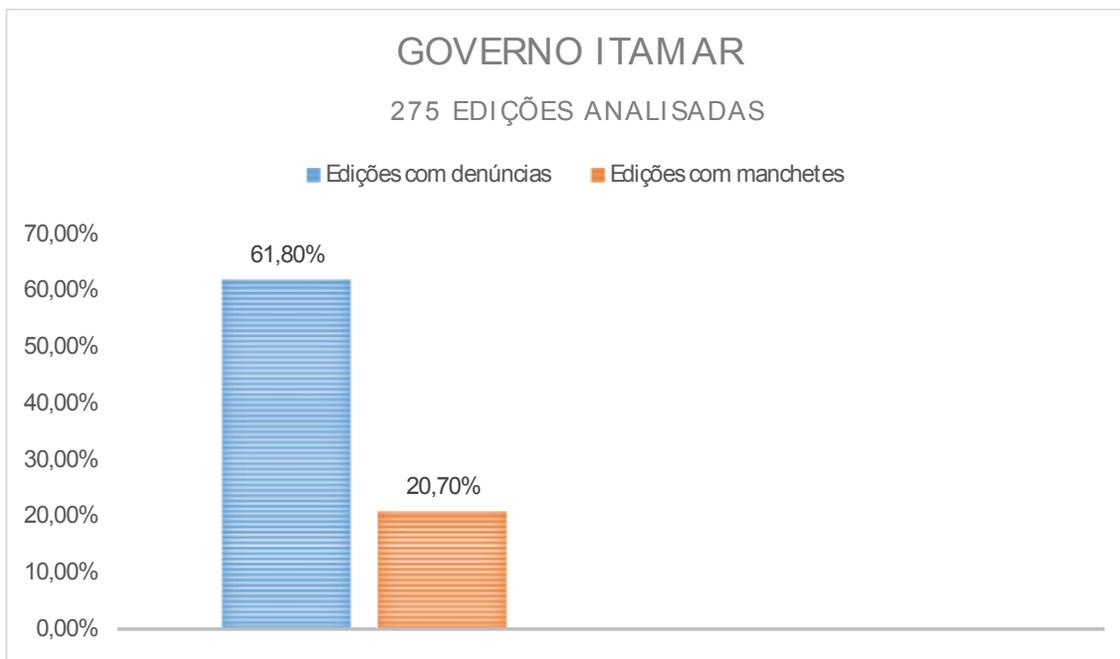
Mas o ano de 1994 foi marcado principalmente nas páginas dos jornais da imprensa de referência nacional pelo brilho de duas grandes estrelas, uma consequência da outra: o Plano Real e seu principal condutor, Fernando Henrique Cardoso, catapultado pelo sucesso da nova moeda ao posto de presidente da República.

Com o Plano Real em gestação avançada, a predileção dos jornais era pelos temas relacionados ao programa de combate à inflação e estabilização da moeda, que entrou em vigor no dia 1º de julho. O assunto prevaleceu como mais importante na maior parte das capas analisadas, tendo sido manchete principal em 68 das 137 edições da amostra dos três jornais, a maior parte no primeiro semestre. Logo o Plano Real começou a dividir espaço com as notícias sobre a eleição, em outubro, do novo presidente da República, dos 27 governadores, deputados e senadores.

O ano e o mandato de Itamar Franco terminaram com a festejada vitória de Fernando Henrique Cardoso sobre Luiz Inácio Lula da Silva, ainda no primeiro turno da eleição, em outubro. E com todas as apostas, nas capas dos jornais, voltadas para o sucesso do Plano Real, depois de várias experiências desastradas no combate à inflação.

Os resultados numéricos da pesquisa sobre o período de dois anos do governo Itamar indicam claramente presença e relevância significativas do noticiário de denúncia no *corpus* da pesquisa. Em 275 edições analisadas no biênio foram publicadas chamadas sobre corrupção em mais de 60% das capas, e manchetes em 20% (Gráfico 6). Considerando o universo de capas com denúncias, 170, as manchetes sobre o tema corrupção estiveram presentes em 57, ou 33,52%.

**Gráfico 6:** edições com chamadas e manchetes sobre corrupção em dois anos – 1993-1994



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

A forte presença do noticiário de corrupção por dois períodos de governos seguidos sugere, no primeiro momento, que os jornais estavam consolidando a prática e iniciando uma etapa de valorização desse tipo de notícia.

#### **4.4. Governo FHC-1 – 01/01/1995-31/12/1998**

O que parecia se apresentar nos quatro anos anteriores como uma nova tendência foi revertido em 1995, quando houve, em relação a 1994, uma queda de 20 pontos percentuais no volume de edições com chamadas de capa para o noticiário de corrupção. Caiu também em mais de 30% o número de denúncias (chamadas e manchetes) publicadas nas capas. O que se explica, em parte, pela tradicional trégua dada pela imprensa aos novos mandatários. No segundo semestre de 1995, dois grandes escândalos federais tiraram o sossego do governo. Sem grandes consequências, contudo.

Os primeiros meses da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso foram marcados nos jornais por questões relacionadas aos efeitos do Plano Real sobre a economia, em especial a polêmica sobre o valor do novo salário mínimo. Havia uma pressão política e popular por um mínimo de R\$ 100, equivalente na ocasião a US\$ 100, mas Fernando Henrique não cedeu, o que fez com que sua popularidade despencasse de

70% para 36% em apenas um mês. Mas o pilar do seu governo, o Plano Real, continuava com aprovação superior a 70%.

As notícias relativas a denúncias tiveram menor presença nas capas dos jornais ao longo do período do mandato de FHC. Com o dobro do tempo e de edições analisadas, em relação ao período do governo Itamar, foram capturadas entre 1995 e 1998 (Tabela 4) praticamente o mesmo número de chamadas identificadas pela pesquisa nos anos de 1994 e 1994. Um resultado que em parte corrobora pesquisas e teses sobre o bom tratamento dispensado pela chamada grande imprensa ao presidente Fernando Henrique e ao seu governo (RENAULT, 2006), como já visto no capítulo anterior.

**Tabela 4:** dados capturados dos três jornais no período 1995-1998 – Governo FHC-1

	<b>Denúncias (chamadas e manchetes)</b>	<b>Manchetes</b>	<b>Edições analisadas</b>
1995	72	19	130
1996	64	17	134
1997	97	23	132
1998	52	10	131
Total	<b>285</b>	<b>69</b>	527

Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Entre os três jornais, a *Folha de S. Paulo* não demonstrou disposição para a tradicional trégua, embora não tenha revelado nenhum caso relevante de corrupção no início do governo. Em janeiro, a *Folha* retomou um de seus temas prediletos, publicando suspeitas de irregularidades na contratação de agências de publicidade para as primeiras campanhas institucionais da nova administração. No mês seguinte destacou o que pode ser considerado o embrião do primeiro grande escândalo da gestão FHC: as suspeitas de

tráfico de influência, superfaturamento e outros desvios praticados pelos operadores do Projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

Um típico caso em que a suíte teve mais destaque do que a notícia original. Em 25 de fevereiro, a *Folha* deu como manchete principal: “Governo acusa a CIA de usar o Brasil para se promover”. Era a reação de autoridades palacianas à informação da agência de inteligência norte-americana de que a empresa Raytheon, que venceu a concorrência de US\$ 1,4 bilhão para a instalação do Sivam, pagou propina a funcionários públicos brasileiros.

Foi a primeira vez que o assunto apareceu na amostra pesquisada. Uma consulta complementar aos arquivos dos jornais aponta que a denúncia original não foi manchete principal na *Folha* em nenhum dos dias de fevereiro nem esteve na capa, em chamadas menores, nos dias anteriores à manchete do dia 25. Na amostra, as suspeitas sobre o Sivam só voltaram às capas dos jornais quase dois meses depois, em 14 de abril, quando os suspeitos já estavam sendo ouvidos por uma comissão do Congresso, e o presidente Fernando Henrique admitia suspender o contrato.

O recuo de FHC foi manchete na *Folha* e teve chamadas menores nas capas dos outros dois jornais. Mas dez dias depois, em 24 de abril, *O Globo* destacou como manchete principal declaração de Fernando Henrique Cardoso feita durante viagem aos Estados Unidos: “A corrupção organizada (no Brasil) acabou” (Figura 6). Na entrevista, ele afirmou que desde o início do seu governo não havia “sequer rumor” de corrupção: “nada, zero”. Em março, a oposição já tinha conseguido assinaturas para criar a CPI dos Corruptores, mas a base governista manobrou para impedir sua instalação.

A investigação esfriou no Congresso e o caso Sivam desapareceu das capas dos jornais por vários meses, só voltando a ser capturado novamente na amostra em 24 de novembro, quando surge com a força dos escândalos políticos midiáticos: foi vazado para a imprensa o conteúdo de um grampo telefônico feito dentro do Palácio do Planalto. As gravações indicavam a prática de tráfico de influência por parte do chefe de Cerimonial, embaixador Júlio Cesar dos Santos, junto às empresas envolvidas no projeto Sivam, o que provocou, de imediato, sua demissão.

O grampo, e não exatamente o teor da gravação, provocou uma grande crise interna no governo, com a procura pelo responsável pela escuta clandestina. No centro da crise estavam o diretor-geral da Polícia Federal, Vicente Chelotti, e o presidente do Incra, Francisco Graziano, este último amigo pessoal do presidente. O assunto predominou, então, nas capas dos três jornais durante o resto do ano. O maior destaque, mais uma vez, foi dado pela *Folha*, que dedicou ao caso seis das nove manchetes relativas a denúncias capturadas na amostra de 1995.

Nos meses em que as suspeitas sobre o projeto de vigilância da Amazônia sumiram dos jornais, outro caso de corrupção ganhou forma: o que ficou conhecido como o “escândalo da pasta rosa”. Tratava-se de uma pasta apreendida pelo Banco Central na sede do Banco Econômico, por ocasião da intervenção federal decretada sobre o banco baiano em agosto de 1995. A pasta continha listas com nomes de dezenas de políticos beneficiados em suas campanhas eleitorais de 1990 com recursos ilegais do Banco Econômico. No topo da lista, o poderoso senador Antônio Carlos Magalhães, que despejou toda sua ira contra o governo e, em especial, contra a diretoria do Banco Central, a quem acusava de ter vazado o conteúdo da pasta rosa.

Entre um escândalo e outro, o noticiário de 1995 sobre corrupção destacou a quebra de alguns estados em função de rombos e esquemas de corrupção de governos anteriores; a decisão de uma juíza de cancelar a nomeação de Luciana Cardoso, filha do presidente, para um cargo no Palácio do Planalto; e a denúncia de que deputados da CPI dos Bingos receberam propina para livrar os donos de bingos de acusações. Os casos Sivam e da pasta rosa perderam força na virada do ano.

O tema que mais se destacou no início do segundo ano da gestão Fernando Henrique foi a política de intervenções do Banco Central em bancos estaduais e privados. E ao mesmo tempo surgiram, ainda que de forma discreta, os rumores sobre as primeiras negociações políticas para a aprovação de uma emenda à Constituição que permitisse a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Os dois assuntos sustentaram, ao longo do ano, o noticiário mais negativo para o governo.

No primeiro caso, os jornais investiram na busca de detalhes sobre irregularidades apontadas no socorro financeiro a bancos por meio do Programa de Estímulo à

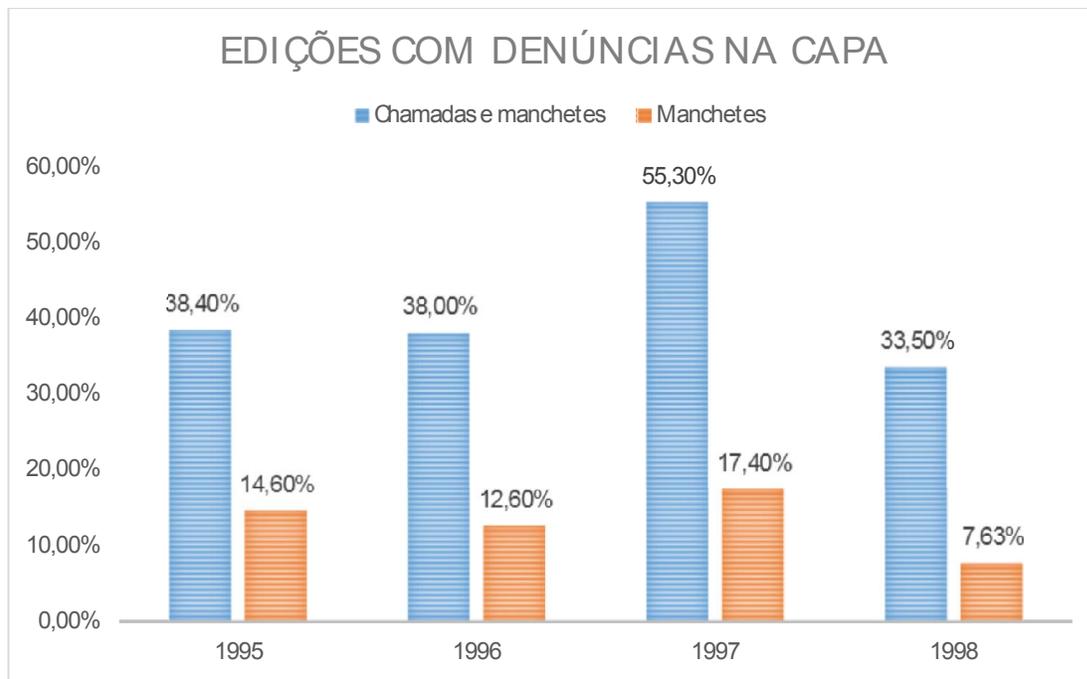
Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, o Proer. O governo argumentava que o Proer evitou a quebra de todo o sistema financeiro do País. A população, segundo as pesquisas, ainda mantinha forte apoio ao governo, mas era contra a ajuda a banqueiros, o que reforçava o discurso da oposição no Congresso. A CPI do Sistema Financeiro chegou a ser instalada e, para evitar que a investigação deslanchasse, Fernando Henrique não se furtou à prática da compra de apoio dos parlamentares, usando cargos públicos e liberação de verbas, tradicional moeda de troca dos governos, como destacavam os jornais. A CPI foi arquivada.

A barganha política entre Congresso e Executivo foi explícita em várias ocasiões, como mostraram em 23 de março, dois dos três jornais. “FHC libera verbas e vence de novo”, publicou a *Folha* sobre nova votação. “FH procura oposição e ameaça dissidentes”, deu *O Globo*, com o relato de que o presidente tiraria cargos dos aliados que votassem contra o governo. Em maio, mais duas manchetes indicavam que o “toma-lá-dá-cá” entre os dois poderes tornara-se uma prática corrente. Uma delas era sobre o acordo do presidente com a bancada ruralista: em troca do apoio à reforma Previdência, o Banco do Brasil arrefeceria a cobrança de dívidas de grandes agricultores.

Outros escândalos financeiros surgiram ao longo do ano, como as fraudulentas emissões de títulos públicos autorizadas pelo Senado a estados em dificuldade; e as fraudes nos pagamentos dos títulos das dívidas agrárias, as TDAs. No Congresso, o caso de suborno entre o deputado Pedrinho Abraão (PTB-GO) e a empreiteira Andrade Gutierrez suscitou a ideia de criar uma nova CPI do Orçamento, que não avançou. O deputado perdeu o mandato após confirmação de recebimento de propina de 4% sobre R\$ 42 milhões, valor de uma obra pública executada pela empresa.

Mesmo com dois grandes casos de corrupção em 1996, o percentual de edições que deram manchetes principais para notícias relacionadas a denúncias caiu, em relação a 1995. O noticiário de denúncias ganhou fôlego em 1997 com novos escândalos envolvendo políticos, aumentando fortemente a proporção de edições que publicaram denúncias na capa, com aumento também das manchetes, mas esses índices voltaram a cair em 1998, como mostram os dados do Gráfico 7, considerando as 527 capas analisadas em quatro anos.

**Gráfico 7:** proporção de edições dos três jornais com denúncias, ano a ano – Período FHC-1



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

No início de 1997, o governo federal saiu do noticiário de denúncias a partir da descoberta do esquema de emissão irregular de títulos públicos, autorizada pelo Senado, para três estados (Santa Catarina, Pernambuco e Alagoas) e três grandes prefeituras (São Paulo, Campinas e Osasco). Os novos títulos deveriam ser utilizados no pagamento de dívidas judiciais, os chamados precatórios, mas o que se descobriu foi o uso ilegal e o desvio de grande parte desses recursos para corrupção.

O escândalo levou para as manchetes dois políticos desconhecidos do grande público: o recém-eleito prefeito Celso Pitta (PP-SP) e o então governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira (PMDB). O governador chegou a sofrer um processo de impeachment, mas escapou por dois votos. Os últimos dias da CPI dos Títulos Públicos no Senado, em meados de 1997, indicaram uma manobra política para evitar que governadores e prefeitos fossem incluídos no relatório final da CPI.

Esse movimento gerou uma das cenas mais bizarras do Congresso Nacional. Como não conseguiram excluir os políticos do relatório final da CPI, os líderes reabriram os trabalhos da comissão, logo após sua finalização, e fizeram novo texto, isentando todos de responsabilidade. “Se é para fazer pizza, vamos fazer uma completa”, disse o então líder do PMDB, Jader Barbalho, como registrado na capa da *Folha* em 24 de julho.

Foi um escândalo que dominou a cena política e o noticiário sobre corrupção. Das 37 chamadas para matérias relativas a denúncias capturadas na *Folha* em 1997, 18 foram para a CPI dos Títulos Públicos, sendo quatro como manchetes. Em *O Globo* e em *O Estado* foi na mesma proporção: no primeiro, 14 das 30 chamadas foram para o assunto, também com quatro manchetes; no segundo, 15 das 30 chamadas, com três manchetes. Nota-se que as denúncias ainda não são predominantes nas manchetes.

A CPI ainda estava em campo quando surgiu o segundo escândalo de 1997, com poder de fogo maior: a denúncia da compra de votos de deputados para a aprovação da emenda da reeleição, aprovada no início do ano na Câmara dos Deputados. Foi publicada pela *Folha de S. Paulo*, com exclusiva do jornalista Fernando Rodrigues, em 13 de maio, com a seguinte manchete: “Deputado conta que votou pela reeleição por R\$ 200 mil” (Figura 7).

A denúncia mostrou que Ronivon Santiago e João Maia, dois deputados do PFL (hoje DEM) do Acre, admitiam, em conversas gravadas em poder do jornal, ter recebido o valor em espécie para votar a favor da emenda. A partir do dia 14, conforme pesquisa complementar, a *Folha* deu mais oito manchetes seguidas para o assunto, revelando a cada dia novos detalhes e novos personagens. Neste período, entre 14 e 21 de maio, também conforme pesquisa complementar, *O Globo* deu duas manchetes para a denúncia. Dia 22 de maio as manchetes eram para aprovação da emenda da reeleição no Senado. Na amostra dos três jornais em maio foram capturadas duas manchetes da *Folha* para a denúncia, mas nenhuma manchete em *O Globo* e em *O Estado de S. Paulo*.

Mais três deputados foram citados explicitamente nas conversas gravadas e suspeitas foram levantadas sobre dezenas de outros parlamentares. O pagamento teria sido feito pelo tucano Sérgio Motta, então ministro das Comunicações e homem forte do governo Fernando Henrique. A denúncia causou grande movimentação política no governo

e no Congresso, mas a proposta de criação de uma CPI foi prontamente desarticulada pelos aliados do presidente, que tinha folgada maioria tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

Com a ofensiva política do governo, nove dias depois da revelação da compra de voto, o Senado aprovou definitivamente a emenda constitucional da reeleição, sem tropeços, como já dito. A renúncia dos dois deputados que confessaram a venda de seus votos contribuiu para que o assunto caísse no esquecimento. Nenhum parlamentar foi investigado ou punido pela Câmara. A Polícia Federal abriu uma investigação, mas logo encerrou o processo de apuração.

Não custou barato ao governo, no entanto, a vitória no Congresso. Além das constantes notícias sobre distribuição de cargos e liberação de verbas públicas, o Palácio do Planalto agiu também em outras frentes. Em 29 de janeiro de 1997, *O Estado de S. Paulo* deu manchete para a aprovação da reeleição na Câmara, e destacou outra chamada na capa: “Patrocinador faz pressão”, sobre relatos de que o governo mobilizou empresários e financiadores de campanha para pressionar os deputados para os quais fizeram doações. O deputado Mário Martins (PMDB-PA) confessou ao *Estado*: “A pelo menos três (financiadores) jamais poderia dizer não”. E votou sim pela reeleição.

Em dezembro de 1997, a *Folha* publicou que o governo estava retribuindo a base aliada pelas vitórias obtidas naquele ano. “FHC loteia agências entre aliados”, era a chamada para uma notícia sobre a distribuição das diretorias da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) entre indicados políticos do PSDB e do PFL.

A prisão da maior fraudadora do INSS, Jorgina de Freitas, em Costa Rica, novas denúncias contra Paulo Maluf e a cobrança de propina por parte de policiais militares estiveram entre outras denúncias publicadas em 1997. Também começou a ter destaque a tentativa do Congresso de acabar com o nepotismo nos três poderes. Assunto, aliás, de chamada de capa da *Folha de S. Paulo*, em 31 de dezembro: “Genro de FHC dirigirá agência de petróleo”, referência a David Zylberstajn, nomeado como diretor-presidente da Agência Nacional de Petróleo.

Dos dois grandes casos de corrupção do ano, a CPI dos Títulos Públicos foi a que mais contribuiu para o aumento da presença e relevância das denúncias, uma vez que o caso da compra de votos para aprovar a emenda da reeleição ficou restrita à *Folha de S. Paulo*. Houve aumento considerável, em torno de 50%, no número de chamadas para denúncias nas capas, mas não cresceu na mesma proporção o volume de edições com chamadas e manchetes sobre o tema.

Garantida na Constituição a possibilidade de reeleição dos chefes dos poderes executivos, o ano eleitoral de 1998 já começou voltado para a disputa presidencial em que Fernando Henrique buscava o segundo mandato. Além da queda quantitativa das denúncias publicadas na capa em 1998, a análise evidencia que os jornais não tiveram fôlego, ou interesse, para transformar em escândalo político midiático os casos de corrupção que surgiram neste ano de sucessão presidencial.

Como visto no capítulo anterior, o escândalo midiático (LIMA, 2006; THOMPSON, 2002; WASBORD, 2000) é um evento que implica a revelação, pela mídia, de desvios e irregularidades envolvendo autoridades e personalidades públicas, desencadeando uma sequência de ocorrências posteriores. É quando o controle e a dinâmica de todo o processo passam a ser dos jornalistas e da mídia, e não mais dos envolvidos na denúncia.

Duas barulhentas denúncias – uma verdadeira e outra falsa – tiraram um pouco do brilho da reeleição do presidente. Um mês depois da eleição em que Fernando Henrique derrotou Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro turno, surgiram as denúncias sobre o caso dos grampos do BNDES, o escândalo verdadeiro. E sobre o chamado “Dossiê Caribe”, o falso. Ambos divulgados em 8 de novembro pelo jornalista Elio Gaspari em sua coluna publicada nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

O primeiro caso referia-se a gravações de conversas obtidas a partir de grampos ilegais feitos em telefones do Palácio do Planalto, e que revelavam as negociações engendradas por autoridades do governo durante o processo de privatização das empresas do Sistema Telebrás.

A principal conversa indicava a participação direta do presidente da República, do ministro das Comunicações (Mendonça de Barros), do presidente do BNDES (André Lara

Resende) e de um diretor do Banco do Brasil (Ricardo Sérgio Oliveira) em uma ação para favorecer o consórcio organizado pelo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas. O banqueiro negociava a aquisição da Tele Norte Leste, com a participação de recursos do fundo de pensão do Banco do Brasil, a Previ. Uma das frases mais emblemáticas foi dita por Ricardo Sérgio (BB): “Estamos no limite de nossa irresponsabilidade”.

O escândalo permaneceu nas primeiras páginas por três semanas, ao final das quais perderam os cargos o ministro das Comunicações e o presidente do BNDES. Na amostra analisada, o assunto estreou nas capas em 8 de novembro e apareceu pela última vez dia 24, quando foi publicada a queda dos envolvidos. Em dezembro o escândalo não voltou mais às capas da amostra – pesquisa complementar em todas as capas da *Folha* e de *O Globo* ao longo de dezembro indica que não voltou a ser manchete.

Conforme pesquisa complementar, a *Folha* manteve o caso do grampo do BNDES na manchete por oito edições seguidas em novembro, e *O Globo* em cinco edições. Na amostra da pesquisa de novembro, foi manchete duas vezes na *Folha* e duas em *O Globo*, e uma em *O Estado*. No dia 24 de novembro, capturado na amostra, os jornais anunciaram de formas distintas a queda dos envolvidos no escândalo (Figura 8). “FH fica sem parte da equipe econômica”, publicou *O Estado*. *O Globo* foi na mesma linha: “Presidente aceita demissões mas confirma Ministério da Produção”. Na *Folha*: “Grampo derruba Mendonça e Lara”. Observe-se que apenas a *Folha* faz na manchete menção ao escândalo.

O episódio mostrou a eficiência do governo em tentar diminuir o estrago, não apenas reduzindo o tempo de exposição do escândalo nos jornais, mas também limitando sua repercussão. O comportamento diferenciado dos jornais neste caso pode ser considerado um dos fatores que limitam a transformação de uma denúncia grave de corrupção em um escândalo político de repercussão midiática. Sem o chamado ‘efeito manada’, a tendência é que casos relevantes caiam no esquecimento com maior rapidez, como visto nos estudos de Aldé e Vasconcelos (2008) e em citações de outros autores no capítulo anterior.

O outro caso que indicava corrupção entre integrantes do governo, o chamado dossiê Caribe (ou dossiê Cayman), logo se revelou falso. Antes mesmo dessa revelação, os jornais foram cautelosos em sua divulgação. Segundo a falsa denúncia contida no dossiê

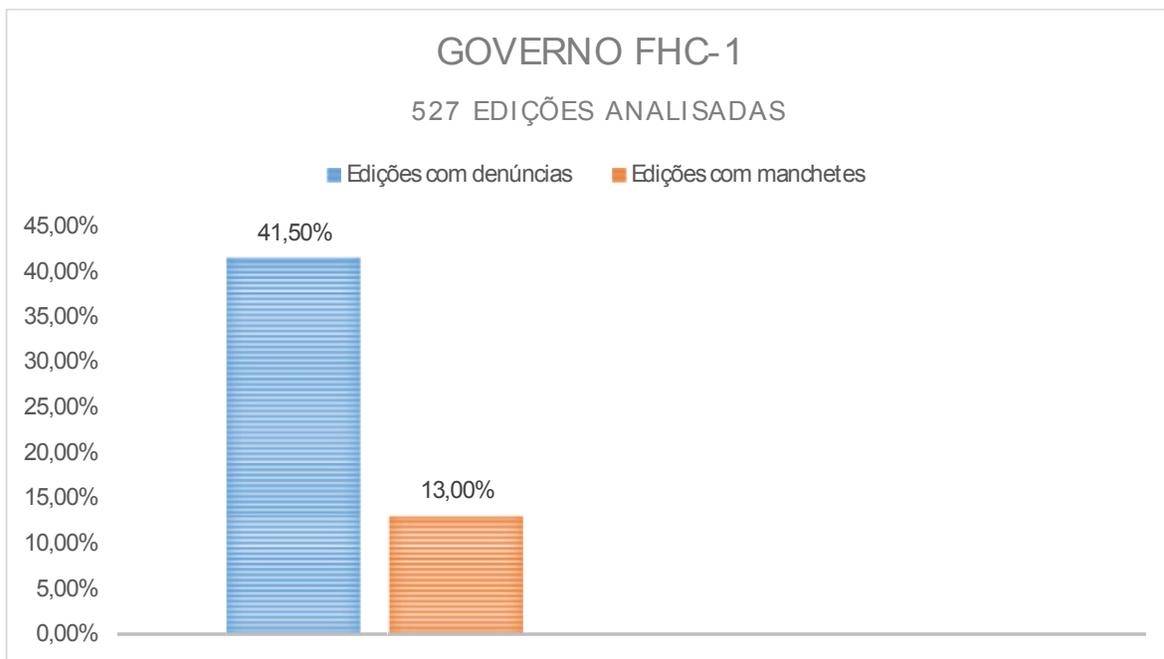
montado para ser vendido a adversários do PSDB, o presidente Fernando Henrique, o governador Mario Covas, os ministros Sérgio Motta (já falecido, então) e José Serra possuíam milhões de dólares em paraísos fiscais no Caribe. Alguns políticos teriam comprado o dossiê, segundo a Polícia Federal, mas ele não foi passado adiante.

Antes da publicação desses dois casos, o ano eleitoral e as dificuldades na economia brasileira e mundial predominaram nas capas, com destaque para a grave crise econômica da Ásia que abalou mercados no mundo inteiro, e para suas consequências no Brasil, que tinha o controle da inflação, mas não conseguia conter os gastos públicos e o desemprego. O socorro financeiro de mais de US\$ 40 bilhões do FMI para o Brasil foi manchete em várias edições. No noticiário de denúncias do primeiro semestre o destaque foi para as suspeitas de corrupção lançadas contra agentes e delegados da Polícia Federal, que gerou uma crise na instituição e o afastamento de mais de duas dezenas de policiais.

Foi também no primeiro semestre de 1998 que o presidente Fernando Henrique Cardoso viveu momentos delicados na política, especialmente depois da morte, em abril, de dois de seus principais articuladores: o ministro e dirigente tucano Sérgio Motta e o líder do governo na Câmara, Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA). As chantagens e cobranças de cargos e verbas públicas em troca de apoio passaram a chegar, a partir de então, diretamente na mesa do presidente da República.

O período relativo ao primeiro mandato de Fernando Henrique fechou com um resultado proporcional inferior aos registrados durante as gestões dos dois presidentes que lhe antecederam. Como mostra o Gráfico 8, as edições com chamadas para denúncias na capa ficaram em 41,50% do total de 527 edições analisadas nos quatro anos, percentual próximo ao verificado no período Sarney, e 20 pontos percentuais menor do que o registrado no período Itamar. No caso das manchetes, elas estiveram presentes em 13% das capas. Nos governos Collor e Itamar, este índice foi de 20%.

**Gráfico 8:** edições com chamadas e manchetes sobre corrupção em quatro anos – 1995-1998



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Em relação ao número de edições com denúncias, 219, as manchetes estiveram presentes em 69, representando 31,50%. Este também é um indicador inferior ao registrado nos dois governos anteriores. Os dados do período indicam uma mudança no comportamento da imprensa, com reversão da expectativa de tendência verificada na sequência dos anos anteriores de maior presença e maior relevância do noticiário de denúncias. Além dos números, a análise do conteúdo publicado nas capas sugere, como alguns exemplos citados evidenciam, uma cobertura mais amistosa dos jornais em relação aos malfeitos e malfeitores do governo Fernando Henrique. O período de quatro anos, porém, é curto para definir essa postura como um padrão de comportamento.

#### **4.5. Governo FHC-2 – 01/01/1999 a 31/12/2002**

O primeiro ano do novo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso começou mais uma vez dominado pelas notícias econômicas, em especial pela decisão do governo de mudar a política cambial, promovendo a necessária desvalorização do real frente ao dólar, negada com veemência durante a campanha pela reeleição. As manchetes dos jornais destacavam as consequências dessa medida na economia, como a saída em massa de dólares do País, a alta dos juros para controlar a inflação e o aumento dos preços

no varejo. Cinco dias depois da mudança na política cambial, o real já tinha sofrido uma desvalorização de 30%. Em menos de um mês o dólar chegaria a quase R\$ 2,00, acabando com o sonho do real próximo do dólar.

A desvalorização do real, contrariando garantias dadas pelo próprio presidente, foi duramente criticada pelos principais jornais do País em notícias e editoriais, com o uso frequente de termos como ‘descrédito’, ‘imprevisibilidade’, ‘crise de governabilidade’, ‘fim do plano real’ e ‘desconfiança’, entre outros, conforme pesquisa de Renault (2006) a respeito da Era FHC nas representações da mídia, como visto no capítulo anterior.

A análise do material deste período inicial do segundo mandato do PSDB evidencia que “o pacto entre a chamada grande imprensa e Fernando Henrique Cardoso, que vinha desde antes da eleição de 1994, estaria se rompendo” (RENAULT, 2006, p. 288). A percepção inicial, sugere o autor, é que esse comportamento pode ser explicado pelo fato de as empresas de comunicação, que tinham à época da desvalorização cambial investimentos e dívidas ancorados em moeda estrangeira, terem amargado grandes prejuízos financeiros com a valorização do dólar frente ao real.

Não significa que o governo do PSDB e o presidente Fernando Henrique passaram a ser, de imediato, alvos da imprensa na produção do noticiário sobre corrupção, como se verá nas próximas páginas. É fato, porém, que este tipo de notícia apareceu em maior quantidade nas capas dos jornais no período entre 1999 e 2002, quase que dobrando o volume em relação ao período anterior, embora com destaque reduzido nas manchetes, conforme a Tabela 5.

**Tabela 5:** dados capturados dos três jornais no período 1999-2002 – Governo FHC-2

	<b>Denúncias (chamadas e manchetes)</b>	<b>Manchetes</b>	<b>Edições analisadas</b>
1999	122	24	138
2000	107	23	138
2001	129	18	135
2002	54	02	138

Total	<b>412</b>	<b>67</b>	549
-------	------------	-----------	-----

Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Enquanto a economia dominava o noticiário de Brasília, casos de corrupção eram desvendados nos estados. O principal deles, publicado em março, revelou um novo esquema de suborno nas administrações regionais da prefeitura de São Paulo. No caso que ficou conhecido como a “máfia de fiscais”, funcionários públicos cobravam das empresas propinas de até 20% dos valores dos contratos de varrição e coleta de lixo. O esquema espalhou-se por outras áreas e envolveu pelo menos quatro vereadores, merecendo destaque nos jornais paulistas durante todo primeiro semestre. Até que os vereadores foram cassados, e o prefeito Celso Pitta livrou-se do pedido de impeachment.

No plano nacional, Fernando Henrique enfrentou novos problemas com a política do governo de socorro ao sistema financeiro. Mesmo com mandato novo, popularidade alta e uma base sólida no Congresso, ele não conseguiu evitar desta vez a criação da CPI dos Bancos, que tinha como objetivo específico investigar ilegalidades na ajuda a bancos privados realizada após a desvalorização do real. Ao mesmo tempo, uma CPI para apurar corrupção no Judiciário foi criada no Senado pelo senador Antônio Carlos Magalhães.

Em abril, a CPI dos Bancos estava nas manchetes com destaque para as ações financeiras realizadas entre o governo e os até então desconhecidos bancos Marka, do empresário italiano Alberto Cacciola, e FonteCindam, de um ex-diretor do Banco Central. O Marka apostou na estabilidade do real e quebrou após a desvalorização da moeda. Para tentar diminuir seu prejuízo pediu socorro ao Banco Central, que vendeu dólar a Cacciola por preço abaixo da cotação de mercado. A operação, que também favoreceu o FonteCindam, causou prejuízo aos cofres públicos de R\$ 1,5 bilhão em valores da época.

Documentos apreendidos pela Polícia Federal na casa de Chico Lopes, presidente do Banco Central no momento do socorro financeiro, comprometeram ele próprio e mais dois diretores do BC na operação irregular. As revelações da CPI e da Polícia Federal sobre o caso mantiveram o assunto nas capas dos jornais até meados de maio, ou seja, por cerca de 45 dias, caracterizando-se como um escândalo midiático. Pesquisa complementar nas capas de todas as edições do mês de abril da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo* revelou

que o assunto foi manchete principal em 17 das 30 edições, em ambos. A CPI continuou, mas a crise dos bancos perdeu espaço nas capas para as primeiras notícias sobre a recuperação da economia.

Em outra frente crescia o poder de fogo da CPI do Judiciário do Senado. A investigação identificou casos de corrupção em alguns estados e teve seu ápice na descoberta de irregularidades praticadas na construção do novo prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. No centro desse escândalo estava o juiz Nicolau dos Santos Neto. Não demorou e a CPI chegou ao envolvimento do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) no esquema de superfaturamento e desvio de recursos durante a realização da obra em São Paulo. Foi o segundo escândalo político midiático de 1999.

Pautados por grandes casos de corrupção de alcance nacional e outros regionais, os jornais aumentaram em 1999, em relação ao ano anterior, a publicação de denúncias, como visto, mas o tema demorou a aparecer nas páginas. Na amostra de *O Globo*, por exemplo, nenhuma denúncia foi capturada nas dez primeiras semanas do ano.

Um diferencial marcou o noticiário de denúncias em 1999: os três jornais investiram em pautas próprias sobre corrupção, abordando temas variados. Na amostra foram identificadas 15 reportagens especiais exclusivas com destaque na primeira página: de denúncias sobre nepotismo e farra das concessões públicas de TV para políticos a irregularidades em contratos da Petrobras e privilégios dos políticos. No entanto, apenas duas delas, uma na *Folha* e outra em *O Estado*, foram manchete. Embora tenha aumentado significativamente em 1999, se comparado com 1998, o percentual de edições com manchetes sobre corrupção (17% do total analisado), o resultado ainda ficou abaixo das proporções verificadas até 1994.

Outros casos barulhentos marcaram 1999. A CPI do Narcotráfico da Câmara, que teve o polêmico deputado Hildebrando Pascoal como seu personagem central no início, revelou o envolvimento de deputados estaduais, juízes e funcionários públicos com o tráfico de drogas. Também mereceu destaque a denúncia de uso indevido de aviões da Força Aérea Brasileira por autoridades, para viagens de passeio à ilha de Fernando de Noronha. Além de ministros de Estado, um dos investigados no caso foi o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

A troca de favores e benesses do governo federal por votos no Congresso voltou a ser mapeada e denunciada pelos três jornais no início de janeiro de 2000, depois da aprovação de medidas importantes para gestão da política econômica. O tema, no entanto, não teve grande fôlego e nos meses seguintes o noticiário de denúncias publicado nas capas da amostra se limitou a casos regionais. A *Folha* e *O Estado* privilegiaram notícias sobre os desvios e desmandos da Câmara de Vereadores e da administração Celso Pitta, na capital paulista. No Rio de Janeiro, *O Globo* deu preferência a dois temas: o pagamento de propina por bicheiros e traficantes de drogas a integrantes das polícias civil e militar; e o favorecimento de empresas amigas em contratos superfaturados do governo de Anthony Garotinho.

Da pauta de Brasília interessavam aos jornais as negociações entre os três poderes para a fixação de um teto salarial para o funcionalismo; a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal; e, no campo das denúncias, o desenrolar da CPI do Judiciário que culminou com a inédita cassação de mandato de um senador, Luiz Estevão, por sua participação nos desvios da obra do TRT de São Paulo.

Esses assuntos prevaleceram no noticiário até julho de 2000, quando o governo federal se viu no centro do escândalo do TRT de São Paulo: o dirigente do PSDB Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência da República e tesoureiro da campanha da reeleição de Fernando Henrique, foi acusado de ter participado do esquema de superfaturamento e desvios liderado pelo juiz Nicolau dos Santos Neto.

A CPI do Judiciário descobriu que Eduardo Jorge (EJ) tinha trocado mais de cem telefonemas com o juiz entre 1992 e 1998. As ligações coincidiam com a liberação de verbas federais para a obra superfaturada. Em troca dos recursos, o juiz passou a indicar, a partir de 1994, juízes classistas favoráveis ao Plano Real, que era questionado cotidianamente na justiça trabalhista.

O noticiário era alimentado pela CPI do Judiciário e por procuradores da República, que forneciam detalhes sobre as atividades de EJ em empresas que intermediavam contratos com o governo federal. A convocação do tucano para depor na CPI “causou pânico” no Palácio do Planalto, segundo os jornais, mas ele isentou o governo de responsabilidade. De seu depoimento vale o registro de uma frase destacada nas capas:

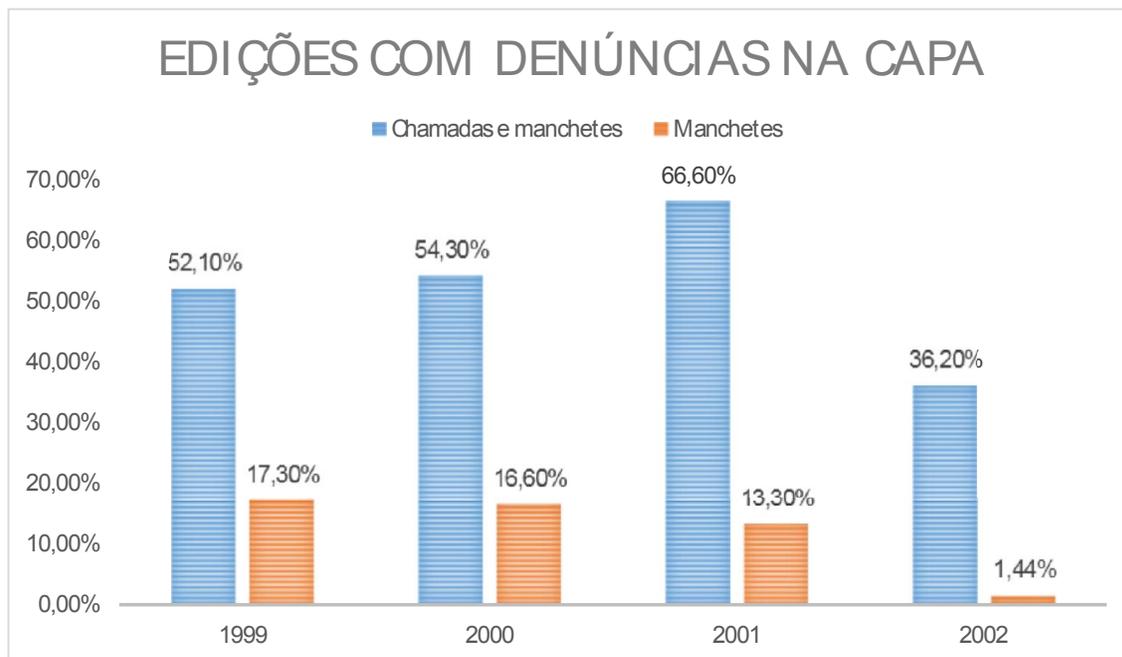
“Entranhas do poder não são tão bonitas” (Figura 9). O assunto em torno de Eduardo Jorge permaneceu nas capas por quase dois meses, entre julho e agosto de 2000, e algumas vezes nas manchetes. Este escândalo não contribuiu, porém, para que os jornais ampliassem quantitativamente a presença das denúncias nas manchetes (Tabela 5).

Os escândalos de corrupção deram lugar, no segundo semestre, ao noticiário sobre a eleição municipal, com destaque para a disputa nas capitais, que já se avizinhava como uma prévia da eleição presidencial de 2002. O desgaste político do PSDB foi confirmado nas urnas: o partido ficou de fora do poder nas 10 maiores capitais do país; e os partidos de oposição (PT, PDT, PSB e outros menores) cresceram, obtendo vitória no maior colégio eleitoral do país, a capital de São Paulo, com a eleição de Marta Suplicy (PT).

Já quase no final do ano chegou às primeiras páginas um escândalo bilionário de corrupção na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que tinha em sua diretoria apadrinhados do senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Um caso que alimentou ainda mais a já acirrada briga política entre Jader e Antônio Carlos Magalhães na disputa por poder no Senado.

Todos esses casos ampliaram a proporção de edições com assuntos relativos a corrupção durante o segundo mandato de FHC, mas o percentual de edições com manchetes manteve-se em índices abaixo de 20% nos quatro anos, entre as 549 edições analisadas, em curva descendente ao longo dos quatro anos (Gráfico 9). Vale lembrar que a proporção de edições com manchetes foi de 40% em 1992, e de quase 27% em 1993.

**Gráfico 9:** proporção de edições dos três jornais com denúncias, ano a ano – Período FHC-2



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Disputas partidárias, sucessão presidencial antecipada e escândalos políticos de grande vulto marcaram a chegada de 2001, o sétimo ano de Fernando Henrique Cardoso como presidente da República. Sua gestão já sofria acentuado desgaste junto à sociedade e à classe política. Ocorria o que alguns dos seus aliados à época classificaram como “fadiga de materiais”, tomando emprestado da engenharia mecânica essa expressão que representa o fenômeno de ruptura progressiva de materiais sujeitos a ciclos repetidos de tensão ou deformação. Foi um ano movimentado na política interna até setembro, quando os atentados terroristas nos Estados Unidos levaram a política externa para as manchetes.

Na política interna, os principais escândalos políticos atingiram líderes importantes do Legislativo, não deixando, portanto, de respingar no governo federal, que sofreu derrotas importantes no Congresso ao longo do ano. A disputa pelas presidências da Câmara e do Senado acirrou o clima de discórdia entre os três principais partidos da base governista – PSDB, PFL e PMDB –, alimentando denúncias de lado a lado e rebeldia dos aliados. Na sequência, ainda em fevereiro, uma inusitada aliança entre o PT e o PFL rejeitou uma medida de interesse da área econômica. CPIs e processos de cassação de mandatos dominaram a agenda do Congresso neste ano.

Em fevereiro, a eleição de Jader Barbalho, com o apoio de Fernando Henrique, para a presidência do Senado – o tucano Aécio Neves (MG) foi eleito presidente da Câmara – estimulou o PFL comandado por ACM a vasculhar a vida do peemedebista. Logo, o caso das irregularidades na Sudam, detectadas no ano anterior, ganhou novos ingredientes, com envolvimento até mesmo da esposa do senador paraense, favorecida por um suspeito financiamento na implantação de um ranário. Além da revelação de que centenas de milhões de reais foram desviados por apadrinhados de Jader instalados na Sudam.

Antigos casos de irregularidades relacionados ao paraense foram novamente investigados: as suspeitas de corrupção na gestão do Banpará (o banco estadual) quando ele era governador, nos anos 1990; e a emissão fraudulenta de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) na sua passagem pelo Ministério da Reforma Agrária, nos anos 1980. Todas essas denúncias se concretizaram em mais um escândalo político midiático de longa duração, pois ficou por meses nas manchetes dos jornais, e resultou na renúncia de Barbalho à presidência do Senado no final do ano. Uma punição negociada, que o livrou da cassação do mandato e da perda dos direitos políticos. No caso do escândalo da Sudam, além da demissão de envolvidos nos desvios, o governo extinguiu o órgão.

Na disputa por poder, a troca de acusações entre governistas gerou outro grande escândalo de desvio ético e abuso de autoridade: a descoberta de que os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) fraudaram, no ano anterior, o painel eletrônico de votos da sessão de cassação do mandato de Luiz Estevão. Outro escândalo midiático de grandes proporções. Na ocasião da fraude, ACM era presidente do Senado e Arruda, líder do governo FHC. Foi um caso de ampla repercussão nacional e que teve resultado semelhante ao de Barbalho: os dois senadores renunciaram ao mandato, para escapar da cassação. Estava garantida, assim, a possibilidade de os três disputarem a eleição seguinte.

O uso das denúncias de corrupção como arma na disputa por poder se expandiu para os partidos de oposição, agora mais robustos no comando de governos estaduais e prefeituras importantes. Estavam, portanto, na mira de investigadores e da imprensa. Prefeitos e governadores petistas foram denunciados por prática de nepotismo em Recife, Belém e Brasília, e acusações de desvios pesavam contra a gestão de Marta Suplicy em São Paulo.

Com os casos de irregularidades e a crise política dominando sua base parlamentar, o presidente Fernando Henrique lançou um novo plano de gestão, desta vez voltado para a área social, como tentativa de recompor o governo e assegurar discurso para o PSDB nas eleições presidenciais de 2002. Tinha também o objetivo, segundo os jornais, de esvaziar o noticiário sobre o rompimento dele com ACM, que pregava a criação da CPI da Corrupção do Governo FHC. Logo, o pedido de cassação de ACM, pela violação do painel de votação, favoreceu a agenda de Fernando Henrique.

Quando ainda vivia sob a ameaça de uma nova CPI, Fernando Henrique retomou a velha prática do “toma-lá-dá-cá”, com a liberação de milhões de reais de verbas orçamentárias para os redutos políticos dos aliados mais fiéis e que estavam na linha de frente do governo, como noticiavam os jornais. Uma foto de Lula e militantes petistas distribuindo dezenas de pizzas na Esplanada dos Ministérios foi publicada na capa de todos os jornais, em abril, simbolizando o sucesso do governo na estratégia de barrar as investigações.

Denúncias de corrupção fora do eixo Rio-São Paulo-Brasília abalaram dois governadores em 2001. Em agosto, o governador do Espírito Santo José Ignácio Ferreira, acusado de corrupção por uma CPI da Assembleia Legislativa, foi forçado a se desligar do PSDB, que o abandonou à própria sorte. E em novembro, o governador do Piauí, Mão Santa (PMDB), foi cassado por abuso de poder econômico pelo TSE.

Até setembro, dividia as manchetes com as questões brasileiras a agonizante situação da economia argentina e o governo em frangalhos de Fernando de la Rúa. A partir da edição do dia 12 de setembro, o atentado terrorista nos Estados Unidos predominou como assunto principal. Assim, ficaram relegadas a segundo plano denúncias como o indiciamento de Paulo Maluf por crime eleitoral e a confirmação de caixa 2 na campanha do prefeito de Curitiba Cassio Taniguchi (PFL), entre outras.

Uma das marcas negativas da gestão de Fernando Henrique Cardoso, o racionamento de energia elétrica, também contribuiu para reduzir, em relação aos dois anos anteriores, o número de manchetes sobre corrupção em 2001. O apagão e suas consequências estiveram por meses nas manchetes principais dos jornais, deixando os casos de corrupção muitas vezes em segundo plano. Um exemplo capturado na amostra: a

manchete principal de *O Globo* e da *Folha* de 24 de maio foi sobre o racionamento, enquanto que o principal assunto político da véspera, a cassação dos mandatos de ACM e Arruda pelo Conselho de Ética, ficou em uma chamada menor. Apenas *O Estado de S. Paulo* deu manchete para a cassação dos dois senadores envolvidos no caso da violação ao painel de votação do Senado.

Essa diversificação no mundo das notícias contribuiu, certamente, para que a proporção de edições com manchetes sobre corrupção em 2001 tenha sido de apenas 13%, um dos menores índices em sete anos, a despeito do aumento de 20% das edições com chamadas, em relação ao ano anterior. O resultado indica também que o combate à corrupção ainda não estava no topo da lista de prioridades dos jornais.

O ano 2002 começa ainda com rescaldos da crise argentina, que dominou as manchetes dos três jornais nos dois primeiros meses. Até o final de fevereiro, foram identificadas nas capas três pequenas chamadas sobre denúncias: o réveillon do fugitivo Alberto Cacciola em Angra dos Reis (RJ); o indiciamento de Jader Barbalho por peculato; e a acusação de ex-diretores da Mendes Júnior sobre os esquemas de fraudes comandados por Paulo Maluf.

No início de março, surge o primeiro e único grande escândalo político do ano: a apreensão pela Polícia Federal de R\$ 1,34 milhão na empresa Lunus, em São Luís (MA), de propriedade da então governadora Roseana Sarney (PFL) e seu marido Jorge Murad. Roseana despontava como a novidade da eleição presidencial, tendo alcançado índices competitivos nas pesquisas eleitorais. A operação da PF, que contou com um delegado filiado ao PSDB no comando, foi denunciada pelos aliados de Roseana como um golpe armado pelo grupo do então ministro da Saúde, José Serra, presidenciável tucano. Por conta dessa operação, o PFL rompeu com Fernando Henrique Cardoso – sem, contudo, entregar todos os cargos que ocupava no governo – e a candidatura de Roseana tornou-se inviável.

A cobertura da apreensão do dinheiro na Lunus, cujas explicações não convenciam, cresceu nas capas dos jornais à medida que a Polícia Federal e o Ministério Público indicavam suspeitas de que o dinheiro era fruto de desvio de recursos públicos em projetos da extinta Sudam, e seriam utilizados como Caixa 2 em campanhas políticas. Esse

escândalo não figurou como manchete na amostra dos três jornais. Foi a chamada principal das três capas no dia da revelação (02/03), conforme pesquisa complementar, mas permaneceu nas capas por três semanas em março, com chamadas menores.

Copa do Mundo, crise na Argentina, negociações de alianças partidárias para as eleições presidenciais e novos conflitos internacionais eram assuntos preferidos para as manchetes até início de junho, quando os indicadores econômicos do Brasil passaram a ser fortemente influenciados pela tensão do mercado financeiro provocada pela perspectiva de vitória do petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Nas edições analisadas na amostra, entre 12 de junho e 27 de outubro, dia do segundo turno da eleição presidencial, foram 14 manchetes para as mudanças de humor do mercado, que criaram uma grave crise de desconfiança no Brasil, com a disparada do dólar e do chamado “risco-país”. Ainda no início desta crise, em junho, o candidato petista lançou a “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual assumia compromissos com a responsabilidade fiscal e o respeito aos contratos.

De nada adiantou. Quanto mais Lula subia nas pesquisas, mais a crise aumentava. Novo documento do PT ressaltou em meados de outubro a importância do mercado de ações. Só então, com a vitória de Lula já dada como certa, o mercado se acalmou e os indicadores econômicos voltaram a seus patamares normais. Foi quando o Partido dos Trabalhadores, segundo Biroli e Montovani (2013), realizou “sua integração ao capitalismo de mercado e às formas correntes do fazer político”, conquistando, assim, a simpatia da grande imprensa naquele momento.

O ano eleitoral foi, portanto, de poucas denúncias de corrupção destacadas nas capas. Depois que o escândalo Lunus saiu de cena, ainda no primeiro semestre, os jornais destacaram algumas vezes apenas um outro caso: a revelação de que o assassinato em janeiro do petista Celso Daniel, prefeito de Santo André (SP), teve como origem desentendimentos entre integrantes de um grupo político que cobrava propina de empresas de transporte público que tinham contratos com o município. Um tema mais presente nos jornais paulistas. Com a perspectiva de poder nacional do PT, os jornais deram maior destaque a outras irregularidades envolvendo petistas, como as ações suspeitas de Marta Suplicy em busca de apoio na Câmara de Vereadores de São Paulo.

Em 2002, as denúncias não apenas se reduziram a menos da metade em relação ao ano anterior, como não apareceram na forma de apuração própria dos jornais. Todos os casos de corrupção e outros desvios noticiados na amostra foram investigados e divulgados por instituições públicas, ou eram frutos da troca de ofensas entre adversários políticos no ano eleitoral.

Do total de 138 capas analisadas em 2002, 36% apenas continham chamadas para notícias relacionadas a corrupção, a menor proporção verificada no segundo mandato de FH, e a segunda menor nos oito anos de seu governo. No que diz respeito ao interesse específico desta pesquisa, o resultado significativo de 2002 se refere à proporção de edições com manchetes sobre denúncias: apenas 1,44%, o menor índice verificado entre 1985 e 2002, o que reforça a tese de que os jornais ainda não tratavam o tema corrupção como relevante e preferencial.

Foi o ano, por exemplo, em que nenhuma manchete de denúncia foi capturada na amostra da *Folha de S. Paulo*, resultado raro para o jornal, ocorrido apenas uma vez na série pesquisada, em 1990. Em 2002, do total de 54 denúncias publicadas nas capas, apenas duas foram manchete, uma em *O Globo* e outra em *O Estado*.

Os dados das 549 capas analisadas entre 1999 e 2002 mostram que, embora tenha aumentado em relação ao período anterior a proporção de edições com denúncias, chegando a 52% do total, a presença nas manchetes não seguiu a mesma curva de crescimento (Gráfico 10). Os números de 2002 puxaram para baixo a média de edições com manchetes, que ficou em 12,2%, superior apenas, dentro da série, à verificada no governo Sarney (5,4%). Também ficou em níveis superiores apenas ao do período relativo ao governo Sarney, considerando toda a série, o percentual de edições com manchetes dentro do universo das 287 capas capturadas com denúncias: 23,34%, ou 67 edições.

**Gráfico 10: edições com chamadas e manchetes sobre corrupção em quatro anos – 1999-2002**



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

A análise do conteúdo publicado complementa a avaliação de que houve, de fato, redução da presença, e principalmente da relevância, das denúncias nas capas dos jornais nos oito anos de governo do PSDB. No entanto, não é possível ainda afirmar que, de uma forma geral, os jornais reduziram o interesse pelas notícias sobre irregularidades e desvios praticados pelos agentes públicos. A curva do noticiário de denúncias é descendente no momento, mas não há indicativos de que esse refluxo significa uma tendência.

#### **4. 6. Governo Lula-1 – 01/01/2003 a 31/12/2006**

O “Lula paz e amor” do marketing político de 2002 prevaleceu no noticiário dos jornais em 2003 e os atos de corrupção praticados por políticos e autoridades públicas ficaram de fora das manchetes mais uma vez. Estiveram presentes em apenas três edições, ou em 2,2% do total de 135 capas analisadas. Desta vez a ausência de manchetes desse tipo foi verificada na amostra de *O Estado de S. Paulo*, que teve esse mesmo resultado apenas uma vez, em 1986.

No ano de estreia de Lula na Presidência, o noticiário de denúncia na amostra tratou, na maior parte das vezes, de esquemas estaduais de corrupção. Notícias que tinham

como alvo o governo Lula e o PT foram publicadas nos três jornais, mas nenhuma delas se configurou como escândalo político.

A primeira denúncia, em janeiro, revelava supostas irregularidades cometidas pelo ministro Anderson Adauto (Transportes) na sua gestão como prefeito em Minas. O assunto foi encerrado, na imprensa, em janeiro mesmo. Também em janeiro, a ministra petista Benedita da Silva (Bem-Estar Social), questionada sobre o uso de recursos públicos para assistir um evento religioso em Buenos Aires, permaneceu alguns dias no noticiário, sendo esquecida assim que devolveu R\$ 4 mil aos cofres públicos.

A baixa presença e relevância das denúncias durante o primeiro ano do governo Lula, 2003, não se repetiu nos anos seguintes, o que alterou o perfil do resultado de toda pesquisa em termos de quantidades de chamadas e de manchetes principais. O maior impacto nos dados, claro, foi a cobertura do caso do mensalão, em 2005 (Tabela 6).

**Tabela 6:** dados capturados dos três jornais no período 2003-2006 – Governo Lula-1

	<b>Denúncias (chamadas e manchetes)</b>	<b>Manchetes</b>	<b>Edições analisadas</b>
2003	66	03	135
2004	96	25	138
2005	234	64	138
2006	189	36	138
Total	<b>585</b>	<b>128</b>	549

Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Com o noticiário de denúncias morno no âmbito federal – sem investigações próprias dos jornais nem revelação de grandes escândalos pela Polícia Federal ou Ministério Público –, voltou às capas no segundo semestre de 2004 a decisão do Ministério Público de retomar as investigações sobre o assassinato de Celso Daniel e o suposto esquema de suborno na prefeitura de Santo André (SP). E tiveram destaque ainda duas notícias que revelavam a mudança de comportamento ético e político dos petistas: em defesa das nomeações políticas para cargos no governo, o ministro José Dirceu (Casa Civil) declarou-se “estarecido” com as críticas da oposição; e sob o título “Orçamento

passa após aprovação de R\$ 800 milhões”, matéria mostrava outra prática condenada pelo PT opositorista.

Já nos estados, os escândalos político-financeiros proliferavam. Começou com o chamado “Escândalo do Propinoduto”, no Rio, que envolveu fiscais da Receita Federal e funcionários de alto escalão do governo Garotinho em um esquema de desvio de pelo menos US\$ 33 milhões para contas na Suíça. Na Bahia, o cacique pefelista Antônio Carlos Magalhães, de posse de um novo mandato de senador, foi descoberto em uma ação ilegal, com o uso de estrutura do governo do estado, para grampear adversários políticos. O caso provocou alvoroço no Congresso, a CPI do Grampo foi proposta, mas o PT e a base aliada de Lula impediram sua criação. ACM escapou até mesmo de punição do Conselho de Ética, tendo cumprido seu mandato até 2007, quando faleceu.

O caso Banestado, do Paraná, voltou às páginas com novas revelações do Ministério Público de que políticos ligados ao esquema de evasão de divisas movimentaram no exterior cerca de US\$ 30 bilhões. Também no Paraná, o Ministério Público investigou o governador Jaime Lerner (PFL) pela suspeita de ter “pago” R\$ 6,4 milhões por matérias elogiosas em seis veículos de comunicação. E em Roraima, foi revelado desvio de R\$ 230 milhões na folha de pagamento do estado. Batizado de “escândalo dos gafanhotos”, tinha o ex-governador Neudo Campos (PMDB) no centro da acusação.

Em 2003, o caso de corrupção com maior potencial de escândalo midiático envolveu juizes, policiais federais e policiais civis de São Paulo no esquema de venda de sentenças judiciais. A Operação Anaconda, da Polícia Federal, tornou conhecido em todo País o juiz paulista João Carlos da Rocha Matos, um dos líderes da quadrilha, que já tinha garantido no exterior um patrimônio ilegal de pelo menos US\$ 70 milhões. Foram escassas também neste ano as reportagens frutos de investigação própria dos jornais. As que tiveram destaque nas capas tratavam de mordomias e privilégios dos parlamentares, um tema recorrente. Foram assuntos que, embora fora das manchetes principais, estiveram presentes nas capas de 43% das edições analisadas em 2003.

O cenário favorável ao governo federal começou a mudar logo no início de 2004, com a denúncia que se configurou como o primeiro grande escândalo do governo petista: Waldomiro Diniz, assessor com cargo de confiança no gabinete da Casa Civil, foi flagrado,

em 2002, negociando com um bicheiro do Rio favorecimento em uma concorrência pública no Rio, quando ele presidia a Loterj (Loterias do Rio de Janeiro). O vídeo do encontro dos dois, veiculado pela revista *Época*, foi replicada com força nos três jornais, o assunto permaneceu nas capas por quatro semanas seguidas, mas, por fim, o PT e governo bloquearam a proposta de CPI (Figura 10), o que mereceu novas manchetes.

Foi um escândalo político de média duração e sem consequências imediatas. Com popularidade em crescimento e a economia dando sinais de recuperação, o governo Lula conseguiu enterrar todas as propostas de criação de CPI para investigar o caso. Momento em que o PMDB assumiu papel de protagonista da base governista no Congresso, aumentando, assim, seu prestígio e poder de barganha junto ao governo. O apoio dos aliados, como nos governos anteriores, tinha seu preço. No início de fevereiro, os jornais estamparam nas capas que o mesmo governo que dias antes cortara o Orçamento liberou, durante o caso Waldomiro Diniz, R\$ 1,5 bilhão em verbas orçamentárias para realização de obras e projetos em redutos eleitorais dos parlamentares.

Vale registrar os destaques de 2004 para Paulo Maluf, personagem político presente no noticiário de denúncias desde o início da série em estudo: ele esteve nas capas quando a justiça da Suíça confirmou um depósito de US\$ 154 milhões em bancos daquele país no nome dele; e quando a justiça brasileira bloqueou seus bens e de sua família, para devolver aos cofres públicos R\$ 5 bilhões desviados durante sua gestão como prefeito.

A análise das capas sugere que, com o PT na Presidência da República, o partido passou a contar com uma vigilância mais efetiva dos jornais nos estados e prefeituras governados por petistas – o que é considerado natural a partir do momento que um partido ou um grupo político fica em evidência. Maior exemplo disso eram as frequentes matérias sobre desvios nas prefeituras de São Paulo (Marta Suplicy). Os petistas também se tornaram personagens mais constantes em investigações do Ministério Público e da Polícia Federal.

Ainda em 2004, a Operação Vampiro, da PF, desbaratou uma máfia que, baseada em suborno, fraudava licitações na compra de hemoderivados pelo Ministério da Saúde. Uma quadrilha que atuava desde 1990 e teria desviado R\$ 2 bilhões até 2002. Um exemplo de que a corrupção estava enraizada na estrutura de poder público, independentemente do

governante. O caso, no entanto, atingiu o PT a partir da confissão de funcionários presos de que petistas pediram dinheiro para as campanhas do PT a laboratórios que, posteriormente, seriam contratados sem licitação pelo ministério.

A vigilância da imprensa, a atuação mais eficaz do Ministério Público e da Polícia Federal e a criação de novos mecanismos de fiscalização da atividade pública eram mais evidentes, mas isso não intimidava os malfeitores. A ética na política, por exemplo, continuava apenas no discurso, e era diariamente desafiada. Como no caso em que o Senado aprovou para o cargo de ministro vitalício do Tribunal de Contas da União (TCU) o senador Luiz Otávio (PMDB-PA), acusado à época de crime contra o sistema financeiro e de desvio de dinheiro público. O caso causou tanta estranheza que os senadores foram obrigados a recuar da nomeação.

Em outra frente, as reportagens especiais, frutos de investigação própria dos jornais, ganharam fôlego. Em um mesmo domingo de julho de 2004 (11), os três jornais destacaram casos de corrupção e irregularidades. *O Globo* deu como manchete o resultado de um amplo levantamento relativo a 151 processos sobre corrupção que pesavam sobre 29 governadores e ex-governadores no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A *Folha de S. Paulo*, em chamada menor, denunciou que 67,9% dos empréstimos de R\$ 502 milhões concedidos pelo BNDES privilegiavam prefeituras do PT. E *O Estado de S. Paulo* mostrou na manchete como os gastos públicos desenfreados e a corrupção dificultavam a adaptação das prefeituras à nova Lei de Responsabilidade Fiscal.

Antes de a eleição municipal dominar o noticiário, a CPI do Banestado, que funcionou por quase dois anos, apontou que o envio de remessas ilegais para o exterior foi da ordem de US\$ 30 bilhões, e pediu o indiciamento de 91 pessoas, do ex-prefeito Celso Pitta ao ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco. E o presidente Lula voltou a ser cobrado por comportamentos questionáveis de integrantes de sua equipe. Caso da do diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, acusado de ter comprado com dinheiro público ingressos para um show em prol do PT. Lula agiu rápido, tirando-o do cargo.

A análise da amostra de 2004 indica que o noticiário dos jornais começava a dar uma atenção maior para assuntos relacionados a corrupção, com aumento significativo no volume de notícias destacadas nas capas e na proporção de edições com denúncias. O

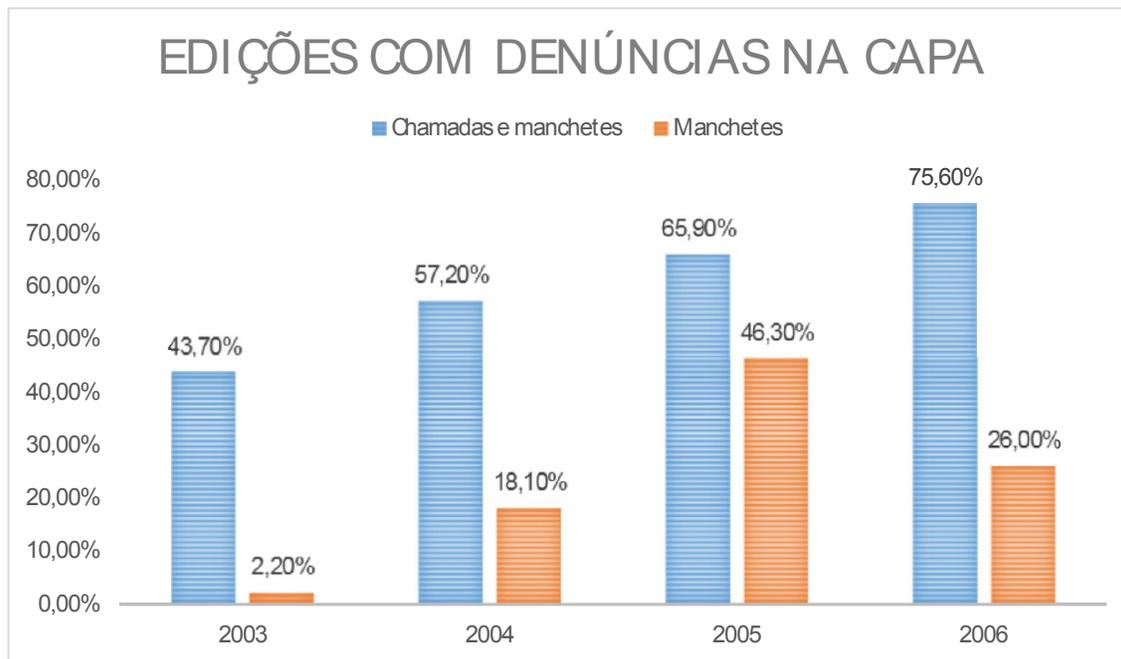
principal aumento se verificou no percentual de manchetes (18,1% das edições analisadas), a maior proporção captada na série desde 1993. Cabe ressaltar que, ainda que não tivesse ocorrido até o momento um grande escândalo político midiático, os jornais começaram a dar mais relevância ao assunto corrupção. Nem sempre, no entanto, a importância devida, ou merecida, era dada a uma notícia.

Foi o caso, na opinião da pesquisadora, de uma declaração pública do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Sepúlveda Pertence, a poucos dias da eleição municipal. Ao lançar suspeitas sobre o financiamento das milionárias campanhas eleitorais, ele disse que *doação de empresários* é “investimento que se remunera à custa de corrupção” e que “financiamento de empresas que têm contratos com o Estado é falsamente gratuito”. Notícia presente apenas na *Folha*, em uma pequena e discreta chamada no pé da capa. Informação sobre um mal da política brasileiro identificado até pelas autoridades competentes, mas que não repercutiu, não despertou interesse.

Mesmo com as denúncias de corrupção batendo às portas do Palácio do Planalto, o governo terminou o segundo ano da gestão Lula comemorando as boas notícias na economia. Por dias seguidos, as manchetes registraram: “Economia tem o maior crescimento desde 1995” (PIB de 5,3%); “Produção cai, mas ano da indústria é a melhor desde 1995”; “Risco-país do Brasil é o menor em 7 anos”; “Aprovação de Lula sobe 10 pontos em quatro meses”. Com o nível de emprego crescendo e a indústria ampliando os investimentos, o mercado chegou a decretar que o Brasil não precisava mais de acordo com o FMI. A área social ainda era o maior desafio, como indicou manchete de *O Estado de S. Paulo* em dezembro: “Pobreza cai 5% no país, mas resiste nas metrópoles”.

Mas não foi a dificuldade em reduzir a pobreza o maior problema de Lula em 2005. O ano do chamado escândalo do mensalão supera, em todos os indicadores, todos os anos anteriores da pesquisa. Das 135 capas analisadas, 66% continham chamadas e 46% deram manchete principal para o tema. Foi a primeira vez, desde o escândalo que tirou Fernando Collor da Presidência, que as manchetes sobre corrupção chegaram neste patamar. Em 1992, o tema estava nas manchetes de 40% das 135 edições pesquisadas. Esse índice chegou a 26% em 1993, mas depois estacionou entre 15% e 20% por mais de dez anos. Entre 2003 e 2006 foram analisadas 549 edições (Gráfico 11).

**Gráfico 11:** proporção de edições dos três jornais com denúncias, ano a ano – Período Lula-1



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Os dados de 2005 indicam uma mudança pontual de comportamento, mas, mais uma vez, não são ainda suficientes para sugerir uma nova tendência na cobertura feita pelos jornais, embora os números de 2004 já tenham sido maiores que os de anos anteriores. A história dos fatos ocorridos em 2005, complementada pela análise quantitativa e qualitativa da pesquisa, deixa evidências de que a mudança de comportamento não foi provocada por uma decisão prévia dos jornais de investirem mais no trabalho de vigilantes do poder público. Tanto que o noticiário em 2005 começou calmo na política e para os políticos, com as manchetes divididas entre assuntos econômicos e internacionais. Nas oito primeiras semanas da amostra, apenas quatro pequenas chamadas sobre irregularidades praticadas por agentes públicos.

A movimentação política do início do ano estava restrita à eleição do novo presidente da Câmara dos Deputados, com o governo e o PT empenhados, e confiantes, na vitória de Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) como sucessor do também petista João Paulo Cunha (SP). O que a elite política do Congresso e a imprensa não perceberam foi um novo

movimento gestado nos corredores do Legislativo: a revolta do chamado baixo clero, grupo de menor expressão e visibilidade política, que elegeu Severino Cavalcante (PP-PE), impondo grande derrota a Lula, e surpreendendo governistas e oposicionistas.

Menos de 15 dias depois, Severino, já no posto, deu os primeiros sinais de que ele e seu partido não pretendiam romper com Lula. Pelo contrário, queriam ampliar a participação no governo na reforma ministerial em discussão. Em nome desse pragmatismo e apostando na política do toma-lá-dá-cá, Severino barrou um pedido do PSDB de abertura de processo por crime de responsabilidade contra Lula, por ele ter dito que “mandou um companheiro se calar” sobre suposta corrupção no governo anterior. No mês seguinte, segundo destaque dos jornais, Severino exigia publicamente que Lula nomeasse um ministro do PP. Exigiu também a nomeação de um apadrinhado para uma diretoria da Petrobras. “Aquela que fura poço”, disse, em uma de suas declarações memoráveis, sobre a diretoria de Produção e Exploração de Petróleo, com o maior orçamento da estatal.

A despeito da divulgação de práticas nada republicanas no trato do bem público, o noticiário sobre corrupção permaneceu morno nos jornais até 19 de maio, quando aparece pela primeira vez na amostra a denúncia publicada quatro dias antes pela *Veja*, e que é considerada a origem do escândalo do mensalão: um vídeo em que Maurício Marinho, funcionário dos Correios indicado pelo PTB, negocia propina em torno de uma licitação de R\$ 305 milhões, que beneficiaria empresas ligadas a políticos. Marinho era protegido de Roberto Jefferson, deputado e presidente do PTB.

O caso provocou alvoroço na cena política, e em apenas dois dias a oposição conseguiu as assinaturas de deputados e senadores, inclusive de petistas e outros aliados do governo, para a criar a CPI Mista dos Correios. Lula entrou em campo para impedir a CPI, mas, derrotado, restou ao governo tentar controlá-la e punir os petistas infiéis. O ainda poderoso ministro José Dirceu ameaçou aliados com a perda de cargos.

A partir da denúncia publicada pela *Veja*, o caso que se transformou no escândalo do mensalão foi praticamente o único relacionado a corrupção presente nas manchetes dos jornais em 2005. Das 20 manchetes da amostra da *Folha* sobre denúncias capturadas entre 19 de maio e 21 de dezembro, 18 foram para este caso. Mesmo resultado verificado em *O Globo*. Em *O Estado de S. Paulo*, 20 das 24 manchetes sobre corrupção. Foram 18

semanas seguidas da amostra – entre 19 de maio e 02 de outubro – com o assunto presente nas capas dos três jornais, na maioria absoluta das vezes como manchete.

Consulta complementar em todas as edições de junho de *O Globo* e da *Folha de S. Paulo* indica a prevalência do assunto. Na *Folha*, em apenas quatro dos 30 dias de junho as manchetes não foram sobre a CPI dos Correios; em *O Globo*, oito (08) manchetes foram para outros assuntos.

Junho foi o mês em que Roberto Jefferson, que se sentiu abandonado pelo Palácio do Planalto após a denúncia de corrupção nos Correios, concedeu as duas bombásticas entrevistas à jornalista Renata Lo Prete, da *Folha de S. Paulo* (Figura 11). Na primeira, publicada no dia 6, ele revelou que o PT pagava R\$ 30 mil mensais a representantes do PP e do PL, dois partidos da base aliada. Informação que deu origem ao nome do escândalo, cunhado pelo próprio Jefferson.

Na segunda entrevista, da edição de 12 de junho, com a manchete “Dinheiro do mensalão vinha de estatais e empresas, diz Jefferson”, o presidente do PTB dava maiores detalhes sobre a distribuição de recursos entre políticos aliados, imputando a responsabilidade pelo esquema ao ministro José Dirceu, que perdeu o cargo de chefe da Casa Civil apenas cinco dias depois. Dirceu, porém, manteve seu prestígio. Na sua despedida, em cerimônia no Palácio do Planalto, Lula o chamou de “querido Zé” e lhe prestou homenagens. O “capitão do Time”, como Lula o classificou no início do governo em 2003, voltou à Câmara, onde perderia mais tarde o mandato de deputado federal.

No dia em que publicou a segunda entrevista de Jefferson, a *Folha* estampou na primeira página um grande editorial – o que não era comum no jornal paulista – com o título “Sem Mágica”, no qual são feitas duras críticas e cobranças ao governo do presidente Lula e ao PT. Afirma que defender a reforma política naquele momento, como fizera Lula, não poderia servir para acobertar corrupção e salvar as aparências do governo, e que se esperava do PT o comportamento ético rigoroso que pregou na oposição.

Após as entrevistas de Jefferson se configurou claramente o escândalo político midiático. A cada dia surgiam novas revelações a partir de investigações que se multiplicavam na CPI dos Correios, no Ministério Público e na Polícia Federal. Em julho,

a predominância e relevância do assunto nas capas dos jornais ainda foi maior, conforme pesquisa complementar: das 31 edições da Folha de S. Paulo, 28 deram manchete para o escândalo; em *O Globo*, o assunto esteve em 30 manchetes. Relembrando, como explicado no capítulo sobre os pressupostos metodológicos, a dificuldade de se fazer pesquisa complementar semelhante em *O Estado de S. Paulo*.

À medida que as investigações avançavam, novos personagens surgiam, muitos deles desconhecidos da cena política, como o empresário mineiro Marcos Valério de Sousa, apontado como operador do esquema de pagamento de mesadas, e os dirigentes petistas Delúbio Soares e Sílvio Pereira. De acordo com as investigações, o esquema executado por Valério no governo Lula tivera sua primeira experiência em 1998, na campanha da reeleição do então governador de Minas Gerais, o tucano Eduardo Azeredo.

Os recursos que alimentavam o esquema eram desviados de obras superfaturadas de estatais e fruto de propina cobrada de empresários, segundo os investigadores. Para justificar esses recursos, Marcos Valério teria feito empréstimos milionários em pequenos bancos mineiros para o PT. E teria movimentado, em todo esquema, pelo menos R\$ 1,2 bilhão. Foi um suposto empréstimo de R\$ 2,4 milhões feito por Valério para o PT que derrubou o tesoureiro do partido, Delúbio Soares, e na sequência, o presidente José Genoíno. A perda do cargo já era, então, a providência imediata adotada por Lula e pelos partidos quando seus integrantes entravam na mira dos investigadores.

Diante da avalanche de denúncias, com as acusações chegando cada vez mais perto do alto escalão do governo, Lula cedia às pressões dos aliados por verbas e cargos, em troca da fidelidade deles, gerando novas notícias de compra de apoio. Atendia, em especial, o PMDB, maior partido do Congresso e que cobrava caro para apoiar o governo em momento tão adverso. Em julho, o partido ganhou mais três ministérios para manter-se como fiel aliado.

No seu terceiro mês, agosto, o escândalo do mensalão aparecia nas páginas dos jornais como produto rotineiro do noticiário de denúncias. As capas analisadas no período indicaram um elemento novo, que fugia à tradição dos anos e escândalos anteriores: as edições de domingo e segunda-feira, geralmente editadas com reportagens frias, ainda que especiais, passaram a ter matérias inéditas e exclusivas sobre o caso. Enquanto que nos

dias úteis, o noticiário era alimentado basicamente pelas informações da CPI e das fontes oficiais de investigação. Um exemplo foi reportagem de *O Globo*, em junho, mostrando que cargos no governo “viraram fabriquinhas de dinheiro” para os políticos; outro exemplo, uma entrevista exclusiva que a *Folha* fez com Sílvio Pereira, em setembro, na qual ele afirma que a direção do PT sabia da prática de Caixa 2 nas campanhas eleitorais.

A pesquisa complementar indica que o noticiário sobre o mensalão predominou ainda por mais dois meses como o principal assunto dos jornais. Em agosto, a *Folha* teve a corrupção como manchete em 30 das 31 edições, e *O Globo* em suas 31 edições. Cabe ressaltar o ineditismo desses dados em toda série pesquisada: manchetes diárias durante um mês inteiro em dois grandes jornais não ocorreram em relação a nenhum outro escândalo de corrupção, entre todos analisados pela presente pesquisa de 1985 a 2004.

Esse comportamento se repete nos meses seguintes, como se verá a seguir, consolidando na imprensa escrita do Brasil um comportamento mais crítico e agressivo em relação às práticas de corrupção, sendo que nem sempre – ou na maioria das vezes – princípios jornalísticos como equilíbrio e isenção são garantidos (ALDÉ E VASCONCELS, 2008; BIROLI E MONTOVANI, 2013; NONOMURA, 2012).

Agosto foi o mês em que o caso do mensalão teve novos e reveladores lances: Roberto Jefferson decidiu incriminar Lula; o publicitário Duda Mendonça admitiu a prática do caixa 2 na campanha do PT em 2002; a CPI indicou a cassação dos mandatos de 17 deputados. Foi também em agosto que o ministro Antônio Palocci (Fazenda), que o empresariado tinha como mais forte referência de confiança do governo petista, entrou na mira de uma outra investigação em curso no Senado, a CPI dos Bingos, que Lula batizou de CPI do Fim do Mundo, devido à variedade de assuntos que investigava.

Dominada pela oposição, a CPI ouviu de Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci, que ele recebia, quando prefeito de Ribeirão Preto, uma mesada de R\$ 50 mil de empresas de coleta de lixo. Entrevistas e negativas acalmaram o mercado e silenciaram temporariamente a oposição.

Em tempos de mensalão, a agenda de corrupção estava diversificada e outro escândalo surgiu ainda em agosto, quando o presidente da Câmara, Severino Cavalcante,

lançou uma proposta que selaria sua derrocada semanas depois: em vez da cassação de mandato dos chamados “mensaleiros” proposta pela CPI, ele defendeu uma punição mais branda para os deputados que “apenas” fizeram uso do caixa 2. Poucos dias depois, um empresário que tinha uma concessão para a exploração de um restaurante na Câmara, revelou que já há muito tempo pagava a Severino uma mesada de R\$ 10 mil. Um exemplo de como a imprensa, motivada, investigava em várias frentes.

O presidente da Câmara tentou se explicar, se enrolou em versões contraditórias e, cobrado diariamente no plenário, não resistiu à pressão e renunciou ao cargo em 19 de setembro, acabando, assim, com o curto reinado do chamado baixo clero. Antes do fim de setembro, os governistas elegeram como novo presidente Aldo Rebelo (PCdoB), aliado fiel de Lula, numa operação política que rendeu nos jornais novas denúncias de compra de voto. Antes disso, em 14 de setembro, Jefferson teve seu mandato cassado pelo plenário. Foi o mês em que, conforme a pesquisa complementar, a *Folha* deu 30 manchetes para os casos de corrupção em Brasília, e *O Globo*, 23

Em outubro de 2005, quando o Conselho de Ética da Câmara começou a analisar o processo de cassação de 14 deputados acusados de serem beneficiários do dinheiro do mensalão, a corrupção ainda era o assunto predileto dos jornais: 22 manchetes na *Folha de S. Paulo* e 10 em *O Globo*. Mas, a vitória do governo na eleição do novo presidente da Câmara deu novo gás à base aliada, que voltou a ficar unida. Foi quando os jornais denunciaram o esvaziamento da CPI, por ação dos governistas. Do outro lado da Praça dos Três Poderes, Lula também tentou sair da pauta negativa e retomou uma agenda mais agressiva, antecipando, inclusive, que disputaria a reeleição no ano seguinte.

Além do noticiário cotidiano com a exposição diária dos acusados de corrupção, os jornais inovaram com capas criativas e algumas até irônicas. Como a de 18 de outubro de *O Globo* (Figura 12), que destacou em um quadrinho na capa frases que, segundo o jornal, representavam a “nova filosofia” dos petistas: “Em três ou quatro anos tudo será esclarecido e esquecido, e vai virar piada de salão”, (Delúbio Soares, 16/10); “O caixa 2 é do nosso folclore político”, (Ricardo Berzoini, ao ser eleito presidente do PT na semana anterior); “Vocês erraram mas não são corruptos nem sofrem de doença contagiosa” (Lula, 08/10, a petistas); “O que o PT fez, do ponto de vista eleitoral, é o que é feito no Brasil sistematicamente” (Lula, em Paris, em julho).

O mensalão começava a dar sinais de cansaço e notícias positivas na economia reforçavam a confiança do presidente Lula e seus aliados no final de 2005, quando a crise política e ética que o País vivia desde maio ganhou nova denúncia contra Antônio Palocci (Fazenda), que, de novo, não se estendeu muito. No momento em que ele travava uma disputa pública com a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) sobre o ajuste fiscal, Vladimir Poleto, outro ex-assessor do ministro, admitiu à *Veja* que Palocci sabia do transporte de supostas caixas de dinheiro de Cuba para campanhas do PT, o que é ilegal. Foi também em novembro que o plenário da Câmara dos Deputados cassou o mandato de José Dirceu, em mais um dia emblemático para o PT.

O último mês do ano chegou com sinais de cansaço de todos os lados – investigadores, políticos e imprensa – e os escândalos de corrupção saíram das manchetes. De acordo com a pesquisa complementar, *Folha* e *O Globo* publicaram em dezembro 10 manchetes cada sobre corrupção. Na amostra dos três jornais, esse número foi bastante reduzido em relação aos meses anteriores, com apenas três manchetes.

O ano de 2005 terminou com a economia dando os primeiros sinais de recuperação, a sucessão presidencial já entrando em cena e o Congresso Nacional reafirmando o corporativismo. Pouco antes do Natal, com a vigilância da sociedade mais frouxa naquele momento, o processo de cassação do deputado Romeu Queiroz (PTB-M) foi arquivado pela vontade de 250 deputados, contra 162 que votaram a favor.

Para além dos números de 2005 que, como já dito anteriormente, bateram todos os recordes da pesquisa, o ano do estouro do escândalo do mensalão marcou também mudanças dos jornais na forma de publicação das notícias relacionadas a escândalos. Passou a ser muito comum, nos três jornais, por exemplo, a divisão do assunto em várias chamadas de capa. Em *O Globo*, um mesmo tema era manchete principal e os detalhes eram desdobrados em até seis outras chamadas destacadas nas capas.

Também se tornou mais comum nas capas o uso de recursos gráficos, que, ao mesmo tempo que davam maior destaque às denúncias, imprimiam um conteúdo didático, tornando o tema corrupção mais acessível. Foi ainda na crise do mensalão que os jornais passaram a divulgar e valorizar com mais frequência nas capas os textos de seus articulistas e colunistas.

A profusão de notícias sobre os escândalos de 2005 levou à captura recorde de 234 chamadas e 64 manchetes na amostra dos três jornais, que somaram 138 edições. Foi o segundo ano consecutivo com aumentos representativos em todos os indicadores, o que aconteceu somente na crise do impeachment de Collor, no início dos anos 1990.

Os escândalos políticos não deram trégua em 2006, quando o noticiário se dividiu entre novas denúncias e a sucessão presidencial, assuntos que se fundiam, na maior parte do tempo, em uma só manchete. Como esperado depois de um ano atípico, houve redução da presença e relevância das denúncias nas capas, embora com resultados numéricos ainda superiores à média da série.

O noticiário de 2005 terminou com a cassação dos mandatos de dois “mensaleiros” e a absolvição de um terceiro, mas em 2006 o tema corrupção demorou 12 semanas, ou três meses, para voltar às manchetes. No início do ano, uma pesquisa indicou que a imagem do Congresso, após as cassações, estava melhor perante à opinião pública. Os ventos favoráveis também sopraram para o Executivo, e em fevereiro o presidente Lula já comemorava pesquisas de intenção de votos indicando sua vantagem frente aos adversários do PSDB na eleição presidencial.

A primeira manchete relativa à corrupção da amostra foi capturada na *Folha de S. Paulo*, no final de março, e referia-se a um novo escândalo para um velho personagem: a denúncia de que o ministro Palocci frequentava a “Casa do lobby”, uma mansão em Brasília que reunia a chamada “República de Ribeirão Preto”, cujos participantes estavam sendo investigados pela CPI dos Bingos. Era nesta casa, segundo as investigações, que empresários e ex-assessores de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto discutiam contratos com o poder público e a cobrança de propinas. Servia ainda para festas.

Em depoimento no Congresso, o ministro da Fazenda negou que conhecia a “Casa do lobby” e muito menos que era um frequentador das reuniões. No entanto, a investigação mudou de curso quando, em entrevista exclusiva à repórter Rosa Costa, do jornal *O Estado de S. Paulo*, o caseiro da residência Francenildo Costa revelou ter visto Palocci várias vezes na casa, tanto em reuniões como em festas.

Revelação que causou impacto no governo, na política e no mercado, mas não continha ainda uma prova cabal contra o ministro. Tratou ele próprio de complicar sua situação, ao solicitar a quebra do sigilo bancário de Francenildo em uma conta na Caixa Econômica Federal, diante da informação de que o caseiro estava comprando uma casa. Tentava, com isso, lançar a suspeita de que ele recebera dinheiro de políticos da oposição para fazer a denúncia. Palocci caiu 14 dias depois de publicada a entrevista do caseiro. Foi um típico escândalo político midiático, de curta duração, mas com o surgimento de novos fatos e personagens em ritmo acelerado.

Palocci saiu das manchetes, mas novas denúncias e a retomada de velhos casos de corrupção mantiveram esse noticiário ativo. Abril começou com destaque para a decisão do Ministério Público em São Paulo de investigar patrocínios suspeitos autorizados pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) para jornais e revistas favoráveis ao seu governo. Entraram também na mira dos investigadores os interesses de empresários que doaram mais de 400 vestidos para a primeira dama Lu Alckmin.

O caso do mensalão voltou com força às capas, em abril, com a aprovação do relatório final da CPI dos Correios, que pediu o indiciamento de 122 pessoas e isentou o presidente Lula, como destacaram os jornais. Na sequência, o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, apresentou ao País o funcionamento do “**esquema do mensalão**”, quando denunciou ao Supremo Tribunal 40 pessoas, incluindo os parlamentares, e nomeou Dirceu como chefe da “organização criminosa”.

A denúncia do procurador não teve eco, entretanto, no Congresso, onde uma semana depois a Câmara dos Deputados absolveu o deputado José Mentor (PT). Até então, três haviam sido cassados: Roberto Jefferson (PTB-RJ), José Dirceu (PT-SP) e Pedro Correa (PP-PE), e outros três ainda seriam julgados (Josias Gomes (PT-BA), Vadão Gomes (PP-MG) e José Janene (PP-PR)).

A despeito de a maior parte das denúncias publicadas nos jornais ter como fonte as investigações oficiais, era perceptível o esforço dos jornais em descobrir irregularidades. Além de reportagens já citadas, como a do caseiro Francenildo, os jornais destacaram em suas capas casos suspeitos como o da pequena empresa de um dos filhos do presidente

Lula, que recebeu um aporte de R\$ 10 milhões de uma empresa de telefonia, e o do pagamento de despesas do presidente feito pelo petista Paulo Okamoto.

O tema corrupção se tornava mais popular nos jornais, mas os brasileiros ainda demonstravam nas pesquisas de opinião alto grau de desconhecimento sobre as denúncias envolvendo políticos. Para brasileiros que moravam no exterior, a situação era ainda pior, mostrou *O Globo* em criativa reportagem de 30 de maio. O correspondente aplicou um questionário de múltiplas escolhas a um grupo de brasileiros radicados na Suíça sobre o escândalo do mensalão e seus principais personagens. Foram reprovados. Em uma resposta foi marcado que mensalão era um programa de distribuição de renda.

O ano era o da sucessão presidencial, com disputas políticas frequentes no noticiário político, mas a corrupção seguia persistente nas páginas. Maio começou com um novo escândalo político-financeiro: a Polícia Federal investigava o envolvimento de 62 deputados (do PP, PR e PTB) em fraudes na venda superfaturada de ambulâncias para prefeituras de todo país. Era a Operação Sanguessuga, que, no entanto, perdeu espaço nas manchetes principais, naquele mês, para a histórica série de ataques violentos cometidos pelo crime organizado em São Paulo.

Os “sanguessugas” continuaram na mira da Polícia Federal e do Ministério Público, mas todas as denúncias de corrupção sumiram das manchetes da amostra por 11 semanas seguidas, entre final de abril e meados de julho de 2006. Voltaram às manchetes em 25 de julho justamente com a informação de que a CPI dos Sanguessugas, já tinha provas contra cerca de 100 políticos acusados de participar do esquema. Mais um desvio milionário na área de saúde, um indicativo de que os agentes da corrupção, espalhados por toda máquina pública, agem com mais voracidade sobre os maiores orçamentos.

A campanha eleitoral começou, portanto, envolvida em novos e velhos casos de corrupção e com o presidente Lula mantendo vantagem nas pesquisas sobre seu principal adversário, o tucano Geraldo Alckmin. Destaque também para o forte debate ético promovido pelos jornais sobre as candidaturas de acusados de corrupção ainda não condenados, como era o caso de vários “mensaleiros”. A Justiça Eleitoral adotou regras mais rigorosas para o registro de candidaturas, mas não era possível negá-lo a quem não

tivesse condenação judicial definitiva. Ser apenas um “ficha-suja”, como se convencionou chamar na imprensa, não era impeditivo.

A 15 dias do primeiro turno das eleições, um novo escândalo voltou a abalar a cena política. A descoberta de um dossiê contra o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, que surgiu nos jornais como uma encomenda dos petistas, ao custo de R\$ 1,7 milhão. O caso implicou um assessor pessoal do presidente Lula, Freud Godoy, que foi imediatamente demitido. Contudo, não tirou o assunto das manchetes até a véspera da eleição, ocorrida em 1º de outubro.

Foi o próprio Lula, frustrado em sua expectativa de ser reeleito já no primeiro turno, como indicavam as pesquisas, que cunhou o apelido ao novo escândalo: “o dossiê dos aloprados”. O tucano José Serra venceu petista Aloizio Mercadante no primeiro turno, a eleição presidencial foi para o segundo turno e Lula venceu tucano Geraldo Alckmin, sendo reeleito com 58 milhões de votos, ou 60% dos votos válidos.

O ano de 2006 estava chegando ao fim, mas, de novo, o personagem político mais presente em toda série, o paulista Paulo Maluf, reaparece no noticiário ao ser condenado por improbidade, pelo desvio de recursos da prefeitura de São Paulo em 1996. Um exemplo clássico da impunidade dos chamados crimes de colarinho branco. Essa condenação, que demorou 10 anos para ser efetivada, seria mais uma vez esquecida, uma vez que Maluf, reeleito deputado, iria recorrer ao Supremo Tribunal Federal (foro privilegiado), da sentença que ordenou a perda dos direitos políticos por 10 anos e a devolução de R\$ 4 milhões. É também um exemplo de como a punição da Justiça, o segundo estágio das consequências mais comuns para os escândalos políticos, não é ligeira nem perene no Brasil.

O tumultuado ano de 2006 terminou com uma decisão do Supremo Tribunal Federal classificada por especialistas como um retrocesso: foi derrubada a chamada cláusula de barreira, uma regra que dificultava a proliferação de partidos políticos. Ou seja, reduzia as chances de criação de legendas de aluguel, como destacado pela *Folha de S. Paulo* em sua capa: “A decisão consolida a permissividade para os partidos”.

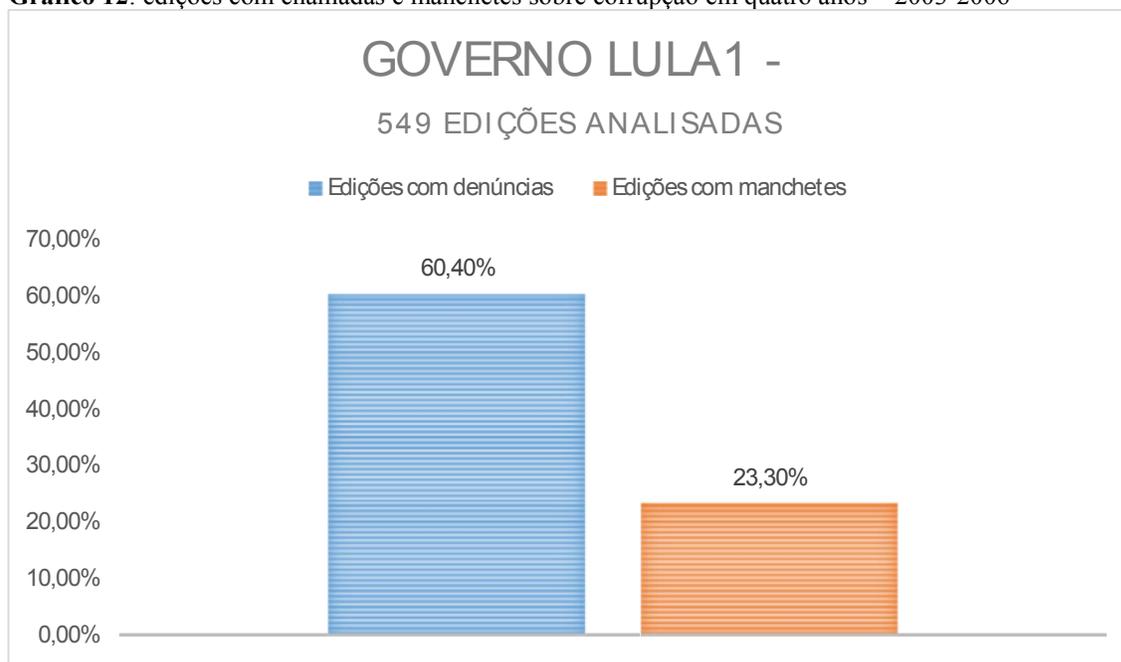
Perdeu-se, de acordo com estudiosos ouvidos na reportagem, a oportunidade de mudar o sistema político-partidário do Brasil, que conta na atualidade com mais de 30 partidos e é responsável, direta ou indiretamente, por inúmeros casos de corrupção no País. É fato, porém, que nos anos 2000, o tema corrupção passou a ser mais frequente na imprensa, seja na quantidade e na forma de divulgação de casos de irregularidades ou em debates a respeito dos vícios do sistema político.

A pesquisa sobre o período relativo ao primeiro mandato presidencial do PT termina com novos recordes. Os dados numéricos e proporcionais superam praticamente todos os anos e governos anteriores analisados pela pesquisa. Em quatro anos, foram capturadas nas capas analisadas 585 chamadas para matérias sobre corrupção, sendo 120 manchetes principais. É o maior total, em números absolutos, da série. Significa que ampliou substancialmente a presença e, principalmente, a relevância do noticiário de corrupção nas capas dos jornais.

Os indicadores proporcionais confirmam a tendência dos resultados nominais: das 549 capas analisadas no período, 60,4% publicaram chamadas para esse tipo de notícia, e 23,3% publicaram manchetes (Gráfico 12). É a maior proporção de manchetes verificada desde 1985, e é uma média superior em mais de dez pontos percentuais às registradas nos períodos dos dois últimos governos. Considerando o universo de edições capturadas com denúncias, 332, um novo recorde foi levantado: 128 delas, ou 38,55%, trataram do assunto na manchete principal.

Os dados relativos a 2003-2006 sugerem que se estabeleceu nesta primeira metade dos anos 2000 um novo comportamento da imprensa escrita na cobertura dos casos de corrupção. O escândalo político midiático também ocorreu em várias ocasiões depois da eclosão do caso do mensalão. São dados que indicam a existência de uma nova tendência em curso nas redações dos jornais, com destaque para a relevância que se passou a dar ao tema corrupção. É cedo, porém, para afirmar que esta é uma prática consolidada, ou com forte potencial de se consolidar.

**Gráfico 12:** edições com chamadas e manchetes sobre corrupção em quatro anos – 2003-2006



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações]

#### 4.7. Governo Lula-2 – 01/01/2007 a 31/12/2010

O prestígio e a confiança do PT pós-mensalão, adquiridos nas urnas com a reeleição de Lula, são reforçados logo no início do ano legislativo de 2007 com a eleição do petista Arlindo Chinaglia para a presidência da Câmara. No Senado, o governo Lula já tinha como certa a reeleição do aliado Renan Calheiros (PMDB). Só não contava que ele não terminaria o ano como presidente.

Neste clima de confiança e popularidade alta, Lula lançou em janeiro o PAC- Programa de Aceleração do Crescimento, uma promessa de “acelerar a economia”. Pouco depois, uma discreta chamada na capa de *O Globo*, sem viés de denúncia, alertou sobre um problema ainda fora do radar coletivo: “Especialistas apontam risco político da Petrobras”, sobre o fato de a estatal ser, naquele momento, o carro-chefe do PAC e o risco de ser usada politicamente pelo governo, políticos e empreiteiros. Ficou só nisso.

O primeiro ano do novo mandato começava, portanto, auspicioso para a classe política. A pesquisa na amostra dos três jornais indica que nos dois primeiros meses foram

escassas e corriqueiras as notícias relativas à corrupção. E as primeiras manchetes principais para o tema só apareceram a partir do final do abril. Mas o período relativo ao segundo mandato de Lula manteve os indicadores da pesquisa em níveis elevados (Tabela 7), embora inferiores aos do primeiro mandato.

**Tabela 7:** dados capturados dos três jornais no período 2007-2010 – Governo Lula-2

	<b>Denúncias (chamadas e manchetes)</b>	<b>Manchetes</b>	<b>Edições analisadas</b>
2007	118	26	138
2008	107	19	138
2009	132	28	135
2010	69	21	138
Total	<b>426</b>	<b>94</b>	549

Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Foi em março de 2007, na capa de *O Globo*, que a pesquisa capturou a primeira chamada para uma notícia que encerrava a trégua ao novo mandato de Lula: “PR (partido que sucedeu o PL do mensalão) engorda com estímulo do Planalto”. A reportagem relatava que o governo federal estava ajudando o partido, com repasse de verbas e cargos públicos, a conquistar novos filiados para aumentar sua bancada na Câmara. O PR elegeu 23 deputados federais, e quatro meses depois já tinha 38. Para a oposição, tratava-se de “um novo mensalão”, pois estava configurada mais uma vez a compra de apoio. Mas a denúncia não evoluiu.

O caos aéreo do ano anterior voltou a infernizar a vida dos passageiros nos aeroportos e reforçou o discurso da oposição que atribuía as deficiências do sistema ao loteamento político da Infraero, a empresa estatal responsável pela infraestrutura aeroportuária. Uma das reportagens, em *O Estado*, mostrava que um consórcio de seis partidos governistas controlava os 33 postos de comando da empresa. Chegou a ser criada uma CPI, que fez muito barulho, sem, contudo, predominar nas manchetes. Ou seja, continuava em voga a velha prática de compensar apoio de aliados e partidos com cargos públicos, mesmo depois do barulhento mensalão.

Veio do Judiciário o primeiro escândalo de corrupção do ano, que produziu a primeira manchete da amostra, na *Folha de S. Paulo*, no final de abril: o envolvimento de um ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Medina, com uma quadrilha que vendia sentenças para bicheiros e donos de bingos, favorecendo seus negócios ilegais. Juízes e desembargadores de vários estados também foram acusados. O caso, no entanto, não teve o mesmo apelo midiático de escândalos envolvendo políticos, e não se sustentou nas manchetes. Em *O Estado*, a primeira manchete da amostra, também em abril, foi para uma reportagem exclusiva apontando as suspeitas sobre os gastos de R\$ 2,5 milhões dos deputados federais com a “compra” de 1 milhão de litros de gasolina, o que daria para dar 255 voltas ao redor da terra.

Em *O Globo*, a primeira manchete sobre corrupção só foi capturada na amostra no final de maio com o surgimento de um novo escândalo político, fruto da Operação Navalha, da Polícia Federal, que atingiu representantes dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e dos três níveis de governo (União, estados e municípios). Provocou na classe política uma reação conjunta, e inédita, contra o trabalho da Polícia Federal, diante do potencial de estrago da denúncia sobre um esquema liderado pela construtora baiana Gautama, que já mantinha o pagamento de propinas a agentes públicos e políticos importantes, e se preparava para fraudar as obras do novo programa, o PAC.

Nos dias seguintes, as manchetes dos jornais reproduziam a indignação dos políticos e autoridades contra “os excessos” da PF. As críticas vieram também do Supremo Tribunal Federal, por meio dos ministros Marco Aurélio Mello e Gilmar Mendes. E do Congresso ressurgiu a ameaça, feita por parlamentares governistas e de oposição, de aprovar um projeto de lei que propunha a punição de juízes, procuradores e delegados que vazassem informações de processos sob sigilo de Justiça. Para saciar a indignação dos políticos acusados, um delegado suspeito dos vazamentos perdeu o cargo.

O que tirou a Operação Navalha das manchetes não foi, porém, a pressão dos acusados, mas um novo escândalo que atingiu diretamente o presidente do Senado, Renan Calheiros. No final de maio, a Revista *Veja* publicou reportagem afirmando que parte das despesas dele era paga por Cláudio Gontijo, funcionário e lobista da Construtora Mendes Júnior. A empresa, com inúmeros contratos públicos, pagava inclusive a mesada de R\$ 16,5 mil à jornalista Mônica Veloso, mãe de uma filha de Renan fora do casamento.

O caso permaneceu com destaque nas primeiras páginas durante meses, alimentado, inclusive, pelas manobras promovidas pelo próprio Renan, que tentava evitar um julgamento por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética do Senado. Apenas em meados de setembro o caso foi julgado no plenário, com Renan favorecido pelo voto secreto. Vitorioso nesta votação, ele resistiu em sair da presidência do Senado, mas logo perdeu as condições de comando e renunciou ao cargo.

Enquanto Renan lutava para se manter no comando do Senado, um outro senador acusado de negócios suspeitos com empresários se viu obrigado a renunciar ao recém-conquistado mandato: Joaquim Roriz (PMDB-DF) não conseguiu explicar um cheque de R\$ 1,2 milhão que recebeu do empresário Nenê Constantino. Herdou seu mandato de sete anos e meio o primeiro suplente Gim Argello (PTB-DF), até então um inexpressivo político local.

Não demorou muito e a Polícia Federal, que havia prometido novas ações por ocasião das críticas à Operação Navalha, deflagrou outra operação, a Xeque-mate, mais uma sobre o comércio ilegal de bingos, com participação de agentes públicos. Foram presas 77 pessoas, e executadas várias ações de busca e apreensão, inclusive na casa de um irmão do presidente Lula, citado como Vavá, em São Paulo. Da Índia, onde estava em visita oficial, Lula primeiro se indignou com a invasão à casa do irmão, mas em seguida afirmou que a PF estava apenas fazendo seu trabalho.

Com os corruptos na mira dos investigadores oficiais, a pauta própria da imprensa sobre o tema também foi se diversificando. Uma reportagem que vale destacar foi publicada pelo *O Globo*, mostrando que em 40 anos nenhuma ação criminal no Supremo Tribunal Federal contra autoridades e ex-autoridades resultou em punição. Segundo a conta do jornal, de 1968 até então, o STF abriu 137 processos contra deputados, senadores, ministros e presidentes da República, e não condenou um sequer. As acusações iam desde desvios de verbas pública a evasão de divisas, até homicídios. Uma solução para o problema, apontavam os especialistas ouvidos, era o fim do foro privilegiado para ex-autoridades, que naquele momento ainda contava com forte resistência do Congresso.

O caso do mensalão voltou às páginas no segundo semestre de 2007 com a ação da Procuradoria-Geral da República que denunciou 37 pessoas no esquema, pedindo o

ressarcimento de ao menos R\$ 55 milhões aos cofres públicos. Em seguida, após cinco dias e 3 horas de sessão, o Supremo Tribunal Federal acolheu a primeira denúncia do Ministério Público e começou a tramitar a Ação Penal 470, com 40 réus, sendo o ex-ministro José Dirceu denominado como comandante do esquema pelo relator do processo, ministro Joaquim Barbosa.

O esquema do mensalão estava em julgamento no Supremo em setembro quando os jornais publicaram novos detalhes sobre o chamado “mensalão tucano em Minas” – o esquema de caixa 2 montado pelo empresário Marcos Valério para a campanha de Eduardo Azeredo (PSDB) ao governo mineiro em 1998. O assunto permaneceu em destaque por algumas edições dos jornais, produzindo como única vítima o ministro de Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, que em 1998 fora um dos responsáveis pelas finanças da campanha do tucano. Mares Guia perdeu o cargo de ministro poucos dias antes de a Mesa do Senado arquivar uma representação contra o senador Azeredo.

Com escândalos pontuais, o ano de 2007 terminou sem grandes sobressaltos para o governo federal e o PT, e com queda dos indicadores da pesquisa sobre presença e relevância da denúncia no noticiário. A proporção de edições com denúncias publicadas na capa caiu 20 pontos percentuais em relação a 2006, mas manteve-se acima de 50%, como vinha sendo registrado desde 2004. As manchetes sobre corrupção também perderam espaço nas edições analisadas.

Os jornais começaram 2008 mais atentos, fugindo do tradicional início de ano com notícias frias. Foi *O Globo* que publicou a primeira grande denúncia do ano, ainda em janeiro, que resultou em uma CPI: “Governo dá R\$ 2,8 bi a ONGs mas não fiscaliza”. A reportagem mostrava que parte desse dinheiro era destinada a Organizações Não Governamentais (ONGs), com o selo de filantrópicas, mas que eram ligadas a políticos e/ou partidos. Os recursos eram destinados às entidades pelos próprios políticos durante a confecção e aprovação do Orçamento da União.

A farra das ONGs não tinha se constituído ainda em um grande escândalo quando surge no início de fevereiro outro caso rumoroso: os desvios no uso do cartão corporativo, um mecanismo instituído em 2001 pelo governo federal para o pagamento de pequenas despesas efetuadas, em serviço, pela elite do funcionalismo público (ministros e ocupantes

de cargos do alto escalão). A denúncia era sobre o uso do cartão para despesas pessoais e outros gastos questionáveis. Mais uma CPI criada no Congresso.

Os dados indicavam que em 2007 os mais de 150 cartões corporativos espalhados pela Esplanada dos Ministérios foram usados para despesas superiores a R\$ 78 milhões. O problema estava em gastos injustificáveis, como os R\$ 3.500 pagos pela ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, em seu período de férias. Ela foi a primeira vítima do novo escândalo, perdendo o cargo em seguida. O ministro Orlando Silva (Esporte) ganhou as primeiras páginas dos jornais pelo fato de ter comprado com o cartão corporativo uma tapioca, ao custo de R\$ 8,30. Depois se descobriu que ele usou o cartão também para pagar diárias de quase R\$ 3 mil para a mulher, a filha e a babá em um hotel do Rio de Janeiro. Se desgastou nas explicações, mas não perdeu o cargo.

O escândalo ganhou maior relevância a partir da descoberta de um dossiê sobre os gastos com cartão corporativo efetuados nos últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso, com detalhes sobre as compras de sua família. O dossiê, segundo a imprensa, era uma tentativa do Palácio do Planalto de refutar as críticas ao uso do cartão pelos seguranças e familiares de Lula em São Bernardo do Campo (SP). Como os dados eram controlados pela Casa Civil, a ministra Dilma Rousseff, que já aparecia como presidenciável do PT para 2010, entrou na mira da imprensa e dos partidos de oposição.

Na mesma época, todo País ficou conhecendo o reitor da UnB, Timothy Mulholland, em função do gasto que efetuou, com dinheiro público, para mobiliar o apartamento funcional em que morava: R\$ 470 mil em móveis e decoração, com destaque para o famoso caso de três lixeiras que custaram R\$ 2,7 mil. As pressões pela demissão do reitor ultrapassaram as fronteiras da universidade. Ele resistiu, com alegações sobre o uso do apartamento para recepções institucionais, mas perdeu o cargo em abril.

O caso do cartão corporativo, com revelação país afora de outros abusos e desvios nas despesas pagas com dinheiro público, foi um escândalo político com todos seus ingredientes característicos: demissões, CPI no Congresso, revelação de denúncias correlatas e, por fim, mudanças nas regras estabelecidas para melhoria do sistema (WAISBORD, 2000).

A despeito do aumento do volume de notícias sobre corrupção e da relevância que o tema ganhou nos jornais, alguns exemplos levantam dúvidas sobre a tese de que se trata realmente de uma nova tendência do jornalismo. É o caso de uma denúncia que, aparentemente, tinha potencial para ser pelo menos um grande escândalo regional, mas não teve relevância na amostra analisada: um esquema de desvio de verbas do BNDES, que consistia na cobrança de uma propina de 4% sobre o valor de empréstimos concedidos pelo banco a dezenas de prefeituras paulistas.

O suborno era pago pelos prefeitos a políticos que tinham influência junto ao banco e conseguiam a liberação do empréstimo. Em um só dia 10 pessoas foram presas. A prefeitura de Praia Grande, comandada pelo tucano Alberto Mourão, apareceu como a primeira e principal suspeita. Prefeitos paulistas dos principais partidos políticos – PMDB, PSDB, PT, PP, PDT, PV e DEM – foram acusados de participar do esquema, mas as denúncias não evoluíram nas capas dos jornais. Mais um caso que, ao envolver um espectro político tão amplo, tende a cair no vazio, devido às pressões.

Também não evoluiu nos jornais outro assunto polêmico envolvendo políticos do PSDB, em 2007. O caso do contrato da francesa Alstom com o governo de São Paulo para a expansão do metrô da capital – a empresa teria pago quase US\$ 7 milhões em propina para conseguir o contrato de US\$ 45 milhões – esteve presente em apenas uma edição da amostra analisada, na *Folha de S. Paulo*. O destaque era para o fato de a base aliada do então governador José Serra (PSDB) na Assembleia Legislativa ter barrado a criação de uma CPI para investigar as denúncias de irregularidades no contrato.

Um outro governante do PSDB, Yeda Crusius, governadora do Rio Grande do Sul, foi responsabilizada por uma CPI da Assembleia Legislativa que investigou o desvio de R\$ 44 milhões do Detran. Parte dos recursos, segundo as investigações, financiou ilegalmente a campanha da governadora e pagou despesas pessoais dela e de sua família. A Assembleia abriu um processo de impeachment que foi arquivado no fim do ano. O assunto mereceu chamadas esporádicas, e menores, nas capas dos três jornais.

Na pauta sobre corrupção, os jornais tinham um assunto novo a explorar na campanha para as eleições municipais de 2008: os candidatos com ficha-suja na Justiça. O Tribunal Superior Eleitoral já havia deliberado que só não poderia ter o registro de

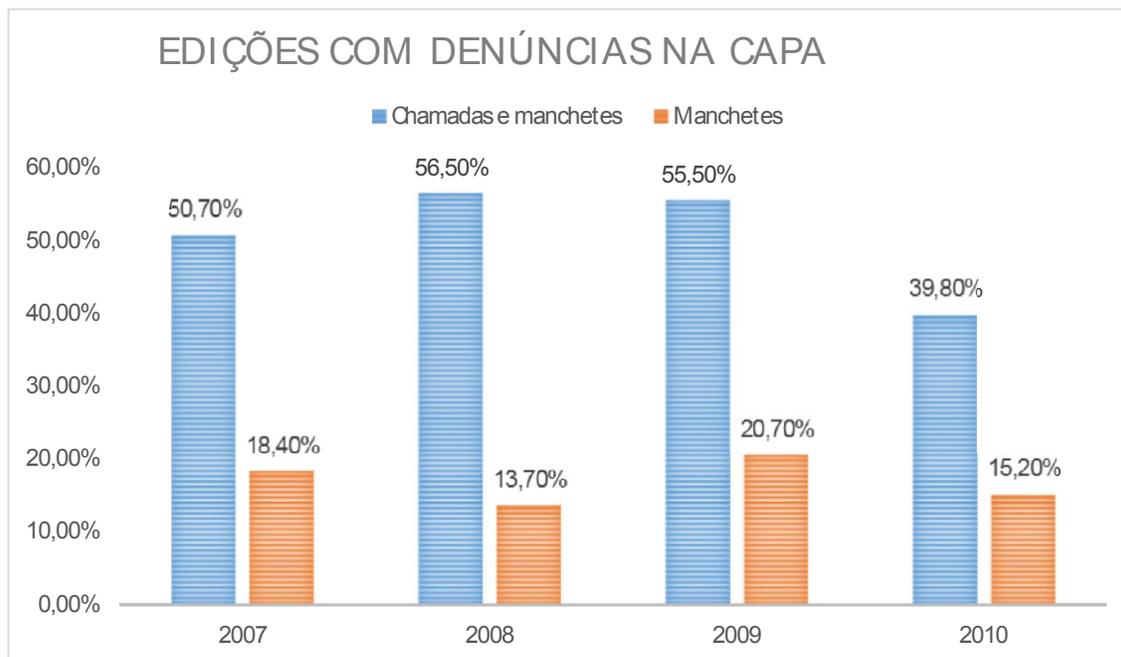
candidatura as pessoas com condenação definitiva na Justiça, ou seja, sem direito a novos recursos. Com grande pressão da imprensa, em especial de *O Globo*, entidades civis recorreram dessa decisão, mas ela foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

*O Globo*, porém, prosseguiu na campanha de denunciar nas suas páginas os “candidatos fichas-sujas”. Destacava especialmente os candidatos a prefeito e a vereador do Rio protegidos pelo tráfico e pelas milícias armadas dos morros. Mereceu chamada de destaque, por exemplo, o caso de um partido, o PSDC, que tinha na sua lista de 49 candidatos 26 condenados por todo tipo de crime, mas que conseguiram registrar suas candidaturas porque ainda não eram condenados em definitivo.

Em 2008, as denúncias estiveram presentes em uma proporção maior (56%) das 138 edições pesquisadas, em relação ao ano anterior, mas a relevância do tema caiu novamente, já que apenas 14% das edições deram manchetes sobre corrupção. Os dados comparativos de toda série mostram que o comportamento dos jornais continua, ainda nos anos 2000, marcado por recuos, ano a ano, embora com os indicadores em outro patamar, mais elevados. Desde 2004, o percentual de edições com manchetes para denúncias se mantém acima de dois dígitos.

Na amostra do período compreendido entre 1985 e 2003, o índice de edições com manchetes para denúncias foi inferior a 10%, chegando em alguns casos a irrisórios 1% ou 2%. Nas 549 capas analisadas entre 2006-2010, a proporção de edições com denúncias e com manchetes se consolida em níveis elevados, com pequena variação ano a ano (Gráfico 13).

**Gráfico 13:** proporção de edições dos três jornais com denúncias, ano a ano – Período Lula-2



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

O ano de 2009 chegou com novos casos de corrupção alimentando o noticiário dos jornais que já contavam com forte ingrediente político, a antecipação da sucessão presidencial de 2010. Quatro novos escândalos de alcance nacional envolveram irregularidades, políticos e partidos já conhecidos do grande público.

O primeiro caso, desvendado pela Operação Castelo de Areia da Polícia Federal, evidenciou provas de doações ilegais de empreiteiras para políticos de partidos governistas, incluindo o PT, e da oposição, incluindo o PSDB. Em gravações feitas pela PF, executivos da empresa Camargo Correia falavam em contribuições “por dentro” (legais) e “por fora” (caixa 2). E, sem citar nomes, comentaram que “canarinho quer alpiste”, numa referência indireta, segundo as investigações, ao PSDB, que tem um tucano como símbolo do partido. O assunto foi a primeira manchete de denúncia na amostra de 2009, no final de março. Não teve vida longa nas capas dos jornais, a exemplo de outros casos envolvendo variados setores da política.

Ainda em março começaram as primeiras chamadas de capa para o que se tornaria o mais longo escândalo político do ano, centrado no Congresso Nacional: os abusos e

irregularidades em contratações, nomeações e pagamentos indevidos revelados pelos chamados “atos secretos” do Senado. Trata-se de uma série de mais de mil atos administrativos não oficializados e que só se tornaram público neste ano a partir da revelação, pelos jornais, de que o Senado havia gasto R\$ 6,2 milhões em horas extras pagas a mais de 3,8 mil funcionários em pleno recesso parlamentar de janeiro.

Na sequência dessa reportagem, os jornais descobriram que os atos secretos escondiam muito mais do que isso. Mantinham sem registros oficiais casos de nepotismo, praticados inclusive pelo presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP); a criação de dezenas de cargos de confiança para postos irrelevantes, o que resultou na existência de 181 funcionários exercendo função de diretores; e desvio de recursos para obras e projetos que atendiam interesses particulares de senadores e funcionários. As irregularidades envolveram 37 senadores, mas apenas Sarney ficou na berlinda, ameaçado de cassação. Foi salvo pela força política do presidente Lula e pelos votos de seu partido, o PMDB.

Enquanto o escândalo do Senado se desenrolava com novas descobertas a cada semana, a Petrobras voltou a ser alvo dos partidos de oposição, por causa das chamadas “manobras contábeis” que a estatal fez com o objetivo de ajudar o governo federal a fechar as contas. A proposta de criação de uma CPI para investigar essa questão se misturou com novas notícias sobre loteamento de cargos de diretoria na empresa. O PMDB, noticiaram os jornais, cobrava de Lula a nomeação de Paulo Roberto Costa para a diretoria de Exploração, a mais cobiçada. Em troca, prometeu o partido, esvaziaria a CPI no Congresso. O que, de fato, ocorreu.

O terceiro escândalo de 2009 envolveu Dilma Rousseff, acusada por uma alta funcionária da Receita Federal de ter sugerido o arquivamento de uma investigação fiscal sobre as empresas de Fernando Sarney, filho do presidente do Senado. Assunto que rendeu duas manchetes na amostra. A última grande denúncia do ano foi revelada em meados de novembro, com uma manchete na amostra dos três jornais: a Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal.

Neste caso, as investigações da PF revelaram um esquema de suborno entre empresas que tinham contratos com o Governo do Distrito Federal (GDF), políticos, parlamentares, secretários de Estado e o próprio governador José Roberto Arruda (DEM).

O caso, batizado de mensalão do DEM, ficou conhecido em todo país pelas imagens de vídeos gravadas por Durval Barbosa, um ex-integrante do governo que fez acordo de delação premiada, que mostravam políticos guardando o dinheiro da propina em meias, cuecas, bolsas e bolsos.

Além dos casos de corrupção investigados pela Polícia Federal e Ministério Público, duas reportagens de iniciativa própria dos jornais tiveram destaque em 2009. A primeira, manchete principal de *O Globo*, destrinchou um relatório do Tribunal de Contas da União confirmando que 47% dos convênios realizados e não fiscalizados pela União continham falhas e desvios de recursos. E a *Folha*, em outro levantamento, mostrou que 33% dos senadores eram alvo de inquérito ou ação judicial.

Esse tipo de reportagem, ainda não tão comum, começava a ser facilitado por novas ferramentas de transparência, como o Portal da Transparência, que começou a funcionar em 2004, com os órgãos públicos divulgando os dados oficiais relativos a decisões administrativas e financeiras, com detalhamento dos gastos feitos com o dinheiro do contribuinte. Os escândalos e mais a produção própria dos jornais resultaram, como já dito, no aumento de denúncias publicadas nas capas, sendo 2009 o melhor resultado do segundo mandato de Lula em termos de quantidade.

Em 2010, seguindo a tendência já verificada em anos eleitorais, os três jornais aumentaram significativamente o número de edições sem notícias sobre corrupção. Das 138 edições analisadas dos três jornais, 60% delas não continham uma única denúncia na capa, e as manchetes sobre o tema estiveram presentes em apenas 15%.

O ano da eleição presidencial começou com os desdobramentos da Operação Caixa de Pandora, quando José Roberto Arruda se tornou o primeiro governador do Brasil a ser encarcerado durante o exercício do mandato. Afastado do cargo pela Justiça Federal, por causa de seu envolvimento no esquema de corrupção, foi preso em 11 de fevereiro. Com sua prisão e o comprometimento, no mesmo esquema de corrupção, do vice-governador Paulo Octávio e do presidente da Câmara Legislativa, foi realizada eleição indireta de um governador 'tampão' para concluir o mandato.

À exceção desse caso, que logo saiu das capas, o assunto corrupção só surgiu com força nos jornais em setembro, quando estourou um novo escândalo envolvendo autoridades do governo Lula. No dia 12, a 20 dias da eleição presidencial, a *Folha de S. Paulo* publicou que Israel Guerra, filho da então ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, fazia lobby para empresas dentro do Palácio do Planalto. A denúncia, feita por consultores e lobistas que atuavam junto ao governo, já continha o nome d presidenciável Dilma na primeira manchete do caso na *Folha* (Figura 13). O caso teve características semelhantes, principalmente nas consequências, ao escândalo dos aloprados, às vésperas da eleição presidencial de 2006.

O maior destaque do noticiário, seguindo roteiro de 2006, era a ligação profissional e de amizade entre Erenice Guerra e Dilma Rousseff. A presidenciável do PT e Lula passaram dias alegando desconhecer a atuação do filho da ministra e, ao mesmo tempo, trabalhando junto aos políticos para evitar que a crise contaminasse a campanha eleitoral, favorável à petista. Erenice perdeu o cargo apenas cinco dias depois que a denúncia foi publicada, mas, ainda assim, Dilma caiu nas pesquisas de intenção de votos, sepultando a possibilidade de ganhar a eleição no primeiro turno.

Outro caso de desvio administrativo também teve impacto na campanha presidencial do PT: a descoberta de que funcionários da Receita Federal teriam violado o sigilo fiscal de alguns dirigentes tucanos e da filha do presidenciável do PSDB, José Serra. A denúncia ganhou mais destaque a partir da descoberta, pelos jornais, de que os funcionários eram filiados ao PT. Foram dias de destaque até a véspera da eleição. Um exemplo, como o anterior, de como a conjuntura – disputa eleitoral – pode amplificar na mídia uma denúncia que poderia ter tido tratamento diferente em outro momento.

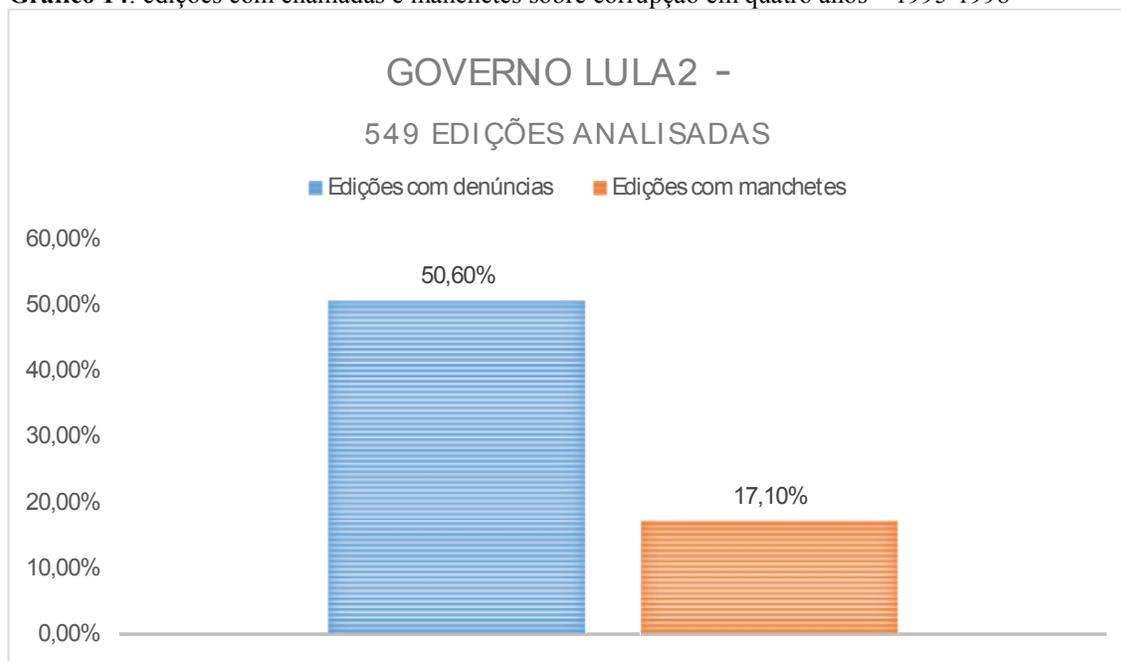
O assunto perene durante toda campanha de 2010 foi a dúvida sobre a aplicação, integral ou não, da norma legal que deveria barrar candidatos com condenações em segunda instância da Justiça, a chamada Lei da Ficha Limpa. Às vésperas da eleição, dezenas de candidaturas país afora foram cassadas, como a de Joaquim Roriz, candidato favorito ao governo do Distrito Federal, que deu lugar à folclórica candidatura de sua esposa, Wesliam Roriz. Ele perdeu o registro porque, em 2007, renunciou ao mandato de senador para escapar da cassação.

A grande maioria das 69 denúncias publicadas nas capas dos jornais em 2010 era relativa ao PT e aos políticos e grupos que comandavam o poder central do País. Foram raros os registros de irregularidades praticadas por integrantes do PSDB e de governos estaduais tucanos – considerando que a disputa política estava polarizada entre PT e PSDB. Em *O Globo*, foi capturada uma única chamada, em uma edição de junho: “PSDB, como o PT, afronta a lei (eleitoral) e faz programa com Serra”. A *Folha* deu destaque para duas. Uma sobre o fato de o governo tucano em São Paulo ter aumentado em mais de 150% os gastos com publicidade no ano eleitoral, contrariando a legislação. E outra a respeito de supostas irregularidades cometidas por Paulo Preto, amigo e aliado de José Serra, em contratos da gestão do PSDB. Na amostra de *O Estado de S. Paulo* não foi capturada nenhuma denúncia neste sentido.

Encerrada a eleição, com a vitória da petista Dilma Rousseff, o assunto corrupção desapareceu das páginas nos dois últimos meses do ano, à exceção do destaque dado tradicionalmente às mordomias e privilégios da classe política, com a denúncia de que deputados e senadores, em mais uma farra com o dinheiro do contribuinte, aprovaram reajuste salariais de 62% a 130% para eles próprios, ministros de Estado e Presidente da República.

Os resultados totais sobre o noticiário de denúncias dos jornais no período relativo ao segundo mandato de Lula indicam redução em relação ao primeiro, dominado pelo escândalo do mensalão, mas se mantiveram em um nível elevado, como já dito. O assunto corrupção esteve presente, em média, em 51,3% das edições analisadas entre 2007 e 2010; e em 16,25% dessas edições o tema foi manchete principal (Gráfico 14). No universo de 278 edições com denúncias capturadas nos quatro anos, um terço delas, ou 94 edições, publicou as matérias como manchete principal.

**Gráfico 14:** edições com chamadas e manchetes sobre corrupção em quatro anos – 1995-1998



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Os dois ciclos relativos ao período de Lula na Presidência da República, conforme os dados apurados, alteraram de forma significativa o perfil que vinha sendo verificado pela pesquisa desde 1985. A característica antes inconstante da cobertura, com grandes avanços e recuos, deu lugar a um comportamento mais regular a partir de 2004, com pequenas variações. Fica a evidência de uma mudança importante na postura dos jornais, indicando para a consolidação do noticiário de denúncias como um dos principais ramos do jornalismo. Já é possível falar em tendência.

#### **4.8. Governo Dilma-1 – 01/01/2011 a 3/12/2014**

Governo novo, tradicional clima de boa vontade e as denúncias, mais uma vez, ficaram de fora das capas nos primeiros meses de 2011, quando os jornais investiram apenas nas recorrentes matérias de combate aos privilégios, como fez a *Folha de S. Paulo* ainda em janeiro ao denunciar na manchete principal o benefício vitalício mantido pelo

governo do Mato Grosso: “Governador por 10 dias recebe pensão pela vida toda”. Um privilégio que se estende por praticamente todos os estados brasileiros e que é objeto de polêmico julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Foi também neste período inicial de calma para o governo Dilma Rousseff que *O Globo* publicou, como manchete principal, uma reportagem especial sobre o poder de influência do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na empresa Furnas Centrais Elétricas, com relatos de ameaças que ele fazia ao PT e ao governo diante da possibilidade de perder cargos na estatal. Entre janeiro e maio, além dessas duas reportagens, apenas mais uma manchete sobre denúncias de corrupção foi capturada em *O Estado de S. Paulo*, que tratou de irregularidades em convênios do Ministério do Esporte.

Durante os quatro anos do governo Dilma, as denúncias sobre corrupção tiveram mais presentes, e com maior destaque, nas capas dos jornais. Em número de chamadas capturadas, o período 2010-2014 (com 548) só perde para o período 2003-2006 (585), relativo ao primeiro mandato de Lula; e em número de manchetes, Dilma supera todos os períodos semelhantes da série – considerando aqui apenas os mandatos de quatro anos, a partir de 1995. São dados (Tabela 8) que reforçam o entendimento de que os jornais mudaram de comportamento nos últimos anos e passaram a dar maior importância ao noticiário sobre corrupção.

**Tabela 8:** dados capturados dos três jornais no período 1995-1998 – Período Dilma-1

	<b>Denúncias (chamadas e manchetes)</b>	<b>Manchetes</b>	<b>Edições analisadas</b>
2011	126	31	137
2012	151	47	135
2013	117	32	138
2014	154	30	140
Total	<b>548</b>	<b>140</b>	550

Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

A trégua de início de mandato teve fim para Dilma em 15 de maio com mais um escândalo político devastador para o governo e para o novo ministro da Casa Civil, Antônio Palocci. Homem forte da equipe da presidente, Palocci perderia o cargo de ministro pela segunda vez. Desta vez, era acusado, em reportagem dos jornalistas Andreza Matais e José Ernesto Credendio, da *Folha de S. Paulo* (Figura 14), e ter multiplicado seu patrimônio por 20 nos quatro anos anteriores, período em que esteve fora do governo Lula, mas com prestígio junto ao presidente e ao governo petista. Um exemplo de investigação própria do jornal, valorizada na manchete principal.

Na sequência da primeira matéria vieram outras, da própria *Folha* e de outros jornais, com suspeitas sobre o milionário faturamento da empresa de consultoria de Palocci: R\$ 20 milhões no ano da eleição, em 2010, contra R\$ 160 mil no primeiro ano de sua atividade como consultor. Também foi considerada suspeita a compra de imóveis em São Paulo no valor de R\$ 7,5 milhões.

Os jornais revelaram que, entre outros contratos, Palocci foi pago por uma grande empreiteira, que tinha negócios no governo federal, para fazer uma palestra sobre gripe suína. Com a justificativa de que ele é médico. Logo se configurou, na imprensa e nas primeiras investigações do Ministério Público e da Polícia Federal, a prática de tráfico de influência e detenção de informações privilegiadas por parte de Palocci, além da suposta lavagem de dinheiro na compra de imóveis.

Durou exatos 20 dias o primeiro escândalo político midiático do governo Dilma, com a presença diária de Palocci nas manchetes dos jornais, conforme pesquisa complementar. Dia 5 de junho, pressionado por Dilma e Lula, ele pediu demissão.

As denúncias de corrupção no novo governo estavam apenas começando. Entre junho e dezembro de 2011, outros cinco ministros de Estado perderam seus postos após a revelação de irregularidades e desvios de todo tipo nos ministérios dos Transportes, do Turismo, da Agricultura, de Esporte e do Trabalho. Vários casos que se transformaram em um grande escândalo político midiático com duração de oito meses.

Era um escândalo atrás do outro, com demissões rápidas, o que criou na imprensa uma leitura favorável à Dilma Rousseff. Foi o ano da faxina ética, como batizado pela

própria imprensa. Dilma se apropriou desse discurso, demitiu ministros e indicados políticos do segundo escalão sem titubear e, com isso, manteve sua popularidade em alta. Demissões que desagradavam os aliados políticos e que tiveram como consequência, já no primeiro ano de mandato, o início do processo de desidratação de sua base de sustentação no Congresso Nacional.

O maior de todos os escândalos de 2011, pelo volume de recursos desviados e número de pessoas envolvidas, foi protagonizado no Ministério dos Transportes, que estava sob o controle de um dos maiores partidos governistas, o PR. Menos de um mês depois da demissão de Palocci, perdeu o cargo o ministro Alfredo Nascimento (Transportes), no rastro de denúncias de corrupção na Valec, uma estatal ligada à pasta, e no Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

As irregularidades iam da cobrança de “pedágio” a empresas que tinham contratos no Dnit, feita por um sobrinho do ministro, ao pagamento de R\$ 18 milhões à empresa da esposa de um de seus diretores. Os órgãos de fiscalização estimaram os desvios nos Transportes em R\$ 682 milhões, com o envolvimento direto de mais de 20 funcionários e dirigentes.

No auge desse escândalo, *O Globo* publicou reportagem especial em que mostrava que pelo menos quatro órgãos públicos repetiam os mesmos vícios e irregularidades do Dnit. *O Globo* também destacou na capa, em junho, o lado político de um acidente de avião que evidenciou as “promíscuas relações” entre o público e o privado: Tragédia expõe relação de Cabral e empresários, sobre a viagem do governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), para uma festa na Bahia em avião de Eike Batista, ao lado de Fernando Cavendish. Ambos os empresários tinham contratos milionários com governo estadual.

Foram relações deste tipo que fizeram a terceira vítima da chamada faxina ética, apeando do cargo o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, um dos líderes do PMDB de São Paulo e indicação pessoal do vice-presidente Michel Temer. Com essa demissão, Dilma gerou o primeiro grande atrito com o partido do seu vice.

Uma devassa feita pela Polícia Federal no Ministério do Turismo, na Operação Voucher, veio na sequência e resultou na prisão de 35 pessoas envolvidas no desvio de

verbas destinadas a convênios com ONGs fantasmas e laranjas de políticos. O ministro, Pedro Novais (PMDB), foi flagrado usando recursos públicos para pagar governanta e motorista particular. Dilma pediu ao PMDB “um substituto com ficha-limpa”. Agradou a opinião pública e irritou mais uma vez o principal aliado.

Caía um ministro, e outro já estava na mira da Polícia Federal e da imprensa. Na onda de denúncias contra autoridades, os jornais faziam investigações próprias a partir dos novos mecanismos de transparência e fiscalização. O que também alimentava esse noticiário, como já visto antes, eram as disputas políticas e de poder travadas no governo e entre os partidos, com os adversários levantando suspeitas uns contra os outros.

O mesmo problema verificado na área de Turismo, de desvios e apropriação indébita de recursos destinados a convênios, derrubou o ministro do Esporte, Orlando Silva (PCdoB), no segundo semestre. Pouco depois, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT), foi acusado de ter favorecido sindicatos e políticos aliados com cargos e verbas. Ele se segurou por mais tempo no cargo – mais de dois meses desde a primeira denúncia –, mas perdeu o posto três semanas depois de declarar que só cairia “se fosse à bala”.

Foi um ano em que os jornais exercitaram quase que diariamente o papel de vigilante do poder público, influenciando, de fato, nas decisões dos governantes com as revelações de casos de irregularidades. As acusações e a faxina ética estiveram presentes nas capas de quase 60% das 137 edições analisadas em 2011. O maior índice desde 2006, quando ainda ecoava o rescaldo do mensalão. Foi também, em cinco anos, o que teve a maior proporção de edições com manchetes sobre corrupção (22,6%).

Novo recorde pós-2006 foi batido novamente em 2012, ano que, a princípio, teria como auge do noticiário de corrupção o início do julgamento do caso mensalão no Supremo Tribunal Federal, mas que foi marcado também por dois novos escândalos políticos de repercussão nacional. O primeiro, e mais barulhento, foi a descoberta do esquema de corrupção engendrado pelo contraventor goiano conhecido como Carlinhos Cachoeira com a participação de governadores, parlamentares e empresários.

No pós-faxina ética do governo Dilma, o novo escândalo surpreendeu o País com a revelação das relações mais que perigosas entre o contraventor Cachoeira e o senador

Demóstenes Torres, do DEM de Goiás, forjado como paladino da ética após longa carreira no Ministério Público. A sociedade conheceu, por meio da CPI do Cachoeira e da Polícia Federal, detalhes de pagamentos e benesses feitos a Demóstenes, em troca de informações institucionais e sigilosas a respeito de investigações em curso contra o contraventor.

Mais atentos, os jornais procuravam além do que as fontes oficiais ofereciam. Uma das manchetes da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, destacou em meados de abril: “CPI do Cachoeira é criada com Collor, Jucá e ficha-suja”, com destaque para a informação de que ao menos 17 dos 32 integrantes da comissão de investigação tinham pendências na Justiça. A esta altura, vale destaca, os órgãos de imprensa já contavam com um novo mecanismo de fiscalização e controle: a Lei de Acesso à Informação, regulamentada no final de 2011, que obriga os poderes públicos a fornecer informações que não estão catalogadas como sigilosas.

Além de Demóstenes, outros parlamentares de menor expressão nacional foram envolvidos no escândalo, mas apenas ele foi punido com a cassação do mandato em julho, ficando inelegível até 2027. A CPI ameaçou investigar e convocar três governadores envolvidos no esquema de Cachoeira: o peemedebista Sergio Cabral (RJ), o petista Agnelo Queiroz (DF) e o tucano Marconi Perillo (GO). Integrantes dos maiores e mais poderosos partidos do Congresso, eles foram poupados, e a CPI encerrou os seus trabalhos em novembro sem qualquer citação aos três. Logo depois, Cachoeira foi condenado pela Justiça Federal a 39 anos de prisão, por vários crimes acumulados em sua carreira de contraventor. E a Delta, construtora que participava do esquema, foi punida pelo governo e pelo mercado. Não foi ainda desta vez que o Congresso empreendeu investigação sobre corruptores.

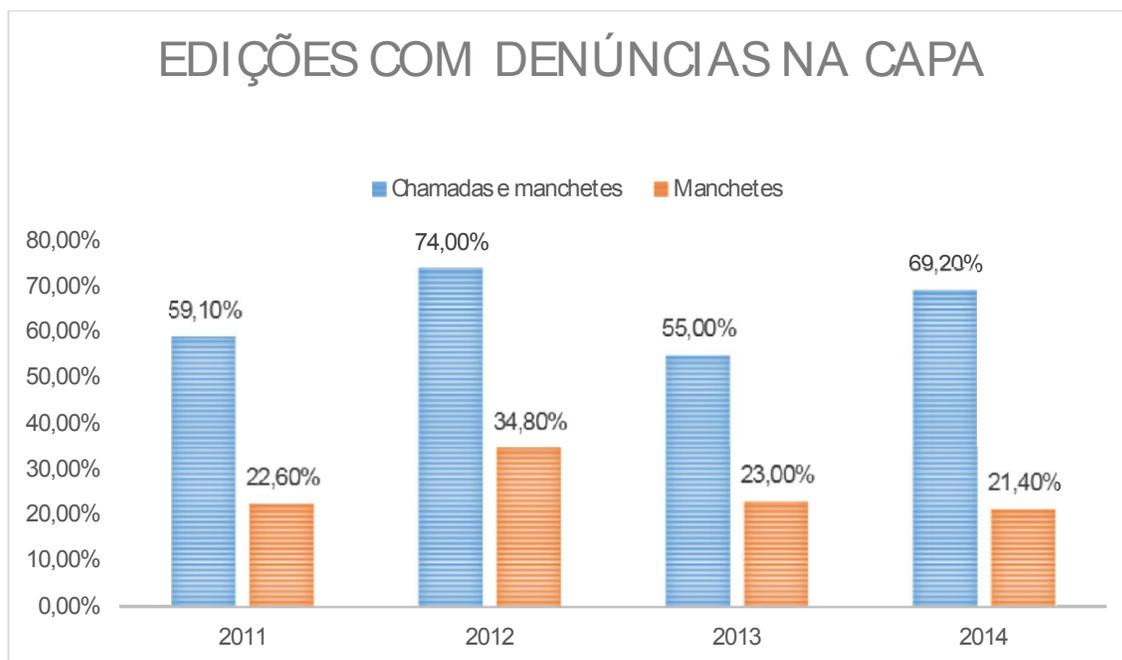
O segundo escândalo de 2012 ocorreu já quase no final do ano, quando a Operação Porto Seguro (PF) revelou um esquema de venda de pareceres de agências reguladoras, com destaque para a influência exercida na nomeação dos diretores dessas agências por Rosemary Noronha, ex-chefe do gabinete da Presidência da República em São Paulo e amiga íntima do ex-presidente Lula. O escândalo representou mais um abalo na gestão de Dilma, que enfrentava ao mesmo tempo problemas na economia e risco de apagões de energia elétrica. Em menos de um mês, no entanto, a PF finalizou a denúncia e a encaminhou à Justiça, tirando o assunto das manchetes.

O que predominou por mais tempo no noticiário de denúncias em 2012 foi mesmo o julgamento do processo do mensalão no Supremo, iniciado em agosto e que permaneceu com chamadas em praticamente todas as capas da amostra até dezembro – e em quatro manchetes, em cada jornal. Pesquisa complementar indicou que em agosto a *Folha* deu 16 manchetes principais para o julgamento do mensalão, enquanto *O Globo* deu 19 manchetes. Em setembro, o assunto esteve oito vezes na manchete principal da *Folha* e sete vezes em *O Globo*. O tema era constante nas capas, com chamadas menores, mas dividia o espaço das manchetes com a campanha para a eleição municipal de outubro.

Em meados de setembro, 40 dias depois de iniciado o julgamento, o Supremo Tribunal Federal já tinha condenado nove acusados. No final do mês, o delator do esquema do mensalão, Roberto Jefferson (PTB-RJ), foi condenado a sete anos e 14 dias de prisão. Em 12 de novembro, José Dirceu, apontado como mentor e executor do esquema, foi condenado a 10 anos e 10 meses de prisão.

Em 2012, a pesquisa identificou, em relação ao ano anterior, um aumento de cerca de 20% no número de chamadas e de mais de 50% no número de manchetes para assuntos relacionados a corrupção nos três jornais. E registrou o terceiro maior índice anual de capas com denúncias: 74,0% das 135 analisadas estamparam chamadas, e 35% publicaram as denúncias como manchetes principais. O recorde ocorreu em 1992, ano do impeachment de Collor, com um percentual de 77,7% das edições com chamadas, e 40% com manchetes. A segunda maior ocorrência foi em 2006, com as chamadas presentes em 74,6%, das edições pesquisadas, e as manchetes em 26%. O quadro geral do período relativo ao mandato de Dilma apresenta, no entanto, os maiores indicadores da série ao longo dos quatro anos, quando foram analisadas 550 capas (Gráfico 15).

**Gráfico 15:** proporção de edições dos três jornais com denúncias, ano a ano – Período Dilma-1



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

O ano de 2013 foi atípico dentro da série histórica da pesquisa, com redução de 25% no número de denúncias nas capas, contrariando a tendência dos terceiros anos de cada mandato presidencial, que geralmente registraram as maiores altas. Uma explicação pode ser o fenômeno, também inédito até aqui, dos “protestos de ruas de junho de 2013”, como ficaram conhecidas as manifestações que se espalharam pelo País, primeiro com a reivindicação sobre redução de tarifas de transporte público e que se ampliou para um movimento contra toda a classe política, não se limitando a governantes ou governos.

As manifestações muitas vezes violentas e com atos extremos de vandalismo dominaram as manchetes dos jornais entre junho e agosto. Em um só dia, 18 de junho, mais de 240 mil pessoas foram às ruas. O impacto na figura da presidente da República foi imediato, como destacou manchete da *Folha* em 29 de junho: “Popularidade de Dilma despenca de 57% para 30% em três semanas”. Governadores dos maiores estados também perderam popularidade.

Os protestos de junho ainda ecoavam no noticiário quando, em agosto, a Câmara dos Deputados, em uma sessão com voto secreto, livrou da cassação do mandato Natan Donadon, deputado por Rondônia que estava detido na Penitenciária da Papuda, em Brasília, após condenação a 13 anos de prisão por formação de quadrilha e desvio de dinheiro público. A repercussão não poderia ser mais negativa. Menos de uma semana depois, o STF suspendeu os efeitos desta sessão e os deputados aprovaram, por unanimidade, o fim do voto secreto na Casa.

Ainda no primeiro semestre de 2013, a *Folha de S. Paulo* deu manchete para uma reportagem exclusiva sobre as atividades de Lula depois de oito anos como presidente da República: “Empreiteiras patrocinam 13 viagens de Lula ao exterior”, com a informação de que ele fora a países onde as respectivas empresas tinham negócios. O caso não repercutiu nas semanas seguintes. Um exemplo de falta de ‘oportunismo midiático’. Ou, vendo de outra forma, um exemplo de assunto que poderia prosperar e se transformar em escândalo midiático em uma conjuntura de eleição presidencial, por exemplo.

Uma das novidades de 2013, no noticiário sobre corrupção, foi o surgimento nas capas dos jornais paulistas do chamado caso Alstom: a denúncia sobre o esquema de pagamento de propinas a funcionários públicos e políticos do governo de São Paulo, do PSDB, por ocasião da licitação de trens urbanos vencida pela Alstom, um grupo industrial francês. Esta denúncia não era nova, mas só então mereceu maior destaque nos jornais.

No final de setembro, a *Folha de S. Paulo* deu a primeira manchete para o assunto, na amostra: “PF investiga propina de R\$ 52 milhões em trens de SP”. Em 24 de outubro, *O Estado de S. Paulo* destacou, também na manchete: “Alstom orientou diretores a pagar propina (a funcionários público e políticos), diz MP suíço”. Na amostra da pesquisa, somente em novembro *O Globo* registrou o assunto na capa, em pequena chamada: “Propina de cartel (Alstom) gerou perda de R\$ 192 milhões”.

Em dezembro, o caso Alstom ganhou mais duas manchetes principais, e diferentes, no mesmo dia 11. A *Folha* abordou a implicação política do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, no escândalo: “Delator depõe e liga dois secretários de Alckmin à propina”. *O Estado de S. Paulo* tratou dos trâmites jurídicos: “Justiça envia ao Supremo inquérito do cartel dos trens”. *O Globo* deu ao tema tratamento de um caso local:

“Inquérito sobre cartel vai ao STF” foi a pequena chamada de capa, com a ressalva de que o Ministério Público não tinha provas concretas na denúncia apresentada ao Supremo.

No segundo semestre de 2013, voltou ao noticiário o julgamento pelo Supremo dos recursos dos réus do mensalão às condenações aprovadas no ano anterior. Depois, em meados de novembro, as manchetes são sobre a execução das prisões dos ‘mensaleiros’, com destaque para ex-dirigentes do PT como José Dirceu e José Genoino.

Além do ambiente político conturbado pelas manifestações de rua, pela fragilidade da base governista no Congresso e pelo desgaste do PT e do governo com a prisão dos réus do mensalão, a situação econômica do País exigia atenção redobrada da imprensa. Crescimento econômico baixo (2,3% do PIB) e política fiscal questionada até pelo FMI eram os destaques no fim do terceiro ano da gestão Dilma Rousseff.

Mesmo com o cenário adverso, pesquisa Datafolha de 1º de dezembro sobre intenções de votos para 2014 indicou que a presidente ampliara sua vantagem sobre seus possíveis adversários na disputa presidencial: 47% a 19%, contra o tucano Aécio Neves; e 42% a 26%, contra a ex-senadora Marina Silva, então abrigada no PSB.

Mesmo com queda dos indicadores sobre presença e relevância em relação ao ano anterior, o resultado final de 2013 ainda ficou acima da média quando se leva em conta a proporção de capas com notícias deste tipo: das 138 analisadas, 55% tinham chamadas e 23%, manchetes.

Esse percentual voltou a subir em 2014, o último ano da série, ficando próximo de 70% das edições analisadas com chamadas, e mais de 21% com manchetes. O número de denúncias capturadas nas capas (154) foi o maior do período de quatro anos do mandato de Dilma. Superior até a 2012, quando se verificou a maior proporção de edições com denúncias. Um maior número de denúncias em um menor número de edições ocorre em função de uma nova tendência dos jornais, como já foi dito, de destacar diferentes fatos do mesmo assunto em várias chamadas de capa.

A deflagração da Operação Lava Jato em março, combinada com a eleição presidencial mais disputada da História recente do país, estabeleceu em 2014 um novo desenho para a presença e relevância das denúncias de corrupção nos jornais, alterando a

tendência dos anos de eleição verificada pela pesquisa ao longo de 30 anos. Pela primeira vez na amostra, as denúncias contabilizadas em um ano de sucessão presidencial foram superiores ao do ano anterior, e com um aumento significativo, de mais de 30%. Nos anos de eleições presidenciais até 2010, essa variação em relação ao ano anterior foi sempre negativa, com reduções significativas, entre 35% e até 90%.

Além dos dados quantitativos, a análise qualitativa do conteúdo publicado nas capas também indicou uma mudança de humor dos jornais em relação à presidente, ao governo e ao partido que entrava no 12º ano de gestão presidencial, um recorde na História democrática recente do País. Os naturais e inevitáveis desgastes de um projeto político com essa longevidade foram ampliados pelos escândalos de corrupção anteriores e pelo surgimento da Operação Lava Jato no ano da sucessão presidencial. Lembrando que a pesquisa também identificou esse desgaste no final dos oito anos de FHC.

A Operação Lava Jato teve sua primeira fase mais ostensiva deflagrada pela Polícia Federal em 13 de março (Figura 15), quando apareceu pela primeira vez, na manchete da *Folha de S. Paulo*, ainda como uma investigação – sem o nome Lava Jato – para apurar suspeitas de propinas na Petrobras em um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo empresários, políticos e autoridades do governo federal. Recebeu esse nome devido ao uso, identificado no início da investigação, de uma rede de combustíveis e lava a jato de carros para a lavagem de recursos indevidos. Chama a atenção neste caso o fato de os outros dois jornais do *corpus* só terem dado manchete para o mesmo assunto dias depois, conforme pesquisa complementar: *O Estado de S. Paulo*, dia 18; *O Globo*, dia 21.

Menos de um mês depois, dirigentes da Petrobras, a maior estatal brasileira, e políticos do PT, PMDB e PP foram apontados pela investigação – ampliada por um força-tarefa do Ministério Público Federal – como responsáveis diretos por desvios de recursos públicos na ordem de bilhões de reais. A Lava Jato é classificada pelo Ministério Público Federal, em seu site oficial, como a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o País já teve. À medida que evoluíam as investigações, aumentava a efervescência política em torno da proposta de criação de uma CPI.

Na Petrobras, a investigação começou pelas suspeitas sobre prejuízos causados ao erário pela compra de Pasadena, uma refinaria nos Estados Unidos. Logo chegou a outros

contratos, a outros dirigentes da estatal, a dezenas de políticos e a donos e executivos das maiores empreiteiras do Brasil. Pela primeira vez nos casos de corrupção do País, os corruptores estavam sendo presos. Muitos dos personagens acusados fizeram acordo de delação premiada com a Justiça na tentativa de reduzir suas penas de prisão e multa, alimentado, ao longo do ano, o maior escândalo político midiático do País, superando o escândalo do mensalão, de 2005, considerado, até então, o maior esquema de corrupção brasileiro.

A investigação e o processo conduzido pelo juiz paraense Sérgio Mouro dividiram espaço na mídia com a acirrada disputa presidencial, na qual a Dilma Rousseff disputou a reeleição, e venceu. Das 30 manchetes sobre corrupção capturadas em 2014 na amostra dos três jornais, 19 foram sobre as investigações da Lava Jato. As outras foram para casos diversos, incluindo o escândalo do cartel dos trens no governo de São Paulo; e o pedido da Procuradoria-Geral da República de 22 anos de prisão para o tucano mineiro Eduardo Azeredo, responsabilizado pelo chamado “mensalão mineiro do PSDB”. Azeredo renunciou ao mandato de deputado para não ser julgado pelo STF, e o processo voltou à primeira instância da Justiça, em Minas.

A primeira vítima da Lava Jato na classe política foi o deputado petista André Vargas (PR), então vice-presidente da Câmara. Renunciou ao cargo e logo teve o mandato cassado. As investigações prosseguiram, com revelações rotineiras sobre desvios de milhões de reais, prisão de políticos, agentes públicos e, fato incomum, de altos executivos de empresas privadas e empresários. Em meio a tudo isso, a primeira Copa do Mundo da Fifa realizada no Brasil também agitava o cenário político, com suspeitas de superfaturamento na construção de arenas de futebol e outras obras de infraestrutura.

Na sucessão presidencial, inicialmente polarizada entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), surgiu a novidade política do ano: a candidatura do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos (PSB), que agitou a campanha eleitoral até meados de agosto, quando morreu em um acidente aéreo. Assumiu seu lugar a vice da chapa, a ex-senadora petista Marina Silva, que, de início, ameaçou o segundo lugar de Aécio Neves na disputa e encostou em Dilma.

Foi um período em que denúncias de irregularidades atingiram os três principais candidatos: Dilma, com a corrupção na Petrobras; Aécio Neves, com a denúncia de que, quando governador de Minas, mandou construir um aeroporto na fazenda de um tio; e Marina, com as suspeitas sobre o pagamento das despesas do avião utilizado por Campos e por ela própria na campanha. Entre outras de menor repercussão.

Pesquisa complementar em todas edições de setembro de a *Folha de S. Paulo* e de *O Globo* mostra que a sucessão presidencial e a Lava Jato predominaram nas manchetes: oito manchetes para o escândalo da Petrobras e nove para a eleição, no jornal do Rio; e cinco para a Lava Jato e 10 para a eleição, na *Folha*. Em outubro, foram 14 manchetes principais para as eleições e cinco para a Lava Jato, na *Folha*; e 18 para eleição e seis para Lava Jato, em *O Globo*.

O cenário político foi contaminado ainda pelos indicadores da economia, em especial o déficit nas contas públicas e o baixo crescimento econômico (0,1% do PIB). A despeito de toda agenda negativa para a presidente, para o governo e para o PT, Dilma foi reeleita no segundo turno, com 51,5% dos votos, contra 48,4% para Aécio. Pesquisa Datafolha do início de dezembro apontou que 68% dos brasileiros associavam a presidente ao escândalo de corrupção na Petrobras, mas a aprovação do seu governo continuava nos mesmos índices de outubro (42%).

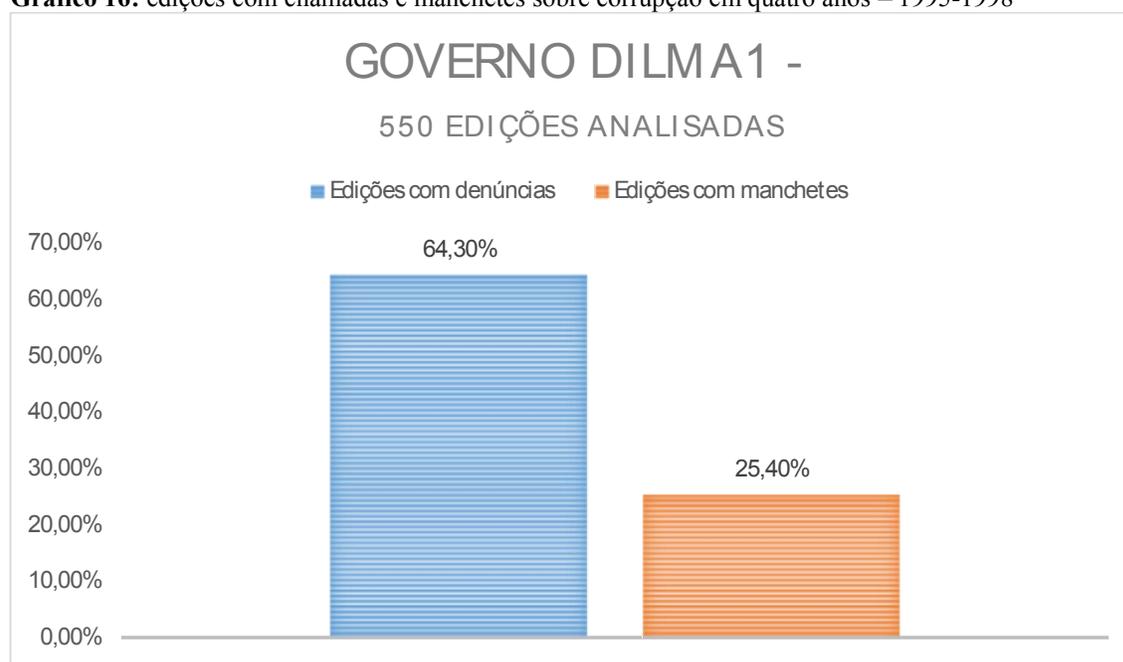
A Operação Lava Jato encerrou o ano com a informação de que, a partir de obras superfaturadas da Petrobras e suas subsidiárias, já havia comprovação de que foram desviados, até aquele momento, R\$ 23 bilhões, usados para pagamento de propinas a altos funcionários da estatal, políticos e para financiamento ilegal de partidos e candidaturas. Outra notícia destacada pelos jornais foi que a Petrobras teve um prejuízo de R\$ 26,6 bilhões no último trimestre de 2014, e caiu de 2º para 4º lugar no ranking de empresas mais valiosas do mundo. O escândalo ainda prometia muitos desdobramentos políticos.

O período relativo ao primeiro governo Dilma terminou com números grandiosos também para a presente pesquisa. Os resultados quantitativos, ano a ano, ficaram em um patamar mais elevado do que o verificado até o governo anterior. Nos quatro anos de Dilma, a proporção de capas com denúncias variou de 55% a 74% das edições analisadas; enquanto que o percentual de capas com manchetes ficou entre 21% e 34%. Mesmo nos

períodos dos governos Lula, quando os dados mudaram de patamar em relação aos anteriores, em alguns anos esses índices ficaram inferiores a 50%, no caso das chamadas; e inferiores até a 15%, no caso das manchetes.

No período relativo ao mandato presidencial de Dilma, os três jornais registraram a maior proporção média, em toda série, de edições com denúncias nas capas. Tanto em relação às chamadas quanto às manchetes (Gráfico 16).

**Gráfico 16:** edições com chamadas e manchetes sobre corrupção em quatro anos – 1995-1998



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Dentro do universo de 354 edições com denúncias, 140 delas deram a manchete principal para assuntos relativos à corrupção, que significa um percentual de quase 40%, o maior de todos os períodos. Os dados do último ano e do último período de governo da série pesquisada reforçam a tese, já aventada acima, de forte mudança dos jornais na edição do noticiário sobre corrupção, como será detalhado a seguir.

#### 4.9 – O que dizem os números em 30 anos

A contabilidade dos dados capturados pela pesquisa entre 1985 e 2014 indica, inexoravelmente, o aumento da presença e da relevância do noticiário sobre corrupção nos três jornais, a despeito de recuos registrados em alguns anos. Em relação à presença, caracterizada neste estudo pela quantidade de chamadas para notícias sobre corrupção estampadas nas capas, houve, no período, um crescimento de 120%: 70 chamadas publicadas ao longo de 1985, e 154 em 2014. Considerando períodos de governos, entre o primeiro e o último analisados, o crescimento foi de 85,7%: 295 chamadas no governo Sarney e 548 no governo Dilma. Isso sem considerar o fato de o governo Sarney ter durado um ano a mais que o de Dilma

Este primeiro dado é um claro indicativo da importância que este tipo de notícia passou a ter ao longo dos 30 anos. Esta pesquisa considera, contudo, que o número de manchetes principais dedicadas ao tema corrupção é o indicador mais forte sobre a relevância dada pelos jornais a esse tipo de notícia. E o aumento das manchetes foi muito superior ao de chamadas. Em 1985, a pesquisa capturou 05 (cinco) manchetes, contra 30 de 2014, ou, cinco vezes mais (500%). Considerando períodos de governos, a variação foi de 354,8%, na relação de 31 manchetes (governo Sarney) para 141 (governo Dilma).

Ter mais manchetes sobre corrupção reflete a relevância que o tema passou a ter nas páginas dos jornais ao longo das três décadas, conclui-se. Esses resultados evidenciam que houve uma mudança significativa na forma como os editores apresentam aos leitores, na primeira página do jornal, o material com denúncias sobre irregularidades cometidas por autoridades, políticos e outros agentes públicos.

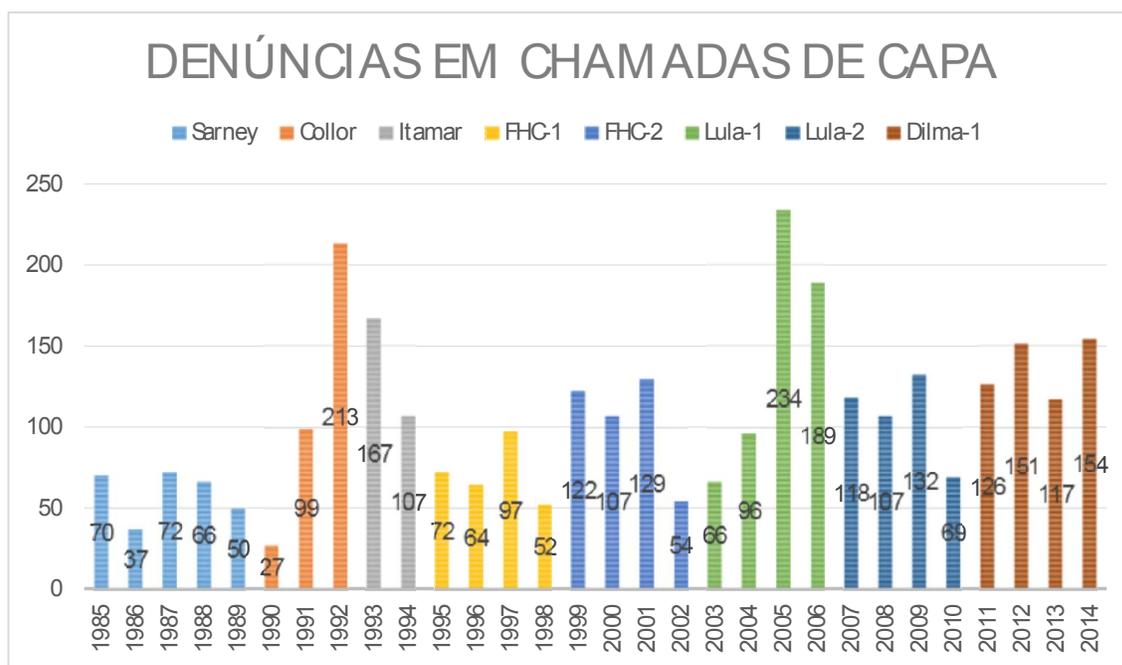
Outro entendimento corroborado pelos dados e complementado pela análise do conteúdo é que, diferentemente do verificado no primeiro governo civil pós-ditadura, o noticiário de denúncia ganhou, especialmente na última década, o espaço mais nobre dos jornais. Lembrando que, no período do governo Sarney, esse tipo de notícia não apenas era incomum nas capas, como sua publicação era pouco valorizada, quase que escondida nas últimas páginas da editoria de política dos jornais, como constatado em pesquisa piloto realizada por esta pesquisadora.

É, portanto, inequívoca a avaliação de que as notícias sobre corrupção envolvendo agentes públicos cresceram em quantidade e em importância nas páginas dos jornais desde

o início da redemocratização do País. Não foi, porém, um crescimento constante e linear, como mostram a análise dos dados e do conteúdo publicado nas capas.

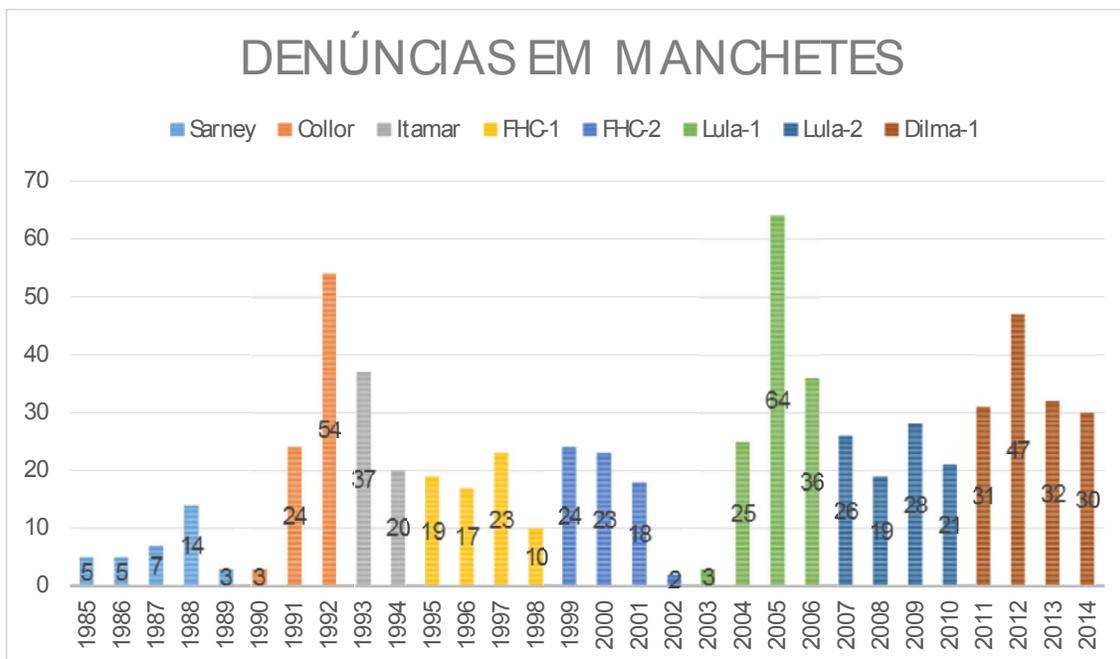
Isso fica claro, por exemplo, quando se verifica resultados semelhantes para o período do governo José Sarney (1985-1990), que ainda vivia sob a cultura da censura que predominou na ditadura militar, e, dez anos depois, para os anos relativos à primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Os dois gráficos a seguir mostram em valores nominais a evolução, ano a ano, do número de chamadas (Gráfico 17) e do número de manchetes (Gráfico 18) capturadas nas capas dos três jornais.

**Gráfico 17:** número de chamadas capturadas nas capas dos três jornais, ano a ano – 1985-2014



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

**Gráfico 18:** número de manchetes capturadas nas capas dos três jornais, ano a ano – 1985-2014



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Os resultados obtidos pela pesquisa variavam ano a ano, e de governo a governo, e se alteravam em função de vários fatores, conforme foi possível identificar pela análise qualitativa. Por exemplo, pelas presenças e ausências, que permitem inferências, como defendido por Bardin (1977) e outros autores.

A publicação de denúncias aumentava, naturalmente, em anos de revelação, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, de grandes escândalos de corrupção; e caía em anos de eleição presidencial, à exceção apenas da eleição de 2014. Também foi verificada queda na publicação de denúncias nos primeiros anos dos mandatos presidenciais, mas não se tornou uma regra.

Esses elementos combinados lançam dúvida, pelo menos em parte, a uma avaliação corrente, nos meios de comunicação e em estudos acadêmicos, de que os jornais passaram a publicar mais denúncias porque aumentou no País a prática de atos de corrupção por parte de autoridades e agentes públicos em geral.

Ora, a redução, muitas vezes drástica, no volume de denúncias publicadas nos anos de eleição presidencial é um dado relevante, e que contraria esse entendimento: não se pode afirmar que autoridades, políticos e agentes públicos de todos os níveis e esferas de poder simplesmente reduziram suas ações ilegais de um ano para o outro; que praticaram corrupção em um ano, mas no seguinte, por ser ano de eleição, abandonaram a prática. O

que parece mais correto afirmar é que acontecia aí uma mudança na pauta de prioridades dos jornais.

Outro dado a ser considerado se refere à mudança de patamar nos resultados quantitativos obtidos a partir de 2004. Como já visto, nos últimos dez anos do período estudado, de 2004 a 2014, todos os indicadores utilizados pela pesquisa, seja em valores nominais ou proporcionais, se mantiveram constante e em um nível superior aos levantados anteriormente. A proeminência do noticiário sobre corrupção nesta última década poderia ser facilmente explicada, mais uma vez, pela existência de grandes escândalos políticos, como o caso do mensalão.

É preciso, porém, considerar outros fatores. Como as evidências de que nos anos 2000 as ações da Polícia Federal e do Ministério Público se tornaram mais efetivas – realizadas e concluídas. Ações que se refletiam em uma prática mais ofensiva dos jornais. A despeito de este argumento ser parte do discurso dos governos do PT, os próprios jornais deram legitimidade a ele em reportagens, por exemplo, sobre números recordes de operações e investigações legais realizadas no período.

O comparativo de coberturas de casos específicos de corrupção ao longo dos 30 anos, já vistos e que voltarão a ser abordados no próximo capítulo, também é elemento importante para esta análise.

Uma conclusão sobre os fatores, motivos e cenários políticos que contribuíram, ou não, para a relevância do noticiário de denúncias nos principais jornais impressos do País carece de novos estudos e outras avaliações teóricas. O que está claro para a pesquisadora, após análise acurada dos dados que levantou e atendendo ao objetivo principal da pesquisa, é que os jornais brasileiros, de fato, mudaram o comportamento no trato da notícia sobre corrupção, dando a ela mais relevância hoje do que dava em um passado recente. Os números sobre a evolução das manchetes dedicadas ao tema sustentam essa avaliação sobre relevância, o ponto de maior interesse do presente estudo.

## **Capítulo 5.**

### **Os governos e os jornais – Uma relação de poder**

Os governos civis que emergiram no Brasil depois de mais de 20 anos de ditadura militar foram esquadrihados, em menor ou maior grau, pelos jornais impressos de circulação diária, um dos meios de comunicação que mais sofreram com a censura. Na volta da democracia, com a liberdade de imprensa garantida oficialmente, os jornais dispensaram aos governos e a seus oito mandatários, sem exceção, períodos de condescendência, mas também de vigilância e cobrança ostensiva.

Como que em uma imaginária disputa em um cabo de guerra, os dois lados mostraram, cada um a seu termo, o tamanho do poder que detinham. Os jornais deixaram evidentes, como muitas vezes detectado na pesquisa, suas preferências políticas, suas opiniões sobre encaminhamentos para a área econômica e posições acerca de questões sociais. E também a disposição crescente para controlar e denunciar os abusos do poder público. Do outro lado, o governo tinha como principal arma, além da informação e da força política, o controle das maiores verbas publicitárias do País.

Embora não esteja claramente perceptível para o leitor nas páginas, é essa relação de poder que define como governos e imprensa se comportam, e como momentos importantes da História são retratados de modos diversos, como repassado nos capítulos anteriores em diversos autores (AZEVEDO, 2010; CARVALHO, 2009; FILGUEIRAS, 2009, 2013; GUAZINA, 2011; et al).

Antes do detalhamento sobre chamadas e manchetes vale repetir aqui os dados consolidados, na Tabela 9, sobre percentuais de edições com chamadas e manchetes sobre corrupção, governo a governo.

**Tabela 9:** proporções de edições com chamadas e manchetes, por períodos de governos

	<b>Edições analisadas</b>	<b>Edições com denúncias (chamadas e manchetes)</b>	<b>Edições com manchetes entre as edições analisadas</b>	<b>Edições com manchetes entre as edições com denúncias</b>
Governo Sarney	619	39,7%	5,49%	13,82%
Governo Collor	397	52,6%	20,4%	38,75%
Governo Itamar	275	61,8%	20,7%	33,52%
Governo FHC-1	527	41,5%	13,0%	31,50%
Governo FHC-2	549	52,2%	12,2%	23,34%
Governo Lula-1	549	60,4%	23,3%	38,55%
Governo Lula-2	549	50,6%	17,1%	33,81%
Governo Dilma1	550	64,3%	25,4%	39,54%
Total	4.015	52,1%	16,6%	32,04%

Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Os dados quantitativos e proporcionais da pesquisa, quando comparados, podem contribuir para uma análise mais ampla sobre a evolução do noticiário de denúncia nos últimos 30 anos. É esse comparativo dos resultados, primeiro por períodos de governos e depois, por jornais, que será tratado neste capítulo.

## **5. 1. Comparativo entre períodos de governos**

O período analisado por esta pesquisa compreende sete mandatos presidenciais, oito governos e seis presidentes da República, sendo que dois deles eram vices e herdaram o posto do titular. São, portanto, governos com diferentes períodos de mandatos, o que poderia comprometer determinadas comparações. Diante dessa limitação, serão utilizados aqui os dados relativos a cada um dos oito governos, com o cuidado de salientar os resultados proporcionais, o que torna a comparação mais fiel.

Como já dito, a evolução do número de chamadas e de manchetes para assuntos relacionados a corrupção não foi linear, apresentando avanços e recuos de um governo para outro, e entre os anos. A partir dos resultados por governo serão analisados os períodos de maior e menor ocorrência das denúncias, incluindo avaliação sobre a redução em seis dos sete anos de eleição presidencial compreendidos no período pesquisado.

### **5. 1. 1 – Chamadas de capa para notícias sobre corrupção**

Vale lembrar que neste estudo convencionou-se considerar que o número de chamadas de capa para matérias sobre corrupção representa a presença, em maior ou menor grau, do tema no noticiário. Quanto mais denúncias nas capas e mais edições com essas chamadas, maior é a presença, a participação desse tipo de notícia no conjunto do noticiário publicado pelos jornais. Essa presença teve variações significativas de um governo para outro, e é esta análise que se terá a seguir.

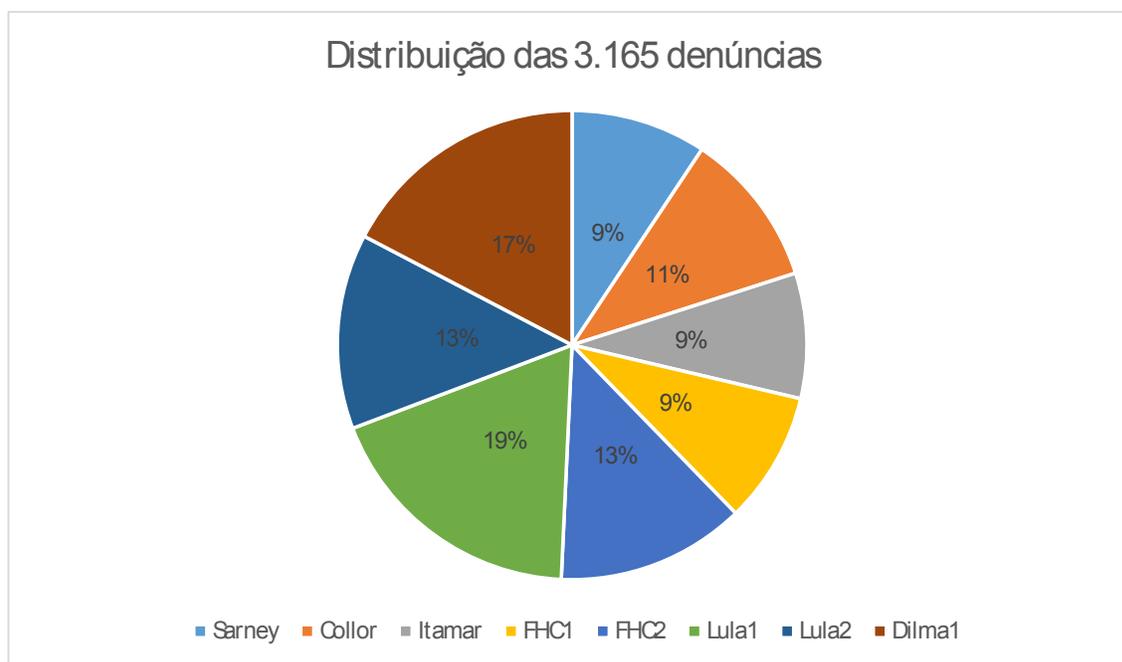
Nas 4.015 capas dos três jornais analisadas foram identificadas, como já visto, 3.165 chamadas (incluindo as manchetes) para reportagens sobre denúncias de corrupção.

A maior parcela, 19% (585 chamadas), foi capturada durante o primeiro mandato de Lula (2003-2006), quando estourou o escândalo do mensalão.

A segunda maior incidência (17%) ocorreu em outro governo petista, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), com uma distribuição equilibrada de 548 chamadas ao longo dos quatro anos, verificando-se uma pequena elevação em 2014, quando já estava em curso a Operação Lava Jato.

Na outra ponta, os menores números de chamadas para denúncias nas capas foram registrados durante as gestões de José Sarney (1985-1989), de Itamar Franco (1993-1994) e a primeira de Fernando Henrique (1995-1998) – foram capturadas em cada um desses períodos 9% do total de chamadas, com valores nominais aproximados. No Gráfico 19 os dados mostram a distribuição percentual do total de 3.165 denúncias. Vê-se que, à exceção dos períodos relativos ao primeiro mandato de Lula e ao de Dilma, as chamadas capturadas nos demais períodos estão mais ou menos no mesmo patamar, variando entre 9% e 13%, inclusive com percentuais semelhantes para o primeiro mandato de FHC e o segundo de Lula.

**Gráfico 19:** distribuição das 3.165 denúncias (chamadas e manchetes), por período de governo

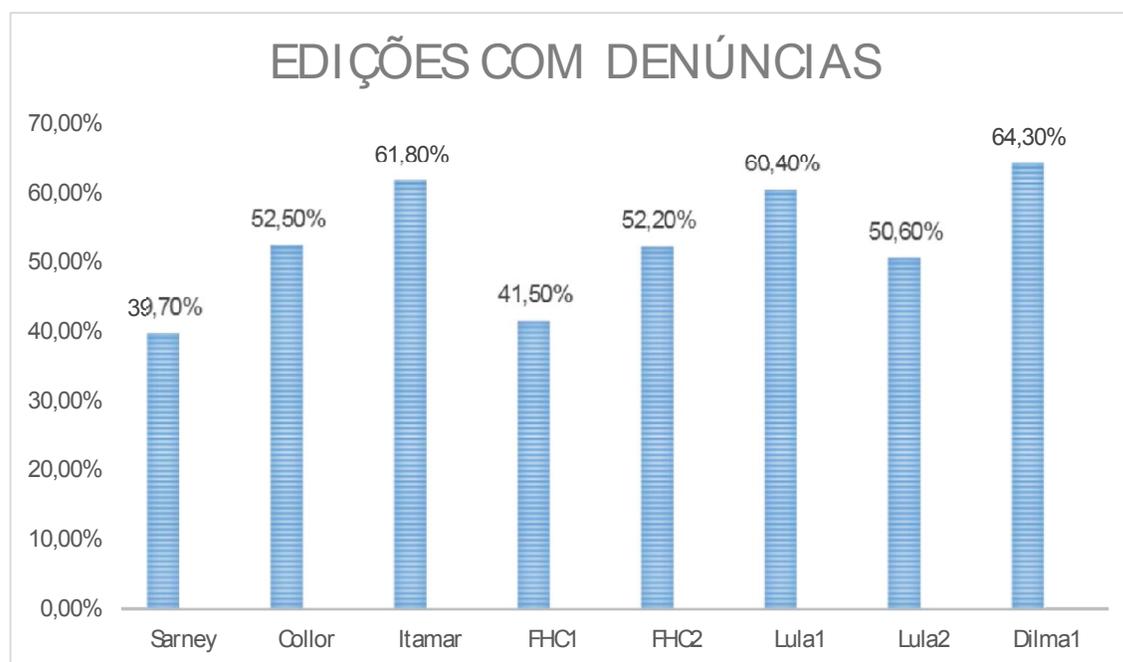


Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Como a duração dos governos varia, entendeu-se como apropriado fazer também uma comparação por meio de outro indicador: a proporção de capas, entre todas as 4.015 analisadas, que tiveram chamadas (incluindo manchetes) para notícias relacionadas a corrupção.

Por esse parâmetro, os resultados confirmam que as menores ocorrências de edições com denúncias foram registradas nos períodos relativos ao governo Sarney e ao primeiro mandato de Fernando Henrique, com uma média em torno de 40% das capas pesquisadas. Nos demais períodos, os percentuais médios foram superiores a 50%, como se vê no Gráfico 20, a seguir.

**Gráfico 20:** proporção de edições com denúncias (chamadas e manchetes) no universo de 4.015



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Pode justificar o registro da menor média de edições com denúncias no período do governo Sarney (39,7% das 619 capas analisadas) o fato de que o País e a imprensa estarem retomando naquele momento o processo de liberdades democráticas. Também pode-se alegar, com propriedade, a predominância do noticiário sobre a crise econômica, que, como já visto, teve destaque constante ao longo dos cinco anos do mandato.

No caso da segunda menor ocorrência de capas com denúncias (41% das 527 analisadas), verificada no primeiro mandato de Fernando Henrique, a primeira explicação pode estar mais uma vez na economia, dada a preferência dos jornais pelas notícias relativas ao Plano Real e seus desdobramentos, um assunto que mobilizava o País. E também ao alegado 'cansaço' da imprensa com a pauta sobre corrupção, que dominou os quatro anos anteriores.

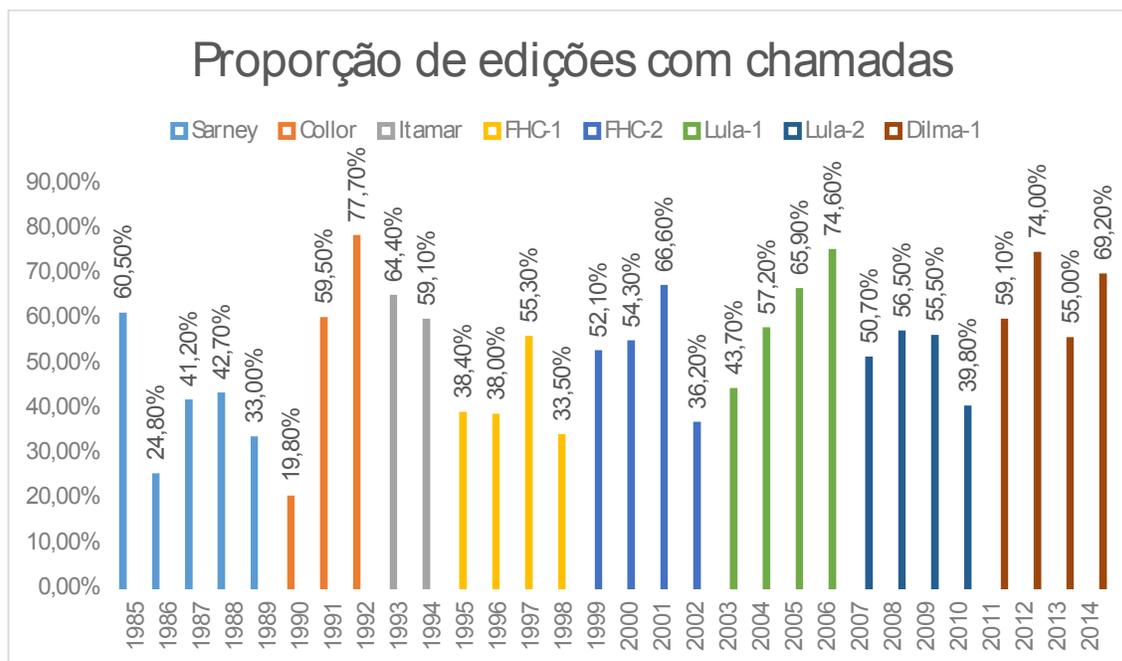
É fato, porém, como já dito em capítulos anteriores, que havia uma pré-disposição da chamada grande imprensa para preservar o governo e o presidente dos escândalos de corrupção que foram surgindo no primeiro mandato – situação que não se repetiu integralmente no segundo mandato de FHC. A análise da Tabela 9 permite concluir que a partir de 1990 estava se estabelecendo um novo patamar, com uma proporção média de edições com denúncia superior a 50%, sendo exceção apenas o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (41,5%)

Com apenas dois anos de duração e 275 analisadas, o período do governo de Itamar Franco registrou a segunda maior média de edições com denúncias (61%), índice reforçado principalmente pelo escândalo dos anões do Orçamento. O primeiro mandato de Fernando Henrique ficou abaixo também da média do período Collor, com três anos de duração e que contou com as denúncias em 52,5% das 397 capas pesquisadas, resultado justificado, claro, pelo processo de impeachment.

As médias proporcionais, ano a ano (Gráfico 21), permitem novas análises. Verifica-se, por exemplo, que 1990 foi o que registrou o menor percentual de edições com chamadas sobre denúncias: presentes em 19,8% das 131 capas analisadas. E foi também no governo Collor, em 1992, o ano com a maior proporção de edições com chamadas: 77,7%. É nítido, neste caso, o comportamento da imprensa, da euforia à decepção, como retratado em *A Imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na* 

(LATTMAN-WELMAN; RAMOS; CARNEIRO, 1994). Os índices recordes de 1992 foram repetidos 14 anos depois, com uma pequena diferença para maior, no pós-escândalo do mensalão, em 2006.

**Gráfico 21:** Proporção de edições com chamadas, ano a ano e por períodos de governos



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Esses indicadores anuais indicam também movimentos invertidos dos jornais nos períodos de governos de FHC e de Lula. No caso de Fernando Henrique, houve um aumento de mais de 30% na proporção de edições com denúncias no segundo mandato em relação ao primeiro. E no caso de Lula, ocorreu o contrário: a proporção foi 20% menor no segundo mandato.

Além dos números, a análise do conteúdo publicado permite algumas considerações, ainda que parciais, sobre a inversão no caso de Fernando Henrique. O presidente era o mesmo, mas a situação econômica era outra, e já no início do seu segundo mandato ficou clara nas páginas a mudança de postura dos jornais. Relembrando que o ano de 1999 começou sob a desconfiança do mercado financeiro e da classe empresarial – incluindo empresas de comunicação –, em função da desvalorização cambial promovida pela equipe econômica, uma medida sistematicamente negada durante a campanha presidencial e executada após a vitória.

No rastro da insatisfação de setores importantes da sociedade, os jornais imprimiram uma cobertura mais ofensiva, principalmente diante das evidências de irregularidades praticadas por agentes públicos no socorro financeiro a bancos privados. Mudança que se refletiu nos números da pesquisa. Além do aumento (de mais de 20%) de edições com denúncias, o número de chamadas sobre corrupção capturadas nas capas cresceu mais de 40% em relação ao mandato anterior.

Este salto quantitativo se ampliou no período seguinte, o do primeiro mandato de Lula, tanto em número de chamadas publicadas (aumento de mais de 40%), como na proporção de edições com denúncias (15% maior), ampliados, claro, pela existência do mensalão. Lembrando que nos dois primeiros anos do governo petista prevaleceu na mídia o “Lulinha paz e amor” da campanha presidencial, com o noticiário de denúncia centrado basicamente nos casos regionais de corrupção.

A diminuição da presença das denúncias entre o primeiro e o segundo mandato de Lula pode ser justificada por vários fatores, incluindo, de novo, o “cansaço” pelo tema corrupção. A análise qualitativa do material pesquisado permite considerar outras explicações, como as favoráveis condições econômicas e sociais do País. Além do fato de

Lula ter conquistado nas urnas o segundo mandato, mesmo após todo o desgaste imposto pelo caso do mensalão ao governo e ao PT.

O comparativo dos resultados por governo indica que a presença (chamadas) das denúncias não evoluiu de forma linear e constante. Além dos recuos tradicionais verificados nos primeiros anos de mandato e nos anos de eleições presidenciais, é possível identificar pelo menos dois outros elementos que incrementaram, ou não, o noticiário de denúncia em diferentes momentos: a situação econômica do País, favorável ou desfavorável; e a afinidade ideológica, ou não, entre os meios de comunicação e o governo de plantão.

No geral, do total de 4.015 capas analisadas no período de 30 anos, 52% (2.094) continham denúncias (chamadas e manchetes) para reportagens sobre corrupção. Em seis dos oito governos, mais da metade das edições analisadas contaram com o tema corrupção na capa, ficando com índices inferiores a 50% apenas os períodos da gestão Sarney e do primeiro mandato de Fernando Henrique, como já visto. O resultado, com média superior a 50%, indica presença significativa do noticiário de corrupção nas capas dos jornais. Já a relevância, ou o grau de importância dado a esse noticiário, não foi tão significativa, como se verá na comparação dos dados no tópico a seguir.

### **5. 1. 2 – Manchetes principais para notícias sobre corrupção**

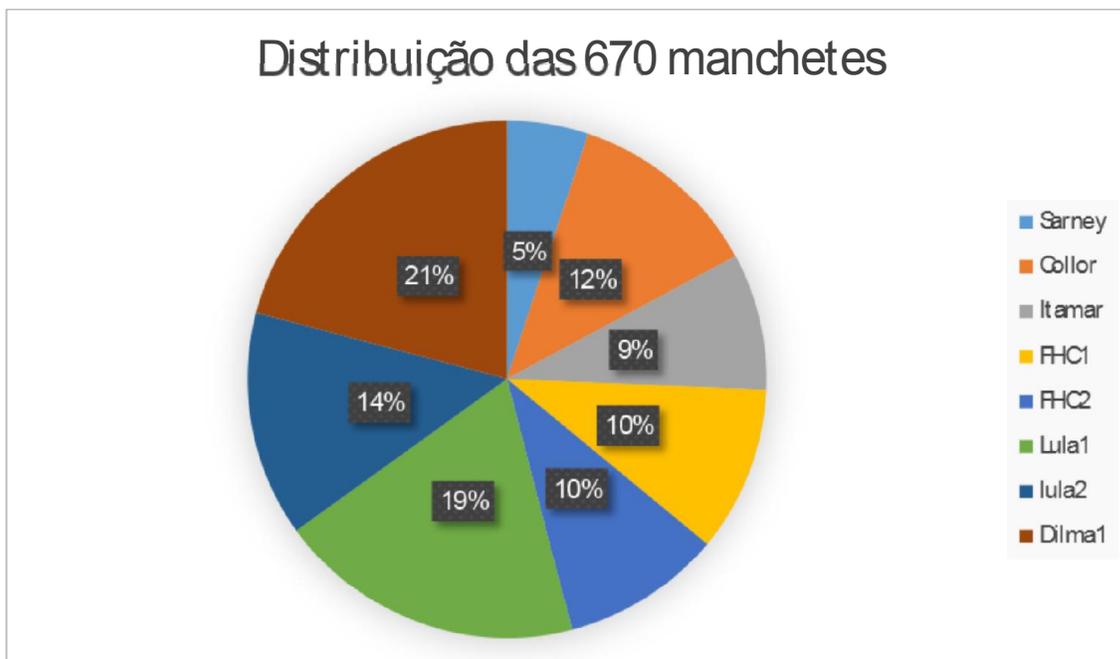
A manchete principal do jornal trata, por tradição, do mais importante assunto publicado na respectiva edição. Com raríssimas exceções, vão para a chamada principal da capa dos jornais impressos fatos, temas, casos e histórias relevantes. A partir desse conceito comum, a presente pesquisa estabeleceu que o número de manchetes principais para o tema corrupção representa, em menor ou maior grau, a relevância dada pelos jornais às denúncias de irregularidades e desvios praticados por agentes públicos.

Os dados capturados pela pesquisa ao longo de 30 anos evidenciam, como já mencionado nos capítulos anteriores, uma evolução substancial desse indicador de relevância. A exemplo das chamadas em geral, as manchetes sobre corrupção cresceram com avanços e recuos, mas o aumento ocorreu em uma proporção muito maior. E mais

importante que isso, a proporção de edições com manchetes sobre denúncias manteve-se em patamares mais elevados na última década.

Considerando a distribuição por períodos de governo, ponto que interessa neste tópico do estudo, a maior parte (21%) das 670 manchetes para matérias de denúncias capturadas pela pesquisa foi registrada entre 2011 e 2014, relativo ao primeiro mandato de Dilma Rousseff. E a menor parte (5%) foi identificada no período Sarney. Esses dois extremos representam claramente o tamanho da importância que os jornais davam ao tema corrupção na segunda metade dos anos 1980 e, depois, na primeira metade dos anos 2010. O Gráfico 22 mostra a distribuição das manchetes por governo.

**Gráfico 22:** distribuição percentual das 670 manchetes sobre denúncias, por período de governo



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

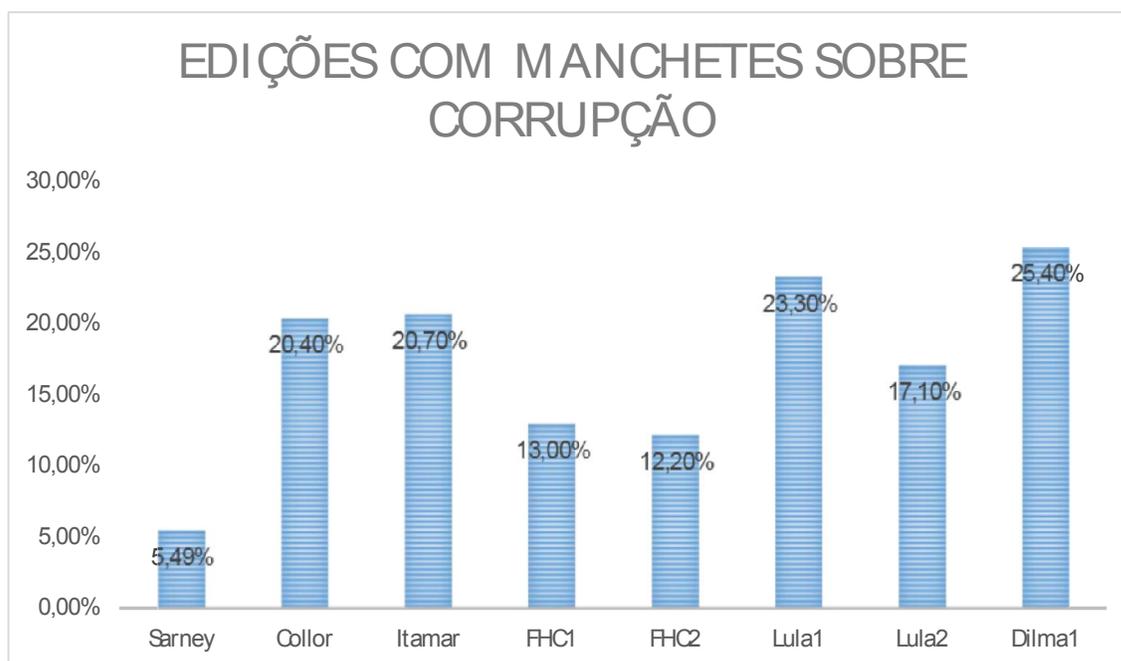
Apenas em relação ao período Sarney, os dados sobre percentual de edições com manchetes seguem a mesma tendência da distribuição nominal: ao longo dos cinco anos as manchetes sobre corrupção somaram 5% do total de 670 manchetes; e no universo de 619 capas analisadas no mesmo período as manchetes estiveram em 5,49%. Nos dois casos, o mais baixo percentual de toda série.

A irrelevante presença das denúncias nas manchetes pode ser justificada pela predominância da agenda econômica, mas, principalmente, pela clara postura dos jornais de não publicar em seus espaços nobres notícias sobre corrupção – vê-se que no período Sarney as denúncias estiveram em quase 40% das edições analisadas, mas as manchetes em apenas 5%.

Os jornais passaram a destinar seus espaços mais nobres, incluindo a manchete, para o noticiário de corrupção a partir de 1991, segundo ano do mandato de Collor. Em 1990, ano da posse de Collor, foram identificadas apenas três manchetes sobre corrupção na amostra dos três jornais. Esse número chegou a 54 em 1992, ano do impeachment. O que sugere que o assunto ganhou relevância e foi para as manchetes quando as denúncias ganharam a característica de escândalo midiático. No período do governo Collor, 20% das

capas analisadas deram manchetes para as denúncias. O escândalo dos anos do Orçamento, em 1993, garantiu essa mesma proporção de manchetes durante o curto governo Itamar (Gráfico 23).

**Gráfico 23:** proporção de capas com manchetes sobre corrupção



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

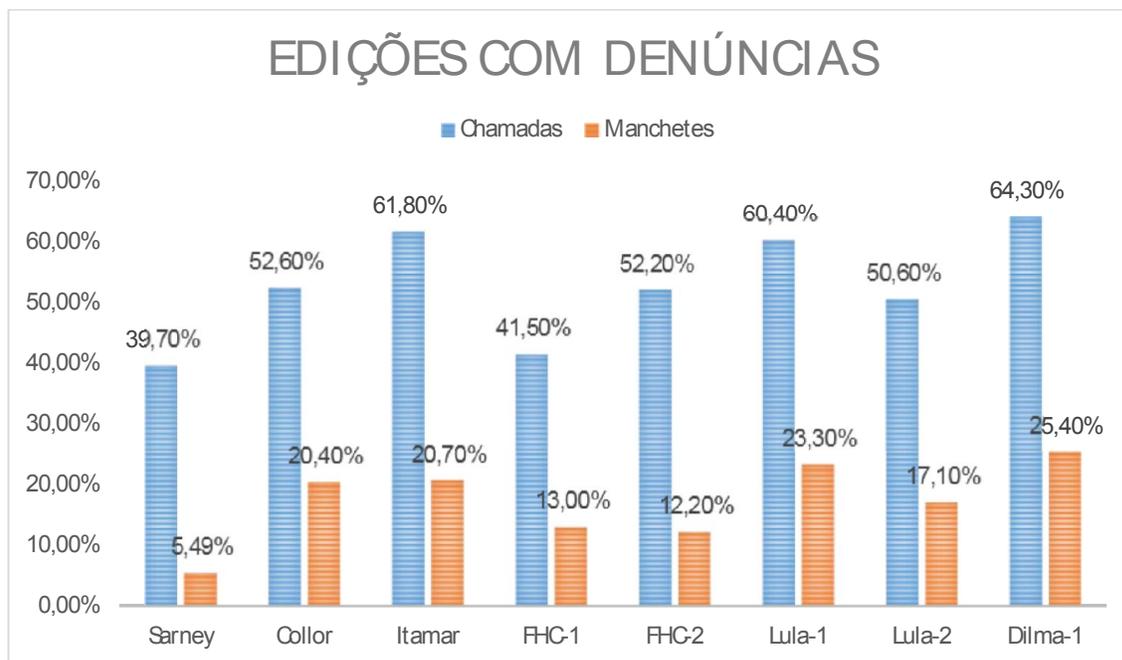
O prestígio que o noticiário de denúncia conquistou entre 1991 e 1994 despencou na sequência, durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, quando ficou em torno de 13% a proporção de edições com manchete sobre corrupção. Neste ponto, a análise volta a considerar como relevante a questão ideológica, uma vez que a afinidade dos veículos de comunicação com o novo governo e com o novo presidente é perceptível nas capas dos jornais.

Vale registrar, por exemplo, que o mais emblemático caso de corrupção revelado durante o primeiro mandato presidencial do PSDB – a denúncia de compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição em 1997 – só foi manchete, na amostra analisada, no jornal *Folha de S. Paulo*, que publicou a acusação primeiramente, com exclusividade. Na amostra dos três jornais neste ano foram identificadas 23 manchetes para assuntos

relacionados a corrupção, e apenas duas delas, na *Folha*, foram sobre a denúncia da compra de votos.

Os dados do período FHC no Gráfico 23 apresentam um detalhe curioso: a maior proporção de edições com manchetes ocorreu no primeiro mandato, quando o número de denúncias e o percentual de edições com denúncias foram inferiores ao verificado no segundo mandato. Ou seja, no período do segundo mandato o tucano, os jornais aumentaram significativamente a presença das denúncias nas capas (Gráfico 20), mas reduziram a visibilidade dada a elas (Gráfico 23), ainda que apenas em um ponto percentual. Essa discrepância fez com que a média de capas com manchetes dos oito anos de FHC ficasse em 13%, a despeito de alguns anos terem registrado até 17%. A combinação dos dois dados, proporções de edições com chamadas e edições com manchetes, pode ser visualizada no Gráfico 24.

**Gráfico 24:** proporção de edições com chamadas e com manchetes, por governo



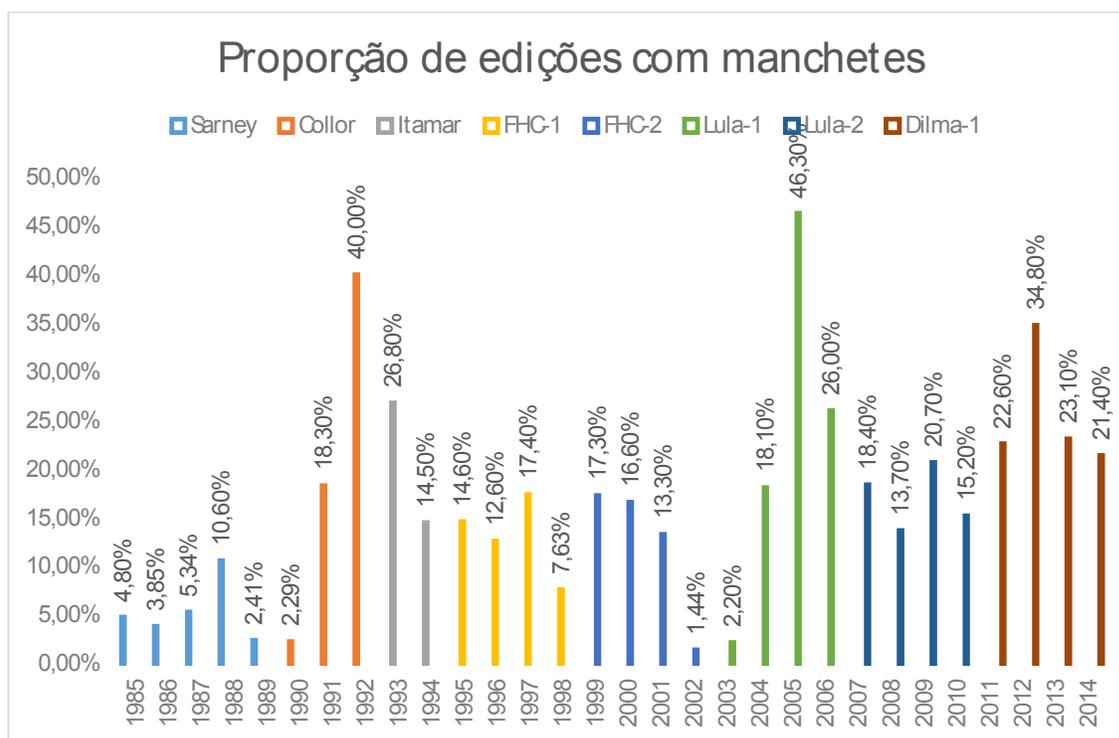
Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

O último ano do governo Fernando Henrique (2002) e o primeiro do governo Lula (2003) produziram os piores indicadores sobre a relevância da denúncia nos jornais, com apenas 2% das edições dando manchete para o assunto. Anos atípicos na série. As

explicações imediatas que surgem: 2002 foi ano de eleição presidencial, e 2003 o de estreia de um novo presidente, com toda a simbologia e euforia que acompanharam a chegada do PT ao governo. Cabe reforçar novamente que, a esta altura, a presença (chamadas) das denúncias era mais constante do que a relevância (manchetes) dada a elas.

Com o passar dos anos, os casos de corrupção da era Lula foram aparecendo, o escândalo do mensalão explodiu e os parâmetros sobre a relevância (manchetes) mudaram substancialmente. O maior volume de manchetes no período de 30 anos foi registrado em 2005, ano da eclosão do mensalão, tanto em valores nominais (64) como em proporção de edições analisadas (46%) – primeira vez que chega neste patamar desde o impeachment de Fernando Collor. No Gráfico 25, vê-se o percentual de edições com manchetes dentre as 4.015 analisadas, ano a ano e por períodos de governo.

**Gráfico 25:** Proporção de edições com manchetes, ano a ano e por períodos de governos



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

A grande importância dada pelos jornais ao tema corrupção no período Lula é justificada com vários argumentos em estudos acadêmicos e nas redações dos jornais. O principal deles, mais comum nos meios de comunicação, é que os desvios e irregularidades desvendados transformaram o mensalão no maior escândalo de corrupção da História

recente do País. Assim ele foi tratado pelas instituições legais de investigação e pelos jornais, merecendo, portanto, maior e melhores espaços na cobertura. Outro argumento, menos consistente, mas corriqueiro, se ampara no efeito decepção com o governo de um partido que prometia ser diferente.

A análise dos dados permite à pesquisadora um entendimento mais próximo ao de outros estudos empíricos e análises teóricas sobre o assunto (ALDÉ E VASCONCELOS, 2008; FERES JÚNIOR E SASSARA, 2016; GUAZINA, 2011; LIMA, 2006). Os dados e a análise do conteúdo sugerem que a mesma questão ideológica que levou os jornais a darem menos importância às irregularidades e malfeitos praticados nos governos do PSDB provocou uma mudança na cobertura do noticiário de denúncias nas gestões petistas. Essa questão fica nítida não apenas pela quantidade e pelo tom das notícias publicadas, mas também pelos editoriais e artigos destacados eventualmente nas capas, como será detalhado no tópico a seguir sobre o comparativo dos jornais.

No segundo mandato de Lula, o noticiário de denúncias caiu tanto em presença como em relevância, mas os indicadores permaneceram elevados. Foram superados, depois, pelos recordes registrados no período relativo à gestão da presidente Dilma Rousseff, quando um quarto das edições analisadas estampou em suas manchetes principais notícias relacionadas a corrupção. Foi, em toda série, o período de maior relevância dada ao assunto.

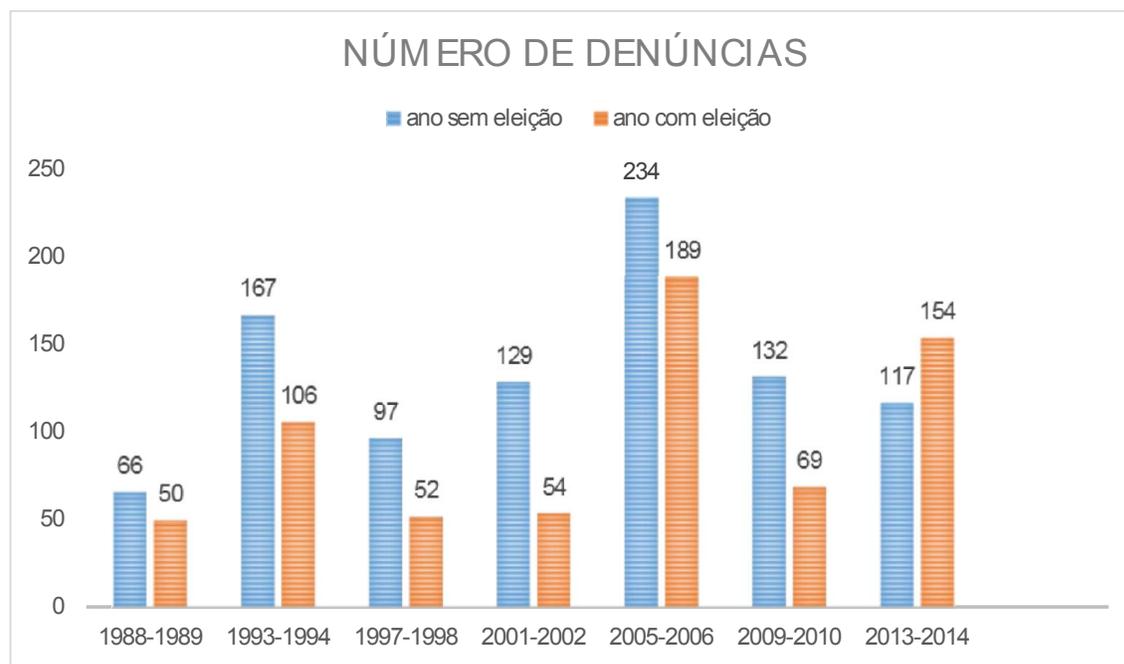
Vale lembrar os principais fatores que contribuíram para o crescimento das denúncias no período Dilma: os casos de corrupção envolvendo pelo menos sete ministros, a chamada faxina ética que marcou o início do seu governo; a estreia da Operação Lava Jato no último ano do primeiro mandato; o desgaste do projeto político do PT; os anseios da sociedade por mudanças; o amplo funcionamento das instituições legais de investigação e controle; e uma atuação mais efetiva e ofensiva da imprensa no papel de denunciar e valorizar a denúncia. Pode-se acrescentar um outro fator de ordem pessoal: a presidente Dilma não tinha o carisma e a experiência política de Lula.

### **5.1.3 – O noticiário de corrupção em anos de eleição presidencial**

A análise dos dados permite afirmar que a predileção dos jornais pela cobertura da política partidária e das campanhas eleitorais, identificada como predominante no primeiro ciclo da redemocratização do País (1985-1990), foi marcante também nos anos de eleição presidencial ao longo de 30 anos, com uma cobertura diferenciada apenas no último ano, 2014. A redução das notícias sobre corrupção nos anos de sucessão presidencial, sempre comparados com o ano anterior, ocorre em relação ao número de chamadas (presença) e de manchetes (relevância) capturadas pela pesquisa; e também na proporção de edições que publicaram denúncias. Esses dois indicadores serão detalhados a seguir.

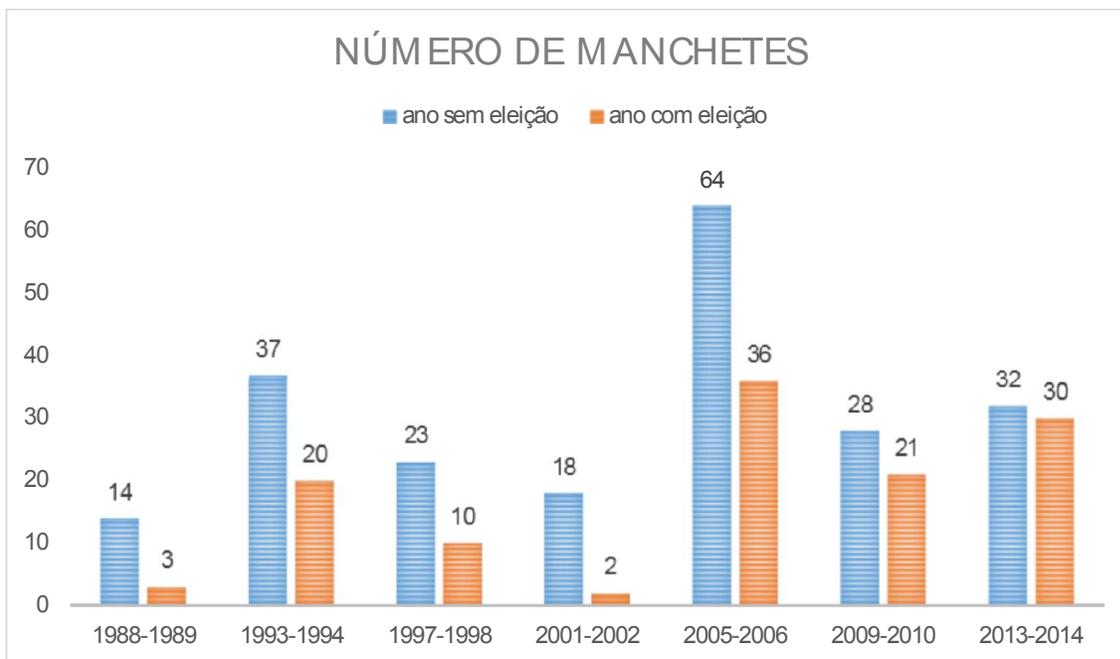
Os dados indicam que o número de denúncias (chamadas e manchetes) sobre corrupção caiu em seis dos sete anos eleitorais, sendo 2014 a única exceção. Já o número exclusivo de manchetes caiu em todos os sete anos de eleição presidencial – 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. A maior redução de manchetes, de quase 90%, ocorreu em 2002. E a menor, de 6%, em 2014. De forma a uma melhor ilustração sobre a presença e relevância, os Gráficos 26 e 27 apresentam os valores nominais de denúncias (chamadas e manchetes) e só de manchetes capturadas em anos de eleição e sem eleição.

**Gráfico 26:** número de denúncias (chamadas e manchetes) em anos com eleição e sem eleição



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

**Gráfico 27:** número de manchetes sobre corrupção em anos com eleição e sem eleição



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

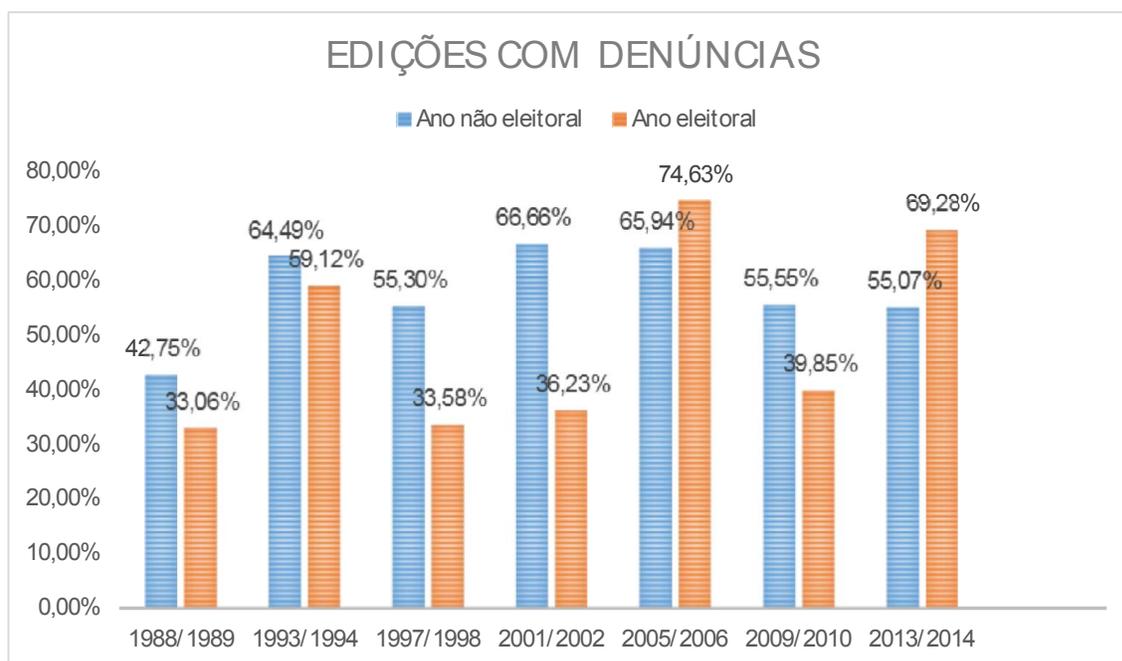
A situação não muda muito quando se considera a proporção de edições com denúncias dentro do universo pesquisado a cada ano. Em cinco dos sete anos de disputa presidencial caiu o percentual de edições com denúncias (chamadas e manchetes), sendo que 2006 e 2014 foram exceções. Em 2006, embora tenha reduzido a quantidade de denúncias capturadas nas capas, aumentou o percentual de capas que trataram do tema, que ficou de fora de apenas um quarto das edições analisadas no ano. Em 2014, com a Operação Lava Jato já em cena, o resultado foi semelhante, com as denúncias ausentes em 30% das capas.

As maiores 'abstinências' do noticiário de corrupção ocorreram em 1989, 1998 e 2002, todos esses anos eleitorais com mais de dois terços das edições da amostra sem qualquer notícia deste tipo nas capas. Foram anos em que a atenção e a preferência dos jornais estavam voltadas quase que exclusivamente para as negociações políticas dos partidos e para a situação econômica, além da própria campanha.

Em 1989, o último de Sarney na Presidência, casos de corrupção ainda estavam sendo investigados, novas denúncias surgiam, mas o entusiasmo com a eleição direta de um novo presidente e a debilitada situação econômica predominaram nas capas e nas manchetes. Em 81 das 124 edições analisadas neste ano não foi capturada nenhuma

chamada de capa sobre corrupção. No Gráfico 28, o percentual de edições com denúncias (chamadas e manchetes) mostra como a presença do tema corrupção varia entre anos sem eleição e com eleição.

**Gráfico 28:** edições com denúncias (chamadas e manchetes) em ano de eleição e sem eleição

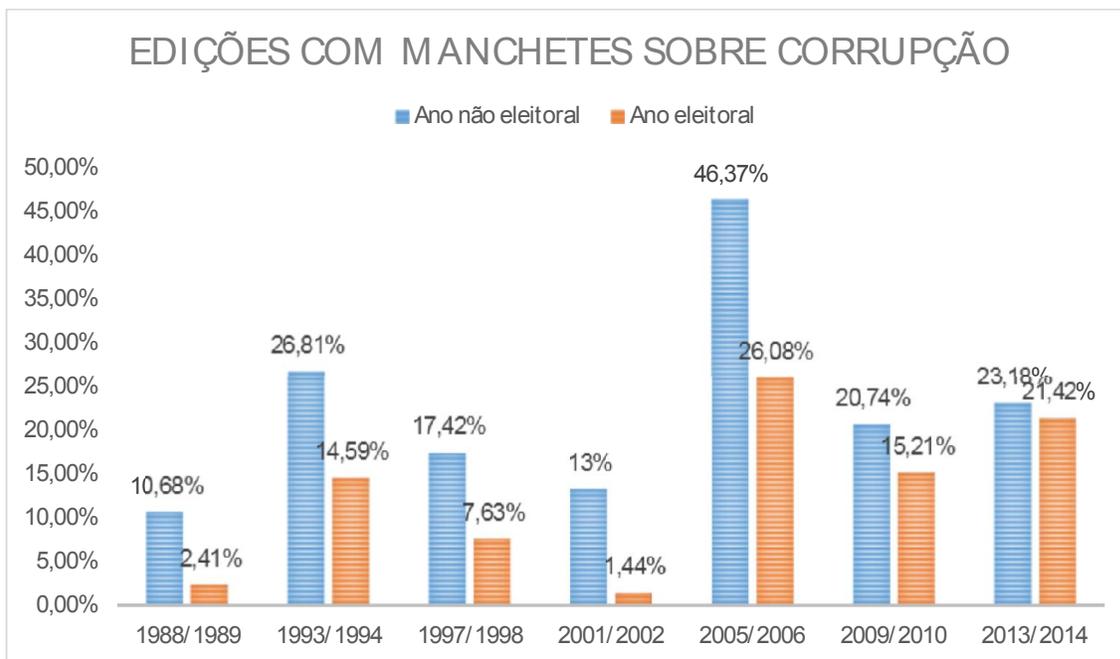


Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

E quando as capas vinham com denúncias, elas estavam em chamadas menores, como ocorreu com pelo menos três matérias publicadas pela *Folha de S. Paulo* sobre ações suspeitas do presidente Collor durante sua gestão como governador de Alagoas. As três perderam a manchete e outras chamadas maiores para assuntos econômicos. Foi um dos anos eleitorais em que o noticiário de corrupção teve a menor relevância.

Na disputa presidencial seguinte, em 1994, a preferência dos jornais estava mais uma vez voltada para questões econômicas, com o lançamento do Plano Real, e a campanha presidencial de Fernando Henrique Cardoso. No início do ano ainda ecoava no noticiário de denúncias o rescaldo da CPI dos Anões do Orçamento de 1993, mas a proporção de edições com manchetes caiu quase a metade em relação ao anterior. A relevância dada ao assunto corrupção nos anos pré-eleitoral e eleitoral está no Gráfico 29, com a proporção de edições com manchetes principais para o tema.

**Gráfico 29:** proporção de edições com manchetes sobre corrupção em anos de eleição e sem eleição



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

No ano da reeleição de Fernando Henrique, em 1998, o noticiário sobre corrupção sumiu de dois terços das 131 edições analisadas (Gráfico 28). Na amostra, a *Folha* chegou a ficar 19 semanas seguidas sem publicar nenhuma denúncia na capa; *O Globo* e *O Estado* ficaram 20 semanas. E, de novo, quando a denúncia aparecia na capa, não tinha tanta relevância: menos de 8% das edições deram manchete para o tema (Gráfico 29).

Em *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, uma decisão da Justiça de quebrar o sigilo da família de Paulo Maluf mereceu uma pequena chamada na mesma edição em que a manchete era sobre os resultados de mais uma pesquisa eleitoral. Em *O Globo*, uma notícia sobre uma acusação de desvios no BNDES, em novembro de 1998, perdeu espaço para uma manchete que tratava do otimismo do empresariado em relação ao ano seguinte.

Em 2002, ano da eleição de Lula, a situação econômica, agravada pela expectativa negativa do mercado financeiro em relação à eleição do petista, tirou o tema corrupção das manchetes: foram apenas duas (Gráfico 27), para casos regionais, detectadas em toda a amostra, que analisou 138 edições. Em 88 edições da amostra de 2002 os jornais não trataram de denúncias, chegando a ficar mais de 20 edições seguidas sem qualquer chamada na capa para o tema. As 54 chamadas sobre corrupção identificadas ao longo do ano (Gráfico 24) nos três jornais perderam espaço de destaque, na maioria absoluta das

vezes, para o noticiário econômico. Nem o caso Celso Daniel, presente em várias chamadas, mereceu manchetes.

Ainda contaminado pelo escândalo do mensalão, o ano da reeleição de Lula, 2006, manteve em alta as notícias sobre corrupção, presentes em três quartos das 138 capas analisadas, índice superior ao de 2005 (Gráfico 28). Mas, se aumentou a presença (chamadas), diminuiu bastante a relevância dada ao assunto: caiu de 46% para 26% a proporção de edições com manchetes principais para as denúncias (Gráfico 29). Em março, por exemplo, a *Folha de S. Paulo* deu como manchete principal o resultado de mais uma pesquisa eleitoral, deixando em uma chamada menor notícia importante sobre a quebra de sigilo do caseiro Francenildo Costa.

No ano eleitoral de 2010, as denúncias estiveram presentes em 40% das 138 edições analisadas, e as manchetes em apenas 15% desse total. Além das negociações políticas para a disputa presidencial, os interesses manifestados pelos jornais nas manchetes eram variados, com grande concentração em questões regionais.

É em 2014 que a pesquisa identifica alteração significativa no interesse dos jornais pelo tema corrupção em um ano de eleição presidencial. O fato de as denúncias (chamadas e manchetes) de corrupção estarem presentes em 70% das 140 edições analisadas (Gráfico 28) sustenta o entendimento de que se estabeleceu naquele momento uma nova postura, perceptível já nos primeiros meses do ano. Essa mudança foi provocada, principalmente, pela entrada em cena da Operação Lava Jato e as denúncias de desvios e corrupção na Petrobras. Um novo escândalo político midiático que superou o escândalo do mensalão.

Antes do noticiário sobre a Lava Jato, que surgiu nos jornais em março, as notícias sobre as condenações e prisões dos réus do mensalão no final de 2013 ainda repercutiam. Os dois assuntos, e outras denúncias, garantiram percentuais recordes de edições com denúncias (chamadas e manchetes) em 2014 (Gráfico 28). No caso das edições com manchetes sobre corrupção, embora tenham se mantido em patamar superior a 20% do total analisado no ano, houve pequena queda na comparação com 2013 (Gráfico 29).

Significa que, mesmo com o aumento substancial da presença das denúncias nas edições, a agenda eleitoral e os assuntos econômicos continuaram tendo maior destaque

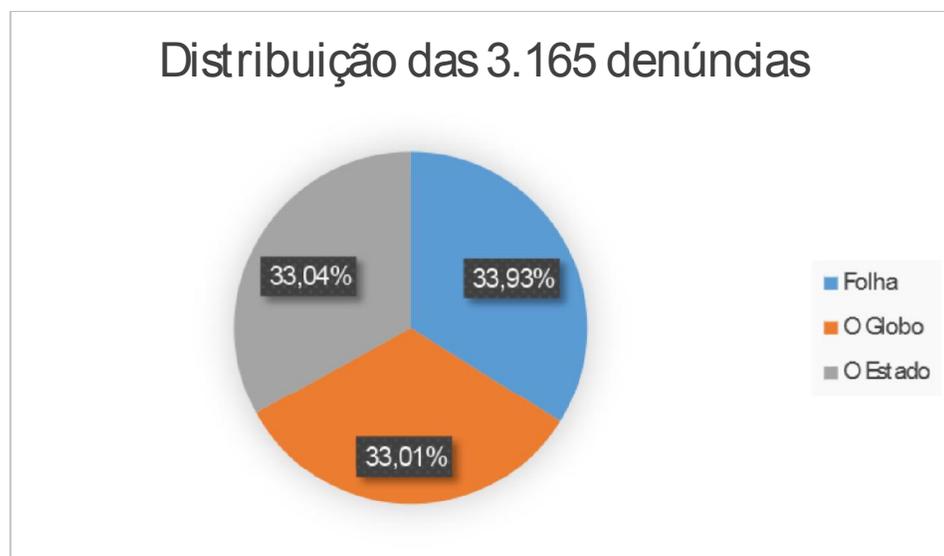
nas capas no ano da sucessão presidencial. No dia, por exemplo, em que o petista João Paulo Cunha foi preso, os três jornais deram manchetes semelhantes, mas para outro assunto: uma notícia sobre o apagão de energia.

A constatação, com base nos dados, de que a redução de notícias sobre corrupção ocorreu em praticamente todos os anos de eleição, abrangendo, portanto, todos os governos – de Sarney a Lula – é um indicativo, apenas um indicativo, de que não havia, neste caso, intenção de proteger um ou outro candidato, ou um ou outro partido. Se configura mais como resultado de uma rotina pré-estabelecida nas redações de jornais para as grandes coberturas como as eleições presidenciais. Uma agenda que se sobrepõe ao noticiário rotineiro de denúncias.

## 5.2 Comparativo entre os três jornais – chamadas e manchetes

O comportamento similar dos três jornais na forma e no conteúdo de suas edições, verificado pela análise qualitativa em vários momentos deste estudo, refletiu no resultado final do levantamento, com uma divisão equânime dos dados quantitativos. Cada um publicou um terço das 3.165 chamadas de capa sobre corrupção, com pequena variação nominal. Embora com resultado final semelhante, os jornais adotaram posturas diferentes em momentos variados, como será mostrado a seguir.

**Gráfico 30:** distribuição das 3.165 denúncias (chamadas e manchetes) por jornal – 1985-2014



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Quando se considera a atuação dos jornais por períodos de governos, por exemplo, o comportamento já não é tão similar. *O Globo* publicou o maior número de denúncias (chamadas e manchetes) em quatro dos oito governos analisados (Itamar, Lula1, Lula2 e Dilma1); a *Folha de S. Paulo* esteve à frente em três governos (Sarney, FHC1 e FHC2); e *O Estado de S. Paulo* apenas em um governo (Collor).

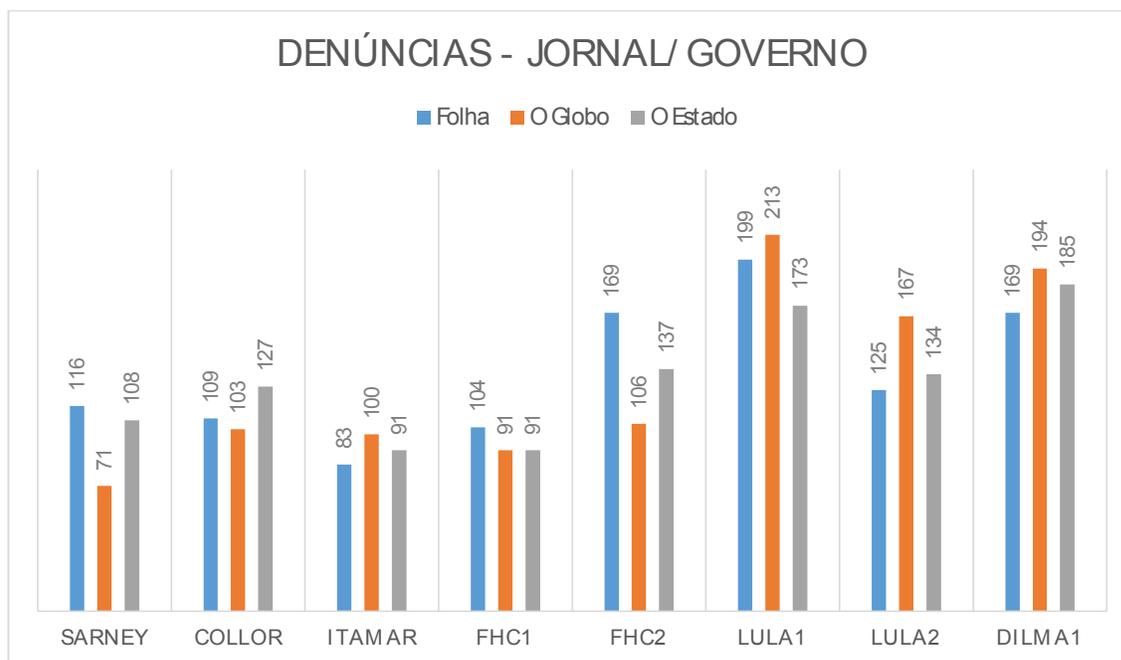
Do período Sarney até o primeiro mandato de Fernando Henrique não foi identificado no levantamento numérico das denúncias publicadas nas capas nenhum resultado muito superior ou inferior, entre um jornal e outro. A primeira alteração significativa se deu no segundo mandato de Fernando Henrique, quando a *Folha de S. Paulo* ampliou significativamente o número de chamadas e de manchetes, se distanciando dos concorrentes. Ou seja, foi o primeiro dos três jornais a ampliar a presença do noticiário de corrupção nas suas capas.

Por outro lado, verifica-se que depois, no segundo mandato de Lula e no primeiro de Dilma, a *Folha* reduziu tanto o número de chamadas quanto o de manchetes em relação aos concorrentes. Reduções que sugerem um recuo do noticiário de denúncias da *Folha* no período relativo às duas últimas gestões do PT no governo federal, mas elas, por si só, não são suficientes para estabelecer a influência, ou não, de um componente ideológico.

A partir do primeiro governo Lula foi a vez de *O Globo* ampliar o número de chamadas e de manchetes principais sobre corrupção, mantendo-se à frente dos outros dois jornais nos períodos relativos às três gestões petistas. São dados que contribuem para a tese do viés ideológico, à medida que em quatro dos cinco governos anteriores – Sarney, Collor, FHC e FHC2 – o jornal do Rio apresentou em suas capas volumes menores de denúncias em relação aos concorrentes.

Soma-se aos dados quantitativos a interpretação, a partir da análise do conteúdo, de que *O Globo* imprimiu um tom mais ofensivo às notícias sobre corrupção contra integrantes dos governos do PT, se comparado com os governos do PSDB. Substancia essa análise os editoriais de capa do jornal, nos quais evidenciou em diversas oportunidades suas preferências partidárias e políticas. Mais um elemento em favor da tese do viés ideológico. O Gráfico 30 mostra a distribuição numérica das 3.165 denúncias (chamadas e manchetes) capturadas nas capas dos três jornais ao longo dos 30 anos.

**Gráfico 30:** distribuição das denúncias (chamadas e manchetes) por jornal e por governo

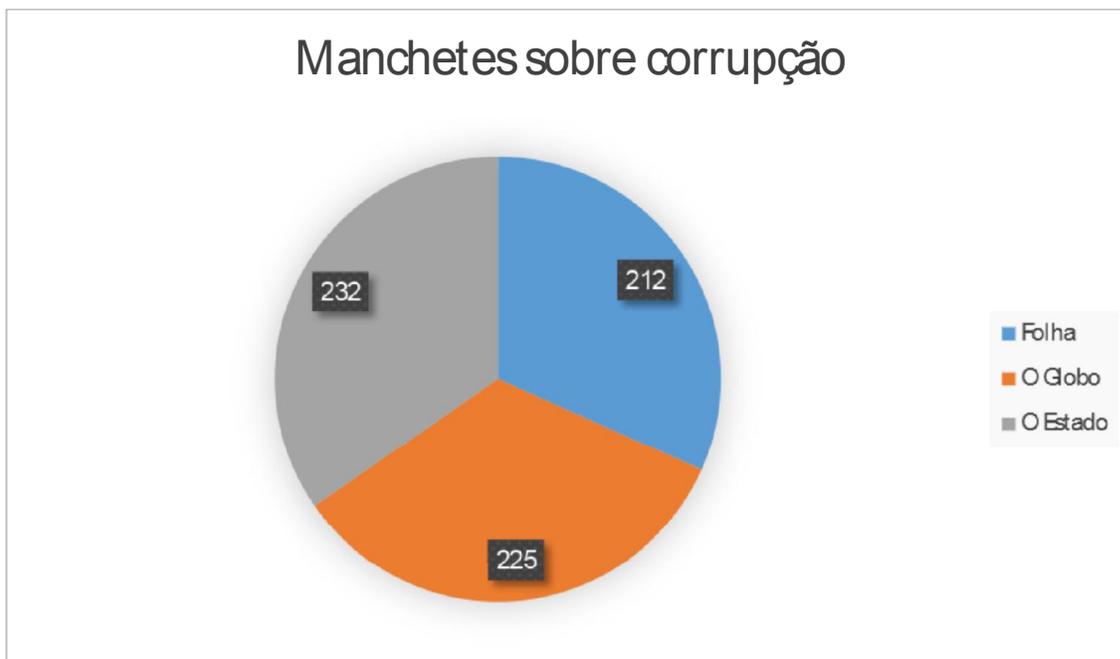


Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

O jornal *O Estado de S. Paulo*, como já dito, superou os dois concorrentes apenas na gestão de Fernando Collor, quando publicou mais chamadas e mais manchetes sobre corrupção em suas capas. E publicou mais que *O Globo* no governo Sarney. Nos governos Itamar e FHC-1, *O Estado* manteve resultados parecidos com os de *O Globo*. No segundo mandato mudando de Fernando Henrique, *O Estado de S. Paulo* já deu maior visibilidade nas capas para as notícias de corrupção, mas a mudança significativa ocorreu, assim como o jornal do Rio, a partir dos governos do PT.

Do conjunto de 670 manchetes sobre corrupção capturadas pela pesquisa em 30 anos, a distribuição entre os jornais também é equitativa, com pequena vantagem para *O Estado de S. Paulo*, que publicou 35% do total. *O Globo*, 33% das manchetes, e a Folha de S. Paulo, 32%. Ou seja, *O Estado* valorizou, um pouco mais que os outros, a denúncia publicada. Considerando períodos de governos, no entanto, *O Estado de S. Paulo* ficou à frente dos concorrentes, em número de manchetes, apenas nos governos Itamar e Dilma.

**Gráfico 31:** Distribuição das 670 manchetes sobre corrupção, por jornal - 1985-2014



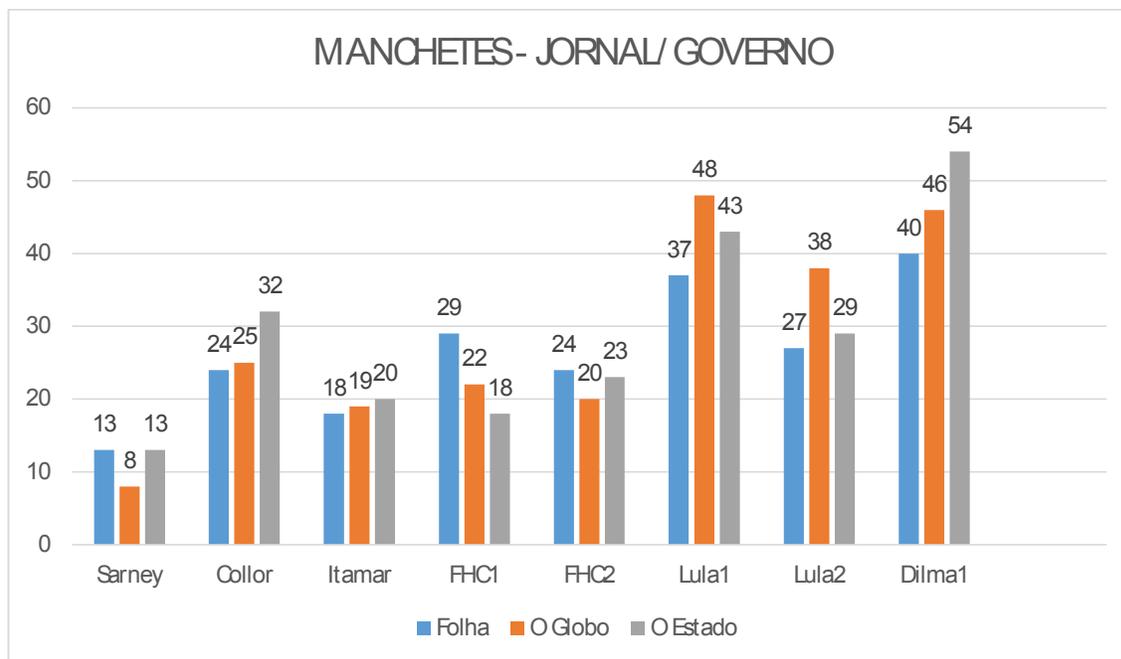
Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Como já visto, as notícias sobre atos de corrupção praticados por agentes públicos eram tratadas no período imediatamente após o fim da ditadura como material de segunda ou terceira categoria. Não eram comuns chamadas de capas e, muito menos, manchetes. Esse tipo de noticiário ganhou relevância nos jornais em 1992, com o processo de impeachment de Collor, mas não conseguiu se manter no topo das capas nos anos seguintes, perdendo o espaço das manchetes para assuntos variados e, por vezes, aparentemente distantes do interesse mais imediato do leitor.

Cada um dos três jornais tinha, em determinados períodos, o seu assunto predileto para destacar como o tema principal de sua edição. A análise qualitativa permitiu identificar, por exemplo, que nos primeiros dez anos do período estudado, a preferência da *Folha* e de *O Globo* era pelas questões relativas à situação econômica do Brasil, enquanto que *O Estado de S. Paulo* manteve sua tradicional opção por destacar nas manchetes o noticiário internacional. Muitas vezes, o noticiário de denúncias, mesmo quando relevante, perdia a manchete para esses assuntos preferenciais.

Pela distribuição, por jornal e por governo, das 670 manchetes sobre corrupção capturadas ao longo do período (Gráfico 32), nota-se mais uma vez a similaridade de comportamento, com números bem parecidos, salvo pequenas variações.

**Gráfico 32:** distribuição das 670 manchetes sobre corrupção por jornal e por governo



Fonte: levantamento próprio da pesquisadora nos endereços eletrônicos das publicações

Um dos diferenciais entre os três jornais, conforme a análise de dados permite afirmar, está na forma como eles manifestavam nas capas suas preferências políticas e a afinidade ideológica, ou não, com os governos. Essa manifestação era mais clara em *O Globo*, que por diversas vezes expôs suas posições em editoriais nas capas, como já dito. *O Estado de S. Paulo* não tinha o hábito de publicar editoriais nas capas, mas em certas ocasiões sua posição era evidente no próprio noticiário, especialmente sobre as disputas políticas travadas pelo governo de São Paulo. Na *Folha de S. Paulo*, essas preferências não eram expostas claramente na capa.

Desde o governo Sarney, foram muitas as manifestações públicas de *O Globo* sobre política e governos. No turbulento cenário político e econômico de 1988 – inflação galopante, endividamento dos estados, medidas econômicas erráticas, inúmeras tentativas de pacto social e conclusão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte –, por exemplo, *O Globo* manteve apoio declarado ao governo, enquanto os dois jornais paulistas adotaram uma postura crítica em relação à economia e ao combate à corrupção,

Somente na amostra de 1988 de *O Globo* foram identificados quatro editoriais na primeira página, um deles assinado por Roberto Marinho, em defesa do presidente Sarney e contra “excessos” e “exibicionismos” da CPI da Corrupção e da Constituinte (Figura 16). Esta posição se refletia no noticiário do jornal, que publicou na amostra de 1988 o menor volume de denúncias, em relação aos outros dois jornais, e nenhuma manchete principal relativa a corrupção.

No governo Collor, o jornal do Rio manteve-se afinado com o poder. Na amostra de 1990, o ano de menor índice de notícias sobre corrupção, era mais evidente em *O Globo* a pouca disposição para expor nas capas matérias negativas sobre o novo governo. Publicou apenas três notícias, contra 15 da *Folha* e nove de *O Estado*. A torcida do jornal pelo governo Collor foi estampada em editoriais de capa. E esse apoio se estendeu por mais dois anos, pelo menos. Em junho de 1992, quando as denúncias já atingiam o presidente e vários integrantes do governo, um editorial de capa de *O Globo* elogiava a condução de Collor na Rio-92 (Figura 16), o encontro das Nações Unidas sobre Meio Ambiente.

O jornal *O Estado de S. Paulo* não mitigou sua simpatia e torcida pelo presidente Collor no início do governo, mas não deixou de expor suas mazelas já no primeiro ano de gestão. A *Folha*, por outro lado, marcou no noticiário uma posição crítica em relação ao governo Collor desde o início. Apesar da postura agressiva da *Folha*, foi *O Estado* que publicou o maior número de denúncias no período Collor, e *O Globo*, o menor.

Durante o governo Itamar, *O Globo* foi mais presente na publicação de denúncias, principalmente no ano de funcionamento da CPI do Orçamento, superando, em número, os outros dois jornais. Era também um dos jornais mais críticos ao controverso temperamento do presidente. Em 1994 sinalizou, em novos editoriais na capa, suas posições políticas no momento: na amostra foram capturados três editoriais em defesa do Plano Real; um em defesa da punição dos acusados na CPI do Orçamento; e outro com críticas à política de Leonel Brizola no Rio.

A tradicional trégua da imprensa aos mandatários no início de suas gestões foi claramente verificada nas capas dos jornais em 1995, principalmente em *O Globo* e em *O Estado*. A *Folha de S. Paulo*, ainda em janeiro, destacou em matéria com tom de cobrança a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de anistiar o senador Humberto

Lucena (PMDB-PB), acusado de usar recursos públicos na sua campanha eleitoral – por esse crime, ele teve o mandato cassado pela Justiça Eleitoral, mas foi anistiado pelos colegas, e depois pela sanção presidencial.

A despeito do entusiasmo com o novo governo do PSDB, já era evidente que, depois da extensa cobertura de dois grandes escândalos durante os governos Collor e Itamar, os jornais pareciam mais atentos aos potenciais casos de corrupção, e mais vigilantes sobre a ética dos governantes. Não era ainda, porém, uma prática rotineira.

As primeiras suspeitas de irregularidades sobre o caso Sivam, por exemplo, foi manchete na *Folha de S. Paulo*, mas figurou em pequenas chamadas em *O Estado* e em *O Globo*. Ainda em 1995, a revelação de um caso que se tornaria rumoroso e de repercussão nacional ficou de fora da capa da **Folha** e mereceu discretas chamadas em *O Globo* e em *O Estado*: as denúncias sobre todo tipo de desmandos praticados pelo então governador do Acre, Orleir Cameli.

É claro, muitas vezes, o tratamento diferenciado dado pelos jornais em alguns casos de corrupção. Em novembro de 1998, por exemplo, as denúncias sobre os grampos do BNDES e o falso dossiê Cayman tiveram sete chamadas de capa capturadas na amostra da *Folha de S. Paulo*. Enquanto *O Globo* publicou três, e *O Estado*, duas. Um exemplo do tratamento diferenciado que o caso do BNDES mereceu nos três jornais, já comentado neste estudo, está ilustrado na Figura 6.

No período relativo ao segundo mandato de Fernando Henrique, a presença e a relevância das denúncias nas capas foram incrementadas por iniciativas próprias dos jornais, que começaram a ser mais valorizadas. Na eleição municipal de 2000, por exemplo, *O Estado* fez ampla reportagem sobre o perfil dos candidatos à Câmara de Vereadores paulistana, com a seguinte manchete: “20% dos candidatos têm registro criminal”. No ano seguinte, a *Folha* investiu em grandes reportagens de domingo sobre esquemas de corrupção que perduravam por anos.

Nos escândalos de corrupção do governo Lula, a *Folha de S. Paulo* começou como protagonista, por causa da bombástica entrevista de Roberto Jefferson sobre o mensalão, mas depois disso a cobertura seguiu quase que um modelo único, padronizado, já que o noticiário de denúncias era alimentado praticamente pelas mesmas fontes. Foi o período

em que os jornais adotaram como prática dividir em várias chamadas de capa notícias correlatas ao mesmo caso (Figura 17), uma clara iniciativa no sentido de dar mais visibilidade e relevância aos assuntos relacionados à corrupção. *O Globo* adotou esse modelo praticamente como regra, distribuindo em até seis ou sete chamadas assuntos que os outros dois jornais condensavam na manchete e em mais duas ou três chamadas, no máximo.

O que já vinha aparecendo desde 2005 como uma nova tendência do noticiário de denúncia, mais presente e constante nas capas, se consolidou no período do governo Dilma Rousseff com o aumento substancial da relevância (manchete) dada às notícias sobre corrupção nos três jornais. *A Folha* e *O Globo* mantiveram as denúncias presentes nas capas desde o início do governo Dilma, mas o jornal que ampliou de forma mais significativa esse noticiário, em relação ao governo anterior, foi *O Estado de S. Paulo*, com crescimento de mais de 40% ao final do período.

Da análise sobre a evolução dos dados dos jornais e sobre o conteúdo publicado, é possível depreender que as instituições legais de investigação e as disputas políticas de poder, entre outros fatores menores, foram mais responsáveis do que os próprios jornais pelo incremento e valorização do noticiário de corrupção. Os últimos anos indicam, contudo, que ao dispensar tratamento e espaço nobres ao noticiário sobre corrupção no poder público, os jornais estão tentando fortalecer o papel da imprensa como protagonista desses eventos, ainda que esse protagonismo ocorra de forma questionável e polêmica muitas vezes.

## **Considerações finais**

O conjunto dos dados desta pesquisa aponta alguns caminhos, suposições e conclusões sobre a trajetória do noticiário de corrupção nos três principais jornais impressos de referência nacional do País em 30 anos. Grande parte desses indicativos fornecidos pelos dados depende de novos estudos empíricos e análises teóricas para serem considerados conclusivos.

A respeito especificamente do que se propôs neste estudo, conclui-se que houve, de fato, uma transformação, ao longo do período pesquisado, na forma como os jornais apresentam e publicam as notícias sobre corrupção praticada por agentes públicos. Essa transformação implicou em uma maior relevância dada ao tema na vitrine dos jornais: as suas capas.

Essa primeira conclusão, que também pode ser melhor compreendida por outros estudos, é sustentada pelos resultados quantitativos e pela análise qualitativa dos conteúdos publicados, que mostram uma nítida evolução da presença e da importância dispensadas às denúncias contra políticos e agentes públicos no decorrer dos 30 anos. Não está claro, porém, se é um movimento permanente. Uma nova tendência ou apenas expectativa de nova tendência.

Cabe lembrar que no primeiro período de governo pesquisado (1985-1990) as notícias sobre corrupção foram capturadas em 39,7% das edições analisadas, saltando para 64,3% no último período (2011-2014). Quanto às manchetes principais sobre corrupção, que aqui foram classificadas como indicadores de relevância, a evolução foi maior: presentes em 5,5% das edições do primeiro período, e em 25,5% no último. Outros dados analisados no estudo complementam o entendimento exposto acima.

Se houve aumento da prática de corrupção no Brasil no período estudado, outros estudos e análises específicas poderão ter respostas mais claras. Não se tratava neste trabalho de verificar esta questão, mas de mensurar a presença e relevância do noticiário de corrupção nos três jornais impressos.

A evolução dos dados sobre o noticiário de denúncias, com avanços e recuos significativos percebidos ao longo da série, e o fato de os casos de irregularidades retratados serem praticamente os mesmos sugerem que a corrupção sempre esteve latente no sistema político brasileiro. Apenas sugerem, porque, como já dito, este estudo não tratou especificamente da questão.

Na busca por respostas às perguntas desta pesquisa, o que se extraiu das capas dos jornais, quantitativa e qualitativamente, é que a corrupção começou a ter maior visibilidade e maior importância no início dos anos 1990. No entanto, surge como possibilidade de uma nova tendência do jornalismo apenas a partir de meados dos anos 2000. Foi a partir de 2005, por ocasião do escândalo do mensalão, que o tema corrupção se popularizou em todas as mídias e ganhou relevância nunca antes identificada nos jornais impressos que formam o *corpus* desta pesquisa.

Também demanda novos estudos a percepção de que o componente ideológico contribuiu para esses resultados. Os dados indicam a tendência das preferências políticas e partidárias dos jornais – manifestadas algumas vezes em editoriais na primeira página –, mas eles não são suficientes para afirmar que o componente ideológico definiu a cobertura dos escândalos políticos feitas pelos jornais pesquisados. Pode-se apenas inferir que essa possibilidade pareceu mais nítida em determinadas ocasiões.

A redução da cobertura dos casos de corrupção em anos de sucessão presidencial, verificada em seis dos sete anos eleitorais, reforça a ideia de que o noticiário de denúncia não tem constante relevância para os jornais. A alteração desse dado no ano da eleição de 2014, com a retomada das denúncias como prevalentes no noticiário, não permite dizer ainda que a relevância passou a ser permanente.

Sem uma avaliação mais detida sobre o mérito da transformação ocorrida no noticiário de denúncias ou sobre a qualidade do material de denúncias produzido pelos jornais, este estudo aponta para a necessidade de novas pesquisas e análises de outros pesquisadores que possam esclarecer algumas questões.

Por exemplo: quais as consequências, positivas ou negativas, desta mudança na cobertura de escândalos para o jornalismo e para a imprensa no Brasil? A maior visibilidade dada ao noticiário de corrupção impôs uma vigilância maior aos atos dos

governantes e da classe política por parte da sociedade? A relevância dada a este tipo de notícias contribuiu para uma aplicação mais justa da punição aos culpados, ou foi o contrário? E, por último, será consolidada como tendência?

Os dados estão expostos para novas análises e o campo aberto a outros estudos. Da parte desta pesquisadora, a intenção é, mais adiante, concluir a pesquisa nos anos de 2015 até meados de 2016, o que permitiria fechar um ciclo, o da Era PT no governo federal.

Considera-se também, para o futuro, pesquisar o noticiário de corrupção dos três jornais até o final de 2018, quando se encerra o atual mandato presidencial, exercido no momento de finalização desta pesquisa pelo vice-presidente da chapa eleita em 2014, Michel Temer (PMDB).

## Referências

- ALDÉ, Alessandra; VASCONCELOS, Fábio. **Ao vivo, de Brasília: Escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias**. Revista de Ciências Sociais. Vol. 39. n. 2. pp. 61-69. 2008.
- ALSINA, Miguel. **A Construção da Notícia. Petrópolis (RJ)**. Vozes. 2009.
- AMES, Barry. **Política brasileira precisa de corrupção para funcionar, diz pesquisador**. BBC Brasil. Washington (EUA). Entrevista concedida a João Fellet em 28 de maio de 2016.
- ARAÚJO, Bruno. **Justiça, Media e Espaço Público: A cobertura jornalística do julgamento do mensalão em Veja e Época**. Dissertação (Metrado em Jornalismo e Sociedade) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília. 2013.
- AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Lexikon. Rio de Janeiro. 2011.
- AZEVEDO, Fernando. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político**. Revista Opinião Pública. Campinas (SP). Vol.12. n.1. Abril/maio, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil**. Revista Em Debate. Belo Horizonte (MG). Vol. 2. n.3. pp. 14-19. Março, 2010.
- BAUER, M; GASKELL, G. (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis (RJ). Vozes, 2002.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira**. Vol. 1. São Paulo (SP). Ática.1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa (PT). Edições 70. 2011.
- BERELSON, B.; LAZARFELD, P. F. **The Analysis of Communication Content**. Chicago and New York: University of Chicago and Columbia University (EUA). 1948.
- BIROLI, Flávia. **Limites da política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos**. Revista Estudos Políticos (UFF). Rio de Janeiro, nº 6, pp. 126-143, Julho 2013.
- BIROLI, Flavia; MANTOVANI, Denise. **A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do “mensalão”**. XXII Encontro Anual da Compós. Universidade Federal da Bahia. 04 a 07 de junho de 2013.
- BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luís Felipe. **Meios de comunicação de massa e eleições no Brasil: da influência simples à interação complexa**. Revista USP. São Paulo. n. 90. pp. 74-83. Junho/agosto, 2011.
- BOBBIO, Norberto. *Significado clássico e moderno de Política*. In. BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1983.
- BORBA, Francisco S. (org) e colaboradores. **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. UNESP. São Paulo. 2004.

CARVALHO, Eleonora de M. **Imprensa e poder: politização ou partidarização dos jornais brasileiros?** Anais Intercom. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A corrupção parece prática imutável, mas adquiriu diferentes sentidos na história nacional.** 23/3/2009. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-eterno-retorno>

\_\_\_\_\_. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual.** Revista Dados. Vol. 40. n. 2. Rio de Janeiro. 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>

CASTILHO, M. **O jornalismo na distensão política do regime militar e a autoconstrução do repórter como investigador policial: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso.** XVI Encontro da Compós 2007. Curitiba. Anais... Disponível em: [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_246.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_246.pdf)

COOK, Timothy E. **O Jornalismo Político.** Revista Brasileira de Ciência Política. N. 6. Brasília. Jul./Dec. 2011.

CUNHA, Isabel F. *Para uma leitura dos media e do jornalismo.* In: CUNHA, Isabel F; SERRANO, Estrela; FIGUEIRA, João (Coords). **A Corrupção Política Vista por Jornalistas e Políticos.** Editora LabCom.IFP. Covilhã. Portugal. 2015.

DE MASI, D. **Destruir Lula é roubar a voz dos pobres, diz sociólogo Domenico de Masi.** Folha de S. Paulo. Entrevista concedida a Joelmir Tavares, em 7 de novembro de 2016.

FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna de O. **Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política.** Revista Novos Estudos. CEBRAP. SÃO PAULO. Vol. 2. pp. 205-225. Julho. 2016.

FILGUEIRAS, Fernando. **A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social.** Revista Opinião Pública. Campinas. Vol. 15. n. 2. pp. 386-421. Novembro, 2009.

\_\_\_\_\_. **O tema da corrupção e as injustiças nossas de cada dia.** Revista Insight Inteligência. n. 59. Julho/agosto/setembro, 2013.

FREITAG, Barbara. *O histórico da escola de Frankfurt.* In: **A teoria crítica: ontem e hoje.** Brasiliense. São Paulo. 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo.** Porto Alegre. Tchê. pp. 91-136. 1987.

GUAZINA, Liziane. *Quando cultura política e subcultura profissional jornalística andam de mãos dadas: a desconfiança na política em tempos de escândalos.* In: HERRMANN, Julián; GUAZINA, Liziane; PEREIRA, Fábio (orgs.). **Novos questionamentos em mídia e política.** Florianópolis (SC). Insular. 2015

\_\_\_\_\_. **Jornalismo em busca da credibilidade: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão.** Tese (Doutorado). Faculdade de Comunicação-UnB. Brasília. 2011.

GUAZINA, Liziane; MOTTA, Luiz G. **O Conflito como Categoria Estruturante da Narrativa Política: O caso do Jornal Nacional.** Revista Brazilian Journalism Research. Vol. 6. n. 1. 2010.

HERRMANN, Julián D. *Mídia e política subnacional na América Latina*. In: HERRMANN, Julián; GUAZINA, Liziane; PEREIRA, Fábio (orgs.). **Novos questionamentos em mídia e política**. Florianópolis (SC). Insular. 2015

HERSCOVITZ, Helena. *Análise de Conteúdo em Jornalismo*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis (RJ). Editora Vozes. 2007.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Objetiva. Rio de Janeiro. 2009.

JORGE, Thaís M. *Revelar o digital. Metodologia para materiais efêmeros*. In: JORGE, Thaís M (org). **Notícia em fragmentos – Análise de Conteúdo no Jornalismo**. Insular. Florianópolis. 2015.

KATZ, Elihu. *A propos des médias et de leurs effets*. In : SFEZ, L. (org.), **Technologies et Symboliques de la Communication**. PUG. pp. 275-282. 1990. Tradução de L.C. Martino, fotocópia, Brasília, 1999.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do jornalismo. O que os jornalistas devem saber e exigir do público**. Geração editorial. São Paulo. 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo Econômico**. Editora EdUSP. São Paulo. 1996.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de Abreu; CARNEIRO, José Alan Dias. **A Imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do enfilhado Collor**. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1994.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2006.

\_\_\_\_\_. **Sete teses sobre mídia e política no Brasil**. Revista USP. São Paulo. n.61. pp. 48-57. março/maio. 2004.

MELO, José M. **Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis (RJ). Editora Vozes. 1985.

MENDEZ, Rosemary B. *Pompeu de Sousa: o jornalista que transformou o Jornalismo*. In: III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho Novo Hamburgo, RS. GT de História da Midiologia. 2005.

MESQUITA, Nuno Coimbra; MOISÉS, José Álvaro; RICO, Bruno. *As diferentes dinâmicas da corrupção: Mídia, Percepção e Instituições no contexto Brasileiro*. In: CUNHA, Isabel; SERRANO, Estrela (Coords). **Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais**. 2014 Óbidos. Várzea da Rainha Impressores. Portugal.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Visibilidade na mídia e campo político no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, vol. 53, pp. 695-735 Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2010

\_\_\_\_\_. **Meios de Comunicação de Massa e eleições no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n.90, p. 74-83, junho/agosto 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e Representação. Territórios em disputa**. São Paulo. Editora Unesp. 2013.

\_\_\_\_\_. **Os meios de comunicação e a prática política.** Revista Lua Nova. n. 55-56. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n5556.pdf>

MOTTA, Luiz G. *As relações entre o real e o simbólico.* In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (org.). **O Jornal, da forma ao sentido.** Editora UnB. Brasília. 2002.

MOTTA, Luiz G.; GUAZINA, Liziane. **O Conflito como Categoria Estruturante da Narrativa Política o caso do Jornal Nacional.** Revista Brazilian Journalism Research. Vol. 6. n. 1. 2010.

NASCIMENTO, Solano. **Jornalismo sobre investigações: relações entre o Ministério Público e a imprensa.** Tese (Doutorado). Faculdade de Comunicação-Universidade de Brasília (UnB). Brasília. 2007.

\_\_\_\_\_. **Reportagens com denúncias na imprensa brasileira: análise de duas décadas da predileção por mostrar problemas.** Verso e Reverso, XXVII (65). PP. 68-76. São Leopoldo (RS). 2013.

\_\_\_\_\_. NETO, Antônio Fausto. *Telejornais e a Produção da Notícia.* In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (org.) **O Jornal, da forma ao sentido.** Brasília. Editora UnB. 2ed. 2002.

NETTO, José P. Entrevista. **Revista Trabalho, Educação, Saúde** (online), Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, jul/out. 2011.

PASQUINO, Gianfranco. *Corrupção.* In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política.** Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1983.

PHILIBERT, Jean-rené. *Discurso sobre a imprensa escrita norte-americana do fim do século XIX e a implantação do jornalismo de informação.* In: MOURA, Dione O.; PEREIRA, Fábio H.; ADGHIRNI, Zélia L. **Mudanças e permanências no jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2015.

PORTO, Mauro. *A crise de confiança na política e suas instituições: a mídia e a legitimidade da democracia.* In: Vários autores. **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política.** Porto Alegre (RS). Editora da Universidade. 1996.

\_\_\_\_\_. **A mídia e a presidência na Era FHC.** Observatório da Imprensa. Edição 439. 26/06/2007. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/voz-dos-ouvidores/a-midia-e-a-presidencia-na-era-fhc/>

PORTO, Sérgio D. *Análise de conteúdo. Realidades empíricas medidas pela abstração numérica.* In: JORGE, Thaís M. (org). **Notícias em fragmentos. Análise de Conteúdo no jornalismo.** Insular. Florianópolis. 2015.

PRIOR, Elder. **Jornalismo, Narrativas e Escândalos.** LabCom.IFP/UBI. Universidade de Brasília. 2015.

RENAULT, David. **Nunca foi tão fácil fazer uma cruz na cédula? A era FHC nas representações de mídia.** Tese (Doutorado). Departamento de História - UnB. Brasília. 2006.

SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo. **Jornalismo Político.** Rio de Janeiro. Record. 2006.

SERRANO, Estrela. **Padrões Jornalísticos na Cobertura de Eleições.** Media & Jornalismo. Vol. 6. pp. 111-122. 2005.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo e elites de poder.** Revista de Pós-Graduação em Comunicação. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

- SILVA, Dácio R. **Jornalismo e História. O jornalista como historiador do presente.** Tese (Doutorado). Faculdade de Comunicação-UnB. Brasília. 2011.
- SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade.** In: Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. II. n. 1. 2005.
- SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro. Edições do Graal. 2ª edição. 1977.
- SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil.** Front Cover. Editora Vozes. 1977
- SOUSA, Jorge P. **As notícias e seus efeitos.** Minerva Coimbra. Coimbra (PT). 2000.
- SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Helena. *A teoria da noticiabilidade de Nelson Traquina aplicada a periódicos portugueses do século XVII – Os casos da Gazeta e do Mercúrio Português.* In: CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro (Orgs.). **Pesquisa em Media e Jornalismo - Homenagem a Nelson Traquina.** LabCom. Covilhã. Portugal. 2012.
- SCHUDSON, Michael. *O modelo americano de jornalismo: exceção ou exemplo?* In: **Comunicação & Cultura, n. 3**, pp 15-130. 2007.
- THOMPSON, John. **O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia.** Petrópolis (RJ). Vozes. 2002.
- TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, Teorias e Histórias.** Lisboa, Vega, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são.** vol. I. Florianópolis. Insular. 2005.
- TUCHMAN, Gaye. *As notícias como uma realidade construída.* In: PISSARRA, Joao E. (org). **Comunicação e Sociedade.** Lisboa. Livros Horizontes. 2002.
- WAISBOARD, Silvio. **Watchdog Journalism in South America. News, Accountabiliy and Democracy.** New York. Columbia University Press. 2000.
- WOLF, Mauro. **As Teorias da Comunicação.** Lisboa. Presença. 1999.